

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Gabriel Melo Mizrahi**

## **OS DONOS DO TEMPO**

**Gramática de mundo e política externa da extrema-direita brasileira**

### **Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Herz

Co-Orientador: Prof. Dr. Michel Gherman

Rio de Janeiro,  
fevereiro de 2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Gabriel Melo Mizrahi**

**Os donos do tempo: Gramática de mundo e política externa da extrema-direita brasileira**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

**Profa. Dra. Monica Herz**  
Orientadora  
PUC-Rio

**Prof. Dr. Michel Gherman**  
Coorientador  
CNPq

**Prof. Dr. Thomas Zicman de Barros**  
Science Po

**Profa. Dra. Flávia Guerra**  
UFRJ

**Prof. Dr. Roberto Vilchez Yamato**  
PUC -Rio

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, da orientadora e da universidade.

### **Gabriel Melo Mizrahi**

Graduado em Ciências Econômicas e mestre em História Social, ambos pela UFRJ. Integrante do Núcleo Interdisciplinar da UFRJ desde 2016, foi diretor executivo do projeto “A Gramática da Extrema-direita e suas Estratégias Simbólicas e Políticas”, financiado pela Open Society Foundation. Tem interesse e produção acadêmica sobre relações geopolíticas de Israel e Palestina, formação ideológica das extremas-direitas contemporâneas e extrema-direita brasileira.

Ficha Catalográfica

Mizrahi, Gabriel Melo

Os donos do tempo : gramática de mundo e política externa da extrema-direita brasileira / Gabriel Melo Mizrahi ; orientadora: Monica Herz ; coorientador: Michel Gherman. – 2025.

248 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2025.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Bolsonarismo. 3. Extrema-direita. 4. Política externa. 5. Política brasileira. 6. Antissemitismo. I. Herz, Monica. II. Gherman, Michel. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

## Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio de Janeiro, que me formou como cidadão e como pesquisador, tanto na graduação quanto no mestrado. Também agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em especial ao Instituto de Relações Internacionais, por me dar condições de vivenciar todo este processo de doutoramento com um cenário desafiador quando entrei, em meio à pandemia e à impossibilidade de aulas presenciais no início do doutorado. Aproveito aqui também para agradecer à minha orientadora, Monica Herz, por ter topado e desde o início me incentivar a continuar uma pesquisa tão desafiadora quanto esta.

Quero também agradecer ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ, que faço parte desde 2016, sob coordenação do também meu coorientador Michel Gherman. O NIEJ foi fundamental para minha formação como acadêmico, mas também um lugar onde fiz muitos amigos, que me ouviram por meses falar sobre a minha pesquisa inúmeras vezes, me acompanharam e me incentivaram durante esta trajetória. Também vale um agradecimento especial à minha amiga Daiani, pela revisão do texto e pela paciência com o meu estresse nos momentos finais da escrita.

Por último, e não menos importante, agradeço à minha mãe Regina, meu pai Moisés e meu irmão Matheus, minha família, pelo incentivo e pela força não apenas durante o meu doutorado, mas toda a minha trajetória de vida pessoal que me trouxe até aqui.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.”

## Resumo

Mizrahi, Gabriel Melo; Herz, Monica (Orientadora); Gherman, Michel (Coorientador). **Os donos do tempo: Gramática de mundo e política externa da extrema-direita brasileira.** Rio de Janeiro, 2025, 248p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese propõe uma nova leitura das relações exteriores do Brasil durante o governo Bolsonaro com base na construção teórica da gramática antissemita. A primeira parte da tese se dedica a conceituar esta gramática enquanto linguagem e uma nova lente para enxergar o mundo. Os pilares dessa conceituação são a simplificação maniqueísta, o conspiracionismo, a revolta contra a abstração e a rejeição ao tempo presente e da modernidade. A partir deste referencial teórico, discutimos a gramática antissemita na realidade de formação de identidade nacional na sociedade brasileira. A segunda parte analisa a política externa do governo Bolsonaro na prática, ou o que cada país analisado significa nesta gramática bolsonarista. Israel e Estados Unidos adquirem um status de mesma comunidade imaginária nessa formação de gramática bolsonarista, fazendo parte da chamada civilização judaico-cristã. China e Venezuela, por outro lado, adquirem um significado de um Outro ameaçador e conspirador forjado a partir do anticomunismo, se baseando na gramática antissemita.

### Palavras-chave

Bolsonarismo; extrema-direita, política externa; política brasileira; antissemitismo.

## **Abstract**

Mizrahi, Gabriel Melo; Herz, Monica (Advisor); Gherman, Michel (Co-advisor). **The Owners of Time: Grammar of the World and Foreign Policy of the Brazilian Far Right**. Rio de Janeiro, 2025, 247p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 8

This thesis proposes a new reading of Brazil's foreign relations during the Bolsonaro government based on the theoretical construction of anti-Semitic grammar. The first part of the thesis is dedicated to conceptualizing this grammar as a language and a new lens through which to see the world. The pillars of this conceptualization are manichaeic simplification, conspiracy theory, the revolt against abstraction, and the rejection of the present and modernity. Based on this theoretical framework, I discuss anti-Semitic grammar in the reality of national identity formation in Brazilian society. The second part analyzes the foreign policy of the Bolsonaro government in practice, or what each country analyzed means in this Bolsonarist grammar. Israel and the United States acquire the status of the same imaginary community in this formation of Bolsonarist grammar, forming part of the so-called Judeo-Christian civilization. China and Venezuela, on the other hand, acquire the meaning of a threatening and conspiratorial Other forged from anti-communism, based on anti-Semitic grammar.

## **Keywords**

Bolsonarism; far-right, foreign policy; Brazilian politics; anti-Semitism.

## Sumário

<b>1 Introdução</b>	<b>10</b>
<b>2 O Diabo é o Outro</b>	<b>33</b>
2.1 Encantamento e Desejo	41
2.2 O Outro de Dentro	48
2.3 O Outro e o Abstrato	52
2.4 O Complô Diabólico	57
2.5 Antissemitismo Enquanto Gramática	63
<b>3 Redenção e Ruínas</b>	<b>68</b>
3.1 A Invenção do Brasil	71
3.2 O País do Futuro	79
3.3 Angelus Novus	84
3.4 Destruição como Projeto	88
3.5 Um Espectro Ronda o Brasil	92
3.6 Dois Progressos	99
<b>4 O País do Passado</b>	<b>102</b>
4.1 A Contrapelo	106
4.2 Disputa pelo Passado	110
4.3 Estética do Liso	116
4.4 Redes e Fronteiras	120
4.5 Bolsonarismo	124
<b>5 Um Mundo do Outro</b>	<b>134</b>
5.1 Disputa Conceitual	139
5.2 Populismo e Fascismo	143
5.3 Pós-Fascismo	149
5.4 Política externa e Bolsonarismo	155

<b>6 A Civilização Judaico-Cristã</b>	<b>162</b>
6.1 Construindo Muros	166
6.2 A Batalha Espiritual	173
6.3 Israel Imaginário	179
6.4 “Trump, I love you”	182
6.5 Diplomacia da Liberdade	188
6.6 Novos Significados	194
<b>7 O Diabo é Vermelho</b>	<b>198</b>
7.1 Um Tigre na Sala	204
7.2 “Chegou o Comunavirus”	208
7.3 Virar a Venezuela	214
7.4 Mensageiros do Futuro	219
7.5 Sobre Fronteiras	222
<b>8 Conclusão</b>	<b>226</b>
<b>9 Referências Bibliográficas</b>	<b>236</b>

*Para que os agentes do Presente não conseguissem infiltrar-se, ou penetrar disfarçadamente, no âmago do campo de redenção. Sua punição: o estarrecimento prolongado das sombras da traição por toda parte. As sombras da traição evasivas nos porões de sua própria alma. “O diabo infiltra-se em tudo”.*

*Amos Oz em A Caixa Preta*

# 1 Introdução

Algumas vezes escolhemos nossos temas de pesquisa. Em outras, somos atropelados por ele.

Ingressei no Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ) da UFRJ em 2016. Na época, ainda cursava graduação em Ciências Econômicas pela mesma universidade. Meus estudos se concentraram por muitos anos em uma história econômica do Conflito Israel-Palestina, que foram temáticas tanto da minha monografia quanto da minha dissertação de mestrado, já em História Social, também na UFRJ, que defendi no meio do ano de 2020.

Este foi um período turbulento, de muitos acontecimentos marcantes no Brasil. Destaco aqui o impeachment da presidenta Dilma, eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República e o início da pandemia de Covid-19. Embora pessoalmente impactado por estes acontecimentos, visto que toda a sociedade foi dragada por esse ambiente de belicismo, confronto e medo, minha pesquisa acadêmica passava ao largo deste momento histórico brasileiro.

Entretanto, com o passar do tempo, a distância entre a minha pesquisa e a política cotidiana brasileira parecia diminuir, principalmente a partir da corrida presidencial nas eleições de 2018. Passei a ser confrontado com perguntas como *“Por que as manifestações de extrema-direita sempre têm a bandeira de Israel?”* ou então *“Por que os bolsonaristas gostam tanto de judeus?”*, e a minha resposta era quase sempre curta e honesta: não sei.

Nesse período, em paralelo com as minhas pesquisas tradicionais, foi quase obrigatório que tentasse responder àquelas perguntas, não só para mim, como para o próprio NIEJ. Havia respostas que iam na direção de explicações via interpretações de escatologias cristãs ou de Israel como um modelo ideal (para a extrema-direita) de gestão de minorias. Ainda assim, estas respostas eram poucas e pareciam insuficientes.

Quando defendi a dissertação, já em meados do ano 2020, o governo Bolsonaro estava consolidado no poder e era o auge da política de distanciamento social da pandemia. A esta altura, já entendia que meu projeto de doutorado seria sobre a extrema-direita brasileira e suas relações com Israel.

No NIEJ, já trabalhávamos com o conceito de *Israel Imaginário*, que enxergava Israel como uma espécie de utopia de extrema-direita – branca, armada, bélica, ultraconservadora, homogênea e heteronormativa. Em suma, um projeto de extrema-direita para o país (Gherman; Klein, 2019). Meu projeto admitido para o doutoramento em Relações Internacionais na PUC-Rio ia ao encontro dessa perspectiva, tentando explicar a política externa bolsonarista, que ainda estava na metade do governo, com a centralidade desse imaginário sobre Israel.

Ao mesmo tempo, a pandemia, a indiferença com a morte e o negacionismo produzido pelo governo tornariam o cenário e a leitura do próprio governo Bolsonaro ainda mais sombrio. Em pouco tempo, percebi que apenas a ideia de centralidade de *Israel Imaginário* poderia ser importante, mas ainda insuficiente para dar conta da visão de mundo daquele novo movimento político. Curiosamente, foi uma obra sobre o Israel “real”, que eu tinha estudado até o mestrado e estava disposto a deixar para trás, que me ajudou a começar a entender o bolsonarismo com outras ferramentas. Não era um texto acadêmico, mas um romance.

Não lembro exatamente o dia e nem a hora, mas lembro bem da cena. Eu estava sozinho lendo um romance em casa e um trecho específico me fez parar. Reli uma ou duas vezes. Destaquei o trecho com caneta, dobrei a página para não perder de vista e, naquele dia, não voltei mais ao livro. Este dia foi um dos poucos ao longo daqueles meses, no sombrio ano de 2020, que minha atenção não havia sido dragada para a televisão ou para a tela do celular. É um trecho longo, mas julgo importante reproduzi-lo por inteiro aqui:

178. E de fato, o seu senso de presente não é bi mas sim unidimensional: o paraíso que houve é o paraíso que haverá.

178a. O Presente é, portanto, um episódio turvo, uma mancha na tela da eternidade: deve ser apagado (com sangue e fogo) da realidade e até da memória, a fim de anular qualquer barreira entre a radiância do Passado e a radiância do Futuro, e possibilitar a fusão messiânica dessas duas radiâncias. Deve ser feita uma distinção entre sagrado e profano, e o profano (o Presente, o eu) deve ser totalmente eliminado. Somente assim o círculo se fechará, o elo quebrado será reparado.

178b. A era anterior ao nascimento e a era após a morte são idênticas. Seu conteúdo: abolição do eu. Abolição de toda a realidade. Abolição da vida. “Exaltação.”

179. Concretização do ideal: o nobre Passado e o reluzente Futuro convergem e esmagam entre si o impuro Presente. Uma espécie de atemporalidade de esplendor terrível, eterno, cuja

essência se encontra acima da vida, além da vida, diametralmente oposta a ela, desce e se estende sobre o universo: “Este mundo é uma sala de espera do mundo”. Ou: “Meu reino não é deste mundo” (Oz, 1995, p.119).

O mundo estava de cabeça para baixo por causa da pandemia, era o auge da política de confinamento para evitar a propagação do vírus. Trancafiado dentro de casa, como quase todas as pessoas, os dias se arrastavam e pareciam todos iguais. Na rotina, estava também as muitas horas de televisão ou de celular, com imagens de hospitais de campanha e cemitérios superlotados ao redor do mundo, que contrastavam com praças e ruas vazias. Era uma mistura muito curiosa do absoluto tédio com um terror da doença desconhecida que poderia chegar a qualquer momento a qualquer um. O tédio do presente esmagado pelo terror do futuro que estava chegando, sempre batendo à porta. A temporalidade, a maneira como se articula o passado, o presente e o futuro, estava totalmente esgarçada. Aquela reflexão sobre o tempo parecia ir além do que estava circunscrito na história.

O livro em questão é *A Caixa Preta*, do escritor israelense Amos Oz, publicado pela primeira vez em 1986. Em forma de um romance epistolar, ele narra um triângulo amoroso em Israel durante os anos 1960. Os dois homens envolvidos funcionam como alegorias para representar dois projetos de nação muito distintos. De um lado, Alex representava um sionismo militarizado, austero e laico, profundamente moderno, que criou o Estado de Israel. De outro, Michel representava um sionismo religioso, que enxerga em Israel não um Estado moderno, mas como uma profecia messiânica, uma providência divina para a chegada de um novo tempo, divino e atemporal. Sua atuação política se baseava em começar a ocupar os territórios palestinos conquistados na Guerra de 1967 e entrar em conflitos com as populações locais.

Há um desarranjo civilizacional entre os dois, em que a existência de um significaria a derrota do outro. O trecho em questão eram notas tomadas por Alex em relação a Michel. Ou seja, uma análise desse nacionalismo religioso que começava a tomar conta do país.

Diferentes tensionamentos perpassam a narrativa da trama. Questões de gênero, sexualidade e raça. Conflito entre o sagrado e o profano, ressentimentos políticos e pessoais. Inúmeros atravessamentos de identidades que colocavam em

guerra permanente dois nacionalismos diferentes. Um profundamente moderno<sup>1</sup>, ascético e desencantado e o outro religioso, antimoderno, ligado a um mundo encantado, onde as coisas do mundo tinham seu lugar em si, em uma ordem divina e eterna.

Um dos aspectos que mais me chamaram atenção foi justamente a questão do tempo. A ideia de tempo para Michel, um fanático religioso e funcionário público medíocre, me soava bastante engenhosa e, ao mesmo tempo, profundamente próxima. Ele construiria uma ideia de tempo futuro atemporal da vinda de um messias, tão grandioso que coisas pequenas como a própria vida humana seriam descartáveis para tentar chegar neste objetivo. Ao mesmo tempo, construía um futuro próximo de guerras, mortes e conflitos. Havia uma dimensão sacrificial no tempo. Como se transformar o futuro próximo em um inferno levaria, algum dia, a humanidade a viver o céu.

Não foi ao acaso que comecei a ler este livro nesse período. Além do tédio do confinamento, havia acabado de defender minha dissertação de mestrado no meio da pandemia, justamente tendo o Conflito Israel-Palestina como temática, em um programa de História Social da UFRJ. O romance traduzia de maneira lírica o abismo civilizacional de uma sociedade à beira do colapso. Não eram questões ideológicas ou econômicas distintas dos personagens, mas uma visão sobre a vida, o tempo e de si mesmos, que tornava impossível a mediação política entre aqueles dois mundos tão distantes um do outro.

A leitura do romance virou um artigo, publicado na *Revista Novos Estudos CEBRAP*.<sup>2</sup> Além disso, me deu uma nova chave de interpretação das mais variadas extremas-direitas ao longo da história: o tempo. De como a abolição do presente significa não só a abolição do tempo-presente. Ela é a abolição da realidade, como a abolição do próprio Eu, enquanto integrante desse tempo. O presente (e o Eu) como uma sala de espera da História.

Pouco tempo depois da leitura do romance, ainda durante as medidas de confinamento, eu começaria o processo seletivo que me garantiu o ingresso no

---

<sup>1</sup> Moderno, aqui, no sentido weberiano, em que o mundo era desencantado pela religião e pela ciência, principalmente com o advento do Iluminismo europeu. Trabalho mais esta ideia ao longo do primeiro capítulo. Para este momento, é importante entender que o personagem Alex é um cientista, um pesquisador. Enquanto Michel é muito menos letrado e enxerga as pequenas coisas do cotidiano com explicação divina.

<sup>2</sup> Cf. GHERMAN; MIZRAHI, 2022.

doutorado no programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, com o projeto de explicação da política externa bolsonarista pela chave do *Israel Imaginário*, que expliquei acima. Era a construção de uma tese sobre um governo que ainda estava em curso, no meio de uma pandemia global, quando a omissão criminosa deste mesmo governo custou a vida de centenas de milhares de pessoas, era uma tarefa complicada em si.

O distanciamento temporal e afetivo para o objeto de estudo era tão complicado quanto era urgente entender aquele fenômeno. Nesse contexto caótico, muitos estudos com os mais diferentes recortes temáticos sobre o bolsonarismo começaram a surgir. Não me lembro ao certo de quantos artigos sobre as relações exteriores do governo Bolsonaro li nos primeiros dois anos de governo, mas sei que foram muitos. Contudo, me senti sempre que faltava alguma coisa para além do ideológico, do projeto político. Parecia que viam o mundo com outra lente, que o significado das coisas era diferente.

Eram inúmeros os termos utilizados para denominar e tentar delimitar o governo Bolsonaro: populismo de direita, extrema-direita, ultradireita, autoritarismo de direita, fascismo, nova direita. Cada uma dessas análises tentava, de alguma maneira, focar nos aspectos que considerava mais importantes desse grande movimento de massa que chegou ao poder no ano de 2019. Quase sempre a construção desse referencial teórico terminava com a constatação de que, a despeito de todo embasamento teórico utilizado pelo autor, na prática, qualquer uma dessas delimitações eram falhas a princípio. Porque as fronteiras que definiriam se um grupo era democrático ou liberal, por exemplo, eram sempre nebulosas na prática.

O que me incomodava nas análises, e que me deixou paralisado a maior parte do doutorado, não foi exatamente a falta de uma delimitação teórica que desse conta de toda a heterogeneidade e volatilidade de todos os grupos que formavam a base ideológica daquele governo. As leituras partiam de julgamentos como “não-democráticos”, “políticas ideológicas e pouco pragmáticas” ou populistas. Ou então, tratavam esses movimentos como securitização de identidades, oriundos de patologias sociais coletivas ou falhas de caráter.

Meu projeto nasceu durante um governo que diminuía a importância da pandemia enquanto as pessoas ficavam trancadas em casa esperando, à noite, o boletim de quantos milhares morreram naquele dia. Todos os dias. A mim, parecia que estas construções teóricas não apreendiam todo o abismo civilizacional

invisível que havia sido criado entre estes grupos mais fanatizados e o resto da sociedade. Parecia que faltava apreender em uma análise acadêmica aquele sentimento que entendi lendo um romance israelense escrito nos anos 1980, sobre uma sociedade muito diferente entrando em grande colapso muito distante daqui.

De uma maneira que ainda não me era clara, essa leitura me ajudava a ler o governo Bolsonaro nas políticas de “imunidade de rebanho” e de rejeição da vacina durante a pandemia, e a leniência com o morticínio do vírus, assim como a maior parte das políticas de seu governo. Talvez mais importante que isso, ajudava a entender o bolsonarismo não como ideologia, mas como uma lente muito específica de leitura de mundo.

“O Brasil Não Pode Parar” foi a campanha lançada ainda em março de 2020, em oposição às medidas de paralisação de atividades econômicas presenciais para mitigar os efeitos da pandemia. Por que exatamente o Brasil não poderia parar? A importância do vírus era diminuída com a alegação contínua de que quem morreria seriam pessoas com comorbidades, pessoas idosas e fisicamente mais frágeis. Como se isso fosse um sacrifício necessário, no presente, para que o futuro não fosse acometido por um Mal maior. Como se fosse necessário sacrificar o presente em busca de um futuro glorioso, ou pelo menos um futuro não totalmente dominado por algum Mal oculto. Era uma outra forma de ler o mundo.

Minha missão, portanto, era arranjar alguma maneira de juntar as inquietudes sobre as definições que tentavam delimitar o bolsonarismo para que eu pudesse, a partir daí, entender as relações exteriores do governo. A impressão que eu tinha era que não bastava que eu lesse o bolsonarismo pelos olhos de um pesquisador, com as categorias que eram caras a mim e ao meu campo de pesquisa, era necessário enxergar o mundo através da lente bolsonarista, com seu vocabulário e com a sua temporalidade. Só através dessa lente eu conseguiria explicar a maneira como o bolsonarismo enxerga a si mesmo, o seu mundo e o seu tempo.

Evidentemente, o fenômeno do bolsonarismo foi construído ao longo de mais de uma década, de maneira extremamente visível na crescente radicalização política pela direita brasileira ao longo do século XXI. Existem alguns marcos como as Jornadas de Junho de 2013, o início da Operação Lava Jato em 2014 ou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 que foram importantes para a grande fratura social que foi acontecendo ao longo dos anos. A política brasileira tornou-se bélica de forma gradativa, de maneira que é difícil delimitar um

acontecimento ou ano específicos que marcam o início da radicalização e o ódio político. Essa é a narrativa mais bem consolidada sobre a história do nascimento do bolsonarismo, com mais ou menos ênfase em um ou outro evento.

Nesse ponto, é necessário voltar a falar sobre minha trajetória acadêmica, enquanto pesquisador de estudos judaicos, mas também como judeu. Isto porque este caminho me deu não apenas ferramentas teóricas diferentes das habituais para entender a radicalização política, acima de questões meramente morais e ideológicas, mas também me levou a um lugar específico privilegiado para enxergar o que se passava no país. Isto foi no já longínquo ano de 2017.

Foi em um dia de semana qualquer em abril daquele ano, em que o até então folclórico deputado Jair Messias Bolsonaro foi dar uma palestra no clube Hebraica em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Foi a famosa palestra em que vários insultos foram proferidos, a promessa de que não haveria mais demarcação de terras para indígenas, que quilombolas seriam medidos em arrobas e que não serviriam nem para procriar (Gherman, 2022, p. 85).

Até então, Bolsonaro não era uma grande figura da política nacional. Não havia ocupado nenhum cargo relevante, nenhum grande projeto de lei e integrava o baixo clero da Câmara dos Deputados. Na realidade, ele havia ganhado projeção nacional em meados dos anos 2010, não por sua atuação parlamentar medíocre, mas por sua participação em programas de auditório na televisão como CQC, da Band, ou Superpop, da Redetv. Era frequentemente convocado justamente para desfilas suas falas grosseiras e preconceituosas, principalmente homofóbicas. Quase sempre, ele era chamado para ser confrontado, em uma espécie de “freak show” por audiência. Com a fama de falar o que não mais era aceitável, alguns desses ressentimentos difusos que emergiriam sem muitas conexões ou projetos objetivos em 2013, com a ajuda do submundo da internet e das redes sociais, aos poucos se aglutinariam ao redor de sua figura. Ainda de início, em forma de brincadeira de internet, de “memes”, que acabaram por denominar aquele personagem folclórico de “mito”.

No lado de fora do clube, na calçada, formou-se um grande protesto. Aquele lugar de vista e minha participação naquele protesto, me ajudou a entender a separação física, como um abismo intransponível entre aqueles que estavam dentro e fora, entre os apoiadores e os adversários do bolsonarismo. Era a mesma sensação de abismo civilizacional entre os personagens d'*A Caixa Preta*. A ideia de que as

palavras proferidas por aqueles que estavam lá dentro da Hebraica não tinham o mesmo significado para nós, que estávamos do lado de fora. Estávamos no mesmo espaço e lugar, falávamos a mesma língua, mas tínhamos entendimentos do mundo diferentes.<sup>3</sup> Temporalidades diferentes.

É necessário fazer o recorte demográfico nesse caso. O evento aconteceu em área nobre do Rio de Janeiro, um dia de semana de noite. Ambos os públicos, os de dentro e os de fora, eram majoritariamente de judeus. No Brasil, a população judaica é majoritariamente de classe média e racializados como brancos. Também faziam parte de uma mesma comunidade étnico-cultural que não passa de algumas dezenas de milhares de pessoas, como no caso da cidade do Rio de Janeiro. As pessoas que entravam conheciam as que estavam do lado de fora. Estudaram juntas, frequentaram os mesmos espaços de socialização comunitária, eram parentes. A despeito disso, parece que a hostilidade de parte a parte ia muito além de simplesmente ideologias e opiniões distintas.

Existiam muitos caminhos que levavam pessoas ao bolsonarismo, assim como graus diferentes de adesão e ênfases diferentes nos discursos de cada um. Porém, no espaço público, na disputa política, essas diferenças desapareceriam. Antes do bolsonarismo chegar ao poder, com seu discurso beligerante e errático, talvez este tenha sido o seu principal troféu: a morte da nuance. A impossibilidade da coexistência e do dissenso. A filiação de uma imensa quantidade de discursos heterogêneos que se fundiram em uma mesma comunidade, que criou, a partir disso, uma impossibilidade completa de diálogo com aqueles que estão de fora dela. Ao final, cria-se a falência da própria política e da ideia de uma sociedade civil. Porque compartilham de uma linguagem, que transmite a ideia de um passado e de um futuro totalmente desconhecido para quem está de fora.

As *palavras* que eram utilizadas por ambos os grupos eram as mesmas, mas tinham sentidos completamente diferentes. Obviamente, falavam a mesma língua, o português, tinham as mesmas referências culturais e históricas. Entretanto, parecia que os mesmos significantes deram lugar a significados completamente distintos. Não eram apenas divergências político-ideológicas radicais, mas uma absoluta falta

---

<sup>3</sup> Aqui me baseio em uma leitura da perspectiva de Max Weber quando escreve sobre o desencantamento do mundo. Desenvolverei esta ideia ao longo do primeiro capítulo. Para este momento, é importante deixar imaginar apenas que, a partir do iluminismo, duas maneiras muito diferentes de ler o mundo se contrastam, como se fossem lentes que, apontadas para o mesmo lugar, formassem outras explicações para lugares, tempos e pessoas. Cf. WEBER, 2004.

de compreensão sobre o outro, como uma dissonância entre o que é falado e o que é compreendido.

Algumas palavras ficaram marcadas. Raça é uma delas. Bolsonaro fala dentro de um clube judaico, e recebíamos as informações do lado de fora, que os que estavam protestando como uma raça diferente:

Bolsonaro ressalta a diferença entre os judeus de dentro e os de fora usando as categorias de raça. Os judeus que protestam são a ‘raça aí fora’ e sobre eles produz referências desumanizadoras, como ‘seres ruminantes’. A plateia reage com muito entusiasmo (Gherman, 2022, p. 91).

Falando de judeus para judeus. Isso não causaria um escândalo, pelo contrário, faria com que o ex-capitão fosse aclamado efusivamente. Ficava óbvio que aqueles judeus aliados do lado de dentro não pensavam em raça como categoria tal qual a mim, ou os outros para fora dos muros do clube. Não fomos divididos em ideologias boas ou ruins, mas em raças. Uma raça de brasileiros “de verdade”, verde-amarelos, ultranacionalistas. Pertencentes a uma mesma comunidade imaginária.

As outras raças boas citadas por Bolsonaro eram japoneses, alemães e italianos. Não era necessário muito conhecimento da História do século XX para entender o que aquilo significava. Entretanto, em um clube judaico, isso não foi visto como problemático. Pelo contrário, Bolsonaro foi aplaudido do início ao final da palestra.

Em uma análise a posteriori, outra palavra importante de se pensar é a própria categoria de *judeu*. Bolsonaro fala muito de Israel, mas quase não fala de judeus, a não ser quando associado a “judaico-cristã”. A repercussão do protesto na porta da Hebraica entre os judeus bolsonaristas foi chamar o evento de “pogrom de Laranjeiras” (Gherman, 2022, p.114). Ou seja, um grande ataque antissemita, perpetrado por não-judeus. Organizações judaicas de esquerda, ou mesmo democráticas, eram desconsiderados como parte de uma comunidade vista como judaica. Interessante perceber este tipo de discurso em meio a um contexto comunitário diaspórico, onde a heterogeneidade da experiência judaica sempre foi a marca da manutenção de unidade. A experiência de desconsiderar um Outro como judeu, ainda mais um Outro com vivência intracomunitária, era uma grande novidade. De alguma maneira, para os judeus bolsonaristas, parecia que Bolsonaro

era mais judeu do que aqueles judeus de esquerda que viveram a vida inteira como judeus, viviam a comunidade judaica e, mais do que isso, protestavam enquanto judeus. Teria a palavra judeu trocado de significado?

A partir desse momento, foi necessário observar com mais atenção aquele fenômeno político, que estava muito longe de ser exclusividade da comunidade judaica. Políticos, famosos, colegas de trabalho, amigos e parentes passaram a falar de termos muito conhecidos, mas de uma maneira que parecia não fazer sentido com os significados estabelecidos. Termos como democracia, liberdade, comunismo, batalha espiritual, política e uma infinidade de outras palavras começavam a ter outros significados, que davam conta de uma visão de mundo totalmente diferente. Uma resignificação da própria linguagem a partir de uma experiência mística. As palavras significam outra coisa porque o mundo significa outra coisa. Porque o tempo é outro.

O uso é o que produz o sentido da palavra. O contexto é o que dá sentido ao texto. O que aconteceu com aqueles conhecidos que entravam na Hebraica naquela noite de 2017 e de todos ao redor que virariam bolsonaristas ao longo dos próximos anos foi um letramento, um treinamento específico. Uma colonização do texto, onde as mesmas palavras utilizadas por duas pessoas podem assumir diferentes subjetividades:

Compreender a ideologia do fascismo não exige “pensar como um fascista” e, desse modo, recuperar os processos psicológicos que tornaram certas ideias tão aceitas. Trata-se, em vez disso, de compreender o que os fascistas pensavam por meio daqueles documentos que eles mesmos produziram e interpretar suas intenções a partir do sentido que esses documentos poderiam assumir em um contexto determinado. Ou seja, os significados relevantes são aqueles partilhados intersubjetivamente pelos atores (Bianchi, 2024, p. 59).

De alguma maneira, há uma colonização, na medida em que o outro dá sentido à subjetividade do eu (Gherman, 2022). Quando os judeus de dentro da Hebraica aplaudiram quando Bolsonaro bradou que os judeus de fora era uma raça inferior, ele deu outro sentido a própria ideia de judeu. Ele estava trazendo aqueles judeus convertidos a uma comunidade que não era mais judaica, mas era judaico-cristã. Com valores, passados e subjetividades criados a partir do referencial de civilização do Ocidente. Nesse sentido, outros laços comunitários são formados, a

partir de referências exógenas, dando àqueles judeus um significado de judeu diferente do que eles próprios tinham. Por isso é uma colonização, assume-se a experiência de um outro, como uma referência epistêmica do próprio eu. Aqui, a ideia de pogrom me lembra de uma passagem do livro *Violência* (2014), de Slavoj Žizek:

[...] a violência verbal não é uma distorção secundária, mas o último recurso de toda a violência especificamente humana. Consideremos o exemplo dos pogroms antissemitas, que podem representar aqui toda a violência racista. O que os perpetradores dos pogroms acham intolerável e enfurecedor, aquilo que os faz reagir, não é a realidade imediata dos judeus, mas a imagem/figura do “Judeu” que circula em sua tradição e foi por esta construída. O problema, evidentemente, é que um indivíduo isolado não pode distinguir de maneira simples entre os judeus reais e a sua imagem antissemita: essa imagem sobredetermina o modo como eu faço a minha experiência dos próprios judeus reais, além de afetar ainda o modo como os judeus se experimentam a si próprios. O que torna intolerável um judeu real que um antissemita venha a encontrar na rua, o que o antissemita tenta destruir quando agride o judeu – o verdadeiro alvo de sua fúria – é essa dimensão fantasmática (Žizek, 2014, p. 52).

Antes de mais nada, a disputa era epistêmica. Como se a dimensão fantasmática ao qual Žizek se refere, da criação dos significados de judeus pelos antissemitas, fosse absorvida por uma parcela da comunidade judaica. A ideia de que há uma minoria forte que controla a economia e a imprensa, que degenera os valores morais da sociedade por dentro e que conspira para dominar. Toda a gramática antissemita é aprendida e propagada. O que muda é a direção para o qual o significante *judeu* vai. Ao invés de ser este agente degenerador, ele se funde à norma e à cristandade, que vira Civilização Judaico-Cristã. Todos aqueles que são contraditórios a esta gramática de entendimento do mundo são alvo dessa linguagem de violência.

É por isto que é um letramento, porque vem a partir de ensinamento e compartilhamento. Esses novos significados são ensinados, e quem aprende forma um outro eu, que vai compartilhar dessa linguagem. A ressignificação da linguagem como uma nova chave de entendimento do mundo, da criação de novos passados e de novos futuros, colonizando o *self*. Uma linguagem bélica, simplificada e que retira toda a nuance das identidades e relações humanas, que vê o mundo de maneira

binária, entre bem e mal. Vê o mundo entre o presente degenerado e o passado glorioso que precisa ser retomado, em um futuro atemporal.

No livro *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich* (2009), Victor Klemperer analisa como a língua alemã passa por intensas transformações durante a ascensão do nazismo na Alemanha. Não apenas entre os partidários mais radicais do nazismo e nem mesmo é restrito aos discursos político-ideológicos. A própria língua alemã, utilizada no cotidiano, parecia ter mudado. Uma língua que passou a ser avessa a metáforas e outras figuras de linguagem. Uma linguagem direta, fática, utilizada como arma, como se a linguagem do outro fosse perigosa e perniciosa. Ou seja, uma linguagem que interdita a linguagem do outro. Assim, a nova linguagem alemã inaugurada pelo nazismo também possui muitas exclamações e aspas irônicas, mas pouquíssimas interrogações. Não poderia ser afeito à literatura, como construção da alteridade do outro.

Klemperer mostra que a conversão ao nazismo não é apenas uma conversão ideológica, mas uma conversão à linguagem. É o que se chama de gramática fascista. Acima de uma ideologia ou de um movimento político, é uma forma de se comunicar que vai criar uma comunidade letrada nesta nova língua, que vai criar subjetividades, identidades e passados a partir desse letramento.

Por exemplo, a ideia de fanático. Klemperer argumenta que o termo fanático, que sequer tinha tradução exata na língua alemã, como no francês ou no inglês, foi bastante utilizado por pensadores iluministas de maneira pejorativa. O fanático era um indivíduo que não utilizava a razão, algo entre o crime e a doença. Antes do nazismo, ninguém utilizava fanático como algo positivo. O termo invadiu a imprensa e os discursos nazistas de maneira quase onipresente, para adjetivar as multidões, os elogios e a crença. O não-pensar, o não-hesitar do fanático passou a ser visto como sinal de nobreza de espírito, pois os fanáticos tinham energia e entusiasmo de atuação para dar sua vida a uma causa maior, sem pensar ou pestanejar. Assim, o próprio sistema educacional nazista passou a educar para o fanatismo. O fanatismo como positivo foi importante para se construir uma educação formal que ceifa qualquer possibilidade de pensamento crítico (Klemperer, 2009).

O bolsonarismo, por sua vez, não constrói a ideia do fanático como positivo, mas a figura do patriota. O patriota abandona a sua vida para poder acampar em frente a quartéis, ou invade para quebrar todas as sedes dos poderes republicanos

na Capital. O patriota não pensa, não hesita, não questiona, ele executa. Ele não se vê como um militante político, não se vê como atravessado por ideologias, ele está ali por algo maior. Entretanto, não é necessário sequer entender o que é exatamente esse algo maior. Não há a definição exata do que é pátria ou de como esse sistema de governo deve existir. Há apenas exclamações, ataque, batalha.

Fanatismo vem de *fanum*, que significa santuário, templo (Klemperer, 2009). No início, era o nome daqueles que entravam em êxtase religioso. O iluminismo era contra justamente porque o fanático era, por excelência, o inimigo do racionalismo. Ele não sabe e não precisa buscar ou racionalizar nada, nem mesmo a sua própria espiritualidade. O patriota funciona da mesma maneira. Ele não precisa definir a pátria ou pensar criticamente sobre ela. Ele precisa entrar em seu êxtase de espírito, precisa querer morrer pela pátria, e isso basta. Nesse caso, o combate aos inimigos do bolsonarismo, internos e externos, em uma experiência cujo ápice é o próprio confronto.

Evidentemente, há interesses econômicos e políticos envolvidos nas hordas de patriotas. Entretanto, tratar o patriota bolsonarista apenas como um nacionalista ufanista demagógico, ou uma mera militância política de extrema-direita, não dá conta de entender essa formação de comunidade, dessa experiência estética e nem dessa formação de identidade. É necessário entender o que exatamente significa patriota, seu novo significado, que vai criar novas subjetividades, identidades e ações políticas. Em certo momento, a gramática bolsonarista<sup>4</sup> colonizou completamente o significado da palavra patriota.

A luta do fanático nazista (com o significado dado pela gramática nazista) era a *guerra judaica* (Klemperer, 2009). Ou seja, ele era fanático porque seguia as ordens sem questionamentos, porque era disso que dependia a vitória na guerra. Chamar as batalhas que a Alemanha travou na Segunda Guerra Mundial de guerra judaica era importante, não apenas por uma questão retórica de discurso público. Se a guerra era judaica, foram os judeus que começaram, portanto, o que a Alemanha fazia era uma guerra defensiva, para a própria sobrevivência (Klemperer, 2009). Não havia espaço para recuar ou negociar. A luta era existencial. Os judeus não estavam visíveis e eram demograficamente poucos. Acreditar na guerra judaica

---

<sup>4</sup> O conceito de gramática bolsonarista, que será central no desenvolvimento desta tese, se origina da leitura do livro *LTI – A Linguagem do Terceiro Reich*, de Klemperer (2019), desenvolvido pelas discussões do NIEJ/UFRJ.

era acreditar que o que se estava combatendo era uma conspiração nos moldes antissemitas como *O Protocolo dos Sábios de Sião*, combater o próprio Mal invisível, que degenerava a sociedade por dentro. Combater a guerra judaica não era apenas colocar em outro a culpa pelo conflito, era construir a imagem de si mesmo como o Bem, a luz.

O patriota também é luz, também está combatendo o Mal. Mas esse mal, que vai corroer a sociedade por dentro, não é mais os judeus. Esse Mal está em vários grupos diferentes, nas categorias como *marxismo cultural* e *globalismo*. Estes significantes assumem o papel que os judeus tinham na gramática fascista, de degeneração da sociedade por dentro e de domínio mundial. Nesse caso, não é mais uma guerra judaica, mas uma *batalha espiritual*, ou *guerra cultural*. Ambos os termos têm essa mesma conotação, que vai criar no patriota a identidade de ser o Bem absoluto, de ser a luz em meio às ameaças que a escuridão traz. Assim, a gramática bolsonarista é afiada, tal qual a fascista. A divisão entre bem e o mal demanda a divisão entre palavras (e pessoas, grupos, nações, ideias) boas e ruins. Que devem ser exaltadas ou combatidas a priori.

Pensar no bolsonarismo enquanto gramática, a partir da mesma estrutura de visão de mundo, dá a possibilidade de revisitar estudiosos importantes do fascismo clássico na missão de entender o bolsonarismo. Não por causa de um mesmo projeto político ou discurso propriamente dito, mas na maneira como se forma o vocabulário dessas correntes políticas, na ideia de que o mundo é dividido de maneira maniqueísta entre o bem e o mal.

Walter Benjamin (1985) defendia que o fascismo era uma experiência estética e sensorial cujo ápice era a guerra. Adorno (2020) dizia que o sonho do fascismo era a destruição do Outro. Mas este Outro é o que criou o presente como ele é. Portanto, a gramática fascista demanda a destruição do próprio presente. O significado das palavras leva a uma destruição das coisas como elas são. Pois só existe o bem se existir o mal a ser enfrentado, e o mal precisa ser criado e recriado o tempo inteiro, até que não exista mais do presente, até que se retorne ao passado. No glossário da gramática fascista, as palavras que remetem ao passado idílico perdido são boas, e as que se referem ao presente decadente são ruins e precisam ser estereotipadas, malditas, despidas de toda nuance.

Depois do bolsonarismo ter se instalado como movimento político avassalador na política brasileira, muitas características podem ser levantadas para

defini-lo, como o ultraconservadorismo, moralismo, anti-feminismo, anti-LGBTQIA+, ultraliberalismo econômico, extremismo religioso, dentre muitas outras. Nenhuma dessas caracterizações são falsas e foram facilmente percebidas ao longo desses últimos anos. Entretanto, é necessário entender como o bolsonarismo lida com essas características enquanto gramática, enquanto uma maneira de se expressar e de entender o mundo.

Por exemplo, quando Bolsonaro apresenta nas eleições de 2018 o *kit gay* como uma ameaça da esquerda para as crianças, ele não está apenas espalhando pânico moral por meio de mentiras para ganhar as eleições. Até o nome utilizado, *kit gay*, letra as pessoas nessa nova gramática. O termo *gay* deixa de ser uma orientação sexual de um indivíduo e passa a ser uma categoria política do Outro, que é visto como degenerador dos valores da sociedade.

Portanto, a homofobia latente do bolsonarismo não é meramente a manifestação de um moralismo sexual, mas a defesa da civilização Ocidental contra esse Outro degenerador, que incorpora a cartilha do suposto marxismo cultural. Assim, qualquer manifestação de direitos LGBTQIA+ não é uma manifestação de direitos individuais ou coletivos, mas parte do plano arquitetado para acabar com os valores ocidentais da chamada civilização judaico-cristã. Nessa gramática maniqueísta do mundo, o vocábulo *gay* é diametralmente oposto a *patriota*. Estão dentro do mesmo campo semântico de guerra cultural. A conjuração do bem contra a conspiração do mal. Não há muita diferença entre *gay*, *comunista*, *indígena*, *feminista* ou o *judeu* que protestava do lado de fora da *Hebraica*. Todos cabem dentro do *kit gay*. Nesse sentido, *gay* representa o perigo, o presente, a degeneração moral da sociedade como um todo.

A gramática bolsonarista é um produto de seu tempo, em sua fase do desenvolvimento do capitalismo financeiro, massificação de mídias via internet e constante interlocução com outras gramáticas fascistas ao redor do planeta, que surgem na mesma época. Ao mesmo tempo, é fruto de um contexto profundamente brasileiro, da falência do projeto Brasil-Nação, enraizado em uma sociedade colonial extremamente desigual, violenta e escravagista. Ela também é produto de um profundo descontentamento com a sensação de perda, que é causada pela modernidade e pela construção de um Outro degenerador da sociedade pretensamente tradicional, sentimento que vem desde do alvorecer das primeiras cidades modernas europeias, ao mesmo tempo que está profundamente conectado

com a supremacia do capitalismo financeiro internacional a partir dos anos 1990, que atinge particularmente a América Latina e o Brasil.

Portanto, é necessário fazer uma espécie de genealogia do sentimento e da própria formação de identidades que vão produzir essa gramática. Não como uma ideologia ou um projeto político estabelecido, mas como uma forma de comunicação, como desejo e como estética. Por este motivo, importa menos o discurso oficial para políticas públicas em termos práticos ou a postura em relação às instituições democráticas, e mais a manutenção de uma comunidade que fala esta língua e o letramento de novos adeptos.

Em outras palavras, na Hebraica em 2017, pouco importava quais eram as políticas prometidas por Bolsonaro aos presentes caso se tornasse presidente, mas sim o aprendizado de novos significados e de novas palavras. Não eram promessas de campanha, mas letramento. Novas formas de entender e explicar o mundo. Novos significados, com significantes novos e antigos.

Ou seja, entender como se desenvolve a linguagem fascista, nos seus significados atribuídos, em sua subjetividade e identidades gerados por esta linguagem compartilhada. Metodologicamente, a utilização do fascismo enquanto categoria de análise, ao me referir ao bolsonarismo, não se dá pela construção ideológica. Características fundamentais dos fascismos históricos vão perdendo força com o tempo e adquirindo novas roupagens. Por exemplo, muitas vezes a comunidade imaginária de grupos pós-fascistas<sup>5</sup> europeus na atualidade não é construída ao redor de uma nação específica, mas pela defesa da Europa como um todo, com a construção de inimigos externos de outros continentes.

Isto não tem a ver com uma ideologia ou uma maneira de pensar o mundo diferente do fascismo histórico, mas porque a globalização muito mais acentuada, juntamente com meios de comunicação muito mais evoluídos, ajudam a criar outro tipo de imaginário civilizacional.

Este movimento metodológico não é incorrer em anacronismos, mas entender o fascismo como linguagem, como gramática. Porque mesmo expoentes desse pós-fascismo moderno, que claramente estão no mesmo movimento político, como Steve Bannon ou Olavo de Carvalho, possuem visões de mundo, de inimigos e de

---

<sup>5</sup> Conceito utilizado por Enzo Traverso (2019). Será explicado com mais detalhes no decorrer da tese.

comunidades imaginárias muito distintas entre eles. Entretanto, possuem a mesma forma gramática, a mesma forma de simplificar a linguagem na separação semântica de Bem e Mal, o mesmo letramento e formação de vínculos comunitários a partir dele.

Portanto, de alguma maneira, entender o tempo para o personagem Michel no romance *A Caixa Preta* me ajudou a começar a entender o bolsonarismo como gramática enquanto eu vivia o meio de seu mandato, com o mundo de cabeça para baixo, em meio à pandemia. A linguagem maniqueísta e bélica, o presente esvaziado em relação ao futuro e o passado, a desconstrução do Eu em detrimento de uma identidade do Eu construído pelo Outro. Isto só foi possível por causa da minha formação acadêmica prévia. Particularmente, aos muitos anos como pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ, acompanhado de muita leitura acerca da formação do nazifascismo como linguagem, não apenas como movimento político, mas também como formação de identidade de Eu e do Outro na modernidade, tema particularmente relevante para os estudos judaicos.

Minha formação acadêmica e minha vivência durante o governo Bolsonaro me empurraram na direção de começar a entender a política bolsonarista a partir da subjetividade que era forjada pelo grupo, através de uma linguagem simplificada e bélica, de um tempo presente esvaziado, de profunda rejeição aos valores modernos e toda a complexidade da sociedade na modernidade. Em meio ao caos durante a pandemia e um governo leniente com a morte, meu objetivo parecia um exercício de autoficção nacional, que me levou a perceber, em um personagem de ficção israelense fanático religioso, uma peça importante no quebra-cabeça para o entendimento deste fenômeno por inteiro.

Por outro lado, meu objeto de pesquisa era a política externa brasileira durante o bolsonarismo. Para isto, poderia pesquisar sobre como o corpo diplomático brasileiro reagiu ao bolsonarismo, lobbies, formações de burocracias do Estado, relacionamento do governo com instituições transnacionais, números de comércio bilateral com outros Estados, acordos econômicos e estratégicos firmados durante o governo. Estas são variáveis que podem explicar de maneira pragmática o desempenho de governos no âmbito das relações internacionais, a despeito de preferências ideológicas. Ainda assim, estava claro uma dissonância entre meu processo de entendimento do bolsonarismo como fenômeno político e movimento

que chegou ao poder e estes objetos de análise. Ao longo da pesquisa, percebi que as questões pragmáticas presentes eram menos importantes do que a construção de um futuro e de um passado.

Quando Bolsonaro assume o poder em 2019, todos os ministérios e discursos vão passar a operar dentro desta gramática bolsonarista. O significado de governo, democracia, instituições, economia, tudo está dentro desta lógica, e também o Ministério das Relações Exteriores. Meu desafio então seria conseguir conciliar, por um lado, uma construção teórica baseada na linguagem, na gramática, na ideia de uma temporalidade que esvazia o presente. Essa subjetividade que vem de uma negação da modernidade e dos valores modernos. No fundo, uma negação do próprio Estado moderno, enquanto Estado, e do próprio tempo presente. Por outro lado, objetos de análise com esta construção teórica bastante circunscritos e tradicionais. A relação entre Estados, suas burocracias e economias, totalmente desencantados e sujeitos à toda sorte de lobbies e interesses presentes, profundamente pragmáticos.

O caminho que persigo, portanto, é de entender como o governo Bolsonaro construiu suas relações com outros Estados através do que *significam* estes Estados, e o que significa o próprio Brasil. Ou seja, como os símbolos associados a povos, nações e Estados específicos são interpretados pela linguagem bolsonarista e como a gramática bolsonarista constrói sua memória em relação a estes Estados.

A construção da gramática bolsonarista acontece ao longo dos quatro primeiros capítulos dessa tese. O primeiro capítulo inicia esta discussão com o processo de formação do Outro na modernidade, o desencantamento do mundo e a formação de identidades próprias. Grosso modo, como o desencantamento do mundo proposto por Max Weber gera uma espécie de “desletramento”, retirando a inteligibilidade da compreensão do mundo. A partir disso, como a chegada do Outro não apenas cria a própria identidade do Eu, mas como o Outro absorve a ideia de mudança, da ruptura com a tradição, encarnando a “abstração” própria da modernidade.

Nesse contexto, o fascismo aparece como uma revolta contra a abstração moderna, contra os valores da modernidade, o internacionalismo, a ruptura com a suposta tradição e a própria passagem do tempo, na ideia de progresso. Essa gramática, este progresso, ou seja, a passagem do tempo e a modernidade, não podem ter chegado com processos históricos complexos, mas foi perpetrado por

algum grupo, com um planejamento muito específico de dominação mundial. Assim, o conspiracionismo é importante porque devolve a inteligibilidade ao mundo e a concretude à História. Este primeiro capítulo fornece a construção teórica da gramática bolsonarista que começou já nesta introdução, e que vai servir como referencial para toda a tese.

No segundo capítulo contrasto essa construção de tempo e de memória própria da gramática fascista com a construção do Brasil enquanto sociedade e nação. O objetivo é mostrar que estes são dois ideais de tempo antagônicos. O primeiro enxerga a história como degeneração de um passado idealizado, que foi perdido graças a um Outro degenerador que trouxe a abstração para o entendimento de mundo. Na construção do Brasil-Nação, o ideal de País do Futuro e de democracia racial, pelo contrário, colocou a identidade de brasileiro não em um passado perfeito, mas em um futuro que chegaria em algum momento. O passado, ainda que idealizado, não era um lugar a se retornar, mas a ser esquecido e superado. O fascismo possui influência na formação nacional conservadora brasileira, dado o mesmo momento histórico, principalmente a partir de Getúlio Vargas na década de 1930, mas a gramática de entendimento do mundo e do tempo são diferentes.

No terceiro capítulo, discuto como a situação muda um século mais tarde, com a propagação de uma linguagem fascista que dialoga com a memória de construção nacional brasileira. Primeiramente, a partir do avanço do neoliberalismo universalizante dos anos 1990, e a falência de um projeto nacional de país. Depois, a partir da falência do Brasil-Nação, a disputa por memórias nacionais. De um lado, a reconstrução do passado brasileiro como violento, escravista e racista, que vai criar subjetividades e memórias que possuem ação prática com políticas de reparação. Por outro lado, a construção de uma memória brasileira que considera a nação como integrante de um suposto Ocidente, baseado em uma civilização judaico-cristã que precisa ser recuperada.

Essa civilização judaico-cristã, em um contexto brasileiro, cria uma memória brasileira profundamente branca, patriarcal e ultraconservadora. Mais do que isso, cria um passado idílico atemporal e divino, que se perdeu em algum lugar da História por obra de grupos específicos modernos e diabólicos. Por isso, essa construção de passado Ocidental e divino necessariamente demanda a construção de mundo via conspiracionismo. Assim, essa disputa de passado pavimenta o caminho para a construção de uma gramática com os moldes da gramática fascista

e se espalha com extrema naturalidade. Por suas características únicas, próprias de uma herança cultural brasileira, chamo de gramática bolsonarista. Não como um movimento político, mas como uma linguagem, que cria uma comunidade de entendedores e que visa letrar cada vez mais pessoas.

O quarto capítulo, o último dessa primeira parte, coloca a construção da gramática bolsonarista em diálogo com outras tentativas de delimitar e de explicar o fenômeno das novas direitas, mais comumente utilizados pela literatura acadêmica. Também faz um breve diálogo com outras gramáticas fascistas ao redor do planeta, mais precisamente na Europa e nos Estados Unidos, com o objetivo de mostrar que há inimigos e agendas muito diferentes, mas uma mesma maneira de se construir o mundo e a realidade, um mesmo tipo de letramento. Termina o quarto capítulo introduzindo como será feita a avaliação da política externa bolsonarista através dos instrumentos de análise construídos até este momento.

A segunda parte da tese se utiliza desse instrumental teórico construído ao longo desses quatro capítulos para analisar a política externa do governo Bolsonaro a partir do ano de 2019, quando sobe ao poder. A análise versa menos como se deu a política “na prática”, visto que decisões pragmáticas são irrelevantes para a construção de uma gramática bolsonarista e há muitos freios institucionais que barraram uma política externa totalmente bolsonarista. Me interessa, portanto, o quanto alguns Estados Nacionais se encaixam nessa gramática de maneira a explicar o mundo de maneira simplificada. Em outras palavras, qual o significado de cada país para a gramática bolsonarista, que se distancia do seu significante original de Estado Moderno.

A análise de política externa através dessa construção de gramática possui duas consequências importantes. A primeira é que as declarações bizarras, grosseiras e polêmicas, que buscam animar a militância bolsonarista e letrar novas pessoas, se tornam o centro da política externa. Elas são a parte mais importante dessa política, e não apenas uma espécie de cortina de fumaça para questões mais práticas e (teoricamente) mais relevantes, como acordos comerciais ou parcerias bilaterais, por exemplo. A liturgia e a burocracia se tornam pouco relevantes porque não tem vez nessa gramática.

A segunda consequência é que, ao admitir que os significantes Estado-Nação possuem significados diferentes dentro dessa gramática, também admito que não há separação entre política externa e política interna. Tudo está dentro da mesma

constituição de mundo simplificada, concreta, maniqueísta. Portanto, entender a política externa bolsonarista é entender toda a lógica de atuação política em qualquer ministério do governo.

A partir disso, começo a discutir o capítulo cinco, com a construção da comunidade imaginária do bolsonarismo, que possui fronteiras muito diferentes da nação brasileira: a civilização judaico-cristã. Esta comunidade abrange não só um grupo de pessoas bastante específico (nesse capítulo tratamos com maior riqueza de detalhes o evento da Hebraica, que divide o muro entre os “de dentro” e os “de fora”) na população brasileira, mas também de outros países. Aqui, dou destaque aos dois principais atores nessa construção: Estados Unidos e Israel. A gramática bolsonarista forja a memória civilizacional ocidental baseada na civilização judaico-cristã, do qual fazem parte o Brasil, os Estados Unidos e Israel. Entretanto, não é a população inteira desses países, mas aqueles letrados na gramática bolsonarista, aqueles que fazem parte dessa comunidade. A civilização judaico-cristã tem uma constituição branca, ultraconservadora, cristã, armada, bélica, ultraliberal.

Isto não significa que só pessoas brancas possam fazer parte dessa comunidade, mas que pessoas não-brancas fazem parte de uma gramática de entendimento de mundo essencialmente branca. Pessoas não cristãs entram também nessa gramática, mas, uma vez ultraconservadores e bolsonaristas, são lidas como cristãos. Por isso, na gramática bolsonarista, os judeus de dentro da Hebraica eram profundamente cristãos, pois pertenciam de maneira atávica à civilização judaico-cristã.

O sexto e último capítulo trabalha com os países que são estes Outros absolutos, que representam a degeneração do Ocidente, a passagem do tempo e a própria modernidade. Primeiramente, retorno à questão da construção do Outro de Dentro, que desenvolvo no primeiro capítulo, para encerrar a tese. A diferença é que, se no primeiro capítulo o Outro conspirador é o judeu, no último trataremos o histórico do anticomunismo no Brasil, que funciona na mesma gramática, apenas com diferentes significantes.

Após essa introdução, meus objetos de análise serão dois países cujo governo Bolsonaro criou muitos conflitos: China e Venezuela. A China é uma potência global, do outro lado do mundo, étnica e culturalmente muito diferente do Brasil. Ela representa o comunismo mundial, e foi muito associada, na gramática

bolsonarista de conspiração, à pandemia de Covid de 2019. Já a Venezuela é um país vizinho, em profunda crise econômica e humanitária. É um país que representa não apresenta uma ameaça de dominação, mas que serve como exemplo para o que o comunismo pode fazer com a população de um país. Em outras palavras, na gramática bolsonarista, a Venezuela é vítima do comunismo, enquanto China é o próprio comunismo.

As relações econômicas práticas são bastante dissociadas do discurso, visto que a China continuou sendo a principal parceira comercial do Brasil, provando que a retórica é a política mais importante da gramática bolsonarista. Também estão no mesmo campo semântico de China e Venezuela as organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas ou a Organização Mundial da Saúde, pois essas também se pretendem, dessa lógica, à uma dominação global, baseada em valores modernos abstratos. Em resumo, o inimigo internacional não apenas é o comunismo, mas também o globalismo. Estes termos são muitas vezes intercambiáveis e adquirem o mesmo significado de dominação global. Isto ficará mais claro ao longo de toda a tese.

Há uma diferenciação importante entre a primeira e a segunda parte dessa tese no próprio modo de escrita. Na primeira parte, tento aprofundar as origens da gramática bolsonarista pelos mais diversos ângulos. Para tentar dar conta dessa construção teórica, utilizo uma vasta literatura de análise do nazismo e do antissemitismo, além de uma literatura pós-colonial, para pensar a construção do Outro na modernidade. A extrema-direita opera, como será argumentado, no âmbito do ressentimento e do medo. Por isso, utilizo também algumas manifestações artísticas que dialogam com o espírito do seu tempo, ajudando a traduzir esses sentimentos que se transformam em movimento político poderoso sem que haja uma ideologia. Procuo, assim, dar conta do sentimento que tentei transmitir no início desta introdução.

A segunda parte, muito mais prática, traz muitos recortes de notícias de eventos e declarações dos principais nomes do governo Bolsonaro para a política externa durante o mandato. Também há construções teóricas que dialogam com o objeto central de cada um desses capítulos, mas sempre baseadas na primeira parte. A gramática bolsonarista trabalha entre declarações criminosas e risíveis, que trafegam entre o ódio explícito, o humor raso e a escatologia. Para escrever sobre essa gramática, é necessário não deixar com que ela tome conta da narrativa e dos

sentimentos ao longo deste trabalho, como fez com o debate público brasileiro durante todo o tempo que esteve no poder. Por isso, houve a preocupação de deixar as discussões mais complexas separadas da prática bolsonarista. Ao invés de discutir arte como manifestação de sentimentos, me utilizo, por exemplo, do humor em algumas partes. É necessário tomar o controle do texto quando se lida com a gramática bolsonarista, o que é sempre muito difícil.

Também é necessário salientar que este trabalho foi redigido ao longo de muito tempo, não apenas enquanto há poucos consensos com relação ao que é o bolsonarismo em sua política externa ou mesmo em sua definição mais básica. Grande parte da bibliografia e fontes utilizadas nos últimos capítulos sequer existia quando a tese começou a ser escrita. Portanto, é necessário salientar novamente que esta tese não visa encerrar qualquer discussão a respeito do bolsonarismo enquanto movimento, ideologia ou prática política, e nem mesmo fornecer dados inéditos sobre a política externa bolsonarista. Em vez disso, é a criação de um novo arcabouço teórico, que vai fornecer novas ferramentas para a análise desse fenômeno político que, ao que parece, veio para ficar.

## 2

### O Diabo é o Outro

Há um caráter errático em qualquer fenômeno político ligado à extrema-direita. A falta de programas de governo específicos, as políticas autodestrutivas, os discursos tão inflamados quanto fugazes, sob um manto de aparente irracionalidade, contrastam com o que se imagina de políticas em um mundo de racionalidade pós-Iluminista. Mesmo o rótulo cartesiano de extrema-direita parece, na prática, não conseguir englobar muitas das pautas dos grupos que vemos como extrema-direita. Assim sendo, como explicar um movimento político no qual a única coisa que parece ser mais constante é a verborragia que elegerá o inimigo e a grande causa da próxima semana?

Este é um desafio que é naturalmente difícil quando estamos na Academia, porque opera em uma lógica muito diferente do positivismo típico do fazer científico. Há muitos caminhos para explicar a maneira como grupos extremistas veem o mundo de forma tão afastada da realidade concreta, se é que esta existe. É muito difícil enxergar um grupo de pessoas vestidas de amarelo, de joelhos, em uma rodovia rezando em direção a um pneu ou homens emulando toscamente cânticos militares acampados dia e noite em frente a quartéis do exército sem que análise passe pelo patológico ou pelo risível. No entanto, não há irracionalidade ou comportamento de exceção. Essa aparente suspensão da razão, que se apresenta de maneira tão escatológica nesses casos, é a mesma que tentou um golpe de Estado no dia 8 de janeiro de 2023, que governou o país por quatro anos e que foi capaz de produzir catástrofes humanitárias aos montes durante o século XX. É trilhando essas pegadas que entenderemos a lógica por trás da política externa do governo Bolsonaro, que é o objeto final do nosso trabalho.

A Sociologia, as Relações Internacionais e outras áreas das Ciências Humanas muitas vezes não conseguem explicar essa disfuncionalidade política com seu instrumental teórico tradicional. Uma visão marxista clássica explica o fascismo através da racionalidade da luta de classes e de interesses econômicos. Por exemplo, Felipe Antunes de Oliveira (2019) explica a ascensão da extrema-direita latino-americana por uma reação das classes dominantes aos ganhos sociais durante governos de esquerda na região:

O contra-ataque da classe dominante foi devastador. Além da guerra econômica travada por meio de boicotes à produção e fuga de capitais que levaram ao aumento da inflação, as camadas mais altas da classe trabalhadora, ou seja, as classes médias latino-americanas tradicionalmente conservadoras, foram ativamente mobilizadas sob bandeiras moralizantes, como a luta contra a corrupção. [...] Particularmente instrumentais para a análise da crise latino-americana contemporânea foram os conceitos de ‘superexploração do trabalho’, ‘fascismo periférico’ e ‘classes dominadas-dominantes’ (Oliveira, 2019, p. 1159-1160).

Por meio de outro referencial teórico, com o auxílio da psicanálise lacaniana, muitos autores de Relações Internacionais optam pelo conceito de *segurança ontológica* (ou seja, pela busca de uma manutenção do *self*, de seu estar no mundo) para justificar as políticas de hostilidade do que chamam de “ultradireita” contemporânea. Nesta leitura, a possibilidade do conflito como o horizonte é admitida:

Aplicada a estados, a busca por segurança ontológica revela outro segundo dilema na política internacional: a segurança ontológica pode entrar em conflito com a segurança física. Até mesmo um relacionamento prejudicial ou autodestrutivo pode fornecer segurança ontológica, o que significa que os estados podem se apegar ao conflito. Ou seja, os estados podem realmente preferir seu conflito contínuo e certo à condição perturbadora de profunda incerteza quanto à identidade do outro e de si mesmo.

A dinâmica de apego da busca ontológica de segurança, portanto, inverte o vínculo do dilema de segurança entre incerteza e conflito, sugerindo que o conflito pode ser causado não pela incerteza, mas pela certeza que tais relacionamentos oferecem aos seus participantes (Mitzen, 2006, p. 342).

Entretanto, em ambos os casos, há uma tentativa de buscar uma funcionalidade para estes discursos, como se estes forjassem uma ideologia minimamente coerente com projetos políticos concretos. Com isso, perde-se a capacidade de análise da continuidade entre o fascismo histórico e a ultradireita moderna.<sup>6</sup> Entretanto, há uma continuidade de ressentimentos específicos, de

---

<sup>6</sup> Um caminho teórico relevante que vai nesta direção é o desenvolvimento do conceito de pós-fascismo por Enzo Traverso no livro *As Novas Faces do Fascismo* (2019), que enxerga a emergência de uma direita radicalizada em várias nações democráticas no século XXI como uma leitura do outro enquanto forte e conspirador, pela sensação de perda em relação ao outro. No quarto capítulo, que será dedicado ao diálogo dessa construção teórica que proponho com outras contemporâneas, esse diálogo ficará mais claro.

gramática e, também, de disfuncionalidade, como veremos mais adiante. Por este motivo, entender esses movimentos políticos através de seu discurso objetivo ou de sua prática política é apenas olhar para a superfície do problema, o que impede a compreensão dos imaginários políticos e civilizacionais que moldam essa gramática de entendimento de mundo.

Mas do que isso: esse modo de agir e pensar é tão fruto da modernidade quanto a racionalidade científica que produz trabalhos acadêmicos como este. A extrema-direita produz sua realidade paralela a partir do momento em que produz o Outro. É a produção do Outro a partir da produção da própria identidade, que vai forjar medos e imaginários diversos, que vai definir a extrema-direita. Por isso, o primeiro capítulo é sobre a construção do Outro na modernidade, pelos seus sentimentos de pertencimento e identidade. Para entender a construção deste sentimento, de maneira bastante subjetiva, vamos utilizar um clássico da literatura como instrumento de análise. Por isso, antes de entrar no fenômeno do bolsonarismo no Brasil, começamos com uma obra de William Shakespeare. Como ficará mais claro ao longo do capítulo, o afastamento da realidade do Brasil do século XXI para a que foi escrita essa obra não é um impeditivo para analisar os mesmos sentimentos e lentes anti-modernidade para se ler o mundo. Pelo contrário: ela ajuda a entender parcialmente nosso objeto de pesquisa não como uma patologia social de nossos tempos, mas inerente ao nosso próprio desenvolvimento civilizacional.

*O Mercador de Veneza*, peça de autoria do dramaturgo inglês William Shakespeare, foi publicada inicialmente no ano 1600. Dividida em cinco atos, é uma comédia ambientada na cidade de Veneza do século XVI. Nesta ficção, Bassânio é um jovem que pretende se casar com uma herdeira rica da cidade e, para cortejá-la, contrata um empréstimo com o banqueiro judeu Shylock, tendo como garantidor o seu amigo Antônio. Como parte do acordo, Shylock pode extrair um pedaço da carne de Antônio, caso este não pague o empréstimo em três meses, tempo estipulado em contrato (Shakespeare, 1999).

Shylock possui todos os estereótipos clássicos antisemitas. Rico, implacável nos negócios, ganancioso e usurário. Também se mostra na trama rancoroso e vingativo, pelas condições que os judeus eram tratados e imaginados na época. Em contraste, Antônio é um jovem virtuoso e generoso, que entra em apuros apenas

com a finalidade de ajudar o amigo. Ou seja, representa os valores considerados cristãos.

A trama só pode se desenrolar com o fato inusitado de que o contrato absurdo é inquebrável. Nenhuma das autoridades cristãs que tentam ajudar Antônio consegue anulá-lo, declarando-o imoral ou ilegal. Quando um contrato é selado por livre e espontânea vontade por ambas as partes, não há limites, piedade ou qualquer outra lei ou moral que possa anulá-lo. Ele é absoluto, o poder máximo estabelecido.

Não é por acaso que Shakespeare ambienta sua obra em Veneza, e é nesse ponto que a história pode ser lida como um documento histórico. Veneza era o porto mais importante da Renascença, que fazia o intercâmbio comercial entre a Europa, o norte de África e a Ásia. Embora, na época em que a obra foi produzida, a cidade já estivesse em um período de decadência econômica, a imagem que passava ao resto da Europa ainda era de riqueza e luxúria (Sennet, 1994).

O poder da cidade de Veneza vinha do comércio, não de um domínio territorial ou extensão demográfica. Várias minorias (como turcos e gregos e outros, além de judeus) residiam na cidade com plena liberdade de fazer comércio, negócios e contratos. Todavia, não tinham os mesmos direitos sociais dos cidadãos “nativos”. Eles seriam sempre estrangeiros. Por isso, só faria sentido que esta trama se passasse em Veneza. Lá, o contrato era absoluto, porque era imaginado como um lugar onde os negócios e o dinheiro estariam acima da honra, acima dos bons valores cristãos. A solução encontrada para o final feliz da trama não era um perdão por parte do irredutível banqueiro judeu, mas o encontro de uma brecha no contrato.

A riqueza e o cosmopolitismo de Veneza representavam uma decadência moral. O dinheiro acaba substituindo Deus e degenerando aquela sociedade por dentro. Por isso, na obra, não havia autoridade em Veneza que pudesse, de alguma maneira, invalidar aquele contrato firmado. Shylock aparece como o elemento degenerador daquela sociedade, o personagem mais poderoso da trama, o vilão, o judeu. Ele não possui os valores cristãos de caridade de Antônio e não possui honra.

Importante perceber que o antissemitismo em *O Mercador de Veneza* não é oriundo da imagem do judeu como débil ou frágil, mas justamente o contrário. Ele é degenerador justamente porque é forte, porque é um banqueiro rico e astuto, que tem a lei de uma sociedade moralmente decadente em sua mão. Porque a lei de Veneza é, justamente, o dinheiro. Shylock possui um crédito, e o poder público

nada pode fazer. Seu poderio econômico afronta a própria existência física dos cristãos.

Mais do que isso: ele é pessoalmente responsável pelo afastamento da sociedade de um passado em que não havia essa cobiça e usura. Ele é o responsável pela passagem do tempo, o agente que teria transformado a vida de um passado idílico, pretensamente mais puro, no presente decadente. Na narrativa shakespeariana, Veneza está infestada de presente, de valores morais corrompidos. Nesse sentido, é preciso derrotar esse presente e as forças que levaram até ele. É preciso derrotar Shylock.

Shylock representa mais do que o judeu em todos os seus estereótipos negativos. Ele representa o hoje e o agora, a sociedade mercantil, que precisa ser derrotada para não se chegar em um futuro de decadência e de valores desconhecidos. Porque, estrangeiro que é, de uma cultura estranha, representa tudo aquilo que não é caro aos valores cristãos. Não apenas o pecado, mas o desconhecido que vem com as profundas mudanças sociais oriundas da modernidade. Ele representa também o ininteligível, é a representação concreta das relações sociais cada vez mais complexas e abstratas na modernidade.

A época em que foi escrita a peça *O Mercador de Veneza* foi de grandes transformações na Europa e no mundo, bem na virada dos séculos XVI e XVII. Estavam se consolidando os primeiros Estados Nacionais na Península Ibérica e a ideia de nação e de Estado-Nação, que veio também a partir da expulsão dos árabes e judeus da região (Mamdani, 2021). A economia mercantil se voltava aos poucos para o colonialismo nas Américas, com mão de obra escravizada dentro das estruturas econômicas, baseados em sistemas raciais de poder. Povos nativos americanos e africanos eram tidos, por uma racionalidade pretensamente científica que florescia no Iluminismo europeu, como espécies de humanos ou como raças menos evoluídas, que naturalmente teriam genéticas e culturas inferiores, e cuja mistura com os europeus poderia causar a degradação da humanidade (Young, 2021). Este é o contato que marcaria a maneira como se forjam as identidades e subjetividades dos sujeitos dentro da economia colonial e mercantil. Esse é o processo gradual que vai moldar pessoas, comunidades e nações de forma tão determinante na Europa e no mundo, o qual chamamos de maneira genérica de Modernidade.

Shylock possui o significante do judeu, que na obra de Shakespeare adquire um significado, dado pelo autor, que é a própria modernidade, caracterizada pelo desabamento da vida tida como tradicional em nome do comércio, do contato com o outro, do dinheiro que substitui a honra, do contrato mais importante que a vida. Para Shakespeare, nada mais moderno do que Veneza, porque nada mais judaico que Veneza. Um poderio desenraizado, desterritorializado e cosmopolita. Entretanto, é interessante explicitar que, em paralelo com a visão de Shakespeare sobre o cosmopolitismo mercantil “judaico”, a própria visão da sociedade e do governo veneziano em relação aos judeus também é profundamente marcada pelas questões da modernidade.

Sennet (1994) mostra que uma grande parte da história d’*O Mercador de Veneza* sequer poderia acontecer na Veneza real da mesma época. Em uma determinada cena, Shylock é convidado para jantar na casa de um dos cristãos. Contudo, quase um século antes da peça ser escrita, já havia sido construído o Gueto Judaico de Veneza, onde todos os judeus deveriam obrigatoriamente estar antes do anoitecer. A segregação judaica já havia sido instaurada há muitas décadas, por um imaginário sobre a população judaica muito parecida com a que Shakespeare imagina a cidade.

O gueto havia sido construído em um momento chave para Veneza. A cidade não dominava grandes extensões territoriais e sua riqueza provinha da pujança comercial dos diferentes grupos que lá haviam. No entanto, a cidade começaria a entrar em decadência por fatores econômicos e sociais alheios à dinâmica interna.

Os portugueses haviam encontrado uma rota de comércio direto com as Índias, sem passar por Veneza. Além disso, uma grande derrota militar veneziana quase na virada para o século XVI interrompeu grande parte destas rotas de comércio. As lideranças da cidade atribuíram a derrota aos vícios sustentados pela enorme riqueza. Era necessário um rearmamento moral para interromper o ciclo de decadência. Para isso, a segregação dos diferentes, que não poderiam ser nem tocados, nem mais vistos, traria a moralidade e a prosperidade de volta. A corrupção moral necessitava cessar para que o poderio da cidade fosse restaurado, essa era a tese oficial da cidade. Assim se deu a construção do gueto: a moralidade cristã misturava o comportamento usurário e a riqueza material com os prazeres corporais e a sensualidade (Sennet, 1994).

Uma subcultura noturna aflorava ao longo do século XVI na noite veneziana, de corpos travestidos e prostitutas. A sífilis se espalhava sem que ninguém soubesse como se transmitia ou como se tratava. Ao longo do tempo, com o aumento das expedições para as Américas e para a Ásia, colocou-se este mal como importado de terras exóticas, oriundo de outros corpos e desconhecidos. Contudo, antes da colonização começar de fato, o culpado deveria ser achado de dentro, um Outro de Dentro, misterioso, proibido e sensual. Nesse caso, os judeus:

O ataque veneziano contra os judeus estava ligado a essa reação contra a sensualidade corporal. Sífilis era um dos alvos do ataque, mas a maneira com que os judeus faziam dinheiro também foi motivo de discussão e decisão. Os judeus faziam dinheiro através da usura, e usura tinha conexão direta com os vícios do corpo (Sennet, 1994, p. 190).

Dessa maneira, o corpo do judeu era visto como o do outro, que deve ser identificado, apartado e isolado. Traz não apenas em sua cultura ou religião, mas em seu corpo, a degeneração espiritual, moral e física. Era o corpo estranho, o corpo Outro, que vivia dentro daquela sociedade, mas que não fazia parte. Um corpo que fazia, em sua presença, degenerar ou valores daquela sociedade, de encarnar a decadência, assim como as prostitutas:

No tempo de Shakespeare, Veneza contava com um grande número de meretrizes mantidas por marinheiros de passagem e comerciantes. [...] Enquanto a população de Veneza continuasse indo e vindo, e os estrangeiros longe de suas camas lícitas, o ambiente do cais tolerava prostitutas, integradas a sua economia, da mesma forma que os banqueiros judeus. As atividades de comércio "encarregavam-se" de fornecer uma regular e constante clientela; qualquer jovem prostituta sonhava em tornar-se uma prostituta de luxo.

Diante disso, a cidade tentou tratá-las como aos demais corpos estranhos: segregando-as. Além disso, procurou-se traçar uma conexão especial entre prostitutas e judeus, fazendo com que ambos usassem roupas ou símbolos amarelos (Sennet, 1994, p. 200).

Note que, assim como a degeneração moral, normalmente associada aos judeus, em relação ao dinheiro e à usura, está atrelada a uma degeneração de valores morais outros, o contrário também é verdade. As prostitutas, que representam essa decadência moral em relação ao comportamento sexual, corpórea, são imaginadas como intimamente ligadas à economia moderna, ao cosmopolitismo, às trocas comerciais e culturais. Os dois grupos são Outros que estão dentro da sociedade,

enfraquecendo e degenerando-a. Na realidade, são grupos que representam a passagem do tempo, o tempo presente. Aqueles que deslocaram a realidade de um passado invariavelmente melhor, mais grandioso ou idílico, para um presente de decadência moral.

No fim, Shylock, o judeu banqueiro ganancioso, é a encarnação da degeneração moral da cidade de Veneza para Shakespeare, mas também serve como alegoria para explicar a guetificação da própria cidade, quando esta procura bodes expiatórios para sua decadência moral e econômica. O que farei ao longo deste e dos próximos capítulos é entender a construção deste Outro na modernidade, a partir de uma leitura de autores que tratam da colonização e da construção do outro, interpretando as identidades como mutáveis, híbridas e complexas.

Sendo assim, começamos pelo conceito de desencantamento, presente em Max Weber para explicar a modernidade, recuperando Pierre Bourdieu com ênfase no contexto colonial francês. Depois, vamos adentrar no conceito de hibridismo e desejo colonial, trazendo principalmente Homi Bhabha e Robert Young, para mostrar que as identidades, ao contrário dos discursos coloniais estereotipados sobre o Outro, não possuem nenhuma fixidez. Elas se formam a todo momento pela performance, de maneira muitas vezes anárquica. Por último, traremos uma literatura mais tradicional sobre o antissemitismo, que enxerga a construção do judeu nessa ideia de construção do outro totalmente apartada da própria realidade da identidade e da vida judaica (ou mesmo da existência ou não de judeus a um determinado território), a identificando como uma gramática organizadora das complexidades do mundo moderno. Para isso, utilizaremos as reflexões de Zygmunt Bauman sobre holocausto e modernidade em diálogo com a ideia da extrema-direita ser uma espécie de “revolta contra a abstração”, como argumenta Moishe Postone.<sup>7</sup>

Este caminho teórico pode levar a entender que a discussão deste trabalho irá em direção a uma história judaica. Entretanto, nossa ênfase neste capítulo não é falar sobre o antissemitismo em si como um fenômeno, mas entender a *gramática*

---

<sup>7</sup> A ideia de revolta contra a abstração vem do livro *Nacional-Socialismo e Antissemitismo* (2021), de Moishe Postone. A tese central é sobre como o fascismo é uma revolta contra o abstrato, e que este abstrato era encarnado nos judeus. Neste trabalho, como optamos por apresentar o fascismo no segundo capítulo como um produto moderno desta História do Outro, também utilizamos a ideia de revolta contra o abstrato para este momento antes da emergência fascismo histórico. Retomaremos o trabalho do autor para fechar este argumento no próximo capítulo.

antisemita. Porque o antissemitismo, quando surge na história moderna, passa justamente pela rejeição a esse Outro “de dentro”, que não é muito bem visível, e nem territorializado e que, por isso, torna-se depositário de frustrações com a modernidade, ressentimentos e conspirações.

## 2.1

### Encantamento e Desejo

Max Weber (1904) trabalha com o notório conceito de “desencantamento do mundo”, quando percebe que o mundo da modernidade está desencantando, isto é, perdendo a magia, a mística, deixando de lado o fascínio do encanto para dar lugar a outras visões de mundo. Não há mais lugar para o mundo ser explicado pelo encanto. Para o autor, há dois agentes principais de desencantamento. O primeiro é a própria religiosidade ocidental. Um processo que teria começado com o judaísmo e religiões helenísticas que colocam o sacerdote como mediador entre o mundano e o divino, retirando propriedades mágicas do cotidiano. Esse processo teria se intensificado com as religiões cristãs protestantes, que se despojam completamente da magia.

Nesse caso, a magia daria lugar à conduta ética. Quando a religião desencanta, acontecimentos mágicos fogem do cotidiano. Se não há mais aparecimentos esporádicos de encantamentos que explicam o mundo, a metafísica se manifesta em um constante estado de um “sagrado permanente”, como um hábito. Esse hábito sagrado é a moralização da religião, a maneira como se organiza a vida a partir dessas regras impostas pelo sagrado. A desconexão entre o mundo dos espíritos e o mundo terreno faz com que não haja mais interação e mediação. E a vida passa a ser regida por ações que não ofendam a vontade de Deus.

A segunda força que desencanta o mundo, segundo Weber, é a ciência. O despertar do conhecimento científico baseado em empiria, em mecanismos causais e casuísticos, começa a explicar o mundo sem a presença de Deus. O saber científico avança na explicação das coisas do mundo sem o transcendental. O véu do mistério, do místico, vai sendo substituído pelo pensamento racional. Embora o intelectualismo não elimine a religião, ele corrói a maneira como esta pode explicar o mundo.

Entretanto, Weber não observa que o progresso da ciência traz em si um aumento da felicidade ou da qualidade de vida. Nem mesmo que possa trazer conforto subjetivo ou conferir à vida outro significado. Pois o papel da ciência seria apenas prático, racional. Mesmo que a medicina, que avança a passos largos na modernidade, traga maiores possibilidades de sobreviver a algumas situações, ela em si não traz nenhuma razão pela qual se valha a pena viver ou existir.

O pensamento weberiano mostra o lado negativo da modernidade. Se não há mais deuses que explicam o mundo, e sim relações causais da natureza com suas leis próprias e frias, a perda de sentido da vida e a desilusão com o mundo são sintomas claros do mundo moderno. O problema é que essa racionalidade, que liberta o ser humano da superstição e de Deus, começa a prendê-lo em rígidas estruturas institucionais. O trabalho, que ainda na ética protestante era um mandamento divino, torna-se um fim em si mesmo. No capitalismo, o trabalho serve pelo trabalho. A natureza é apenas um meio para gerar enriquecimento. Em suma, o meio se torna o próprio fim.

Importante perceber que a ideia de desencantamento do mundo, nesse sentido, é muito mais radical do que meramente a saída da religião da vida cotidiana. O desencantamento desorganiza todos os instrumentos de entendimento do mundo. Se, antes, o mundo era sempre explicado por providência divina, quando a sociedade se desencanta, ela perde essa capacidade de explicação. O mundo que se desencanta cria uma espécie de um novo analfabetismo na leitura de mundo, da natureza, das pessoas, da sociedade e do tempo. Em outras palavras, o desencantamento faz com que se perca inteligibilidade do mundo. Se as coisas eram da maneira que eram, era porque Deus o fazia, ele era a explicação. A partir do momento em que o encantamento não explica mais as coisas da vida e da natureza, o que explicaria? Quem daria as respostas para os questionamentos mais triviais do cotidiano até grandes mistérios da vida e da filosofia?

No mundo encantado, o tempo possui característica cíclica, pois o metafísico é ligado a pessoas, que são ligadas à outras pessoas e lugares, como um sistema fechado. Na modernidade, novos grupos vão chegando, os espaços se transformando, o capital e o progresso técnico mudando a paisagem e as relações sociais. O tempo passa a ser linear, perpassado pela ideia de progresso. O passado não cria mais o futuro em um sistema fechado. O que rege o mundo é outra coisa, ininteligível e inexplicável. Chegaremos a ela.

Weber contrasta esse desencantamento do mundo falando a partir da Europa, do que ele entende como Ocidente, em relação à China, que ainda possui em suas religiões, o Taoísmo e o Confucionismo, os elementos mágicos de encantamento do mundo. Uma leitura particularmente interessante dessas ideias é a de Pierre Bourdieu quando presencia a desestruturação dos modos de vida tradicionais na Argélia a partir da colonização francesa.

A desestruturação dos modos de vida tradicionais em direção à uma economia mercantil em um contexto colonial também alterou subjetivamente as estruturas econômicas e temporais da sociedade. A contradição coexistente entre o que Bourdieu chama de *habitus*, ou a tradição, e a estrutura econômica capitalista é tão grande quanto possível, ambas convivendo no mesmo espaço. A construção de um *homo economicus*, supostamente universal e racional, mas que só é concebível dentro de uma sociedade capitalista, contrasta com os modos de vida pré-capitalistas, que levariam em conta outras estruturas.

Bourdieu analisa as práticas econômicas do camponês argelino e percebe que a sua reprodução biológica e de subsistência é inseparável da reprodução de um sistema de valores e dos vínculos do grupo no qual está inserido. O que é valorizado não é a ação baseada em um fim econômico, mas a atividade em si, independente da sua serventia econômica, contanto que haja alguma função social deste trabalho. Na ausência da preocupação com a rentabilidade e rendimentos financeiros, o esforço do trabalho era a sua própria medida e, de alguma maneira, seu próprio fim.

Em uma economia que se torna capitalista, estes laços familiares e de pertencimento de comunidade se rompem em nome de uma racionalidade, que tem a ver justamente com a ideia de *futuro abstrato*, baseado no ciclo de produção: “[...] a economia capitalista supõe a constituição de um futuro imediato e abstrato, devendo o cálculo racional suprir a ausência de intuição do *processus* em seu conjunto” (Bourdieu, 2021, p. 48).

Em contraste, o tempo em sociedades tradicionais seria aquele dado pelas estações do ano, pela passagem dos dias e das noites, pelos dias da semana. Este tempo do modo de vida tradicional, totalmente cíclico, que se faz reproduzir seu próprio modo de vida e trabalho. É ele quem comanda a hora de acordar e dormir, baseado no amanhecer e entardecer. Também a época de plantar e colher. Este é o tempo que rege toda a vida, e é cíclico, sempre voltando para o mesmo lugar. Sem que seja preciso medir ou entender, apenas seguir (Bourdieu, 2021). Um tempo que

conecta a ciclicidade da natureza com a própria ciclicidade da vida humana. Um tempo onde tudo é o que sempre foi, com o propósito de estar onde está. Um tempo encantado, concreto.<sup>8</sup>

Já o tempo cronológico, medido matematicamente, é o tempo criado, abstrato. O tempo que possui o *espírito do cálculo*, fundamentado na análise quantitativa de uma taxa de lucro, de horas de trabalho contratadas. Esta ideia de tempo abstrato, que passa e não retorna, permite a ideia de acumulação, de ter mais amanhã do que se tem hoje. Bourdieu aponta que cálculos econômicos baseados no tempo eram feitos em trocas nas economias pré-capitalistas, mas que estes cálculos não eram o fim em si mesmo.

Em economias pré-capitalistas, como no caso argelino, existiam negociações e empréstimos. Porém, visto que a acumulação de riqueza não era o fim da atividade econômica e a economia era estacionária, a própria noção de enriquecimento de um estaria ligado a um empobrecimento de outro que, em última medida, serviria apenas para a desestruturação da ordem social vigente. E a manutenção desta ordem vigente, da tradição, da reprodução deste tempo cíclico e concreto, era uma questão de *honra*:

O imperativo da conformidade se deixa entender pela lógica da honra: singularizar-se, especialmente por uma novação gratuita e ostentatória, significa lançar um desafio ao grupo, e a seu ponto de honra; a conduta ostentatória (ou concebida como tal), à maneira de uma dádiva que exclui toda e qualquer contradádiva, coloca o grupo em estado de inferioridade e só pode ser ressentida como uma afronta, em que cada um se sente atingido em sua própria autoestima (Bourdieu, 2021, p. 60).

Dessa maneira, o que representa essa modernidade é a figura do *homo economicus*, que é vista como quase ascético, como atemporal, mas profundamente moderno. Nele, há toda a racionalidade capitalista. Ele é quem desestrutura o modo de vida tradicional, que trabalha apenas pelo trabalho, pela acumulação, que faz cálculos racionais baseado apenas em seus ganhos. Ou seja, o *homo economicus* é, por definição, um homem desprovido de honra. Ele também é o homem que funciona na lógica do futuro abstrato, ou seja, que faz o tempo passar, planeja, que faz o presente ser diferente do passado, e o futuro diferente do presente.

---

<sup>8</sup> Nos termos de Moishe Postone (2021).

O desenraizamento da terra, a mudança nas concepções de trabalho e a economia monetarizada, a própria relação com o tempo eram, na população argelina, também o sentido de perda da honra, do desencantamento, que vinha com a sensação de insatisfação e revolta. Evidentemente, esse *homo economicus* não existe na realidade. A imagem de impassibilidade amoral que ele passa nada mais é que uma abstração. O contato entre colonizador e colonizado produz, a todo instante, identidades múltiplas e diversas, que carregam tempos múltiplos, mas também dialéticas formas de desencantamento e reencantamento do mundo. Primeiramente, isso é verdade porque, em um contexto de modernidade imposta e exógena, as estruturas econômicas coloniais rompem os laços produtivos e sociais tradicionais muito antes que mudanças sociais e culturais acompanhem este mesmo processo. Bourdieu está ciente da complexidade com que essas estruturas econômicas mudam muito mais depressa que a subjetividade pré-capitalista: “[...] por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducas, coexistem na sociedade global e, por vezes, nos mesmos indivíduos” (Bourdieu, 2021, p. 40).

Na visão do europeu colonizador, a tradição e o encantamento são sintomas do atraso e a motivação da colonização, sob a justificativa de trazer o progresso e o desenvolvimento. Como já pontuava Bourdieu, os sujeitos sob o signo da colonização são complexos, e a dialética relação de colonizados e colonizadores cria novos sujeitos e subjetividades outras a todo momento, através da criação de si mesmo e do outro, por antagonismo ou afiliação. Uma relação que vai além da desestruturação econômica, mas também da própria racialização e inferiorização dos argelinos.

Outro autor que trabalha com a construção das identidades nessa relação colonial desigual é Homi Bhabha (1998), com a conceituação de hibridismo cultural, que é um mister de enunciação de discurso colonial, construído no embate político desigual com os colonizados, e o processo de troca cultural, de apropriações e resistências, criando culturas híbridas, novas. Este hibridismo é uma ameaça ao poder cultural colonial porque ele subverte narrativas de pureza ideológica ou racial, ao mesmo tempo que é anárquico e incontrolável, pois se faz das ações e discursos do cotidiano, a todo o tempo, de maneira performática:

Os termos do embate cultural, seja através de antagonismo ou afiliação, são produzidos performativamente. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como os reflexos de traços culturais preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. [...] Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso (Bhabha, 1998, p. 21).

Aqui, há uma contradição entre o discurso do colonizador e o hibridismo na prática. Ao mesmo tempo em que a performance define essas fronteiras de diferenciação cultural, a própria identidade do eu e do outro e a tradição a todo instante, sem engessamento, Bhabha também mostra que é necessário ao colonizador a fixação de um discurso acerca do sujeito colonizado, de forma a criar um signo consistente de diferenciação e, assim, justificar a colonização:

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de “fixidez” na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo de diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que se deve ser ansiosamente repetido... como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provados jamais no discurso (Bhabha, 1998, p. 117).

Assim, Bhabha mostra que a criação do outro por parte do colonizador europeu se dá pela criação e manutenção de estereótipos fixos acerca do colonizado, que não precisam (e não conseguiriam) ter relação com as complexas criações de identidades performativas recriadas a todo instante no cotidiano. Nesse sentido, o colonizador assume esse papel de *homo economicus*, para usar os termos que trouxemos de Bourdieu, como uma evolução humana quase natural, trazendo a iluminação da racionalidade contra o arcaico do encantamento.

Bhabha nos permite pensar na construção do Outro na colonização para além da dialética entre colonizados e colonizadores. A ideia de que as identidades são

construídas *performativamente* e a todo instante necessita que as relações socioeconômicas e culturais produzam isso no cotidiano em todos os agentes desse processo. Nos termos de Bourdieu, podemos dizer que os tempos diferentes que habitam cada indivíduo produzem identidades inéditas a todo momento, produzindo outras identidades e outros Outros, de maneira contraditória, ambivalente e, por vezes, anárquica.

A construção desse outro, no contexto colonial, está intimamente ligado à ideia de raça. Em *Orientalismo* (1978), Edward Said aponta para a questão da representação do Oriente pelo Ocidente, ao mesmo tempo como bárbaro e incivilizado, mas também como uma espécie de encantamento exótico, proibido e sensual. O Oriente, como uma invenção do Ocidente, estaria entranhado em todos os indivíduos que carregam essa marca, colocada pelo colonizador. O que Bhabha procura atualizar na argumentação de Said é a ênfase no caráter ambivalente do Orientalismo, retirado da psicanálise:

[...] um orientalismo ‘manifesto’, o corpo consciente de conhecimento ‘científico’ sobre o oriente, e o orientalismo ‘latente’, uma positividade inconsciente do desejo irreal. A contribuição importante de Bhabha foi desenvolver as implicações dessa ideia, enfatizando o ponto em que os dois se fundiam e eram, ao funcionar, inseparáveis; ele mostrou como todo e qualquer discurso colonial operava não apenas como uma construção instrumental de conhecimento, mas também segundo protocolos ambivalentes de fantasia e desejo (Young, 2005, p. 198).

Como essa leitura da obra de Bhabha, Young desenvolve a ideia de que as próprias teorias raciais “científicas” dos séculos XVIII e XIX, conforme argumenta ao longo de seu livro *Desejo Colonial* (2005), provém do medo da mistura de raças, de um descontrole populacional, em raciocínio que aproxima a catastrófica projeção geométrica demográfica malthusiana com as possíveis capacidades físicas, intelectuais e a fecundidade de indivíduos mestiços. O subtexto dessas teorias raciais pretensamente científicas seria o desejo, pelos tipos estereotipados, pelo exótico, por existências fora da realidade cartesiana e concreta, pelo encantado: “*As teorias de raça do século XIX não consistem apenas em diferenciações absolutas entre o eu e o outro: elas também estavam fascinadas com pessoas fazendo sexo – sexo infundável, adúltero, aleatório, ilícito, inter-racial*” (Young, 2005, p. 221, grifo nosso).

Percorrendo este caminho teórico, percebe-se a ambivalência do próprio desencantamento do mundo colonial. Enquanto o europeu destrói as bases sociais e culturais de sociedades tradicionais, desencantando o mundo de populações outras e fundando novas tradições e subjetividades, ele mesmo forja sua própria identidade a partir da representação caricata do outro, em uma dualidade simplória que é sempre afirmada, mas nunca pode ser plenamente observada na prática. De alguma maneira, essa sujeição epistemológica também retorna a ele, também em forma de reencantamento: a mística e o mistério do Oriente representam o perigo e o atraso, mas também o desejo latente do exótico e do desconhecido, de algo para além da racionalidade científica e colonial.

Quando os países europeus despejam sua bagagem cultural iluminista sobre povos originários, a fixidez discursiva acerca de um Outro com a finalidade de justificar o domínio molda performativamente a própria identidade a todo instante; o discurso científico racial pretensamente racional sempre possui, como pano de fundo, o desejo colonial; e, por fim, o fazer desencantar provoca o desejo do próprio reencantamento.

## 2.2

### O Outro de Dentro

Ao colocar o trabalho de Bourdieu em diálogo com Weber, pode-se destacar diferenças muito elementares dos objetos de cada um dos autores em relação ao desencantamento. Enquanto Weber explica um processo lento e gradual de mudança epistêmica oriunda de dentro da sociedade europeia em direção à modernidade, o colonialismo e o capitalismo, Bourdieu desvenda esse desencantamento importado, como uma variável exógena, oriundo de violência colonial e por um Estado capitalista muito bem consolidado como tal, objetiva e subjetivamente. Essa diferença, entretanto, pode abrir caminho para se entender a própria invenção da tradição e do Outro, enquanto identidade dissonante.

O desencantamento do mundo na periferia colonial foi causado pela figura do *homo economicus* europeu já inteiramente moldado pela racionalidade capitalista, que vinha de fora da sociedade. No contexto weberiano, de mudança gradual da Europa no caminho da racionalidade e da modernidade, em quem seria colocada a máscara do *homo economicus*?

Outro modo de colocar esta questão é revisitando a citação de Bourdieu, exposta anteriormente, quando ele diz que no contexto colonial estruturas econômicas convivem com sentimentos e ideologias caducas no mesmo espaço e, às vezes, na mesma pessoa. Isso valeria também para o conflito entre tradição e modernidade no próprio europeu colonizador. Assim, este sujeito europeu também estaria se sentindo alijado de sua tradição imaginada por um *homo economicus*, desprovido de valores e mais modernos que ele?

Antes de responder essa questão, é necessário enfatizar novamente a diferença prática dos dois contextos. No caso colonial, uma modernidade já consolidada desestrutura, de maneira exógena, o modo de vida tradicional. No contexto weberiano não há essa variável, mas complexas mudanças da maneira como se enxerga o mundo ao longo do tempo, pelas trocas econômicas e culturais. Assim, a forja da busca da tradição perdida precisa da construção performativa de um outro, de dentro, que manipula por dentro, que despojaria aquela sociedade dos bons valores tradicionais e da honra. Ou: que conspira contra essa ordem, diferentemente da questão da raça no processo de colonização. Aqui, cabe a conceituação acerca do complô é central para nosso argumento, que vamos trazer com maior riqueza de detalhes mais à frente. Em breve resumo, Di Cesare (2021) afirma que a ideia do complô, ou seja, a visão de mundo dominada por um pequeno grupo de pessoas que conspira nas sombras, é cultivada por quem não consegue viver em um mundo mutável, instável e, muitas vezes, ininteligível.

Há uma notável passagem descrita pelo intelectual martinicano Frantz Fanon: ele está em um trem, quando uma criança branca o avista e diz “Olha mãe, um negro! Estou com medo!” (Fanon, 2008, p. 104). Habilmente, Fanon descreve a sensação de despojo de seu lugar de homem, que não era mais um homem, mas um negro. Via carregado em sua epiderme toda a negrura de seus ancestrais, o fetichismo, o estereótipo. Em suas próprias palavras: “O que é que isso significava para mim, senão um desalojamento, uma extirpação, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo?” (Fanon, 2008, p.105). A fixidez do olhar branco em relação ao negro cria estranhamentos identitários, performances dissonantes dos discursos coloniais: Fanon era um Outro que destoava do estereótipo bestializado do negro, ao passo que tinha gravado em sua epiderme toda essa ontologia. Um negro menos negro, mas nunca mais branco. Fanon é, portanto, epidermicamente o outro.

Isso coloca uma grande questão para a construção do Outro que é “de dentro”. Do ponto de vista da criança branca - e da branquitude europeia de forma mais ampla, Fanon era visivelmente negro. Epidermicamente diferente. Tinha uma origem datada da exploração colonial, a marca de que não era dali, mas de um mundo de outros tempos. Revestido de um encantamento estereotipado, arcaico, violento e desejado.

A questão que se coloca, no contexto weberiano de desencantamento do mundo partindo de dentro da Europa como um processo interno, heterogêneo e gradual, é que a busca por esse Outro desagregador da tradição se torna menos visível. A construção de grupos específicos como o Outro, estereotipado e degenerador, no contexto da modernidade europeia, se torna mais nebulosa: o outro de dentro não pode ser “outrificado” em sua epiderme nem em sua origem. Porque sua essência não é visível, porque sua origem não é conhecida. Porque sempre esteve ali.

Em suma, a busca por esse outro como agente do desencantamento do mundo em um contexto europeu, ou, para novamente citar Bourdieu, a busca por este “*homo economicus* originário”, nesse imaginário construtivo do Outro europeu, não tem a ver com o papel factual desse outro na modernidade, mas é produto da própria história da alteridade e da identidade no alvorecer da modernidade europeia. Em outras palavras, a busca por esse Outro originário não tem a ver com o que este outro de fato é, mas com o processo de “outrificação” moderna na Europa. Nesse contexto, o que devemos procurar são as pegadas da construção subjetiva do outro, de dentro.

Na realidade, historiadores e sociólogos que pesquisam o antissemitismo e o Holocausto foram pioneiros no estudo da gramática da obsessão pela criação deste outro interno,<sup>9</sup> degenerador, a questão da pureza social e racial, e de eliminar aqueles indivíduos que fazem parte da sociedade, mas estão de fora do ideário de pureza ou tradição, em que o rótulo fixo do Outro tem pouco a ver com as características destes, mas sim com a dinâmica de criação de identidade na Europa moderna.

---

<sup>9</sup> Dentre eles, podemos citar Zygmunt Bauman, Walter Benjamin ou Moishe Postone. Os três estão referenciados nesta tese.

Ela aparece principalmente em autores clássicos que tratam sobre o antissemitismo na Europa, como, por exemplo, Bauman, que possui a tese de que o Holocausto não tem a ver com os judeus, mas como a própria marca da modernidade europeia por essa obsessão de encontrar os Outros de dentro. Nas palavras do próprio Bauman em *Modernidade e Holocausto* (1998), o Estado era visto com o papel de Estado Jardineiro, eliminando as *ervas daninhas* da sociedade. Essas *ervas daninhas*, no caso, eram preferencialmente os judeus. Este sentimento aparece justamente com a entrada dos judeus na vida urbana e comercial europeia que se estabeleceria durante a modernidade:

Na época pré-moderna, os Judeus eram uma casta entre outras, uma categoria entre outras, um estado entre outros. A sua especificidade não era uma questão espinhosa e as práticas segregacionistas habituais e quase espontâneas impediam que ela assim se tornasse. Com a chegada da modernidade, a sua separação passou a ser efetivamente uma questão espinhosa. Como todos os outros componentes da sociedade, este devia doravante ser fabricado, elaborado, argumentado de modo racional, concebido, administrado e controlado segundo um modo tecnológico (Bauman, 1998, p. 105).

O antissemitismo seria este sentimento contra o judeu, que era o estrangeiro sem origem previamente estabelecida. A diferenciação entre o “nós” dos nativos, e o Outro, que não veio de longe, mas sempre esteve no meio de nós. Bauman explica que a Europa pré-moderna tinha, no geral, um baixo nível de sentimento antijudaico, na medida em que as linhas de diferenciação entre “nós” e “outros” eram bem delimitadas. A alteridade judaica era baseada em pessoas vivendo em bairros (ou cidades) separadas, com roupas diferentes e que não se misturavam com o restante da população. Eram uma espécie de casta nos mais diversos cantos da Europa, cujos contatos, para além do protocolar e do ritualizado, eram sempre proibidos ou, ao menos, desencorajados.

Na Europa cristã medieval, os judeus eram uma espécie de Outro absoluto. Pois não eram hereges ou gentios não-convertidos, encaixados em uma dualidade que moldava a identidade do mundo cristão medieval, mas uma identidade à parte. O sentimento variava entre veneráveis ancestrais do cristianismo ou seus mais criminosos detratores. Assim, quando o sentimento antijudaico florescia na Europa pré-moderna, normalmente era porque se quebrava o tênue equilíbrio de interpretação religiosa sobre aqueles Outros. Era o grupo que sabia da existência

dos ensinamentos de Cristo, mas que se recusava a cumpri-los, tornando-se uma espécie de alter ego do próprio cristianismo, e dando-lhes muito mais destaque no imaginário da cristandade do que a relevância que tinha no dia a dia:

A autoidentidade do cristianismo era, com efeito, o isolamento dos judeus. Ele nascera da rejeição por parte dos judeus. O cristianismo só podia teorizar sua própria existência como oposição contínua aos judeus. A permanente teimosia judaica era a evidência de que a missão cristã ainda estava por concluir. A admissão judaica do erro, a rendição à verdade cristã e, quem sabe, uma futura conversão em massa serviam como modelo do triunfo decisivo do cristianismo. De novo à maneira de um verdadeiro alter ego, o cristianismo atribuiu aos judeus uma missão escatológica, que exagerou a visibilidade e importância dos judeus, emprestando-lhes poderoso e sinistro fascínio que de outra forma dificilmente possuiriam (Bauman, 1998, p. 55).

Quando a Modernidade e o Iluminismo europeu começam a mudar profundamente a sociedade europeia, que se torna cada vez mais mercantil, científica, desencantada e mercantilizada, este sentimento antijudaico se torna antissemitismo como uma reação à perda de valores. Ou seja, o judeu passa a ser responsável por desorganizar a percepção do certo e do errado, por ter outros valores e outra cultura, por colocam em dúvida algumas certezas consolidadas. Ou seja, é responsável por tudo aquilo que pretensamente estava em seu devido lugar e deixa de estar.

Alguém deveria ser culpabilizado pela perda de sentido da vida, pela sensação de decadência moral. Se havia um rei com poder concreto em suas mãos, os detratores da modernidade deveriam procurar alguma concretude no poder abstrato do capital internacional, que vai mudar a dinâmica de trabalho e de vida das sociedades.

## 2.3

### O Outro e o Abstrato

Em 1993 Postone publica o livro *Tempo, Trabalho e Dominação Social*, na obra ele aponta uma leitura da teoria marxista a partir das relações sociais capitalistas, que moldam medos e subjetividades na modernidade. O autor mostra

que as relações de dominação no capitalismo não são objetivas e concretas, como nas sociedades anteriores. Não há um rei absoluto que detém o poder, mas uma dominação baseada na mediação social do trabalho. Ainda que produzida socialmente, esta mediação assume progressivamente um caráter cada vez mais impessoal e abstrato, conforme essas novas relações sociais evoluem e avançam sobre comunidades tradicionais.

O ponto de partida de Postone, ou seja, o avanço das formas cada vez mais abstratas de dominação, não é em si o diferencial de sua análise sobre a construção deste Outro. Antes de argumentar acerca da desestruturação dos modos de vida tradicionais argelinos pela colonização a partir da chave do desencantamento, Bourdieu já citava Sombart dizendo que “na fase do capitalismo nascente, é o empresário que faz o capitalismo, ao passo que na fase mais avançada, é o capitalismo que faz o empresário” (Bourdieu, 2021, p. 34). Assim, quando as engrenagens do sistema econômico evoluem de maneira quase autônoma, elas passam a esperar dos indivíduos certa racionalidade específica do capitalismo, na lógica da mercadoria e do capital. Esta ordem é o que desestabiliza e desencanta as sociedades pré-capitalistas. Esta é uma ideia que se aproxima de Postone, em sua leitura da teoria econômica de Marx:

Na análise de Marx, a dominação social no capitalismo, no seu nível mais fundamental, não consiste na dominação das pessoas por outras pessoas, mas da dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas. Marx tentou apreender essa forma de dominação abstrata e estrutural - que abrange e se estende além da dominação de classe - com as suas categorias de mercadoria e capital (Postone, 2014, p. 46).

Assim, Bourdieu aponta para as relações de trabalho em sociedades capitalistas que se preocupam com rentabilidade, em uma nova lógica de se pensar um futuro imediato abstrato, enquanto o trabalho do camponês argelino só é medido em relação, não à sua produtividade, mas à sua função social perante aquela comunidade. Em outras palavras, o trabalho é importante, não por causa da sua produção, mas um fim em si mesmo. A evolução da racionalidade econômica não se faria no vazio, mas em disputa constante com essa lógica tradicional.

Há uma relação entre a leitura de Marx por Postone da teoria capitalista e a análise de Bourdieu de uma sociedade pré-capitalista baseada na conceituação do

trabalho. Postone leva em conta que a própria lógica do trabalho no capitalismo já possui a dicotomia do trabalho concreto e trabalho abstrato, segundo a teoria marxista: trabalho produz a mercadoria que, ao mesmo tempo, possui o duplo caráter de valor e valor de uso. O valor de uso é objetivo, tangível, concreto. O valor é definido pelo dinheiro, que é uma abstração por excelência, visto que não possui, em si, nenhum valor de uso. Muitas vezes a retórica anticapitalista se volta contra o valor na economia, contra essa abstração. E não contra o capitalismo e sua forma de organização social.

. Essa dicotomia também foi trabalhada por Postone no livro *Antissemitismo e Nacional-Socialismo* (2021). De acordo com sua interpretação, ela faz com que muitas revoltas contra a modernidade ao longo dos séculos XIX e XX não sejam contra o modo de produção capitalista, mas sim apenas com a abstração. Como em muitos casos, o capital industrial, que produz mercadorias, é considerado o capital “bom”, que está produzindo riqueza de fato e localmente, que traz prosperidade material para a comunidade. A outra face desse discurso é considerar o capital financeiro como meramente parasitário e especulativo, mas mais do que isso: ele é, por excelência, cosmopolita e desenraizado. Ao contrário do chão da fábrica que produz riqueza de maneira visível, tangível e localizada, o capital financeiro é invisível, indecifrável e, ao mesmo tempo, incompreensível (Postone, 2021). Em outras palavras, muitas revoltas que se propõe anticapitalistas não questionam a natureza do trabalho construído historicamente no capitalismo e, conseqüentemente, o valor de uso produzido por ele, mas apenas a abstração representada pelo valor de troca.

E como isso se relaciona com a construção do Outro na modernidade?

Como vimos, as várias teorias raciais que surgiram ao longo dos séculos XVIII e XIX também deram um verniz científico à construção do Outro como inferior ou menos humano. Voltando à Bhabha, quando o autor alerta para os perigos de se encarar a tradição como uma verdade imutável, absoluta e fixa, ele está ciente dos perigos de se tentar encontrar uma essência que define biologicamente uma cultura, uma comunidade, uma pessoa. Seria como se qualquer pessoa não fosse fruto do meio em que vive, mas sim por determinações genéticas claras. Como se a identidade e, portanto, a cultura e a tradição, não estivessem sempre sendo desenhadas, disputadas e definidas a todo o momento, nos encontros

com Outros, violentos ou não. A partir de Young, definimos como esse contato com o outro é moldado pelo desejo colonial, pelo exótico, pelo proibido, pelo Outro.

Então, o que acontece é a criação desses Outros em forma de essência, de maneira pretensamente científica. É como se o corpo do outro fosse carregado de desejo, pecado, atraso ou exotismo a priori, a partir do momento em que há colonização, ou como se a organização e o modo de vida dessas pessoas não fossem definidos socialmente, mas pela natureza. Ou seja, enquanto o darwinismo social definia os povos colonizados nas Américas e na África como biologicamente bárbaros e potencialmente degeneradores da raça branca, e justificava assim a colonização, os judeus eram biologizados como detentores de um desenraizamento cosmopolita, com a abstração da financeirização do capital e, ao fim, com os próprios males do capitalismo.<sup>10</sup>

O que proponho, a partir da leitura de Postone, é que esse mesmo fenômeno acontece com a população judaica de dentro da Europa na modernidade, a partir da visão da abstração. O judeu passa a personificar, não as relações sociais construídas ou a fixidez do discurso estereotipado, mas por causa de sua natureza biológica, o abstrato. Em resumo, judeu não representa o velho estereótipo antissemita de dono da circulação de capital no capitalismo, mas sim o capital financeiro encarnado, intangível, cosmopolita e destruidor.

Seguindo ainda esse raciocínio, se o avanço do capitalismo significa um avanço da “abstratificação” das relações sociais e destruição gradual de estruturas sociais e econômicas, o judeu passa a ser o grande responsável pelos males da modernidade. Mais do que isso, responsável pela própria passagem do tempo histórico. Ou seja, pela construção de um presente de decadência da tradição e da concretude, em nome de um cosmopolitismo ausente de valores morais. Esse é o mecanismo que vai forjar o nazismo a partir do crescente antissemitismo germânico já no século XIX. O sentimento antijudaico no nacional-socialismo alemão tem um verniz de anticapitalismo porque se volta contra os aspectos distributivos próprios do capitalismo, e não contra o sistema econômico como um todo, nem mesmo

---

<sup>10</sup> Donatella Di Cesare, em *O Complô no Poder* (2021), argumenta que há um “neotribalismo”. Porque, mais do que povos, há uma essencialização de grupos específicos como “o mau”. No início, maçons, judeus e jesuítas, mas também outros grupos. Nesse sentido, não é necessário sequer que façam parte de um mesmo grupo semântico, ou que sejam delimitáveis enquanto grupo. Se são o Mau absoluto, não há nuance que faça precisar de delimitações.

contra as relações sociais produzidas a partir do trabalho.<sup>11</sup> É por isso que esse discurso anticapitalista pode, sem ser contraditório, apoiar um desenvolvimento industrial nacional baseado nas mesmas relações de trabalho ou em uma estética futurista, ao mesmo tempo que se apoia em um resgate desesperado a uma tradição, um passado construído.

Como mostrado em Bauman, o judeu vai aparecendo dentro das sociedades europeias na medida em que essas se urbanizam. Ainda no feudalismo, os judeus estavam excluídos da vida comunitária e das vistas das pessoas de modo geral. É só com a modernidade, o desenvolvimento da economia mercantil e das cidades, os judeus passam a integrar de maneira decisiva no cotidiano das grandes cidades. Se o poder e as relações sociais de dominação não são mais concretos, e sim dados por relações cada vez mais complexas de cadeias de produção e expansão do capital, os judeus, que são os “Outros de dentro” por excelência, passam a encarnar este sentimento. O bode expiatório judaico tem a função de tornar novamente concreto as relações cada vez mais abstratas.

Quando começamos este trabalho com *O Mercador de Veneza*, temos um duplo olhar da cidade. Inglês, Shakespeare enxerga Veneza com um extraordinário poder abstrato. Não havia um rei que concentrava o poder político e militar, e nem um grande domínio territorial pela cidade. A força da cidade estava no comércio, no dinheiro que circulava, no desenraizamento cultural e cosmopolitismo do seu porto – ausente de valores, repleto de desejos e exotismo. Nesse caso, a gramática de decadência de Veneza era a gramática do antissemitismo. Shylock não era apenas um habitante poderoso de Veneza, ou mesmo um homem imoral que prosperava em um lugar igualmente imoral. Shylock era a abstração, era a própria Veneza encarnada.

O tratamento que as autoridades venezianas deram aos judeus através da separação em guetos, é exatamente a tentativa de voltar a um passado de concretude e certezas que era imaginado. A decadência financeira andava junto com a decadência moral da cidade, como uma espécie de castigo de um divino encantado,

---

<sup>11</sup> Com o passar do tempo, a construção identitária na Europa, do Eu e do Outro, vai se consolidando a partir da construção dos corpos nacionais e consolidação dos Estados-Nação. Esta importante variável de agregação, de “comunidade imaginada”, para utilizar os termos de Benedict Anderson (2008), entrará no próximo capítulo.

porque a crise financeira era representada pelo banqueiro, usurário, parasitário e, em última instância, o Outro de dentro, representante de toda a abstração: o judeu.

Interessante pensar esse exemplo a partir de sua época, de quando os primeiros Estados-Nação ainda estavam surgindo na Europa, ainda no início da colonização do continente americano e dois séculos antes da Revolução Francesa. Ou seja, em um período anterior ao tratado por todos os autores que utilizamos para construir esse quadro teórico. Isso mostra que a construção dessa gramática do Outro não é datada em um momento específico, mas advém do desenvolvimento social e econômico de cada sociedade na modernidade. Se Veneza foi o principal porto da Renascença, progrediu com o comércio e criou um ecossistema econômico baseado na circulação de capital e de poder abstrato, será esta também a pioneira na construção desta gramática antisemita.

## 2.4

### O Complô Diabólico

O desencantamento do mundo, do qual Weber explica, não é apenas a saída de Deus do mundo terreno. O encantamento cria ordem. Os lugares e as coisas estão ligados com os homens por um sistema fechado. O desencantamento desordena e desestabelece. Ele destrói um sistema de funcionamento da vida em que há uma gramática de mundo onde há uma causalidade cíclica, um ordenamento. O desencantamento faz com que este ciclo desapareça. O que é passa a não ser mais o que sempre foi. Há uma desorganização do tempo, do espaço e das relações.

Postone trabalha com a ideia de revolta contra a abstração, a concretude perdida é, justamente, daquele mundo encantado, cíclico e explicável. Assim, a ideia de que o Outro encarna a abstração é a ideia de que este Outro encarna também o desencantamento, a perda do tempo cíclico e da gramática inteligível de entendimento do mundo. O mundo encantado que é perdido é o mundo de uma casualidade divina terrena.

A organização do mundo é aquela que Deus oferece bênçãos e benesses àqueles que seguem a continuidade dos valores cristãos. Deus, portanto, explica a continuidade desses valores (ainda que, na prática, os valores cristãos mudem também ao longo do tempo). Na lógica da modernidade, no entanto, o tempo deixa de ser cíclico e passa a ser linear.

Assim, se fortalece a ideia do livre arbítrio. O que é pode deixar de ser por causa das escolhas das pessoas. Surge, então, o contraponto divino, que é o diabo, explicando essas causalidades. Quem trabalha com esta questão é Leon Poliakov, em seu livro *A Causalidade Diabólica* (1991). Se Deus é o ciclo, o diabo é o tempo linear. Se Deus é o vínculo com o passado, o diabo é o vínculo com o futuro. A partir da conceituação de Weber (2004) de modernidade que fiz no primeiro capítulo, se Deus é o encantamento, o diabo é o desencantamento. Já nos termos de Postone (2021), se Deus é concretude, o diabo é a abstração.

O diabo entra no imaginário como figura opositora da figura divina. Entra, nesse sentido, também como organizador do mundo moderno. Não por acaso, o outro nome para Diabo, Satã, em hebraico, significa mudança (Poliakov, 1991). Mudança da ordem estabelecida, dos valores. Agente que leva o mundo para um lugar onde nunca esteve. Por isso, tal qual Deus, o diabo permanece invisível, mas está por toda a parte e deve ser, assim, combatido. Nas cidades, escolas, famílias. Assim, se a mudança é o diabo, o futuro a ele pertence, e é daí que vem o pessimismo apocalíptico da cultura ocidental:

[...] esses temas são retomados no Apocalipse, onde o Anticristo combate junto com um Satã, que parece ter-se libertado do controle divino, Cristo e sua igreja, até a discussão final, seguida pela idade das beatitudes sem fim, ou seja, o “fim da história”. É sobretudo dessa forma que a consciência histórica ocidental mergulha suas raízes na escatologia judaico-cristã. [...] o Diabo ou o Anticristo estão quase tão onipresentes na consciência ocidental quanto a ideia de causa, ideia indissociável de toda ação e de todo acontecimento (Poliakov, 1991, p. 59).

Assim, o diabo passa a ser representado, novamente, por aqueles grupos que não faziam parte da estrutura da sociedade pré-moderna, principalmente judeus, jesuítas e francos (Poliakov, 1991). Se em Postone, este Outro de Dentro encarna o abstrato, para Poliakov, ele encarna o próprio diabo. Por isso, a ideia de que este Outro precisa ser afastado, destruído.

Pode-se dizer, assim, que a gramática conspiracionista não existe sem a causalidade diabólica. Inclusive, a própria estética imaginada de qualquer complô maligno é necessariamente ligada à ideia do Diabo, que é avesso à luz, ao dia, restrito à escuridão e ao submundo. O que está em todo lugar, mas que não pode ser visto em lugar nenhum.

Este é o Outro de Dentro, que vai encarnar em diferentes grupos ao longo da história. Quem tem capacidade de degenerar por dentro. Aqueles que podem se disfarçar em meio à multidão, que é responsável pela mudança do mundo (para pior) e que precisa ser parado antes que seja tarde. Aquele Outro que degenera porque é forte, e não porque é fraco. Esse medo só é possível graças à criação de uma gramática simplificadora da realidade que diferencia bem e mal. Um grupo específico, diminuto e organizado, comanda aquela sociedade sem que ninguém consiga parar. Pessoas que estão em todo lugar, mas ao mesmo tempo, em lugar nenhum. E que são a caneta que escreve a História. Este processo passa pelo ressentimento com a abstração representada pela modernidade e chega a tal ponto de tornar-se a própria destruição como objeto de desejo e formação de identidade.

Tudo isso só é possível graças à criação de uma realidade paralela, alheia ao que existe, à História e à própria incerteza de futuro em sociedades cujas mudanças acontecem cada vez mais rápido. Este é um elemento que perpassou toda a construção deste trabalho e que, sem o qual, seria impossível a gramática fascista e qualquer extrema-direita se estabelecer: o conspiracionismo.

Como analisa Donatella Di Cesare,<sup>12</sup> o conspiracionismo não pode ser tratado como patologias psíquicas ou anomalias lógicas. Em ambas as preposições, há uma análise normativa. Ou o indivíduo precisa libertar-se de uma armadilha neuronal que o leva para fora da realidade, ou sair de ambientes de grande propagação de “pós-verdades”, ou de *fake news*. Em ambos os casos, o pensamento conspiracionista poderia ser capaz de ser tratável, caso confrontado com a verdade ou fatos lógicos. Entretanto, o que acontece é justamente o oposto. Há cada vez mais conspiracionistas no mundo durante o século XXI, absolutamente alheios à realidade concreta. E estes conspiracionistas não se baseiam em delírios ou mentiras.

Di Cesare argumenta que a maneira correta de analisar o conspiracionismo é a partir da relação desses indivíduos com o poder. O mundo parece estar sempre mergulhado em um caos incessante de catástrofes e mudanças difíceis de

---

<sup>12</sup> A autora utiliza uma denominação diferente. Para ela, conspiração seria algo verdadeiro, ou seja, quando se efetivamente conspira para tomar o poder. A ideia de uma conspiração inventada é chamada pela autora de “complô”. Portanto, o que chamamos de conspiracionismo, a autora chama de complotismo. Neste trabalho, optamos por continuar utilizando a referência de conspiracionismo como instrumento de análise para facilitar o entendimento, visto que é mais aceito academicamente, sem prejuízo para a análise. Cf. DI CESARE, 2022.

acompanhar, e estas precisam ter relação com o poder. Ou seja, a “casta” superior, o sistema financeiro global ou a Nova Ordem Mundial. Nada diferente do que argumentamos até aqui sobre a construção do Outro de dentro e a gramática antisemita. Para o conspiracionista, os indícios podem estar por toda parte. Absolutamente tudo é uma prova da existência de um complô, se você for conspiracionista o suficiente. Não há leitura de mundo possível sem que haja a conspiração por trás.

Para Di Cesare, o conspiracionismo (ou complotismo) é uma reação à ilegibilidade do mundo. O caos e a perturbação social, um mundo difícil de desvendar, de poderes fragmentados e problemas complexos. O solo da realidade torna-se arenoso, pelo qual se afunda a qualquer passo, pois é inexplicável e ininteligível. Foram rompidos os fios narrativos. Não se prevê mais o futuro na mesma proporção que não se explica o presente. Há de se recuperar estes fios escondidos. Será necessário procurá-los em um mundo oculto.

A conspiração surge como um clarão que ilumina toda a realidade. Os fios narrativos unem os fatos do passado com os do presente. Também todos os fatos que virão, ainda inimagináveis. O quebra-cabeça da História, de infinitas peças, se monta como por milagre. O terreno arenoso da realidade torna-se, por um passe de mágica, concreto. Essa é a ideia que também traz Girardet (1987), que diz que o mito do complô é da ordem da explicação do mundo. A ideia de que tudo passa a ser reduzido a uma lógica inflexível e poderosa elementar, que reúne todos os acontecimentos, principalmente os mais maléficos e angustiantes. Não há questão terrível que fique sem resposta diante desse sistema tão simples e organizado de explicação da realidade.

Dessa maneira, ambos os autores colocam a conspiração não como uma patologia ou uma questão de má informação, mas um fenômeno profundamente moderno. É do desconforto com as profundas mudanças das relações sociais, econômicas e culturais, cada vez mais céleres, que nasce a conspiração. Quando trouxemos Postone em seu argumento que o fascismo é a revolta contra o abstrato, o cerne dessa ideia é a conspiração. Nesse sentido, a conspiração não é um entulho ideológico pré-moderno, ou mesmo uma patologia individual, mas produto da modernidade tal qual o racismo científico. Postone ainda traz como o judeu encarna o abstrato, como faria parte de sua natureza biológica o próprio valor, o capital especulativo. Como se a modernidade, na pior interpretação do tempo, corresse em

suas veias. Ele seria o Outro de dentro, forte. Isto é o que chamamos de gramática antisemita.

Girardet (1987) analisa obras literárias relevantes e de grande circulação, que entraram no imaginário coletivo para se discutir o conspiracionismo. São elas: *Biarritz*, publicada em Berlim em 1868, assinado pelo pseudônimo de Sir John Retcliffe (mas escrito por um funcionário demitido dos Correios prussiano chamado Goedsche); *Le Juif errant* (O judeu errante), publicado em Paris em 1848 em um jornal por Eugene Sue; e *Joseph Balsamo*, publicado por Alexander Dumas em 1853. As três se passam em cidades da Europa no século XIX e tem como eixo narrativo os principais grupos de focos de conspiracionismo no imaginário coletivo até então: judeus, maçons e jesuítas. Não por acaso, três grupos pequenos que surgiram na vida cotidiana europeia justamente no alvorecer das cidades modernas e que não são facilmente diferenciáveis, podendo se disfarçar em meio à multidão. Assim, os acontecimentos do início do século XX também trouxeram mais um grupo como eleitos de primeira hora da conspiração: os comunistas.

Todas as narrativas dão uma ênfase muito grande ao imaginário das sombras. O conspirador é aquele que se reúne em catacumbas, cemitérios, à noite. Que possui rituais estranhos, perturbadores e macabros, assim como suas vestes. Também é à noite que os animais imundos e ardilosos, pelos quais a própria natureza os fez assim, saem de suas tocas. Esta construção estética soturna é inspirada nos famosos *Protocolos dos Sábios de Sião*, que são um suposto documento forjado pela Rússia czarista que mostraria os planos de dominação mundial judaico (Girardet, 1987). Ou seja, a ideia de conspiração está necessariamente vinculada à construção do Diabo como o próprio agente da mudança, da linearidade do tempo e da modernidade, como bem descrito por Poliakov.

A dominação mundial é, inclusive, a base que estrutura toda e qualquer conspiração. O objetivo final de toda narrativa conspirativa é um governo mundial, uma dominação planetária completa e absoluta. Os métodos vão se complexificando ao longo dos séculos, na medida em que a própria realidade material também se complexifica. Entretanto, ainda segundo Girardet, a estrutura narrativa de uma história de conspiração permanece quase inalterada: um pequeno grupo de pessoas, com símbolos bizarros e hábitos macabros, que se reúnem com planos totalizantes de domínio.

Os métodos são os mais diversos. A aquisição de terras para o controle dos alimentos, a dominação financeira dos bancos, da literatura e dos jornais para capturar os corações e mentes dos despreparados ou até, mais recentemente, implantação de chips via vacinação em massa.

Girardet também mostra que os crentes na ideia do complô também demandam uma Santa Conjuração que irá combater este mal. São pessoas que conseguem combater o complô na escuridão sem serem invadidas por ela. Se a conspiração são trevas, a conjuração é luz:

O segredo, a máscara, o juramento iniciático, a comunidade de cúmplices, a maquinação oculta, em suma, tudo que é denunciado e temido no outro reverte-se de repente, voltado contra este, de um sombrio e todo poderoso atrativo. O duplo legendário que o imaginário secreta quase obrigatoriamente em torno da presença ou da memória do Herói histórico testemunha um fenômeno semelhante. Lenda dourada ou lenda sombria, a veneração ou à execração alimentam-se dos mesmos fatos, desenvolvem-se a partir da mesma trama (Girardet, 1987, p. 16).

Ou seja, a ideia de que existe um complô bem estruturado, maligno e invisível cria comunidades de afeto de pessoas que vão, por sua vez, criar uma mesma gramática desta conspiração imaginada. Ritos, estética, vocabulários e códigos que apenas as pessoas que partilham daquela visão de mundo vão reconhecer. São grupos que produzem uma energia política muito grande, mas que não tem projetos políticos palpáveis de longo prazo, a não ser a destruição da conspiração e de todos os inimigos. Por isso, a coerência interna que demandam se faz através do tesão pelo conflito. A guerra é o fim, não o meio. Uma energia revolucionária que, a princípio, não pode ter ponto de chegada (Girardet, 1987).

Nesse sentido, é fácil encontrar paralelos com a construção da causalidade diabólica proposta por Poliakov (1991). A ideia de que os agentes da mudança, complotistas, que agem nas sombras em busca de uma dominação mundial e degeneração dos valores da sociedade e desintegração das famílias tradicionais. Nesse sentido, também há um espelhamento na batalha da luz e das sombras. A conjuração do bem, luminosa, que age nas sombras para derrotar a grande conspiração, reflete a batalha de Cristo contra o Anticristo. Como Di Cesare comenta:

Não se trata simplesmente de mentalidade primitiva ou de uma visão irracional. [...] Segundo Nietzsche, pode-se dizer que a causalidade diabólica seja uma paixão metafísica. Procura-se a causa, isto é, identifica-se o sujeito culpado que se esconde nos bastidores, esse agente maléfico, dotado do poder soberano de prejudicar, esse inimigo único e absoluto que se esconde no retomundo escondido. Na oposição maniqueísta de claro e escuro, bem e mal, que caracteriza a metafísica, o inimigo absoluto encarna o Mal tenebroso. Tudo é permitido para se defender contra esse agente destruidor. O Mal vem de fora – de outro lugar, do retomundo onde se abriga o inimigo satânico que provoca eventos trágicos e avassaladores.

Sob esse aspecto, o complotismo não é mais do que uma versão exacerbada da política metafísica (Di Cesare, 2022, p. 53).

Ou, em outras palavras, uma “batalha espiritual”, “uma luta do bem contra o mal”. Também não é por acaso que a construção estética desse confronto seja tão importante. Em termos benjaminianos, a arte, a técnica e a metafísica estão a serviço do profano da política. O espaço político se despolitiza. No fascismo, não há um projeto de construção de futuro, mas uma defesa de um passado glorioso com a derrota do grande complô metafísico, que molda identidades e subjetividades. Esta construção de um complô e de um passado idealizado pretensamente roupado por este é a base do pensamento antissemita.

## 2.5

### Antissemitismo Enquanto Gramática

Trouxemos aqui a conceituação deste Outro pelo instrumental do desencantamento do mundo, que aparece no contexto da ascensão da economia urbana e mercantil, o hibridismo cultural, que vai moldar performativamente as identidades, criando novas tradições, afetos e novos outros, mas também operando na lógica do encantamento e do desencantamento, através desse contato. Não por acaso, utilizamos um clássico da literatura mundial para começar este capítulo, já que é uma boa maneira de ver essa construção subjetiva do outro.

Ao buscar as pegadas da invenção dos Direitos Humanos, conceito abstrato e profundamente moderno, Lynn Hunt (2009) identifica nos romances epistolares, populares no século XVIII, a construção de empatia para com os personagens. Figuras desconhecidas e de realidades muito diferentes, mas que carregavam angústias e sentimentos comuns. Uma grande massa de leitores começa a se

constituir a partir destes romances, como tendo valores e sentimentos morais compartilhados.<sup>13</sup> Como a autora explica, se o famoso conceito de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (1983) seria moldado pela imprensa e por romances mais famosos, forjando o sentimento nacional, os romances epistolares atravessavam fronteiras nacionais e moldariam uma comunidade de afetos, dando origem ao conceito de Direitos Humanos.

Mesmo Bhabha diz que “*o estudo da literatura mundial poderia ser o estudo do modo pelo qual as culturas se reconhecem através de suas projeções de alteridade*” (Bhabha, 1998, p. 36, grifo nosso), na medida em que esses estudos não seriam sobre a “soberania cultural” de um certo povo, nem mesmo sobre uma universalização humana, mas deslocamentos culturais e sociais, nas frestas desse estranhamento mútuo, que, por si, cria um projeto de literatura mundial. A literatura, assim, não cria os deslocamentos e os fatos históricos, mas ajuda a consolidar certos sentimentos difusos, traduzir angústias existenciais de cada tempo e produz diferentes tipos de comunidade. Por outro lado, também convém pensar que, enquanto forma uma comunidade de afetos de pessoas com certos gostos ou características específicas, ao mesmo tempo deixa outros grupos de fora.

Ao iniciar este capítulo com o clássico shakespeariano *O Mercador de Veneza*, principalmente na figura de seu vilão, o banqueiro judeu Shylock, proponho que haja mais do que uma mera representação de estereótipos. Essa literatura ajuda a demonstrar e consolidar, senão uma comunidade nacional como aquela descrita por Anderson, uma certa comunidade de afetos cristã. Afinal, na comédia inglesa escrita ainda no amanhecer da modernidade europeia, a empatia só pode ser imaginada com os pobres e entre valorosos amigos venezianos se, do outro lado, há alguém que deve ser enfrentado que não merece tal empatia. Ou seja, os afetos negativos dados por esse novo significado de judeu, que nada tem a ver com o judeu em si, mas com a construção do Outro na modernidade. E esta construção molda uma comunidade de afetos para além da comunidade nacional, afetos que moldam a própria existência identitária desses indivíduos.

---

<sup>13</sup> Um exemplo disso na obra de Hunt (2009) é a tortura. Segundo a autora, a tortura não foi abolida legalmente porque juízes decidiram ou por causa de manifestos de pensadores iluministas, mas porque surgiu uma estrutura cultural nova onde a pessoa era dona do próprio corpo e que, portanto, tinham direitos à inviolabilidade e à individualidade. Isso só teria acontecido porque foi reconhecido no outro a capacidade de sentir paixões, sentimentos e dor da mesma forma que o eu. Os romances ajudaram a criar essa alteridade com o Outro distante. É isso que estrutura *a Invenção dos Direitos Humanos* (2009), segundo Hunt.

Na virada para o século XVII, um inglês não estava construindo a mesma comunidade nacional com um veneziano, até porque a imagem da decadência moral e opulência financeira estavam enraizados no imaginário da cidade. Entretanto, os cristãos de Veneza poderiam ser virtuosos, poderiam despertar a compaixão e afetos positivos. Um tipo de afeto específico que não se vê como uma unidade, mas se vê na humanidade do outro. São esses afetos que criariam, aos poucos, ao longo dos séculos seguintes, a noção de Direitos Humanos, como argumenta Lynn Hunt.

Quando a sociedade constrói o Outro, e isso acontece a todo instante e de maneira anárquica, ela constrói a si mesma. Produz lembranças e esquecimentos sobre seu passado em diferentes disputas por memória, tornando algumas dessas hegemônicas e outras subterrâneas<sup>14</sup>, mas sempre em disputa, utilizando o conceito de Michael Pollak (1989). São estes passados produzidos que também produzem as aspirações políticas do presente, assim como projetos de futuro, desejos e utopias.

A escolha por começarmos este trabalho falando de antissemitismo não coloca o judeu como elemento central da nossa análise, e nem mesmo a perseguição de fato a este grupo como relevante para se estudar a extrema-direita. Não é por acaso que o único judeu que apareceu nesse capítulo é Shylock, justamente um personagem fictício estereotipado. Naturalmente, quando os judeus foram colocados em guetos por autoridades venezianas, também modificaram dialeticamente suas próprias identidades, moldando judaicidades outras. Contudo, se as identidades se formam sempre nesta diferenciação, o que forma os afetos são os imaginários e estereótipos sobre o Outro, não a vida do outro em si.

O que quero dizer com isso é que o antissemitismo pode ser ferramenta importante para entender a construção de um Outro dentro da modernidade, não só em lugares em que não há judeus, ou até mesmo em discursos que sequer os judeus são mencionados. Isso porque as pegadas que seguimos são as do antissemitismo enquanto gramática, através de uma linguagem simplificadora de inteligibilidade da realidade. Este é um processo parecido com outros grupos, como por exemplo,

---

<sup>14</sup> Pollak explica: “Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de *memórias subterrâneas* que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional” (Pollak, 1989, p. 2, grifo nosso).

o racismo e o anti-indigenismo. Não tem nada a ver com o negro ou com os povos originários, mas sim com o racista e com o histórico de colonização.

A diferença é que, no antissemitismo, a criação desse Outro degenerador não é oriundo da colonização europeia. O judeu já estava na Europa e poderia tranquilamente se passar como um “não-judeu”, diferente de povos africanos, também não está dominado. Portanto, ele é visto como uma espécie de fiador dos problemas da modernidade. Se o desejo e a degeneração cultural e genética dos povos escravizados e colonizados são causados no ímpeto civilizatório europeu quando se lança na empreitada colonial, a degeneração dos judeus é desterritorializada, causada no quintal de casa.

Assim, ele não é um perigo por ser frágil, débil, mas porque é forte. Porque são poucas pessoas, com culturas e relações pessoais desconhecidas, que possuem a capacidade de degenerar por completo uma sociedade tradicional. Em algumas narrativas, elas aparecem apenas por serem desprovidos de honra e dos valores tradicionais. Em outras, por conspirarem para dominar alguma localidade, ou o mundo inteiro. Assim, estes grupos são vistos como os agentes da História, responsáveis não só pelo Presente, a partir da destruição de um passado idealizado, mas também da possibilidade de construção de um futuro ainda pior. De acordo com essas narrativas, por se tratarem de grupos pequenos e pouco visíveis, é necessário identificar, isolar, expulsar e exterminar, dependendo do caso. Neles estariam entranhados os males e as mazelas do mundo, o seu desencantamento. Bodes expiatórios para explicar, de modo concreto, toda a crescente abstração do mundo.

É isso que chamamos de “gramática antissemita”. Essa construção de um Outro “de dentro”, que não é muito visível e pode se misturar, que é mais perigoso porque é forte, ardiloso, preparado, e não porque é frágil, atrasado ou exótico. Para a extrema-direita moderna, sobretudo para a ameaça às democracias ao redor de todo o planeta no início do século XXI, essa gramática é pulverizada em vários grupos diferentes e, por vezes, contraditórios, englobando Árabes, indígenas, negros, a China, ou qualquer grupo que, por questões conjunturais, possam entrar neste discurso.

### 3 Redenção e Ruínas

Todos os passos teóricos dados no capítulo anterior foram ao encontro da construção de uma subjetividade anti-moderna. Para isto, foram utilizados autores como Bauman e Postone, que tratam especificamente do tema do fascismo. A ideia de começar com Shakespeare para ilustrar essa gramática não é de esticar o significado de fascismo a séculos antes, e nem mesmo delimitar o que seria ou não fascismo. O que pretendo é compreender que o ressentimento e o mal-estar, que estão intimamente ligados ao fascismo histórico, são inerentes à própria modernidade tal qual como ela foi concebida.

Uma boa ilustração disso é a definição de Zeev Sternhell (2008) que compreende o fascismo como as sombras criadas pelo Iluminismo. Se as luzes do Iluminismo estão no advento da ciência, da razão e do antropocentrismo, estas luzes produzem sombra, que vão negar todos esses valores. Prosseguindo nesta metáfora, as sombras se movem quando as luzes se movem junto, no presente. Não há sombras sem luz. Essas sombras, que aqui chamamos de gramática antissemita ou gramática fascista, não são estáticas, em discursos, valores, desejos e identidades. Elas se produzem no cotidiano também, na performativa construção do Outro, como mostrado por Bhabha (1998).

Portanto, interessa menos entender qual forma esta sombra assume em um momento estático, como uma foto que se possa delimitar políticas e projetos, mas como estes desejos são projetados. Começar uma tese cujo objeto principal de análise é a extrema-direita do Brasil contemporâneo abordando a Veneza do século XVI ajuda a desontologizar o discurso. Ou seja, trazer características próprias da formação do antissemitismo na modernidade para entender como se organiza a cabeça do perpetrador antissemita, que pode, por muitas vezes, colocar este sentimento em outros grupos. Essa construção teórica ajuda também a entender o bolsonarismo, como fenômeno que também é essencialmente brasileiro. Este é um exercício de compreender as categorias utilizadas não pelo que são, mas pela maneira com que são mobilizadas. Desnudar significantes de seus significados conhecidos e entender o que realmente se quer dizer. Por isto, entender o antissemitismo é fundamental para estudar a construção de mundo da extrema-direita.

Não existem os mesmos projetos políticos, identidades, subjetividades, tecnologias ou sistemas de governo que consigam ligar estes dois tempos e espaços históricos tão distintos. Entretanto, há uma maneira de se construir a linguagem semelhante, porque representa o mesmo sentimento de perda causada pelas mudanças oriundas da modernidade. Em outras palavras, para este trabalho, pouco importa o formato das sombras, em suas formas de fascismo, nazismo ou qualquer movimento de extrema-direita que possa ser política ou ideologicamente delimitado. Em vez disso, o esforço do primeiro capítulo foi em direção a entender o próprio sentimento anti-iluminista, ou o que produz essas sombras.

Dentro desse esforço, uma das ideias mais importantes presentes no capítulo anterior é da linearidade do tempo trazida pela modernidade, que é trabalhada desde Weber com o desencantamento do mundo até na ideia de Poliakov como uma representação satânica. A ideia de que existia um passado idílico, bucólico, idealizado e, principalmente, cíclico. Um passado onde todas as pessoas, coisas e lugares tinham seus papéis bem definidos e fáceis de se perceber. A ideia de que, no passado, tudo seria como sempre foi.

Portanto, como se pensar essa ideia de passado idealizado, de construção de sombras, em um contexto brasileiro?

Benedict Anderson (2008) mostra que a construção de um sentimento nacional, como uma comunidade imaginária, necessita de uma construção de um passado em comum, uma memória coletiva heroica ou épica que vai unir aquela comunidade em um mesmo sentimento, a partir de uma mesma origem. Pode-se dizer, portanto, que a memória cria e mantém uma coesão de identidade. Os passados são construídos a fim de se criar uma unidade daquele corpo social. Essa construção de passado dá o Norte para a construção de um presente coeso e de um futuro brilhante.

Entretanto, como Pollak (1989) enfatiza, todo passado é uma construção do presente. Não como um processo de construção passiva desse passado, mas como uma disputa constante entre diversos grupos pela hegemonia da memória na sociedade. Nesse sentido, um movimento que produz sombras dentro do contexto de uma comunidade imaginada moderna é, principalmente, um movimento que possui um projeto de passado. Um passado idealizado, não-moderno, bucólico e cíclico que se perdeu, e que vai produzir, não um projeto organizado, mas desejo para o futuro.

A ideia de Brasil, tal qual de todo Estado nacional, é profundamente moderna, e é necessário entender o que isto significa. A noção do que é ou não moderno não pode ser vista como um conceito binário. Como já explicado, utilizando Bourdieu, muitas vezes as estruturas econômicas e sociais se movimentam muito mais rápido do que as identidades e as interações e valores dos indivíduos. Por isso, não há um ponto de virada muito bem definido, e estruturas e subjetividades pré-modernas podem conviver bem com sociedades modernas.

Em segundo lugar, ser moderno não significa que seja menos violento ou mais igualitário. Como mostrado com Robert Young (2021), a racionalidade pretensamente científica foi utilizada para justificar o darwinismo social, a separação entre raças e o colonialismo. A ideia de modernidade não vem acompanhada necessariamente de Direitos Humanos, mas de estruturas de desencantamento, tempo linear, a ideia de progresso e da pretensa racionalidade científica.

No caso da construção da modernidade brasileira, a análise da produção dessas sombras e luzes pode ser ainda mais difícil. Porque esta foi baseada na exploração colonial e na lógica de uma sociedade escravagista. Por isso, a concepção de uma anti-modernidade, de uma gramática antissemita nos moldes construídos no primeiro capítulo pode demandar um grande esforço intelectual, visto que a própria concepção de nação no país é feita baseada em uma sociedade que desumaniza grande parte da sua população a priori.

Para este capítulo, portanto, é necessário construir a ideia de Brasil como uma sociedade moderna em todas as suas violências e contradições, buscando ser uma comunidade imaginada coesa, que compartilha de um passado, mas, principalmente, de um futuro em conjunto. Este esforço é importante para depois, no terceiro capítulo, entendermos como se dá a construção de uma gramática anti-moderna nesse ambiente em pleno século XXI, utilizando signos e símbolos do Brasil-nação. Para tal, será utilizado um instrumento de análise que é muito bem marcado para a gramática de extrema-direita, e que foi parcialmente trabalhado no primeiro capítulo: o tempo. A gramática de extrema-direita necessita não apenas de racismo ou uma divisão simplificada e maniqueísta de mundo, mas também da volta para o passado, de maneira acelerada.

A construção deste capítulo é feita colocando em perspectiva duas formações de identidades bem distintas, que são próximas no tempo cronológico, mas que têm

relações muito diferentes com a modernidade. Nos dois primeiros tópicos, desenvolvo a construção da modernidade brasileira, com todas as suas violências e mazelas, hegemonizando um nacionalismo conservador em uma sociedade profundamente moderna, baseada na ideia de país do futuro. Nos dois tópicos seguintes, contraste com uma discussão teórica sobre a específica de extrema-direita e sua ideia de temporalidade, dialogando com as categorias trabalhadas no capítulo anterior e expondo as diferenças na construção de um Brasil-nação. O quinto tópico demonstra que esta gramática de mundo baseada na conspiração e no retorno ao passado ideal existe há muito tempo no país, ainda que não hegemonizada. No fim, este contraste será importante para entender como, principalmente a partir do século XXI, esses dois tempos se chocarão no Brasil, produzindo memórias, identidades e movimentos políticos novos.

### 3.1

#### A Invenção do Brasil



Figura 1 - *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos (1895)  
Fonte: Museu Nacional de Belas Artes

No Museu Afro Brasil, em São Paulo, há uma pintura de quase dois metros de altura e em lugar de destaque, muito conhecida como explicação da própria

formação do Brasil.<sup>15</sup> Na tela, à esquerda, há uma mulher negra retinta e idosa olhando para cima com as mãos espalmadas, como se tivesse agradecendo aos céus. Suas roupas são simples, seus pés estão descalços sob a terra batida. Ela está na frente da parede de uma casa, e um jarro com uma planta grande ao seu lado completa o cenário.

Do lado direito da pintura, há um homem jovem e branco. Ele está sentado e relaxado, com as pernas cruzadas, em frente à entrada da casa. Ao contrário da idosa, ele está calçado. Ele é o único com os pés apoiados sob o chão de pedra. Sorrindo, este homem observa a mulher que está no centro da pintura, sentada e com um bebê sobre seus joelhos. Ao fundo, já no interior da casa, pode-se ver um varal estendido com roupas claras, transmitindo uma imagem de limpeza.

A mulher no centro da pintura também é jovem. Ela é mais clara que a idosa que agradece aos céus, mas mais escura do que o homem. Se a mulher idosa olha para os céus em agradecimento e o homem olha para a mulher no centro com seu filho, esta parece prestar atenção apenas em seu bebê. Já o bebê em seu colo é branco, com roupas brancas. Segura uma fruta que parece ser uma laranja, e aparenta estar limpo e saudável.

*A Redenção de Cam* é um marco imagético de construção de um novo Brasil. É uma pintura a óleo produzida pelo pintor espanhol Modesto Brocos em 1895, poucos anos depois da abolição da escravidão e da Proclamação da República, ela retrata o projeto de um novo país que estaria surgindo baseado na ideia de que o desenvolvimento da sociedade em todos os aspectos viria com o branqueamento da população, tendo em vista teorias eugênicas. Se, em muitos lugares, a miscigenação foi vista como uma espécie de degeneração por hibridização e apagamento de fronteiras claras entre brancos e negros, podendo causar uma “descivilização” (Young, 2021), no Brasil a miscigenação foi interpretada como positiva. Porque isto significaria um embraquecimento futuro da população, visto que, segundo essa crença, a raça negra seria “mais frágil” e, portanto, desapareceria com o tempo. Na descrição do quadro *A Redenção de Cam* no Museu Afro Brasil, está:<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> A obra fica originalmente no Museu de Belas Artes no Rio de Janeiro. Escrevi este trecho quando a visitei no Museu Afro Brasil, em São Paulo, em exposição temporária, no ano de 2023.

<sup>16</sup> Descrição da obra no Museu Afro Brasil, em São Paulo, em visita no dia 4 de setembro de 2023. Não assinada.

[...] É um marco importante na história da arte brasileira pelo tanto que explícita e pela forma estética que utilizou para expor as teses racistas caras às elites que vigoravam no país no período que a obra foi concebida. Concluída sete anos após a Abolição da Escravidão em 1888, a pintura ilustra as teorias racistas e pseudocientíficas vigentes no fim do século XIX. Em 1911, ela esteve presente no “Congresso Internacional das Raças”, realizado, naquele ano, em Londres. João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional de Belas Artes, foi o representante brasileiro neste congresso, defendendo teses que afirmavam que, pelo processo de miscigenação e de “seleção sexual”, em três gerações, seria possível alcançar gradualmente o branqueamento da raça negra e mesmo sua extinção.

À sua maneira, a pintura, de resto realizada com grande maestria técnica, fazia parte de todo um sistema racista que envolvia vários setores as sociedades e que, ainda hoje, avilta e desumaniza negras e negros, promovendo sua exclusão e o apagamento de suas histórias. [...]

No livro *Gênesis da bíblia cristã*, Cam expõe os pecados de seu pai, Noé, aos seus irmãos. Como castigo, Cam e seu filho Canaã são amaldiçoados como “o servo entre os servos” para os irmãos. Cam é apontado na bíblia como ascendente de todas as raças africanas e, entre os séculos XVI e XVIII, esta passagem foi utilizada para justificar o colonialismo e a escravidão da população negra.<sup>17</sup> Se, como já apontava Bhabha (1998), a identidade própria de país é formada pelo reconhecimento de um outro diferente no cotidiano, como se construiria uma comunidade imaginada (Anderson, 2008) em uma sociedade que foi moldada desde o início com a desumanização e escravização de enormes contingentes populacionais?

Villafañe (2010) propõe que o esforço de se criar a nação brasileira advém, justamente, da época da proclamação da república e da obra *A Redenção de Cam*. Isto porque durante o período imperial e regencial existia muito pouco sentimento de unidade entre as províncias. A tentativa de se pensar o Brasil como uma unidade vinha mais de serem súditos da família real, tal qual nas monarquias medievais, do catolicismo e da lusofonia, mas não a formação de fato de uma comunidade imaginada, não de um sentimento unificado de nação. Por isso, as quatro décadas da chamada Primeira República foram o pontapé inicial de construção do sentimento de nacionalidade brasileira.

---

<sup>17</sup> Na Idade Média, a etimologia das palavras era utilizada para interpretar textos bíblicos. Cam significava “quente, queimado ou trevas”, e foi interpretado para inferiorizar não apenas para negros africanos, mas também mongóis. Cf. IVO; DE JESUS, 2019.

É importante pensar que a consolidação da Primeira República no Brasil foi de muita importância política das oligarquias latifundiárias, que produziam em relações de trabalho semifeudal, principalmente da elite cafeeira. Gomes e Ferreira (1989) mostram que há uma vasta literatura com diferentes interpretações acerca da distribuição do poder na Primeira República, e se existia de fato uma disputa por poder entre a burguesia urbana e industrial, com o apoio do exército, e esta elite agrária consolidada. Para este trabalho, o mais importante é entender como a República não representou uma mudança real nas estruturas de poder da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, foi essa formação socioeconômica brasileira que começou a criar a ideia de Brasil enquanto nação. É neste momento e neste cenário que a elite intelectual brasileira se propõe a pensar em seu projeto de nação:

A primeira e talvez a maior das conclusões que a literatura produzida sobre cultura na Primeira República nos permite chegar é a do papel de vanguarda política que os intelectuais se auto-atribuíam, e a aceitação geral na sociedade brasileira de que a eles cabia a “missão” de iluminar as elites que construiriam o povo-nação. Esta literatura é muito vasto e diversificada. [...]

As múltiplas respostas para o desenho de uma nova arquitetura política da sociedade não impediam, contudo, um ponto de convergência básico. O diagnóstico realizado pelos intelectuais é de uma nação sem consciência, de uma sociedade sem povo, mas também sem elites competentes e capazes da grande tarefa histórica a que estavam destinadas (Gomes e Ferreira, 1989, p. 270).

Portanto, esta não foi uma revolução burguesa de viés democrático, mas um processo autoritário e conservador das elites dominantes. Na política externa, era adotada uma política liberal e, nas relações de poder e econômicas, o patrimonialismo. Este patrimonialismo se construía na manutenção das relações de poder do Estado dentro da lógica da monocultura escravagista, em uma elite construída na Casa-Grande. A república brasileira continuava a reproduzir o poder, com a manutenção do modelo agroexportador, da estrutura fundiária e econômica herdada do Império e do período colonial.

Se Bourdieu sinaliza que estruturas econômicas e sociais modernas convivem bem com estruturas econômicas pré-modernas, o Brasil vai se movimentar dentro dessa modernidade de maneira desigual. Caio Prado Júnior (1942) conclui que a formação social brasileira, ao longo do período colonial, do Império e da República, é de um desenvolvimento desigual e combinado. Ou seja, uma grande

desarticulação econômica e social interna, formando um arquipélago de diferentes organizações de sociedades, de culturas e de pretéritos. Portanto, o passado não é apenas múltiplo e diversificado: ele é presente.

Por isso, a construção de uma ideia de nação no Brasil foi um esforço intelectual enorme, em um contexto em que as hierarquias sociais ainda eram aquelas praticadas no Antigo Regime e um grande contingente populacional havia recém-saído da condição de cativo com a esperança de que, a partir de então, todos poderiam igualmente gozar do status de brasileiro.

Dentro do esforço intelectual de construção de uma cultura brasileira no início do século XX está o movimento modernista brasileiro, sobretudo a Semana de Arte de 1922, redefinindo o conceito de Brasil. Importante frisar que o Modernismo brasileiro<sup>18</sup> só foi possível graças ao maior contato, direto ou indireto, que os artistas brasileiros passaram a ter com tendências vindas da Europa no início do século XX, principalmente com a grande migração europeia para São Paulo nesse período (Nascimento, 2015). No *Manifesto Antropofágico*,<sup>19</sup> os expoentes modernistas brasileiros definiriam, com referências aos povos indígenas, que a cultura brasileira ressignificaria referências de outras culturas. A ideia de construção de um Outro a partir de movimentos de vanguarda na Europa, trazidas para o contexto brasileiro, onde o exótico deixa de ser um Outro distante (asiático ou africano) e passa a ser interno, quase que como uma tradição perdida, mas ainda assim, uma construção de um Outro exótico baseado em uma epistemologia europeia:

Importa, entretanto, observar que, do ponto de vista da cultura europeia, o elemento popular da cultura brasileira equivaleria ao elemento primitivo das culturas indígenas e africanas, [...] Enquanto para o europeu, o primitivo era o exótico, o diferente da “cultura branca”, a ser explorado, para nós isso era conatural de uma tradição. Mas foi com o olhar europeu, com essa forma de visão do outro desconhecido, que Oswald retornou ao Brasil (Nascimento, 2015, p. 384).

---

<sup>18</sup> Nascimento (2015, p. 377) define Modernismo brasileiro como: “[...] um amplo e bastante complexo movimento, que tem seus primeiros sinais nos anos de 1912 e 1917, atingindo seu marco fundamental em 1922, com a chamada Semana de Arte Moderna, realizada nos dias 15, 17 e 19 de fevereiro em São Paulo [...]”. Cf. NASCIMENTO, 2015.

<sup>19</sup> Foi publicado na primeira edição da Revista Antropofágica, lançada em 1º de maio de 1928, escrito pelo poeta Oswald de Andrade, um dos maiores nomes do movimento modernista brasileiro. Ficou ativo por apenas dez meses, mesmo tempo de duração da revista, mas ajudou a redefinir a ideia de brasilidade e serviu de inspiração para outros movimentos vanguardistas para pensar o Brasil.

A partir do início da Era Vargas, em 1930, o governo brasileiro começou a consolidar o Brasil como uma comunidade imaginária. Para isto, legalizou e institucionalizou o carnaval e os desfiles de escolas de samba e promoveu o futebol como um símbolo nacional para a população. Segundo Maria Helena Capelato, em 1931, Getúlio Vargas criou o Departamento Oficial de Propaganda, que viraria Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP):

Vinculado diretamente à Presidência da República, o DIP produzia e divulgava o discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo. Assim, produziram-se livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos, filmes de ficção etc. Nesse conjunto, destacam-se a imprensa e o rádio como os meios mais utilizados para a divulgação da propaganda política. [...] Com esse esquema, a propaganda oficial não só alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, como também passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem (Capelato, 2013, p. 173).

Também em 1930, com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, futuro Ministério da Educação, que organizou os ensinos secundário e universitário, a construção de uma identidade nacional passou a ser central no currículo obrigatório de História.<sup>20</sup> Em 1938 foi instituída em horário nobre e de maneira obrigatória *A Voz do Brasil*<sup>21</sup> e a partir da década de 1940, foi estabelecida a Educação Moral e Cívica, convocando a juventude a participar de diversos atos cívicos e paradas.

Tal qual a maior parte dos Estados-Nação, no Brasil o Estado precedeu a formação da nação brasileira. A ausência de conflitos militares de grandes proporções e a enorme extensão territorial fez com que, ao contrário de outros

---

<sup>20</sup> Desde o Estado Novo, o exército já pretendia interferir no sistema educacional brasileiro. Em um contexto de ascensão soviética, a educação era vista como uma questão de segurança nacional pelo então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Portanto, a estruturação nacional da educação brasileira deveria ser vigiada de perto pelos militares desde o início. Cf. BOMENY, 1999.

<sup>21</sup> Inicialmente, *A Voz do Brasil* se chamava *Hora do Brasil*, e ocupava um lugar fixo na programação do rádio para divulgar as realizações do governo Vargas. A partir de 1942, passou a ser veículo de comunicação direta dos ministros varguistas com a população brasileira. Cf. GOMES, 1999.

países da América Latina, o nacionalismo brasileiro se consolidasse de maneira gradual. O sentimento nacional que começou a ser fomentado na Primeira República finalmente se consolidou a partir da década de 1930, na chamada Era Vargas.

Na construção desse imaginário de Brasil vale destacar dois autores centrais. O primeiro é Gilberto Freyre, com o clássico *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933. Neste livro, Freyre idealiza a cultura brasileira como uma adaptação bem feita da cultura europeia para os trópicos. Freyre exalta o caráter da sensualidade como inerente ao Brasil, argumentando que a construção do povo e da miscigenação brasileira foi feita a partir de encontros sensuais entre a Casa Grande, na figura dos senhores de escravos, e mulheres negras, dada a carência de mulheres brancas em um contexto de produção por latifúndios monocultores. Ainda segundo Freyre, o caráter português de ser culturalmente algo como um meio-termo “entre europeus e africanos” teria favorecido uma relação entre senhores e escravos mais branda, o que sustentaria a ideia de uma construção de democracia racial brasileira que seria exemplo para o mundo.<sup>22</sup>

A ausência de uma guerra de independência violenta ou a pouca participação popular na transição da monarquia para a república transformaram o nacionalismo brasileiro em uma “religião laica sem santos que a definissem” (Villañe Santos, 2010). Villañe Santos (2010) argumenta que, dada a falta de heróis republicanos no passado, o Brasil haveria de buscá-los no presente, principalmente na figura de Barão de Rio Branco. De acordo com este raciocínio, a consolidação das fronteiras por Rio Branco de maneira pacífica e suas vitórias diplomáticas alçaram sua figura ao posto de herói nacional ainda em vida.

Duas características marcantes de Rio Branco se consolidaram no imaginário nacional. A primeira, que já foi mencionada, é justamente o caráter pacífico que seria inerente à sociedade brasileira. A ideia de que o Brasil consegue resolver problemas de forma diplomática, no diálogo, e sem grandes confrontos. Nesse ponto, estaria não apenas os conflitos externos, com questões de fronteiras, mas

---

<sup>22</sup> Na realidade, Guimarães (2001) explica que o termo “democracia racial”, sempre atribuído a Freyre, não foi utilizado por ele em nenhum momento. A origem do termo democracia racial é desconhecida, mas começa a aparecer em trabalhos acadêmicos apenas na década de 1950. Entretanto, para além da expressão em si, a construção do imaginário de democracia racial no Brasil pautava vários intelectuais na época, sendo Freyre talvez o mais importante e influente.

também internos, os conflitos raciais e sociais, que ou não existiriam, ou seriam resolvidos naturalmente.

A segunda é a aproximação bastante íntima com os Estados Unidos, em forma de uma “aliança não escrita”. Ou seja, o Brasil se enxerga como mais próximo aos Estados Unidos do que seus vizinhos da América Latina, vistos como mais atrasados. Esta última característica será importante no imaginário de Brasil que será reconstruído pela extrema-direita no século XXI, tema do próximo capítulo.

Como já discutido em Bhabha, a formação de uma identidade própria necessita sempre da construção de uma identidade sobre o Outro. Grande parte dos nacionalismos enxerga o corpo nacional como descendentes de heróis da resistência que residem no passado. Mesmo que não se interprete inteiramente o Rio Branco como um “santo” da “religião laica” do nacionalismo brasileiro,<sup>23</sup> tal qual propõe Villafañe, é importante pensar como a política externa de manutenção de fronteiras no Brasil foi central para a própria formação de uma identidade nacional. Por exemplo, a perda da Cisplatina no século XIX foi rapidamente justificada pelo fato de que as pessoas que lá residiam não eram “tão parecidas com os brasileiros”. Contudo, a partir da repressão bem-sucedida a todos os outros movimentos separatistas e a consolidação das fronteiras de maneira pacífica com os vizinhos, o imaginário de brasileiro foi mantido desde o extremo sul do Rio Grande do Sul até sociedades ribeirinhas na Amazônia justamente porque, no fim, eles partilhavam do mesmo território, e porque teriam um futuro compartilhado.

Portanto, estabilizar uma nação unitária neste vasto território era um enorme desafio até a primeira metade do século XX. Em um país com dimensões continentais, culturas diferentes e de acúmulos de tempos diversos, em que boa parte da população foi escravizada por séculos. E sem a construção de heróis óbvios na luta pela independência, foi no futuro que o Brasil encontrou sua nação. A ideia de que no Brasil não havia racismo, que a sociedade brasileira gozava de uma

---

<sup>23</sup> Sobre o Barão de Rio Branco ser visto como um herói nacional, ou “santo”, da “religião laica” do nacionalismo brasileiro, vale lembrar as palavras de Lélia Gonzalez (1984, p. 237): “Como todo mundo sabe, Macunaíma nasceu negro, ‘preto retinto e filho do medo da noite’. Depois ele branqueia como muito crioulo que a gente conhece, que, se bobear, quer virar nórdico. É por aí que dá pra gente entender a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa a dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais. Mas a gente não pode esquecer que Macunaíma é o herói da nossa gente. E ninguém melhor do que um herói para exercer a função paterna. Isto sem falar nos outros como Zumbi, Ganga-Zumba e até mesmo Pelé. [...] Os heróis oficiais não têm nada a ver com isso, são produto da lógica da dominação, não têm nada a ver com ‘a alma de nossa gente’.” Cf. GONZALEZ, 1984.

democracia racial, junto com a sua natureza exuberante em um clima tropical, transformaria o país em uma grande potência onde todos, independentemente de sua origem ou cor, encontrariam a prosperidade no futuro da nação. Foi este discurso que acabou consolidado pelo Estado brasileiro e forjou a nação, principalmente a partir da Era Vargas.

### 3.2

#### O País do Futuro

Stefan Zweig foi um judeu austríaco nascido em Vienna, em 1881. O romancista veio ao Brasil pela primeira vez em 1936, a convite do presidente Getúlio Vargas. Foi a São Paulo e ao Rio de Janeiro, se encantou com o país e prometeu voltar para escrever um livro sobre o Brasil. Em 1940, já com a Europa tomada pela Segunda Guerra Mundial, Zweig retorna ao Brasil, onde passa seis meses coletando material para seu novo livro. Após esse período, vai morar nos Estados Unidos, onde conclui sua obra. *Brasil, Um País do Futuro* é lançado nos Estados Unidos em janeiro de 1941, vira um estrondoso sucesso de vendas e rapidamente ganha versões em seis línguas diferentes, projetando o país internacionalmente e transformando seu título em um epíteto para uma nação em franca formação.

O livro de Zweig é, na realidade, uma grande propaganda para o Brasil, baseada na possibilidade de se construir uma sociedade utópica. Ele enxerga o país como o grande exemplo de harmonia entre diferentes religiões, raças e classes, onde a miscigenação foi um projeto de inclusão de todas as raças. Zweig interpreta, por exemplo, as favelas como um lugar de miséria como pouco se via nos Estados Unidos e na Europa, mas, ao mesmo tempo, um lugar de pessoas felizes e afáveis. Condições de vida pré-modernas que em pouco tempo não existiriam mais. Lugares que, segundo ele, a imensa pobreza e dificuldades materiais contrastavam com a felicidade e a alegria com que aquele povo levava a vida (Zweig, 2001).

Outro ponto importante é a interpretação que o Brasil, com exceção da Guerra do Paraguai, seria um lugar naturalmente pacífico (o que corrobora a ideia de Rio Branco como um símbolo nacional). Segundo o autor, a paz interna e externa trará ao Brasil um futuro próspero e muito agregador a todos aqueles que nele decidam viver. A cordialidade e a democracia racial completam este cenário de paz:

O que aqui se ‘destrói’ são apenas os contrastes fortes e, por isso, perigosos. Essa dissolução sistemática dos grupos mais ‘nacionais’ do que ‘raciais’, que aqui são unidos e sobretudo unidos para a luta, facilitou extremamente, a criação de uma consciência nacional única, e é surpreendente que a segunda geração já se sinta brasileira. Em geral, o filho do estrangeiro é nacionalista. São sempre visíveis os fatos, com sua força inegável e visível, que contraditam as teorias dos dogmáticos. Por isso, o experimento do Brasil com sua completa e consciente negação de todas as diferenças, presumidas e insignificantes, de raças e de cores, por seu resultado visível, é a contribuição talvez mais importante para dar cabo dum desvario que, mais do que qualquer outro, acarretou intranquilidades e desgraças ao mundo (Zweig, 2001, p. 23).

É necessário interpretar a visão de Zweig no contexto em que ele escreve. Ele viveu grandes revoluções tecnológicas na Europa e percebeu um continente tomado pela guerra e pelo ódio racial puro e simples. Sua leitura de Brasil, evidentemente eurocêntrica, enxerga a cultura europeia superior às demais que convivem no país, assim como enxergava como positivo o branqueamento da população com a intensa migração europeia para o país a partir do século XIX. A ideia de país do futuro de Zweig é uma espécie, portanto, de projeto de Europa antes da guerra. Uma segunda chance de se criar uma civilização avançada nos moldes e nos valores europeus, sem carregar aqueles problemas que destruiriam o Velho Continente.

Já no Brasil, era muito mais difícil hegemonizar um projeto possível de futuro que fosse baseado no retorno a um passado imemorial, porque seria muito difícil criar um passado imemorial pretensamente universalista em uma nação que se ergueu, desde o início, como escravocrata. Nesta ideia de Brasil enquanto país de futuro, não seria necessário fazer parte de uma elite intelectual ou econômica, nem ter um vínculo com a terra ou com ancestrais específicos. Só seria necessário ser.

A ideia de país do futuro subverte essa lógica de continuidade, porque justamente apaga o passado. Não interessa de onde as pessoas vieram, nem o rastro de sangue deixado pela história do país, mas sim o que se seguirá adiante. Isto é o que parece estar presente em todos os momentos em que a formação da nação brasileira é rascunhada, seja no apagamento total da negritude com a miscigenação, seja na construção da ideia de democracia racial.

Embora não negasse sua origem judaica, Zweig se considerava um cidadão do mundo, internacional, urbano, estudado, secular. A ideia de vínculo com o

futuro, e não com o passado, foi o que passou a imagem de que a democracia racial brasileira poderia dar certo. A ascensão do nazismo europeu o tornou desenraizado do território, pois passou a ser visto apenas como um judeu refugiado, mais do que ele mesmo se enxergava. Por isso que o Brasil foi visto como essa espécie de refúgio, baseado na fantasia de que, tal qual qualquer brasileiro, o futuro criaria esse pertencimento.

Talvez nenhuma representação imagética seja tão poderosa desse futuro quanto o quadro *A Redenção de Cam*. O bebê ao centro, saudável, asseado e branco, é o centro das atenções para o casal, de homem branco e mulher mestiça. A mulher negra idosa é a única que não olha para o bebê. O passado não possui nenhum vínculo com o futuro, apenas o presente. Ao contrário do que acontecia na Europa quando Zweig volta ao Brasil para escrever seu livro, por aqui, não é o passado que vai escrever o futuro. O futuro é, justamente, o agente que vai apagar o passado. É a redenção.

Interessante pensar em perspectiva de construção de racismo. No primeiro capítulo, expliquei a construção do racismo científico, ancorado no cientificismo do darwinismo social. Essa pseudociência de verniz positivista e profundamente moderna enxerga os seres humanos em raças diferentes. Segundo esse raciocínio, a miscigenação seria péssima porque degeneraria as raças mais puras. Isto é o que justificou o colonialismo e a "ciência nazista", junto a perseguição aos judeus durante o regime de Hitler.

Já no Brasil, talvez pela importância cultural do catolicismo lusitano, o discurso racista foi justificado muito mais por motivos religiosos, a partir da história bíblica de Cam. A ideia de redenção é inerente ao cristianismo, e a redenção no negro, segundo essa doutrina, seria ser apagado de sua negritude, fundir-se no todo social idealmente branco, deixar-se de ser.

O fato de que o judeu Zweig tenha verdadeiramente se encantado pela sociedade brasileira não se explica apenas pelo fato de ele ser socialmente aceito como branco nesta terra, enquanto fugia da brutalidade nazista, que criou uma pseudociência própria para enxergar judeus como inferiores. A crença em uma democracia racial que levaria o país invariavelmente a um futuro reluzente vem de um messianismo político enraizado no Brasil desde o período colonial, com o

sebastianismo.<sup>24</sup> Assim como a aproximação com os Estados Unidos, o messianismo é uma característica do caldo cultural brasileiro que também será importante na construção da extrema-direita, como veremos adiante.

Em 1941, Zweig se muda novamente para o Brasil, para morar na cidade de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro. No ano seguinte, durante as festividades do carnaval, se suicida. Em sua carta de despedida, agradeceu ao Brasil e aos brasileiros, dizendo que não tinha mais forças para vagar tantos anos sem pátria. Não pertencia a lugar nenhum, era um estrangeiro em todo lugar. No fim, perceberia vínculo atávico com o futuro e o apagamento do passado não seria possível. Seu suicídio, no entanto, não atrapalhou as vendas do estrondoso sucesso *Brasil, um País do Futuro*.

Evidentemente, Zweig não estava sozinho na construção de um imaginário do Brasil como país do futuro e nem como democracia racial perante o mundo. Marcos Chor Maio (1999) mostra a formação do chamado Projeto Unesco, que funcionou no Brasil principalmente entre os anos 1950 e 1952. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) patrocinou diversas pesquisas sobre relações raciais no país. Construiu-se a ideia de que, em um contexto pós-Holocausto, havia uma singularidade brasileira nas relações raciais, o que transformava o país em uma espécie de laboratório civilizacional.

Em um momento em que o Ocidente passava por imensa crise após a Segunda Guerra, o Brasil foi eleito uma espécie de anti-Alemanha Nazista, como um país periférico com reduzidas taxas de tensões étnico-raciais. A ideia é de que a organização internacional ajudasse a entender como este pretense particularismo brasileiro pudesse se transformar em um valor universal. Nesse contexto, o sociólogo Florestan Fernandes indicava que as referentes pesquisas tinham um efeito prático indiscutível, visto que o desenvolvimento de uma “civilização ocidental” no Brasil passava por uma compreensão de toda a heterogeneidade cultural e racial e, portanto, que estas questões eram um *problema nacional* (Maio,

---

<sup>24</sup> Dom Sebastião, rei de Portugal, liderou as tropas de seu país na batalha de Alcácer Quibir, contra mouros no Marrocos, em agosto de 1578. Rei jovem, celibatário e sem herdeiros, perdeu a batalha e desapareceu. Seu corpo nunca foi encontrado. Foi o início do sebastianismo, uma crença messiânica que o rei voltaria do Marrocos como um salvador do reino de Portugal. O sebastianismo faz parte da religiosidade portuguesa que construiu a identidade brasileira, principalmente entre cristãos-novos, que fugiram da perseguição da Inquisição portuguesa. Cf. HERMANN, 2005.

1999). Entretanto, Fernandes salientava de que não existia democracia racial no Brasil:

Não existe democracia racial efetiva [no Brasil], onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de “bom tom”, de um discutível “espírito cristão” e da necessidade prática de “manter cada um em seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática (Fernandes, 1960 apud Maio, 1999, p. 153).

A reflexão de Fernandes é relevante porque coloca em perspectiva a tensão entre tradição e modernidade. Ele escreve em um contexto de um nacionalismo que ainda está se constituindo, em uma sociedade de intensa urbanização e crescimento econômico. O “espírito cristão” que Fernandes comenta é fundamentalmente católico, importante para a criação do nacionalismo brasileiro, com raízes na cultura lusitana. Também aparece quando discutido *A Redenção de Cam* em uma sociedade católica, feito em um contexto de uma sociedade extremamente católica. Isto ocorre na ideia de que há uma possível salvação do negro a partir de uma redenção que, na interpretação bíblica vigente, precisaria deixar de ser negro.

Pode-se dizer, portanto, que a ideia de democracia racial e a construção dessa civilização brasileira e de país do futuro, embora se julgue universalista, não só é apenas branca e europeia, mas também tem profundas bases religiosas no catolicismo. Esta discussão é relevante não apenas porque coloca em questão as tensões entre tradição e modernidade desde a primeira metade do século XX, mas também porque mostra como essas tensões, e a própria tentativa de se criar um ethos nacional brasileiro, são sempre muito perpassadas pelo cristianismo católico.

### 3.3

#### ***Angelus Novus***

No capítulo anterior, construí o quadro teórico geral que acompanhará todo este trabalho. Há um esforço de se entender a construção do Outro como um vetor

de mudança, e a mudança como algo ruim a priori. O Outro encarna a modernidade na medida em que encarna o tempo linear e a ideia de progresso. Este aspecto do tempo trará o abstrato, o diabólico, a decadência. A ideia de que o tempo linear, que empurra o futuro para cada vez mais longe do passado, está intimamente ligada ao Mau e ao Outro. Portanto, é necessário destruir este tempo, destruir a modernidade que faz com que isto aconteça. É nesta concepção de tempo que se constrói a gramática fascista de mundo.

A construção de uma noção de Brasil enquanto nação opera em uma lógica oposta, mas não ausente de violência. A nação brasileira se forja em uma ideia de democracia racial e apagamento de passados que corrobora estruturas racistas e apagamento de negritudes, forjada também na lógica de construção de um Outro performativamente, como diria Bhabha (1998), e baseada em um darwinismo social e um racismo científico (Young, 2021), além de um exotismo orientalista. Esses ideais estão, em maior ou menor grau, presentes em todo extenso período de tentativa de consolidação de uma ideia de brasilidade.

O que há de diferente em relação ao caminho teórico que percorremos no primeiro capítulo é, justamente, a ideia de um passado idealizado e o sentimento de perda de um tempo cíclico. O país do futuro, ao invés de se construir na imagem de um passado idealizado, se constrói na redenção do passado de seu povo, na história, na origem ou na raça. Para dar conta de uma construção de um passado em regimes de extrema-direita e dialogar com a ideia de “país do futuro” e da Redenção de Cam, recorro a notável interpretação de Walter Benjamin *Angelus Novus* (1920), do pintor suíço Paul Klee. Esta citação abre caminho para entender a contribuição de Benjamin neste debate sobre a construção do passado e do futuro na extrema-direita. Segue:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o

céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (Benjamin, 1985, p. 226).

O anjo está de costas para o futuro. Este pouco interessa. Ele está voltado para o passado, principalmente para os vencidos e derrotados pelo suposto progresso histórico. O anjo traz uma chave que abre portas para a recordação da história, agora mergulhada em imagens e reprimida no inconsciente.



Figura 2 - *Angelus Novus*, de Paul Klee (1920).

Fonte: The Israel Museum

Enquanto a historiografia predominante celebra a glória dos heróis genocidas, o materialista histórico deve manter uma distância crítica. Para Benjamin, enaltecer tais eventos seria equivalente a manifestar empatia pela catástrofe. Por isso, a História não deve apenas resgatar a tradição dos oprimidos, mas reconfigurá-la, trazendo esperança para a libertação e criando um novo espaço para os mortos, fundamentando assim um novo começo.

Em seu notável trabalho *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1985), Walter Benjamin argumenta que há uma discrepância entre os modernos meios de arte, que são facilmente reproduzidos, como a xilogravura, a fotografia e o cinema, e as pré-capitalistas, sobretudo a arte clássica grega. Segundo ele, a arte clássica surge a serviço de rituais, mágicos ou religiosos, com fundamentos teológicos. Quando a arte perde esta autenticidade, ela também perde

a sua função social. Desse modo, “*em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra práxis: a política*” (Benjamin, 1985, p. 172, grifo nosso).

Nesse sentido, o principal ponto de Benjamin é que, se em sociedades pré-capitalistas, a técnica se fundia inteiramente com o ritual e o teológico, no capitalismo a técnica passa a ser totalmente desvinculada desse significado. Ela vai ocupar apenas o lugar do político, ou seja, do profano. A obra de arte perde o que Benjamin chama de “aura”.

Quando a obra de arte e a técnica se emancipam do produtor, ela produz uma forma de alienação. Para Benjamin, a alienação não está restrita apenas ao trabalho e à mercadoria, tal qual uma literatura marxista mais estrita, mas também à cultura, experiência e tradição. Nesse ponto, o autor aponta o cinema como um agente eficaz para a alienação das massas, que é muito utilizado pelo fascismo. Isso porque o fascismo consegue organizar as massas proletárias sem alterar as relações de poder ou de propriedade, já que, nos grandes comícios, desfiles e espetáculos esportivos, a massa se vê. Ela tem o direito de se exigir filmada. Portanto, ainda que apenas esteticamente, ela se vê parte do jogo político. Para as massas, o cinema também possui uma dimensão da fantasia, do fantástico, do sobrenatural e do miraculoso, que sai da dimensão teológica e vai em direção a uma percepção política.

Assim, ao invés de haver a mobilização popular para uma luta de classes ou qualquer outra forma de mudança na estrutura social, o fascismo produzia uma fascinação pela guerra. Pela glória nacional, a imagem sacrificial do herói era alcançável apenas através do sacrifício. Nesse sentido, o positivismo da técnica fracassa, pois o progresso da técnica também pode significar o regresso da sociedade. A estetização da política praticada pelo fascismo vira, com o passar do tempo, também uma experiência sensorial de confronto. Isto ficará mais claro ao longo deste tópico.

Anteriormente, utilizei o conceito de desencantamento do mundo de Weber para começar a discorrer sobre formação de identidades e construção do Outro na modernidade. Nesse sentido, seria a secularização do mundo, que traria possibilidades novas de compreensão da realidade. Pode-se dizer que Walter Benjamin enxerga que o mundo não seria desencantado, mas reencantado na política pelo mundano, pela reprodutibilidade técnica, que vai sacralizar significantes de formação de mundo e de identidade tão presentes na modernidade, como etnia e nação. É o que Girardet (1987) chama de produção de uma enorme

energia política mobilizadora, mas que não vem acompanhada de um projeto político claro ou uma ideologia bem formatada: a guerra como fim, e não como meio.

Benjamin, quando enxerga o anjo da história de costas para o futuro, olhando para as ruínas que se acumulam do progresso, não enxerga apenas fascismo. Aqui, é necessário entender duas ideias. A primeira é a de “escovar a história a contrapelo”. Sua leitura da história era radicalmente oposta ao positivismo do “socialismo científico”, que possuía um conformismo de continuidade do progresso histórico e cultural. A sua leitura da história “a contrapelo” era em favor dos desfavorecidos, dos condenados da terra, dos esquecidos na roda do progresso, mulheres, judeus, proletários... para salvaguardar culturas passadas, subversivas e utópicas.

A segunda ideia é: *“Nunca houve um documento de cultura que não fosse simultaneamente um documento de barbárie”* (Benjamin, Tese VII, 1985, p. 245, grifo nosso). Uma concepção dialética da cultura, que não contrapõe cultura e barbárie, mas que percebe a alta cultura adquirida sempre de privilégios de exploração de trabalho, de batalhas sangrentas e mortes. Produtos de luxo são, portanto, documentos de barbárie:

[...] na medida em que a alta cultura é produzida pelos privilégios advindos da labuta viva das massas, em que ela não poderia existir sob a forma histórica sem o trabalho anônimo (escravos, camponeses ou operários), em que os bens culturais são “produtos de luxo” fora do alcance dos pobres, estes tesouros da alta cultura são, inevitavelmente, em todos os modos de produção, fundados sobre a exploração – quer dizer, sobre a apropriação do trabalho excedente por uma classe dominante. Estes são, então, “documentos de barbárie”, nascidos da injustiça de classe, da opressão social e política, da desigualdade, da repressão, dos massacres e das guerras civis (Lowy, 2020, p. 24).

O que Benjamin propõe, ao reescrever a história a contrapelo, é seguir em direção

[...] a uma intervenção dialética cujos objetivos constituem-se na destruição do fetichismo burguês dos “tesouros culturais” e no desvendamento do lado bárbaro escondido nas produções culturais; e a uma ruptura materialista da continuidade histórico-cultural, a fim de procurar “no passado a chama da esperança”, de encontrar momentos da cultura passada

portadores de uma afinidade secreta com os perigos de hoje (Lowy, 2020, p. 26).

O nazismo como experiência política, estética e sensorial está atrelada à propaganda, ao cinema, ao encantamento da política, que só é possível com a construção deste passado mitológico em meio às ruínas do progresso. Pode-se dizer que Benjamin, entre o vento do progresso que sopra invariavelmente em direção ao futuro, procura a esperança no passado. Ele disputa o passado com a construção de passado idílico e heroico do fascismo, em busca de um outro futuro.

### 3.4

#### **Destruição como Projeto**

Para Anderson (2008), os laços identitários da comunidade imaginada são forjados nas memórias e esquecimentos produzidos a partir do presente. A coesão da construção dessas memórias cria um elo atávico entre um grande contingente populacional que não se conhece, e não necessariamente teria algo em comum. Memórias essas de heroísmo, de histórias épicas que serão sempre lembradas, que servirão de inspiração a um futuro promissor. Pollak (1989) enfatiza que essas memórias não são feitas sem disputas. A memória hegemônica nacional não seria uma acomodação de diferentes memórias, mas uma imposição de grupos sociais mais fortes, onde outras memórias sobreviveriam no subterrâneo do tecido social. A construção dessas memórias também constrói o corpo nacional e o próprio projeto de país.

O caso brasileiro é emblemático, porque foge um pouco dessa lógica. Nesta construção nacional, o passado também é idealizado, na medida em que a memória da escravidão é suavizada. Entretanto, ao invés de utilizar um passado heroico ou idílico para inspirar a construção de um projeto de futuro, este passado é visto como apenas um incubatório de um povo potente e único no mundo, graças ao convívio pacífico entre raças e à miscigenação. Ainda assim, a produção de memórias e esquecimentos que forja a cultura e a nação brasileira possui um caráter formador de um projeto de país.

Principalmente com o início da Era Vargas, com a crescente industrialização e urbanização, o “país do futuro” foi se mantendo vivo ao longo de todo o século XX pelos mais diversos espectros políticos e governos, com uma promessa de um

futuro reluzente assentado em uma sociedade potente e pacífica, em um território exuberante e onde reinava a democracia racial.

Este é um projeto de nação bastante conservador, que não questiona nenhum tipo de grupo hegemonicamente estabelecido desde os tempos coloniais e que enterra narrativas e subjetividades de grupos subalternizados, como indígenas e negros. Por vezes, apagando toda a subjetividade e memória da negritude, por vezes, apagando a própria imagem do negro neste futuro. Ainda assim, é um projeto de futuro que perpassa diferentes espectros desenvolvimentistas, como o próprio Getúlio Vargas, o plano de metas de Juscelino Kubitschek e mesmo a Ditadura Militar brasileira. Um projeto que produz violências, injustiças e apagamentos, mas, ainda assim, um projeto. Um país do futuro que é imaginado, projetado e movimenta energias políticas para que aconteça.

Ao contrário disso, no fascismo histórico, os ventos do progresso são inerentemente ruins. Lembre o primeiro capítulo: o tempo linear, o progresso, são o próprio Satã. Mas não qualquer mudança, A mudança técnica, das máquinas, da indústria e da tecnologia eram celebradas, enquanto as mudanças sociais ou a inclusão de grupos e minorias que não faziam parte do passado idílico compartilhado, encarnavam o temor com o futuro.

Assim, há um reencantamento do mundo pela ordem do político. Por exemplo, ao estudar a linguagem nazista, Klemperer (2020) afirma que o nazismo alemão, embora tenha um discurso sempre de exclusão do cristianismo em direção à recuperação de um paganismo germânico como referência de memória, constrói a figura de Hitler sempre como um redentor da humanidade, filho de Deus e da ordem do divino, inerente ao catolicismo.

Ao contrário do que possa parecer, o ápice da experiência fascista não é a eliminação de grupos específicos, mas a própria guerra em si. O que vem de novidade com o Estado Nazista é que a morte deixa de ser uma tecnologia empregada para o controle social e passa a ser a finalidade última do Estado:

Por uma extrapolação biológica sobre o tema do inimigo político, na organização da guerra contra os seus adversários e, ao mesmo tempo, expondo seus próprios cidadãos à guerra, o Estado nazi é visto como aquele que abriu caminho para uma tremenda consolidação do direito de matar, que culminou no projeto da “solução final”. Ao fazê-lo, tornou-se o arquétipo de uma formação de poder que combinava as características de

Estado racista, Estado assassino e Estado suicida (Mbembe, 2018, p. 128).

Dessa maneira, o Estado se torna suicida a partir do momento em que a guerra é razão de ser do Estado, a imagem da destruição e do conflito, até às últimas consequências, até o próprio Estado parar de existir. Em outras palavras, a guerra é o fim, e não o meio. A guerra faz parte da própria concepção da identidade nacional como tal. Não é por acaso que Paxton cita Walter Benjamin como o primeiro a observar que “*o fato de o fascismo ter deliberadamente substituído o debate ponderado pela experiência sensorial imediata transformou a política em estética. E o ápice da experiência estética fascista, advertiu Benjamin em 1936, seria a guerra*” (Paxton, 2007, p. 40, grifo nosso).

Outros autores da Escola de Frankfurt<sup>25</sup> também trazem a dimensão suicidária como elemento central na análise do fascismo. No clássico *As Origens do Totalitarismo* (1951), Hanna Arendt, ao trabalhar o antissemitismo nos movimentos pangermânicos, argumentava que se diferenciariam de grupos imperialistas porque, enquanto estes almejavam apenas se apoderar da máquina do Estado e de suas instituições, aqueles visavam destruir as instituições nacionais: “Seu ultranacionalismo, que preparava a destruição do corpo político de sua própria nação, baseava-se no nacionalismo tribal, com um desmedido desejo de conquista, que constituiria uma das forças principais com que se poderiam aniquilar as fronteiras do Estado-nação e de sua soberania” (Arendt, 1979, p. 62).

Também Theodor Adorno interpreta que o fascismo tem como grande característica não só a autodestruição, mas a destruição de tudo à sua volta. Em *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita* (2020)<sup>26</sup>, ele compara os movimentos neonazistas que surgiram no pós-Segunda Guerra na Alemanha com o nazismo histórico. O autor argumenta que o que estes partidos fazem é uma antecipação do medo e do terror, do desemprego, da integração dos países, da inflação ou de qualquer mudança. O sentimento de uma grande catástrofe mundial constante, à espreita. Ao mesmo tempo, eles querem a catástrofe, porque é a catástrofe que os

---

<sup>25</sup> A Escola de Frankfurt pretendia uma releitura do marxismo ao enxergar, no período pré-Segunda Guerra, a falha na possível revolução da classe trabalhadora, se opondo ao positivismo e ao cientificismo do marxismo ortodoxo. Integram ela nomes como Theodor Adorno e Walter Benjamin, citados nesse trabalho. A escola de Frankfurt também foi muito influenciada por Max Weber, por onde comecei a discussão teórica.

<sup>26</sup> Publicado pela primeira vez como livro em 2019, o texto é uma palestra que Adorno proferiu na Universidade de Viena em 1967.

nutre, as próprias fantasias de fim de mundo: “A partir de sua própria situação social, ele quer a destruição. Mas ele não quer só a destruição de seu próprio grupo, ele quer, se possível, a destruição do todo” (Adorno, 2020, p. 52).

Assim, em uma gramática conspiracionista de entendimento do mundo, o Outro não está em nenhum lugar e em todo o lugar ao mesmo tempo. Ele é o passado e vai criar o futuro. Destruir esse Outro, portanto, é destruir o próprio presente como ele é. Não há nada no presente que não tenha sido tocado por este Outro, que age nas sombras. O presente é, em si, a causalidade diabólica.

A construção do imaginário da nação está atrelada à tentativa de homogeneização do território, excluindo aqueles que não fazem parte desse ethos nacional. Entretanto, após o processo de consolidação dos Estados-Nação na Europa, o que começa a acontecer em alguns momentos de crise é que o projeto primordial, motor da atuação do Estado e da sociedade, é a limpeza. O único projeto possível é, como diz Bauman (1998): eliminar as “ervas daninhas” do jardim.

Volto a Postone, no livro *Antissemitismo e Nacional Socialismo* (2021), onde ele desenvolve essa genealogia do pensamento fascista. Ele define o fascismo exatamente como isto: uma revolta contra a abstração. É por este motivo que tanto o fascismo italiano como o nazismo possuem uma relação ambígua com a modernidade. Na realidade, eles não abominam tudo o que a modernidade traz, mas sua abstração. A estética futurista fascista ama carros, aviões, trens. Enaltece a tecnologia, o consumo e o chão de fábrica, assim como o industrial do capital produtivo. Ao mesmo tempo, rejeita o capital especulativo, o poder abstrato que sai das mãos de um ente soberano e vai para uma economia internacional sem rosto, sem centro, sem que se possa culpar. Até que se encontre alguém que encarne o capital especulativo, o poder invisível, o desenraizamento, o *homo economicus*. Em uma passagem notável de sua obra, ele diz:

Uma fábrica capitalista é o local onde é produzido o valor, algo que “infelizmente” tem que assumir a forma de uma produção de bens, de valores de uso. O concreto é produzido como suporte necessário do abstrato. Os campos de extermínio não era uma versão terrível dessa fábrica, mas, pelo contrário, devem ser vistos como sua negação grotesca, ariana, “anticapitalista”. Auschwitz era uma fábrica para “destruir o valor”, isto é, as personificações do abstrato. A sua organização correspondia a um processo industrial demoníaco, cujo objetivo era “libertar” o concreto do abstrato. O primeiro passo consistiu em desumanizar, ou seja, arrancar a “máscara” de humanidade,

de especificidade qualitativa, e revelar os judeus como aquilo que “realmente são” – sombras, cifras, abstrações numéricas. O segundo passo consistiu em erradicar essa abstração, transformá-la em cinzas, procurando durante o processo despojá-la dos traços remanescentes do “valor de uso” material concreto: roupas, ouro, cabelo, sabão (Postone, 2021, p. 49).

Para Postone, o campo de concentração é uma gigantesca fábrica de destruição de valor. A destruição do valor é a destruição do sistema capitalista. Daqueles que não apenas comandam o sistema capitalista, mas aqueles que o encarnam. Esta gramática de antissemitismo é central na concepção que demos de fascismo, em que o projeto partidário começa a ser disfuncional. Por causa dela, a destruição passa a ser o principal projeto, ao ponto do Estado homicidário descrito por Achille Mbembe (2018) tornar-se suicidário, quando a destruição se torna mais importante que a própria sobrevivência deste Estado. Se a destruição é o projeto, ainda que esta custe a integridade do corpo nacional ou do Estado, é porque a própria construção da História é moldada por este grupo que precisa ser exterminado.

### 3.5

#### **Um Espectro Ronda o Brasil**

A diferenciação que fazemos entre as duas temporalidades distintas ao longo deste capítulo não significa que o Brasil tenha passado imune ao fascismo histórico, ou que a gramática conspiracionista não tenha tido um valor importante na criação de inimigos internos e identidades nacionais. O anticomunismo latente foi um pilar central na criação dos ritos e signos do exército brasileiro, presentes tanto no Estado Novo, quanto no pânico comunista contra o presidente João Goulart em 1964, que deu início à ditadura militar brasileira. O anticomunismo tem toda a estrutura de criação de inimigos internos sem rosto e que “degeneram por dentro”.

A retórica anticomunista não é uma novidade na política brasileira, muito menos nas Forças Armadas. Pelo menos desde a década de 1930, o discurso anticomunista molda grande parte do discurso não apenas das Forças Armadas brasileiras, mas de atores políticos republicanos importantes como a Igreja Católica e partidos políticos conservadores. Outros temas como a moralização da sociedade e o nacionalismo também sempre estiveram presentes nessa construção de discursos

conservadores, mas em muitos momentos de maneira menos relevante que o anticomunismo (Ferreira, 1986).

O pânico comunista foi instrumentalizado como discurso para legitimar as intervenções armadas no campo político por duas ocasiões ao longo do século XX. A primeira foi na instauração da Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937, oriunda da primeira grande onda anticomunista na sociedade brasileira entre 1935 e 1937, que começou com a chamada Intentona Comunista liderada por Luís Carlos Prestes. O segundo grande surto começou com a chegada de João Goulart ao poder em 1961, que culminou no Golpe Civil-Militar no Brasil no ano de 1964 (Motta, 2002). A constante presença das Forças Armadas no cenário político brasileiro foi responsável pelos fatos políticos mais relevantes do país ao longo do século XX, sempre justificada através da retórica anticomunista (Ferreira, 1986).

Para Castro (2002), as comemorações da vitória do exército brasileiro sobre a Intentona Comunista de 1935 é um dos três pilares que moldam os símbolos e rituais do exército brasileiro até os dias de hoje.<sup>27</sup> Os meses que se seguiram após a Intentona foram de grande perseguição de Vargas e dos chefes militares aos ditos inimigos da nação, os comunistas. Foi declarado estado de sítio, e muitos militares de esquerda foram expulsos das Forças Armadas, acusados de estarem a serviço de Moscou e da União Soviética e que, portanto, seriam traidores da pátria. Este discurso, típico do conspiracionismo, se seguiu ao longo dos meses e anos, e se cristalizou com a instauração do Estado Novo em 1937, tornando o anticomunismo um dos pilares ideológicos das Forças Armadas brasileiras.

Como já argumentado ao longo deste capítulo, é a partir da década de 1930, com a Era Vargas, que começa a ser consolidado o imaginário de nação brasileira. A própria noção de brasilidade e a consolidação do “país do futuro” e da democracia racial acontecem ao mesmo tempo em que o anticomunismo se torna fundacional, não apenas para as Forças Armadas, mas também para importantes setores conservadores da sociedade brasileira. O comunista estava dentro da sociedade brasileira, mas havia se “Outrificado”, precisava ser extirpado para que o país pudesse florescer no futuro brilhante para o qual estava destinado.

---

<sup>27</sup> Os outros dois seriam o culto à Caxias, patrono do exército, e a vitória na Batalha dos Guararapes, que instituiu o Dia do Exército.

Importante perceber a maneira como essa retórica anticomunista explode a partir de 1935 e se torna um golpe de estado em 1937, dois anos depois. A ideia de lealdade com algum inimigo externo e a de ser um inimigo sem rosto, um Outro de dentro, não apenas se encaixava em uma mesma gramática antissemita. Era, em si, antissemita. O Plano Cohen foi uma suposta tentativa de tomada do poder no Brasil por uma conspiração judaico-bolchevique. Ou seja, conspiração que era, ao mesmo tempo, antissemita e anticomunista. O Plano Cohen seria para tomada do poder de maneira violenta no Brasil, o que incluiria massacres em grandes proporções, roubos, incêndios, confiscos sumários e violentos de propriedade privada, destruição de Igrejas, dissolução de famílias e entre outras atrocidades:

No contexto geral, a gravidade maior do Plano Cohen, está, justamente, na irresponsabilidade das autoridades da época, ao dar publicidade a um documento, sabendo-se da sua falsidade. O que não exclui, em hipótese alguma, o governo de Vargas e o comando militar, do terror hediondo praticado no período que antecedeu o Estado Novo, e durante a vigência do mesmo (Mezzaroba, 1992, p. 100).

A ampla divulgação do Plano Cohen ocorreu em setembro de 1937, inclusive pelo programa *A Hora do Brasil*. Coagida pelo medo, a sociedade brasileira se preparou para o fechamento do regime, e o próprio Congresso concedeu “estado de guerra” com ampla maioria ao governo em menos de 24 horas, mesmo que isso representasse a perda dos direitos políticos dos próprios parlamentares (Mezzaroba, 1992).

Se os símbolos e rituais do exército brasileiros são forjados pelo anticomunismo, e este anticomunismo é conspiracionista, pode-se dizer que a conspiração é necessária para a própria formação de identidade nacional do exército. Isto é importante em um país para justificar a relevância e o heroísmo das Forças Armadas em um país que não possui problemas de fronteira e hostilidades importantes com seus vizinhos, pelo menos desde o final da Guerra do Paraguai em 1870. Se não há inimigos externos, há de se combater os internos. Este anticomunismo visa mexer com medos e sentimentos da população em relação ao desconhecido, principalmente de alas mais conservadoras, criando inimigos reais ou fictícios, mas também ajudando a formar identidades e coesão comunitárias. Promovendo a perseguição aos indivíduos da sociedade que se envolvem com

ideais comunistas e, mais do que isso, o expurgo dos integrantes do exército que tenham visões de mundo de esquerda.

Portanto, o anticomunismo é a maneira como a direita brasileira articula o conspiracionismo e o pânico no discurso político desde a própria consolidação do Brasil enquanto nação, justificando estados de exceção e violência. Rodrigo Prado Sá Motta (2021) chama a atenção para o fato de que a formação de um rótulo com o prefixo “anti” não é apenas para indicar oposição, mas a consagração de uma repulsa sem meio-termo, sem possibilidade de convivência. Ser “anti” pressupõe o combate ao inimigo sem tréguas possíveis, em sua eliminação política, ou até mesmo física. É uma identidade forjada não a partir de uma identidade própria, mas de uma rejeição ao outro.

Como argumentado a partir de Bhabha, a formação de uma identidade é sempre de maneira dialética, ao mesmo tempo que se constrói a identidade do outro. Ou seja, o que forma a identidade do Eu é o que me separa de um outro. O anticomunismo como identidade mantém a coesão de grupos heterogêneos, onde a identidade de si é construída a partir da antítese com o outro. A identidade de si se torna o enfrentamento com o outro. Isso forja a própria gramática de entendimento do mundo, onde as palavras se despem de interpretações e subjetividades e são colocadas em choque. Essa identidade anticomunista é, na realidade, uma identidade que se molda pela repulsa de tudo o que representa o outro. No caso da política brasileira do século XXI, o anticomunismo e o antipetismo, por exemplo, se tornam a mesma coisa:

[...] nas matrizes discursivas construídas pela extrema-direita, antipetismo/petismo poderia ser associado a outros pares antiéticos, como anticomunismo/comunismo, integridade/corrupção, liberdade/ditadura, conservadorismo/depravação, cidadão de bem/esquerdista. Por mais que possam soar um tanto quanto peculiares, essas assimilações pelo avesso, podem nos ajudar a compreender a reapropriação de determinados discursos e representações e sua instrumentalização atualmente, utilizadas em larga escala para sintetizar um agrupamento de ideias que compõe a sinfonia ideológica de extrema-direita (Mendes, 2024, p. 61).

Ou seja, isto não significa que todo discurso anticomunista seja necessariamente fascista ou de extrema-direita. O referencial teórico utilizado até aqui mostra que a construção de uma gramática fascista depende da articulação de

significantes esvaziando interpretações, figuras de linguagem, transformando o vocabulário em palavras boas e ruins. Também depende de uma construção de uma estética, a partir dessa gramática, que visa sempre o confronto e a destruição. Assim, o comunismo representa o Mal porque representa o futuro, porque o comunismo que comanda o presente, e porque não há nada para fora desse embate.

Em outras palavras, o anticomunismo se torna fascista quando não há possibilidade de se enxergar o mundo a partir de zonas cinzentas, complexidades e nuances, e o anticomunismo se torna lente primordial de leitura do mundo. Seja da política econômica do governo, de uma exposição de arte, do conteúdo pedagógico das escolas ou de qualquer manifestação cultural ou religiosa, é o anticomunismo que pauta o bom e o ruim, o louvável e o destruível. Dessa maneira, o anticomunismo quer frear a mudança em direção ao abismo, de segurar a mão que escreve a História, de impedir o futuro quase inevitável de acontecer. Ou seja, o anticomunismo não é mais uma batalha política, econômica ou moral, mas uma batalha espiritual, entre a conjura do bem e a conspiração do Mal, entre Deus e o Diabo.

Não é isto que aconteceu no Estado Novo ou na própria Ditadura Civil-Militar brasileira. Em ambos os casos, havia a centralidade de um projeto econômico desenvolvimentista que louvava um futuro em que o Brasil seria uma grande potência. Ao contrário do fascismo histórico, tanto no Estado Novo quanto na Ditadura Militar foi construída uma nova ideia de sociedade moderna brasileira que não ficava apenas restrita ao concreto (em oposição ao abstrato), mas que haveria a superação de um passado de atraso colonial em direção a um futuro glorioso.

Evidentemente, em muitos momentos, estes governos autoritários e conservadores e movimentos políticos mais radicalizados no Brasil flertaram com linguagens ou com os próprios governos fascistas. Aqui, podemos destacar especificamente o Integralismo, nos anos 1930. O integralismo tinha um discurso de antiliberalismo e nacionalismo ufanista. Por exemplo, exaltando enormemente o povo Tupi como o único verdadeiramente brasileiro (Reiss, 1974). Perceba: o passado construído, heroico e idílico, que constrói símbolos e lutas políticas no presente.

Plínio Salgado, líder integralista, participou ativamente dos movimentos de vanguarda modernistas na década de 1920, que foram discutidos no início do capítulo. Ele também queria delimitar uma arte e uma cultura genuinamente

brasileira. O caminho que Salgado percorreu no cenário do modernismo era o de elaborar um discurso brasileiro autêntico, mas baseado em um pensamento cristão espiritualista. Ele olhava para o passado como o norte para o futuro. Para ele, a urbanização não era o melhor caminho para o crescimento do Brasil, pois seria propulsora dos dois grandes males da sociedade: o imperialismo econômico (liberalismo) e o imperialismo doutrinário (comunismo).<sup>28</sup> A cidade era o lugar de desnacionalização ou, em outras palavras, de degeneração (Pacheco; Gonçalves, 2022).

O integralismo era profundamente inspirado em movimentos internos dissidentes da Igreja Católica e no fascismo italiano. A criação da Ação Integralista Brasileira e do Manifesto Integralista são do ano de 1932. A grande maioria dos integrantes é de jovens oriundos da burguesia urbana católica, e o principal motivo para a entrada no movimento era, justamente, o anticomunismo.

Dessa maneira, a ideia o antissemitismo também vinha atrelado com um significativo muito parecido: o de degenerador da tradição, de um anônimo em meio à multidão, de cidadão, daquele que não estava aqui quando o passado era glorioso. Os inimigos do integralismo são o liberalismo, o socialismo e o capitalismo internacional. Não no sentido de criar uma alternativa de futuro a estes, mas da interpretação desses como instrumentos de sociedades secretas, aqui, mais explicitamente, o judaísmo e a maçonaria (Reiss, 1974).

O integralismo, portanto, é profundamente ligado ao modernismo brasileiro e ao sentimento anticomunista que forjaram a identidade nacional daí em diante. Entretanto, ao colocar o passado como bússola para o futuro, começou a desenhar seu projeto político baseado em narrativas conspiradoras contra grupos específicos. De destruição da abstração e da mudança moderna, trazida de maneira proposital pelo que Plínio Salgado chama de “imperialismo”, tanto o comunismo quanto o liberalismo.

Entretanto, no ethos nacional que se hegemoniza com o modernismo brasileiro e o varguismo, o que havia era justamente o contrário. Uma energia política de conservação das estruturas socioeconômicas e de memórias fundantes

---

<sup>28</sup> A estrutura de criação desse passado idílico ao qual se deve voltar é igual a do bolsonarismo e de seu guru, Olavo de Carvalho. O que muda na gramática bolsonarista é que, ao invés de chamar esses agentes degeneradores de “imperialistas”, chama de “globalistas”. Isto ficará mais claro no decorrer da tese.

do Estado e da nação brasileira, com todas as desigualdades e violências inerentes ao país. Materialmente, um projeto desenvolvimentista industrial e urbano, que idealiza o passado para construir um novo futuro, em um tempo cíclico. O país do futuro.

Nessa construção de memória e projeto nacional hegemônicos, o que o comunista faria seria tentar fazer com que o país saísse desse eixo em direção a um outro projeto de degradação moral e econômica. Importante perceber que o anticomunismo brasileiro e, portanto, a formação de uma gramática conspiracionista entranhada dentro do exército e de setores mais conservadores da sociedade brasileira, ocorre muito antes da ascensão do bolsonarismo ou mesmo do neopentecostalismo. Era um anticomunismo profundamente católico. O pico do anticomunismo no golpe de 1964, por exemplo, rachou a Igreja Católica em dois. De um lado, clérigos jovens baseados no Concílio Vaticano II<sup>29</sup> estavam contra o golpe e a favor das reformas de base de João Goulart, em organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Por outro, padres e bispos de extrema-direita apoiavam o golpe, como o Arcebispo do Rio de Janeiro D. Vicente Scherer ou a organização Tradição, Família e Propriedade (TCP) (Bett, 2011).

Apesar da hegemonização da gramática bolsonarista ser uma novidade na política nacional, os medos e as identidades negativas do Outro já estavam aqui há muito tempo. Se católicos reacionários hoje bebem de uma gramática neopentecostal na formação de uma comunidade de extrema-direita, estes neopentecostais também forjaram sua gramática baseados em cultura reacionária brasileira preexistente, que tem bases fundamentalmente católicas. Ou seja, se a construção do “país do futuro” possui uma herança cultural profundamente católica, a conspiração que constrói um passado idealizado também.

### 3.6

#### Dois Progressos

---

<sup>29</sup> O Concílio Vaticano II, que formalmente funcionou de 1962 até 1965, deu uma especial atenção para o valor humanista e comunitário dentro da prática religiosa e orientou grande parte das lutas do catolicismo latino-americano nos anos 1960 na questão agrária, estabelecendo a Igreja Católica como uma instituição preocupada com desigualdades econômicas e sociais (Bett, 2011).

Duas imagens foram contrastadas neste capítulo. A primeira é a que inventa a ideia de Brasil. Um futuro que se apresenta como branco, reluzente e limpo. Um futuro que traz redenção e apaga um passado que se deseja superar, que não é desenvolvido, é sujo e selvagem. *A Redenção de Cam* demonstra o engenhoso mito fundacional brasileiro que, ao invés de construir o nacionalismo como um elo atávico e inegociável entre os que vieram, os que estão e os que ainda vem, enxerga a nação em um futuro reluzente, que sempre está para vir. Um progresso que nunca chega.

A segunda imagem é a do anjo da História. Este olha o passado como ruínas que se amontoam. Seus olhos arregalados olham para estas ruínas desse passado. Ele está de costas para o futuro, para qual o vento sopra. Enquanto o nacionalismo conservador brasileiro promete um progresso que nunca chega, o anjo da História sente o progresso como uma força bruta, constante e inevitável. Quando o fascismo propõe a destruição como projeto, quer fazer com que o vento do progresso pare de soprar, cavar uma verdade pretensamente escondida sob as ruínas que se acumulam sob o passado.

Este é o lugar onde se faz a diferença entre o nacionalismo brasileiro, que foi moldado de maneira mais robusta na primeira metade do século XX, do fascismo histórico, que se constrói mais ou menos na mesma época. O Brasil se deixa levar pelos inevitáveis ventos do progresso, onde todos seriam iguais no futuro e que por isso, mazelas sociais, incluindo raças e grupos sociais pretensamente inferiores, desapareceriam. Esta promessa pretende invisibilizar um passado de violências e, mais ainda, minimizar um presente de desigualdades extremas. Os Outros – negros, indígenas - eram frágeis. Estavam em lugares subalternos na sociedade, enquanto o progresso inevitável se encarregaria de fazê-los desaparecer. Se não desaparecessem fisicamente, pelo menos iriam ser acomodados em um imaginário geral de brasilidade, em uma comunidade construída enquanto Estado-Nação branco e europeu desde o seu princípio. Essa é a construção do Brasil como País do Futuro.

Já no fascismo histórico, estes Outros eram fortes. Os Outros não desapareceriam com o passar do tempo. Aliás, muito pelo contrário: eles que soprariam os ventos do progresso. São eles que vão dominar o mundo. São os Outros de dentro, responsáveis pelo amontoar de ruínas e pela perda de um passado idealizado perdido. Enquanto o nacionalismo brasileiro constrói uma temporalidade

linear por excelência, o fascismo histórico tem o desejo de voltar à ciclicidade do tempo, onde o mundo era explicável e simplificado. Se no primeiro o futuro reserva redenção, no segundo o futuro reserva ruínas.

Por um lado, a construção de “país do futuro” que se hegemoneizou no projeto de construção nacional jogou para o subterrâneo projetos que visavam acelerar o tempo em direção ao passado, a despeito presença do conspiracionismo baseado no anticomunismo desde pelo menos o início do século XX. Por outro, serviu como um apagamento de grupos minorizados, que sempre sofreram com violências sistêmicas e genocídias por parte da sociedade e do Estado brasileiro.

Já no final do século XX, a ideia de país do futuro e da própria democracia racial brasileira começaram a entrar em colapso. Este colapso vai produzir políticas de reparação e de identificação de grupos minoritários que são conquistas históricas para movimentos sociais brasileiros. Entretanto, a falência desse imaginário de brasilidade também vai produzir outras agendas. Uma vez que a ideia de democracia racial e de país do futuro entram em colapso, novos passados começam a ser criados por uma direita brasileira que vai se radicalizando. Um passado idealizado que olha a História como um amontoado de ruínas, mas que gostaria de parar os ventos que sopram do futuro.

## 4

### O País do Passado

Retorno aqui à ideia de Pollak de memória subterrânea. A ideia de que a memória nacional não é a construção passiva de memórias de diferentes grupos, e nem mesmo a negociação entre essas memórias, mas a imposição de grupos hegemônicos que constroem a memória nacional e arremessam outras para o subterrâneo social. Em uma perspectiva construtivista, não se trata de lidar com os fatos sociais como coisas, mas analisar a maneira com que estes fatos se tornam coisas. Em outras palavras, a maneira como estes fatos sociais são solidificados na memória popular, a função que cumprem e os motivos pelos quais são solidificados, dotados de duração e estabilidade no imaginário popular.

Aplicando essa perspectiva na consolidação de uma memória coletiva, essa abordagem vai se debruçar sobre os processos e atores que intervêm na constituição e consolidação dessas memórias.

A preocupação de Pollak é com a memória dos grupos excluídos e subalternizados. Por isto, ele enfatiza a importância da História Oral para a preservação das memórias subterrâneas, de culturas dominadas e marginalizadas, que resistem pelas ruas, pelas frestas do tecido social, alheias à memória hegemônica consolidada. Esta abordagem busca reabilitar a periferia e a marginalidade, dando voz àqueles grupos que não tem vez na construção nacional. Assim, o que se faz é uma contraposição relevante entre as memórias subterrâneas, das culturas minoritárias, e a memória “oficial”, nacional e hegemônica (Pollak, 1989).

Essa abordagem de Pollak vai ao encontro da construção da nação brasileira apresentada no segundo capítulo. O País do Futuro e a democracia racial não foram construções coletivas de um todo brasileiro, mas impostas ao povo por uma hegemonia ideológica e política. Mais precisamente, pelo Estado brasileiro, principalmente a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder. Como já discutido, é o Estado que consolida a nação. E esta nação se consolidou pela construção de uma memória que suaviza as relações étnico-raciais de escravidão e outras violências dos períodos coloniais e monárquico. Assim, se constrói um passado que ignora as cicatrizes sociais, que deve ser apenas superado para a construção de um futuro compartilhado.

Entretanto, essas memórias subalternizadas não desaparecem. Elas continuam sobrevivendo no subterrâneo do tecido social, em vivências, conversas privadas, subjetividades e identidades, até que haja condições sociais para emergir de alguma maneira. Se o passado é sempre uma criação do presente, é necessário entender como esta memória nacional brasileira foi sendo modificada ao longo do século XX, para que, no final do século, a ideia de nação brasileira entrasse em crise.

Ainda no ano 2000, Octavio Ianni escreveu sobre o abandono e o desmonte do projeto nacional brasileiro como parte do avanço do projeto de capitalismo transnacional, em que o país se colocava como uma espécie de província desse capitalismo. Ianni argumentou que a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foi responsável por destroçar lideranças e organizações comprometidas com um capitalismo nacional. Esse processo se consolidou a partir de 1994, quando o governo brasileiro se empenhou em adotar medidas econômico-financeiras de cunho neoliberal destinadas amplamente ao capitalismo transnacionalizado. Esse movimento ao longo das décadas, portanto, culminaria no desmonte total de um projeto de um capitalismo nacional.

Uma das consequências desse desmonte é a dissolução do tecido social brasileiro, enfraquecendo organizações da sociedade civil e do próprio espaço público, por meio de uma indústria cultural e de mídia massificada e transnacional. Como resultado, os indivíduos e a própria coletividade são levados a entender “*o consumismo como uma figuração de cidadania*” (Ianni, 2000, p. 54).

Assim, com o espaço público esvaziado e o Brasil se transformando em uma província do capitalismo mundial, todas as decisões e discursos governamentais são empurrados nos rumos da transnacionalização, influenciando de maneira decisiva no modo de vida e nas subjetividades:

Subsistem a sociedade nacional e o Estado, a cultura e a língua, a história e as tradições, os santos e os heróis, os monumentos e as ruínas, mas modificados, deslocados, muitas vezes folclorizados ou emblemas de nostalgias. A parte principal do solo do Estado-nação transnacionaliza-se, torna-se pasto das corporações transnacionais (Ianni, 2000, p. 55).

Por fim, seria necessário, nessa virada de século, encontrar uma forma diferente de organização da sociedade civil, do espaço público e da própria criação

de um projeto político que contemplasse essa nova realidade e, ao mesmo tempo, que não fosse refém desse projeto de elites transnacionais:

Diante dessa situação, realmente nova e difícil, cabe aos amplos setores sociais nacionais mais prejudicados pela *globalização pelo alto* reconhecer que precisam mobilizar-se também em escala global, desde baixo, compreendendo as classes e os grupos sociais, ou seja, os setores sociais subalternos. Além das reivindicações locais, nacionais e regionais, cabe reconhecer que há reivindicações que são comuns a amplos setores sociais das diferentes sociedades nacionais, da *Sociedade civil mundial* em formação. Nesse novo mapa da história, nesse novo palco de lutas sociais denominado “mundialização”, “transnacionalização”, “globalização”, ou mesmo “planetarização”, abrem-se espaços para um novo e difícil “internacionalismo” ou, mais propriamente, uma globalização desde baixo, na qual estão engajados indivíduos e coletividades, classes sociais e grupos sociais, partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública, expressando outras e novas formas de hegemonia (Ianni, 2000, p. 58, grifos do autor).

Em resumo, pode-se dizer que o final do século XX foi marcado por uma crise da própria nação brasileira. A partir do Consenso de Washigton<sup>30</sup> e o fim da utopia comunista com a dissolução da União Soviética em 1991, o projeto globalizante parece ter se tornado a única opção possível. Há um grande esvaziamento de uma brasilidade construída ao longo do século XX e da própria ideia de País do Futuro, uma vez que o que restaria ao Brasil era apenas buscar seu lugar como periferia do capitalismo globalizado, sem que pudesse haver projeto nacional próprio.

Assim, a crise do Brasil-nação nos anos 1990 criou as circunstâncias ideais para a emersão de memórias subterrâneas que viviam no substrato do tecido social, também desbloqueando o caminho para revisitar e reescrever o passado. A destruição do projeto nacional – que, enfatizamos, é um projeto excludente a priori –, deu margem para novos projetos e demandas de políticas públicas, ainda que nesse contexto de transnacionalização. Não é por acaso que um evento de extrema importância para este movimento no Brasil tenha sido em espaço de multilateralismo como a Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o

---

<sup>30</sup> O Consenso de Washington tinha como objetivo conter a crise do endividamento externo e da hiperinflação em curso nesses países por meio da disciplina fiscal e da abertura econômica, financiado por organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, em Durban, na África do Sul. Retornaremos a ela ao longo deste capítulo.

No entanto, o esvaziamento do Brasil-Nação e a tentativa de reescrever o passado brasileiro dando voz a grupos subalternizados, em um país culturalmente racista e extremamente desigual, também deu margem a um outro tipo de construção de passado. Não um que denuncie violências, opressões e desigualdades inerentes à história do Brasil, mas que valorize essas características. Esse projeto reivindica a valorização de um passado visto como idílico e idealizado, do qual a sociedade brasileira foi retirada e jogada para a decadência. Um passado cujos grupos subalternizados, ao invés de desaparecerem ou serem incluídos pacificamente na base da pirâmide social brasileira, são vistos como ameaças à própria identidade nacional.

Em outras palavras, se constrói uma narrativa histórica em que os grupos que resistem com memórias subterrâneas paralelas à nacional hegemônica são os responsáveis pela degradação do presente moderno. Utilizando o referencial de Benjamin no quadro *Angelus Novus*, os grupos subalternizados são vistos como aqueles que sopram os ventos do progresso. Aqueles responsáveis pela substituição do tempo cíclico e atemporal pelo progresso, que se afasta do passado idílico. Ou seja, um movimento que começa a enxergar os Outros no Brasil como degeneradores não porque são fracos, mas porque são fortes. Este capítulo fará esta discussão.

O desmonte do imaginário de Brasil, em um contexto de internacionalização da economia e das mídias, abre uma disputa por passados e, conseqüentemente, de projetos políticos para o futuro. Primeiro, por parte de uma esquerda, ou de grupos minorizados e subalternizados. Em um segundo momento, a reação a esta nova construção de passados brasileiros, que é o objetivo principal deste capítulo.

O movimento de ascensão de memória e passados periféricos e minorizados gera um outro tipo de construção de passados. A partir dessa construção teórica que fizemos acima, é necessário entender a maneira como se forja um passado glorioso ultraconservador brasileiro, menos a partir de uma memória da história do Brasil, e mais a partir de uma memória de um pretense Ocidente, do qual o país faria parte. Naturalmente, este Ocidente é branco, cristão e conservador. Essa construção de memória, que cria uma enorme energia política e identidades múltiplas, se agrega em um movimento político razoavelmente coeso que chamamos de bolsonarismo.

A gramática bolsonarista é baseada em um projeto de passado que é profundamente brasileiro e transnacional. E que é produto de uma desestruturação de um projeto de nação que vem da supremacia do neoliberalismo nos anos 1990, mas, da mesma forma, é fruto de um sentimento anti-modernidade de construção de um Outro de muitos séculos. É a reação contra a criação de outras memórias paralelas ao País do Futuro a partir dos anos 1990 no Brasil e, ao mesmo tempo, se funde em uma ideia genérica de Ocidente.

#### 4.1

##### A Contrapelo

“Escovar a história a contrapelo”, encontrar fragmentos de memórias, apagar esquecimentos. Reescrever a história, criando novas identidades e novos projetos políticos.

A Frente Negra Brasileira, criada em 1931, foi uma das principais organizações negras do país. Ainda sem forjar uma identidade negra, funcionou como parte de um projeto nacional próprio do varguismo. Nesse caso, a miscigenação era ainda vista como uma forma de ascensão social e aceitação pela sociedade. Foi a partir de 1944 que surgiram novas organizações negras que funcionaram de maneira mais independente, fora da utopia racial brasileira. Dentre elas, talvez a mais importante seja o Teatro Experimental do Negro (TEN), dirigido por Abdias Nascimento. A partir da década de 1970, o Movimento Negro Unificado (MNU) rejeitará completamente este discurso.

O final do século XX marcou uma importante virada no ethos nacional brasileiro, que começa a se desfazer. A memória subterrânea dos movimentos negros ganha força para emergir na superfície do tecido social, questionando os pilares da brasilidade construídos no início do século. Havia, sim, racismo no Brasil, a desigualdade era aviltante. A miscigenação brasileira não era uma história de encontros sensuais entre raças em um paraíso tropical, mas produto de estupro e violência.

Um dos maiores exemplos dessa eclosão de memória é a referência intelectual de Abdias Nascimento. Seu trabalho *Racial Democracy in Brazil: Myth or Reality*, escrito em 1977 para o Colóquio do II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac), em Lagos, na Nigéria, durante seu exílio, fora rejeitado pelas

autoridades de ambos os países, Brasil e Nigéria. No ano seguinte, foi lançado no Brasil pela Editora Paz e Terra, com o nome que o deixaria famoso: *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978). Na obra, Nascimento propõe a desconstrução do conceito de democracia racial, tão enraizado no discurso oficial brasileiro.

Nascimento enxerga a exaltação do negro na democracia racial não para reconhecê-lo, mas para embranquecê-lo. Essa obra faz parte do pensamento do Movimento Negro Unificado, que ganha força ao final dos anos 1970. Nessa fase, o discurso da causa da marginalização do negro deixa de ser uma combinação de escravidão com um certo despreparado cultural da população negra e passa a ser o sistema capitalista, junto com uma denúncia sistemática do mito da democracia racial e valorização dos símbolos associados à cultura afro-brasileira. A partir desse momento, abandona-se o assimilacionismo e o discurso de integração e adota-se a noção de “igualdade na diferença” (Domingues, 2007, p. 117-118).

É nesse contexto que Nascimento (1978) argumenta que a miscigenação era uma tentativa do genocídio do negro brasileiro. Nascimento também vê na formação social brasileira uma colonialidade onde, mesmo após a independência do país, ainda resiste um sistema de poder herdado do período colonial. Nesse sistema, o modelo de família burguesa e patriarcal, os modos de produção, as relações de gênero e sexualidade e todo tipo de subjetividade do Estado-Nação vem da Europa e, mais tarde, dos Estados Unidos. Esta subjetividade cria um sistema de poder próprio da branquitude, apagando a subjetividade da população negra em sua forma de viver e de se ver no mundo. Ao contrário de leis segregadoras, como havia nos Estados Unidos e na África do Sul, esse sistema de poder no Brasil era muito menos visível e muito mais difuso, penetrando no tecido econômico, político e cultural da sociedade.

No final do seu livro, Abdias Nascimento ensaia um novo projeto de futuro, para uma sociedade multirracial e multicultural. Em ações concretas, propõe ações afirmativas, com políticas de equidade e de reparação histórica com os negros, seja na educação, na habitação e no trabalho, até que os negros brasileiros possam fazer parte dos poderes políticos e econômicos do país.

As últimas décadas do século XX foram de profundas mudanças políticas no Brasil e no mundo. A Ditadura Militar, que rejeitara na década de 1970 essa discussão e as propostas de Abdias Nascimento, finda nos anos 1980. Em 1988, a nova Constituição, muito mais inclusiva, é promulgada. A União Soviética e o todo

o bloco socialista caem, dando fim à Guerra Fria e à utopia socialista das esquerdas, pelo menos nesse momento. O processo de globalização e financeirização do mundo avança a passos largos ao longo dos anos 1990.

Em 2001, a Organização Nações Unidas organizou a Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro em Durban, na África do Sul. O Brasil levou uma das maiores delegações, composta por várias figuras influentes do movimento negro. Depois da conferência, a delegação brasileira voltaria com um discurso formal de que o país tinha desigualdades históricas e estruturais que precisavam ser mitigadas com políticas públicas em escala nacional (Klein; Gherman, 2021).

O resultado da conferência foi imediato. O governo Fernando Henrique Cardoso criou, em 2001, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Logo depois, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição de ensino superior do Brasil a criar um sistema de cotas raciais, política que, ao longo das décadas, foi crescendo em diversas universidades de ponta do país (Klein; Gherman, 2021).

O sucesso de ações afirmativas, bem como o crescimento econômico com programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, a política de valorização do salário mínimo e o crescimento econômico, de modo geral, ao longo dos primeiros anos do século XXI, fizeram a população mais pobre, sobretudo a população negra pobre, a experimentar ascensão social. Ingressar não apenas em espaços de consumo e serviços restritos até então, como shopping centers ou viagens aéreas, mas também dentro das universidades.

Se, como diz Benjamin, todo documento de cultura é um documento de barbárie, a democracia racial brasileira esconde uma colonialidade não apenas branca, mas masculina, europeia, patriarcal. Em maior ou menor grau, e de maneira transversal, mulheres, negros, indígenas e tantos outros grupos subalternizados nessa cultura construída branca, burguesa e europeia começaram a reivindicar não apenas estarem em espaços de poder, mas a denunciar a própria construção desses espaços de poder em si, atavicamente excludentes. Sendo assim, para construir um espaço social que engloba minorias sociais como pessoas não-subalternizadas, e em toda subjetividade, seria necessário destruir a ideia de país do futuro tal qual foi

construída ao longo do século passado. Destruir a própria brasilidade, a ideia de nação brasileira.

Mendes (2021) reinterpreta o quadro *A Redenção de Cam*, observando que o menino, que representa o futuro, está virado de costas para o homem branco, o pai, e observa a avó, negra retinta, enquanto segura uma fruta. Nessa interpretação, o menino representa Sankofa, que possui um conteúdo simbólico-epistemológico de povos ganeses, significa algo como: “*Nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou para trás. Sempre podemos retificar nossos erros, aprendendo com o passado para construir o presente e o futuro*” (Nascimento apud Mendes, 2021, p. 186, grifo nosso). Nesta nova interpretação, Mendes escreve:

Carregando o fruto nas mãos, o menino-promessa é Sankofa. Olha para o que deveria ser o passado a ser superado, e volta para apanhar o que foi deixado para trás pela narrativa hegemônica de Brasil. Naquele reconhecimento, o menino-nação tem a chance de se redimir, romper com o pacto narcísico da branquitude e com a neurose cultural brasileira. Por essa chave interpretativa, em que a memória aparece em oposição à consciência, a verdadeira redenção de Cam não está na possibilidade de um projeto de nação supremacista branco, epistemicida, embranquecido em suas instituições, histórias e heróis, e que tolera o negro-tema. [...] A avó não é mais o outro ou objeto, subalternizado, condenado ao destino infeliz e ao esquecimento. Mas, sim, como sujeito ativo: a vovó que é preta mina, não só não seria esquecida ou recalcada, mas celebrada (Mendes, 2021, p. 184).

Há, portanto, a construção de uma nova epistemologia que vai desafiar a temporalidade que construiu a subjetividade-Brasil. O tempo-futuro, enquanto uma ontologia branca, que iria redimir a nação apagando as marcas da negritude. Uma linearidade e uma ideia de progresso que é tão profundamente moderna quanto o racismo científico que o acompanha. Essa modernidade brasileira é colocada em xeque por esses movimentos que começam a reescrever a história. A contrapelo.

Entretanto, ainda que esses movimentos de reescrita da história sejam muito iniciais, a reação de uma parte relevante da sociedade viria de forma bastante violenta, principalmente com crises econômicas e políticas que se aceleraram na década de 2010. Há uma sensação de perda. Não apenas material, mas também de espaço na sociedade, nas esferas de poder, emprego e nos templos de consumo.

Há também uma perda da própria subjetividade, de identidade. A brasilidade, a democracia racial e o país do futuro foram colocados em questionamento. O

branco, o cristão, o homem ou qualquer tipo de hegemonia sairia desse lugar de centralidade da memória nacional e seria escanteado.

Aqui, novos atores reivindicam a memória do país, como um lugar que precisa acertar contas com seu passado. Se o MNU constrói um pensamento que resgata passados e reivindica a memória de um país profundamente violento e desigual no final dos anos 1970, é a partir do desmanche da ideia de Brasil-Nação nos anos 1990 que estas ideias ganham força para disputar a hegemonia na memória nacional e, conseqüentemente, criar políticas públicas. Se movimentos sociais conseguem virar o país para olhar seu próprio passado pela primeira vez, construindo memórias, outros grupos também o farão. Grupos que representam a hegemonia dessa brasilidade.

Tal qual o anjo da História, essa hegemonia gostaria de juntar os cacos de um passado que não existe mais, e parar de sentir os ventos do progresso. Também constrói uma nova epistemologia, baseada em uma nova gramática. Mas em outra direção.

## 4.2

### Disputa pelo Passado

Ao colocar elementos metafísicos como elementos centrais, esta nova epistemologia vai produzir uma energia política de transformação, uma enorme vontade de ação, sem que haja projetos ou imaginários práticos a serem alcançados (Girardet, 1987). Essa energia de mobilização produz ação sem reflexão e sem projetos. A disputa passa a ser pelo passado, não mais pelo futuro.

É por este motivo que, em muitas ocasiões, a Ciência Política e as Relações Internacionais possuem limitações para lidar com representações e imaginários que não produzem projetos políticos claramente estabelecidos. Como analisar políticas de Estado que age em função de uma memória de um passado idealizado, e não necessariamente em função de um projeto de futuro prático, independente de que ideologia permeia este futuro? Ou, mais ainda, como explicar projetos políticos que visam enfraquecer a segurança do próprio Estado em nome de um ideário político messiânico maior?

Estas são questões importantes porque a extrema-direita não visa construir um futuro baseado em uma ideologia coerente, ainda que racista e excludente. A

sua ação visa produzir o caos, porque é fruto de ressentimentos e medos específicos. Sua energia política não está voltada para a construção de uma sociedade ideal em seus moldes, mas para o caos. Ainda que modere o discurso em muitos momentos por questões pragmáticas, políticas ou legais, o seu tesão é sempre pela destruição.

É uma ação política moldada pela estética e experiência sensorial, formada em grupos de identidades muito atávicos, sem projetos específicos, mas com vontade de embate. É desta energia produzida coletivamente que Walter Benjamin explica que o fascismo é, antes de mais nada, uma experiência estética e sensorial. Portanto, não pode possuir ideologia coerente. Enquanto movimento político, produz um entendimento do mundo baseado em uma visão conspiracionista e simplificada da realidade. Na formação de uma comunidade coesa, produz uma gramática bélica e simplificada de mundo.

Uma dimensão central nessa gramática de mundo é a passagem do tempo. A conspiração é a responsável pela passagem do tempo no qual o futuro está sempre em jogo. A ideia do complô, trabalhada no primeiro capítulo, é que a História é uma disputa maniqueísta e metafísica entre o bem e o mal. Se o presente é uma era decadente e imoral, como em qualquer conspiracionismo pré-moderno, isto significa que o mal está vencendo. Mas, mais do que isso, ele está programando o desenrolar dos fatos ao longo do tempo. Se a complexidade (e a abstração, para usar as referências de Postone) é substituída pela gramática de poder na mão de um grupo específico, este grupo possui a caneta que escreve a História. Não há, portanto, História. Há embate e busca pela eternidade.

Nesse sentido, a construção de passados e futuros são atemporais. O passado imaginado como bucólico e perfeito e o futuro apocalíptico (caso o bem pereça) ou grandioso (caso o bem ganhe) são totais e atemporais, e achatam o presente. Todas as preocupações presentes se tornam pequenas e desimportantes, salvo aquelas que têm a ver com essa eterna batalha:

Imagens de uma Idade de Ouro da qual convém redescobrir a felicidade ou de uma Revolução redentora que permite a humanidade entrar na fase final de sua história e assegura para sempre o reino da justiça. Apelo ao chefe salvador, restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva (Girardet, 1987, p. 11).

Por isso, não há espaço para reflexão ou questionamentos. É necessário apenas destruir o presente e caminhar irredutivelmente em direção ao passado. O presente é um elo frágil que precisa ser eliminado para a conexão do passado com o futuro. A nostalgia é o horizonte e, assim, a destruição do hoje é o projeto: “*A nostalgia das idades de ouro findas desemboca geralmente na espera e na pregação profética da sua ressurreição*” (Girardet, 1987, p. 15, grifo nosso). Assim sendo, este passado mítico precisa significar, necessariamente, a decadência da visão subjetiva de país do futuro.

No caso brasileiro, a ideia de país do futuro trazia uma ideia de progresso conservador, não baseado em um passado mítico, mas na ideia de democracia racial. O racismo e todas as desigualdades estruturais eram negados por uma construção de um passado já superado, em nome de um futuro brilhante. A falência do país do futuro foi importante para a emergência para a superfície do tecido social e para políticas de ações afirmativas. Entretanto, para setores mais conservadores da sociedade, também trouxeram outros tipos de construção de identidade em relação ao passado, exatamente como coloca Girardet.

Primeiramente, a falência do país do futuro questiona a própria noção de brasilidade e de nação brasileira, como um formador de identidade bastante perene, que parecia muito concreto. Aqui, utilizo concreto tal qual como descrito por Postone no primeiro capítulo. Era uma construção nacional de extrema desigualdade, onde todos se encontrariam em um futuro brilhante, que nunca chegou. Ainda assim, este futuro era forjador de uma identidade, de uma comunidade imaginária. A partir do momento em que a nação brasileira é colocada em questionamento, abre-se espaço para se criar diversas outras formações identitárias, inclusive as mais reacionárias.

Se uma parte do Brasil parou de enterrar o passado do país para construir uma nova identidade e políticas de reparação, outros passados brasileiros, com outros valores, lembranças e esquecimentos, foram criados como idealizados e perfeitos. O século XXI no Brasil começa a ser marcado por uma intensa disputa por passados. A memória nacional do país entra em disputas por hegemonização. Em muitos casos, estes novos passados vão se transformar em projeto e desejo de futuro.

Com o passado brasileiro reabilitado e com o sentimento nacional em disputa, há a sensação de perda. Há a sensação que havia no passado brasileiro alguma

estabilidade, uma ciclicidade e um entendimento da vida mais simples, onde todos saberiam o seu lugar perante a sociedade. Essa perda teria sido causada de propósito, não por relações sociais complexas e disputas de poder, mas por grupos específicos tramando a dominação do país e do mundo. São pessoas para o qual o anjo da História, tal qual descreve Benjamin, se volta de costas para o futuro. Olham em direção às ruínas que se acumulam da história, e detestam os ventos do progresso que levam o país para longe desse passado.

O que a ascendente extrema-direita brasileira faz, assim como o fascismo histórico, é criar passados idealizados que entrem em disputa na memória nacional. Passados que irão produzir um letramento de mundo e passagem do tempo muito diferentes. Há muitos passados criados pelos grupos heterogêneos que compõem o bolsonarismo, que idealizam a colonização, o Império ou a ditadura militar.

Um passado menos óbvio, que se liga a todos os outros, é a ideia de civilização judaico-cristã: a ideia de uma civilização anterior, concreta e encantada, baseada nos valores que julgam como judaico-cristãos, do qual Brasil e Estados Unidos fazem parte. É um passado imaginário economicamente liberal, branco, patriarcal, bélico e cristão-ultraconservador. A gramática de extrema-direita brasileira se constrói no entorno deste passado imaginário. Volto com maior riqueza de detalhes a este ponto no quarto capítulo.

Para este capítulo, é importante detectar como se percebe a perda desse passado idealizado. A perda deste passado atemporal, de tempo cíclico, foi tramada por grupos que encarnam o abstrato e a mudança. Um Outro que está dentro daquele corpo social, mas que precisa ser extirpado, porque degenera os valores da sociedade por dentro. Esta é exatamente a gramática antissemítica<sup>31</sup>, trabalhada no primeiro capítulo, mas que, no contexto brasileiro, a este “Outro de Dentro” são incorporados em outros significantes: feministas, quilombolas, indígenas, pessoas transgênero, a esquerda, o presidente Lula. Todos esses estariam em uma grande conspiração de dominação planetária que envolveria o sistema financeiro mundial, o comunismo, o islamismo, entre outros.

---

<sup>31</sup> Relembrando: a gramática antissemítica foi conceituada no primeiro capítulo, começando a partir da ideia de desencantamento do mundo (Weber, 2004), revolta contra a abstração (Postone, 2019) e conspiração (Di Cesare, 2019; Poliakov, 1987). O outro como uma ameaça degeneradora porque é forte, e não porque é fraco.

Pode parecer risível a criação de uma narrativa linear de todos estes significantes juntos se levarmos em conta o significado conhecido e consolidado de cada uma dessas categorias. No entanto, há uma produção de uma gramática de mundo simplificadora e muito bem consolidada, que coloca todas essas categorias dentro de um mesmo balaio de significados como “modernos”, e que, portanto, são degeneradores dos valores e dos passados. Representam o tempo linear, o progresso, e que, portanto, encarnam a abstração. O enfrentamento a estas categorias é o enfrentamento à mudança e ao próprio diabo. Quem está nesse combate é, evidentemente, a conjura do bem. É assim que este movimento político não forma exatamente um projeto político coerente, mas um movimento sensorial e estético, cujo ápice da experiência é o confronto, a própria destruição.

Argumento, portanto, que a extrema-direita emergente no Brasil não pode ser considerada uma continuação, nem das violências coloniais e escravagistas que forjaram a sociedade brasileira e nem mesmo de movimentos históricos no país que flertaram com o fascismo histórico em diversos momentos, como o Integralismo e o próprio governo de Getúlio Vargas. Em vez disso, é um processo que se alimenta de um caldo de cultura dessa violência e desigualdade forjadoras da sociedade brasileira, mas que são frutos da crise do ideário de brasilidade e da própria ideia de futuro, forjando um novo passado baseado nestes desejos por concretude.

Em artigo de 2019 sobre a eleição de Jair Bolsonaro, Ronaldo Lemos afirma que “vencer eleições passou a exigir a habilidade de criar ficções sociais”, e elenca três pontos dessas ficções. A primeira é a narrativa:

Ela precisa ser parecida com os grandes universos ficcionais contemporâneos, no estilo *Game Of Thrones* ou *Senhor dos Anéis*. [...] É preciso também escolher inimigos que sejam bons de odiar. O melhor inimigo é aquele que dá gosto de zombar (Lemos, 2019, p. 201).

Os exemplos de grandes universos ficcionais contemporâneos exemplificados pelo autor são narrativas com uma estética de fantasia épica, de batalhas grandiosas e sangrentas. O que Lemos entendia como uma ficção epistemológica está, justamente, na construção estética da construção do Diabo, como o conspirador e o Mau absoluto, contra uma conjura do bem, solar, divina. Assim como definido por Poliakov, a batalha épica baseada na escatologia judaico-cristã do bemcontra o mal,

do conspiracionismo das sombras contra a conjura divina. A política como estética. Outro ponto que Almeida elenca é justamente a linguagem:

O segundo ponto é que a narrativa precisa ser destilada na linguagem mais simples possível. O objetivo é que possa ser repetida à exaustão por qualquer pessoa, independente do nível educacional. Para isso é fundamental articular sentimentos básicos, como raiva, mesmo, insegurança e fé (Lemos, 2019, p. 201).

Lemos percebe que a narrativa construída por essas ficções sociais precisa ser muito simples. Não apenas as narrativas devem ser construídas de maneira simples (de forma binária, como já mencionado), mas as próprias palavras e a linguagem se tornam triviais. Esta é a premissa de criação de uma gramática própria da Linguagem do Terceiro Reich, de Victor Klemperer. A linguagem não aceita interpretações, figuras de linguagem, nuances. As palavras possuem seu significado alterado, simplificado:

Considerando que a linguagem é simples, passam a repeti-la como papagaio, sem questionamentos. Tudo vai se passando adiante como um vírus. Quem é infectado sente orgulho, como se cada uma daquelas ideias fosse genuinamente sua (Lemos, 2019, p. 202).

Perceba que a narrativa de universos épicos envolve um passado idílico de tempos cíclicos e conexão com a terra, que é interrompido por forças complexas, que vem de fora, e normalmente representam o mal absoluto. Há espaços para heroísmo e sacrifício, não para o questionamento, a desconfiança ou a negociação. Quando o indivíduo se vê envolto em uma narrativa pelo Divino, coisas pequenas como os dramas humanos e questões mundanas desaparecem. Sua gramática é de combate. Seu desejo é de recuperação do passado que se perdeu, que lhe foi roubado. Este indivíduo quer recuperar o passado atemporal e cíclico, moldando um futuro reluzente e eterno. O presente funciona apenas como uma sala de espera deste futuro, achatado pela grandiosidade dos que vieram e dos que estão por vir. A batalha que precisa ser travada, portanto, não é pela construção positiva deste futuro, mas pela interrupção da narrativa. É necessário destruir aqueles que fizeram o tempo correr, que fizeram a história começar, que construíram o presente.

A gramática bolsonarista constrói essa narrativa épica. Primeiro, a partir de um passado cíclico imaginário ao qual se deseja retornar. Depois, enxerga a passagem do tempo como a decadência deste passado, e elege os seus demônios que causaram a mudança, que deram início à História. A História é o domínio e o enfrentamento a estes demônios: Lula, movimento LGBTQIA+, islamismo mundial, bancos, o STF, a China. Para que haja as batalhas épicas que necessitam da mobilização das forças do bem, estes inimigos inventados precisam ser fortes. A guerra contra a conspiração precisa estar já em curso.

A partir de Bhabha (2004), percebemos que a formação de identidade própria se faz no cotidiano, na performance da relação com o outro, no mesmo momento que se forja esta ideia de outro. Portanto, as batalhas épicas, que necessitam da conjura divina e do belicismo, necessitam deste outro extremamente forte, ativo e mal. A formação do bolsonarismo enquanto identidade política e comunitária acontece a partir da construção deste outro conspirador. Não há bolsonarismo sem a criação de um Outro cuja coexistência seja impossível. É por isso que o projeto do bolsonarismo é de criar demônios, destruir, pilhar. O bem contra o mal. É o que dá nome ao projeto: guerra cultural, batalha espiritual. Trata-se de uma narrativa simples: quanto mais diabólico é o demônio, mais fácil é criar a narrativa, mais fácil de se entender, mais simples é a linguagem.

### **4.3**

#### **Estética do Liso**

O dismantelamento do projeto nacional brasileiro ao final do século XX também veio acompanhado da enorme difusão das novas tecnologias de informações, com o advento da internet e das redes sociais. Há um movimento dialético na análise do bolsonarismo como fenômeno social. Ao mesmo tempo que é um movimento profundamente brasileiro, que cria passados e inimigos se utilizando da construção da memória e identidade do país, também é um movimento globalizado, parte de uma grande rede de extrema-direita mundial, que surgiu com toda força nas últimas décadas.

Se a década de 1990 foi de dismantelamento do projeto nacional em detrimento de uma economia e sociedade globalizadas, incluindo comunicação midiática e cultural, também pavimentou imaginários políticos que se veem como

transnacionais. Associando esse contexto para a extrema-direita, pode-se pensar não apenas nas óbvias ligações de uma rede de comunicação intelectual e política da extrema-direita mundial, mas também do próprio imaginário político, de passado e de futuro, que não respeita as fronteiras nacionais.

Benjamin (1985) observa que o fascismo histórico se constrói como um movimento político baseado na estética a partir da leitura da arte reprodutível, onde a arte se afasta do ritual, do místico e do sagrado, em direção ao mundano, perdendo a *aura*. Nesse sentido, a técnica ficaria a serviço do profano. Benjamin demonstrava particular preocupação com o cinema, e a questão das massas que exigiam serem filmadas e representadas, como um movimento político e teológico de si mesmas.

Com as novas tecnologias de mídias e informação, principalmente a partir do século XXI, a relação entre política e estética ganha novos significados. Em *A salvação do belo* (2023), Byung-Chul Han argumenta como o belo se encontra de maneira paradoxal. Por um lado, o culto à beleza é exercido em toda a parte, de maneira inflacionária. Tudo deve ser belo o tempo inteiro. A estética do *self* absoluto, do liso, do *selfie* enquanto reprodução do eu estático e narcísico, apartado do mundo. Por outro, essa estética do liso, do belo digital:

No belo digital, a negatividade do outro foi totalmente anulada. Por isso ele é todo *liso*. Não pode ter *rasgo*. Seu signo é a complacência sem negatividade, a *curtida*. O belo digital forma um *espaço liso do mesmo* que não admite estranheza nem *alteridade*. O puro *interior* sem exterioridade é seu modo de aparência (Han, 2023, p. 40-41, grifos do autor).

Assim, a estética do liso se constitui em uma estética que se politiza pelo *self*, sem a possibilidade de alteridade, sem existência de um outro:

[...] a experiência do belo hoje é fundamentalmente narcísica. Não é dominada pela lateralidade, mas por uma centralidade narcísica. É consumível. Perante o objeto de consumo, toma-se uma posição central. Essa postura consumista dilapida a outriedade do outro, em prol da qual se fica ao lado ou se retira. Ela aniquila a outriedade do outro, a alteridade (Han, 2023, p. 90-91).

A estética do liso não admite *ervas daninhas*, para utilizar o conceito de Bauman, em *Modernidade do Holocausto* (1989). Buscar o belo é, ao mesmo tempo, buscar a anulação completa do outro em sua outriedade. A política que

emana do belo digital é a política da destruição do outro. A estetização da política promovida pela gramática fascista atual também retira o Outro do filme. A diferença é que o indivíduo não exige ser filmado como representado por uma classe ou nação, mas enquanto um *perfil*, um *self* narcísico, apartado do contexto social.

32

Há a perda completa de uma transcendência do belo. Ao invés do sublime ou do choque, o belo cede lugar ao gosto, quase culinário, na busca pelo *like*, pela curtida. Não há um belo que mexa com centralidade do *self*. Ou seja, há uma *pornografização* do belo:

Hoje não é possível uma experiência do belo que estremece a posição do sujeito. A beleza vira ela mesma pornográfica, *anestesiante*. Ela perde a *transcendência*, a *significação*, a *valência* que a capacitaria a acoplar, para além do meramente estético em direção ao ético, no político. Totalmente desatrelado do julgamento ético-moral, entrega-se à *imanência do consumo* (Han, 2023, p. 91, grifos do autor).

A ideia da experiência do belo como pornográfica é própria da gramática fascista, exatamente como transmitida por Klemperer. As mudanças de sentido das palavras para se tornarem mais simples, mais vulgares. Uma linguagem que não aceita metáforas e outras figuras de linguagem, que se propõe a ser direta, violenta e fática. A estética do liso não vai criar um programa político-ideológico fascista, mas vai criar uma gramática de entendimento de mundo centrada no *self*, que rejeita as arestas da realidade daqueles que são enxergados como os Outros.

Esta linguagem pornográfica, a gramática fascista, é necessária para revelar a verdade. Jogar luz sob as trevas, descortinar o que está oculto, em nome de um mundo mais inteligível, mais concreto e mais fácil de se entender. Nesse sentido, essa linguagem pornográfica se coloca em oposição ao erotismo:

O erótico se diferencia do pornográfico pelo seu caráter indireto e sinuosidade. Ama as *distâncias cênicas*. Contenta-se

---

<sup>32</sup> É por este motivo que a gramática fascista do século XXI possui um discurso que, ao mesmo tempo que é autoritário e de combate ao inimigo, é ultraliberal econômico. O espaço público não é liso, possui rasgos e rupturas. Wendy Brown mostra a relação atávica entre esses grupos de extrema-direita atuais com discursos libertarianistas econômicos, com a desconstrução do próprio conceito de sociedade e de espaço público. Também do próprio papel do Estado como promotor de política – enquanto um espaço do dissenso –, e de cidadania e direitos, nivelando a população. O espaço público é substituído pelo espaço privado, das famílias. Volto a essa discussão com mais detalhes no capítulo 5.

com alusões, ao invés de expor diretamente as coisas. [...] A pornografia evita desvios. Vai direto às coisas. Eróticos são, em oposição, signos que *circulam* sem se revelarem. Pornográfico seria o teatro da revelação. Erótico são os mistérios a princípio irreveláveis. Pornográfico é justamente a revelação progressiva até a verdade ou a transparência (Han, 2023, p. 92-93).

Tal qual o fascismo histórico, essa construção estética cria uma gramática e linguagem própria, que é pornográfica, direta. Linguagem que é apreendida e mobiliza energia política. Não como uma construção político-ideológica, mas como desejo fálico de conquista. Voltamos à ideia de complô trabalhado no primeiro capítulo. O conspiracionista é, por definição, amante das luzes, da verdade descortinada, do fim dos códigos:

Os complotistas são militantes convictos da transparência. Ao contrário do que se poderia supor, não se refugiam na superstição, não se evadem na irracionalidade, mas são, em vez disso, hiper-rationais, se analisarmos bem, os herdeiros mais extremistas dos ideais iluministas. Tudo o que está escondido deve vir à tona. O oculto, o secreto, o recôndito, não têm mais razão de existir. Mais: o mistério deve ser abolido (Di Cesare, 2021, p. 193).

Pois apenas em um mundo onde o mistério, a interpretação e o oculto foram abolidos é o mundo onde se pode construir o bem e o mal absoluto. Não há maniqueísmo com o não-revelado, com o abstrato. A gramática fascista é pornográfica porque é direta, conspiracionista.

No dia 7 de setembro de 2022, durante as comemorações de 200 anos da Independência do Brasil, Jair Bolsonaro, Presidente da República, puxa o coro para si mesmo: “*Imbrochável, Imbrochável!*” (Senra, 2022, grifo nosso). A multidão o acompanha. Em julho de 2014, já ex-presidente, Bolsonaro dá a medalha com “os três I’s”, ao presidente argentino Javier Milei: “*imorrível, imbrochável e incomível*” (Freitas, 2024, grifo nosso). Esta é a linguagem que forja o bolsonarismo: fálica e heteronormativa. Isto não é meramente uma piada ou uma maneira de se manter na mídia, mas o próprio letramento do movimento bolsonarista em si. É direta, porque tem que ser fácil e não pode permitir interpretações. É pornográfico, porque não se pode esconder nada. É ofensiva, porque é preciso enfrentar. É fálica, porque é preciso invadir e conquistar.

#### 4.4

#### Redes e Fronteiras

A relação de novos movimentos de extrema-direita com as redes sociais é atávica, não apenas no bolsonarismo, mas também em outros países. Dá a impressão que a extrema-direita está sempre um passo à frente na divulgação de conteúdo e no letramento político das massas. Isto não chega a ser uma novidade ou uma contradição. Como foi visto com Paxton (2007) e Postone (2021), o fascismo histórico tem um grande interesse em tecnologia, como estética e como projeto. A modernidade que o fascismo tem como positiva é a do capital concreto, o chão de fábrica, carros, aviões. A estética futurista faz parte de um conjunto de desejos que ativam a energia política fascista. A modernidade negativa, para a gramática fascista, é a da abstração, do capital abstrato, dos valores como cidadania, dos Outros que chegam, das cidades, do *homo economicus*.

Já no século XXI, a maior revolução tecnológica foi justamente a internet e o meio científico-informacional. Ao invés de democratizar a informação e criar um ecossistema mais democrático, o excesso de informação criou a crise da democracia ao redor do planeta. Em outro livro, *Infocracia* (2022), Byung-Chul Han argumenta que a digitalização das vidas tem relação direta com a crise das democracias, justamente porque ajuda a destruir o espaço público:

A democracia em tempo real, sonhada no início da digitalização como a democracia do futuro, se mostra uma ilusão completa. Enxames digitais não formam um coletivo responsável que age politicamente. Os followers, na condição de novos súditos das mídias sociais, deixam-se adestrar em gado de consumo por smart influencers, influenciadores inteligentes. Ficam despolitizados. A comunicação dirigida pelos algoritmos nas redes sociais não é livre e nem democrática. [...] O smartphone não é um parlamento móbil, é um aparato de submissão. Acelera a fragmentação e o desmoronamento da esfera pública ao, enquanto vitrine móbil, difundir o privado incessantemente. Cria, mais propriamente, zumbis de consumo e comunicação como cidadãos emancipados (Han, 2022, p. 48).

Importante pensar na rede social como um desmoronamento da esfera pública que, ao invés de virar um espaço político, vira um meio de difusão do privado de modo incessante. Pode-se pensar a grande rede digital formada pelo bolsonarismo não como uma rede de discussão política, ou como um parlamento móbil, visto que,

a partir dos anos 1990, a política é mundialmente demonizada por um projeto econômico liberal, onde a governança deveria substituir os governos<sup>33</sup> (Traverso, 2019). Em vez disso, seria uma rede onde os mínimos fatos da vida viram política. A política não como uma construção de projeto, mas com o próprio ser, em relação à construção do *self*. Di Cesare (2022) argumenta que:

A crescente despolitização tornou paradoxalmente mais político o ressentimento, que, se olharmos bem, já é há décadas o componente potencial de ideologias diversas. [...] O que significa: sem precisar se abrir para o externo e sem acrescentar nada, nenhum suplício ulterior, à aflição daquela situação humilhante – muito menos o suplício de precisar adaptar-se. Antes, é melhor negar e refutar as transformações que vão produzindo no mundo, é melhor, até, negar o mundo. A recriminação exacerbada, única forma de contato com o mundo externo, leva a um recolhimento *étnico-egóico* (Di Cesare, 2021 p. 82, grifo nosso).

Redes de sociabilidade baseadas no recolhimento étnico-egóico, que exclui do entendimento do mundo, compostas por todos aqueles que não participam esteticamente dessa experiência desse mundo liso, sem arestas e ranhuras. No caso específico brasileiro, João Cezar de Castro Rocha (2023) chama essa forma de atuação bolsonarista em suas redes digitais de sociabilidade de despolitização da *pólis*, a destruição da própria esfera pública. É o que o bolsonarismo chama por vezes de batalha espiritual, por vezes de guerra cultural:

A guerra cultural é uma matriz de produção em série de narrativas polarizadoras cuja radicalização crescente engendra sem tréguas inimigos imaginários, mantendo a militância em estágio permanente de excitação. Sua força consiste em associar a ação política à dinâmica das redes sociais, produzindo um curto-circuito no sistema político representativo por meio do engajamento típico do universo digital. O sistema representativo supõe a existência de uma série complexa de mediações entre poder e cidadania, Estado e sociedade civil. Pelo contrário, a extrema-direita alicerça na ação direta seu poder político autoritário. O objetivo da translação do engajamento digital para a esfera pública é a despolitização da *pólis*, desordenando por completo o tabuleiro da política, e um possível xeque-mate na

---

<sup>33</sup> Traverso (2019) faz um apanhado geral da ascensão da extrema-direita ao redor do mundo (principalmente na Europa e nos Estados Unidos) a partir da imobilidade de governos, tanto de esquerda quanto de direita, quando qualquer política que não seguisse a cartilha neoliberal seria taxado de populista achatando qualquer possibilidade de construção de sonhos ou ideológica. Isto será melhor abordado no próximo capítulo, quando o bolsonarismo será colocado em perspectiva com outras abordagens teóricas e outros grupos de extrema-direita mundial no século XXI.

pretensão fundamentalista da extrema direita exige arrumar as peças como primeiro lance da partida (Castro Rocha, 2023, p. 19, grifos do autor).

O projeto político como projeto do *self*, baseado na experiência estética do ser. Uma comunidade política baseada não em um projeto ideológico, mas na ideia do semelhante como um espelho do eu, onde a existência do Outro atrapalha ontologicamente essa construção de mundo.

Para a construção desta comunidade imaginada no Brasil, há duas direções. A primeira é temporal. Observar as mudanças da própria dinâmica com o advento da internet na revolução informacional do século XX e o avanço do capitalismo em seu estágio transnacional. A ideia de comunidade vai ultrapassar as porosas fronteiras nacionais, em direção a novas identidades, mas também a outra construção de Outros e memórias divergentes.

Ao mesmo tempo, a construção identitária de novas comunidades de extrema-direita ainda vai se basear em uma herança cultural da construção de nação que entrou em crise. No caso brasileiro, muitos desses aspectos foram citados no capítulo dois:

- (I) A tradição messiânica, que vem desde os tempos do sebastianismo português, sempre presente em movimentos revolucionários e mesmo no discurso político partidário. Isso se intensifica na figura de Jair Bolsonaro com o discurso salvacionista contra inimigos externos e internos;
- (II) O apagamento da memória da escravidão e seus efeitos. Primeiro com a ideia de democracia racial e país do futuro, e atualmente com a construção de memórias idílicas outras, que não tem a ver exatamente com o passado brasileiro, mas com um passado Ocidental-cristão construído, do qual o Brasil faria parte;
- (III) A construção de um passado idealizado branco-cristão. Tradição que vincula a cristandade e a brancura com uma evolução espiritual e/ou biológica maior. No início da construção de nação brasileira, a miscigenação surgia como uma esperança do desaparecimento do negro. Atualmente, na atual extrema-direita brasileira, se propõe o apagamento da negritude do negro, que se despojaria de seu lugar de

negro para ser aceito nessa nova comunidade imaginária de extrema-direita;

- (IV) O imaginário de relação cultural intrínseca com os Estados Unidos, tradição que se consolida pelo menos desde a época de Barão de Rio Branco. Também um afastamento identitário de outros países da América Latina, em um movimento do Brasil como parte de uma pretensa tradição Ocidental, onde os Estados Unidos seriam uma liderança natural.

Há a construção de uma comunidade imaginária com a gramática fascista, linguagem pornográfica. Ao mesmo tempo, messiânica e cristã, que precisa forjar uma memória de apagamento da memória negra para a criação dessa identidade. O que se cria, portanto, é a civilização judaico-cristã. Ela se desvincula com a memória hegemônica oficial brasileira para criar uma memória Ocidental, que é branca, cristã e vinculada diretamente aos Estados Unidos e Israel.

A civilização judaico-cristã cria um imaginário de passado branco, conservador, ultraliberal, cristão. A construção de discursos fantasiosos sobre conspirações mundiais ou corrupção de crianças não são *fake news*, mas a manifestação da identificação de grupo. O grupo como a conjura luminosa do bem, mas apenas porque o grupo representa o eu. Um passado liso, que é moldado pela temporalidade do belo digital:

[...] o belo digital bane a negatividade do não-idêntico. Permite apenas diferenças consumíveis, úteis. [...] A retina digital, essa pele conectada digital, transforma o mundo em uma imagem na tela e em uma tela de controle. Nesse espaço visual autoerótico, nessa interioridade digital, não é possível surpresa ou maravilhamento. Curtindo, os humanos se encontram apenas ainda em si mesmos (Han, 2019, p. 42).

A temporalidade do belo digital não é o que está por vir, ou o que está para se revelar. Ele é um presente imediato, sem história. Assim é o imaginário da civilização judaico-cristã. Ela é construída como memória, mas não tem história. Messiânica, também reside em um futuro que não chega. Não há passagem do tempo. A civilização judaico-cristã apenas está no presente, construída em redes de *eus*, que moldam o mundo concreto à sua própria semelhança.

O bolsonarismo é o movimento que nasce da energia política emanada por essa construção de mundo. A gramática bolsonarista é a gramática fascista brasileira, adaptada ao atual avanço do capitalismo e aos meios digitais. O bolsonarismo se produz e é produzido pela civilização judaico-cristã. E a linguagem da civilização judaico-cristã é pornográfica.

## 4.5

### **Bolsonarismo**

Feita essa digressão, é importante também criar conexões dessa construção teórica com a literatura de Ciência Política já consolidada sobre o tema. Como insistimos, este movimento político de gramática fascista no Brasil, que não possui coerência ideológica, mas desejo em comum, é chamado pelo nome do líder que letra e espalha essa gramática e que venceu as eleições presidenciais em 2018: Jair Bolsonaro.

As primeiras décadas do século XXI no Brasil foram marcadas por um crescimento exponencial de diversos grupos políticos que carregam questionamentos não só à toda a institucionalidade de Estado brasileiro, forjada a partir da Constituição de 1988, mas à própria noção de Estado Moderno e ideais iluministas, ou de todos os valores abstratos propostos pela modernidade, como democracia, cidadania ou Direitos Humanos. Ideais que pareciam bem estabelecidos depois do período de redemocratização do país. Entretanto, neste contexto, eles são vistos como valores profundamente modernos, abstratos. Na linguagem da extrema-direita brasileira são verbetes perigosos, degeneradores.

Dentre esses grupos fanatizados, há militaristas, monarquistas, saudosos da Ditadura, comunidades de gamers, anarcocapitalistas, fanáticos religiosos, movimentos antipolítica e um sem-número de possíveis rótulos, como pautas, com perfis demográficos, formação de comunidade e mesmo vocabulários muito diferentes. Cada um desses grupos se fanatiza ao longo do tempo, em uma sequência de eventos que favorece a ascensão da extrema-direita no país, como a Operação Lava-Jato, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e sucessivas crises econômicas, principalmente a partir de 2016. De alguma maneira, a profunda crise institucional que se instalou no Brasil na década de 2010 é central para este processo. Marcos Nobre (2020) demarca o início deste processo como as

manifestações de Junho de 2013, ajudando a delimitar um discurso “antissistema” na sociedade, que Bolsonaro se utilizou ao longo de toda a sua ascensão política nacional, e mesmo depois de presidente.

A grande mídia ajudou a favorecer um discurso de que havia uma enorme crise moral, que era responsável pelas crises econômicas e políticas que afetavam o país na época. Por exemplo, isto foi decisivo para uma parcela da população mais empobrecida se vincular ao bolsonarismo. Em uma pesquisa qualitativa sobre o bolsonarismo em classes mais baixas, Camila Rocha e Esther Solano (2021) explicam essa percepção:

Os entrevistados acreditam que recuperar a convivência familiar para reestabelecer a ordem na sociedade é fundamental. Contudo, a percepção de desordem e decadência também está relacionada à sensação de piora nos âmbitos da economia e da segurança pública nos últimos anos, a qual, por sua vez, está atrelada à expressão de sentimentos de vulnerabilidade, insegurança e abandono por parte do poder público. Tais sentimentos estão conectados à dicotomia, expressa por vários entrevistados, entre batalhadores versus bandidos, lógica muito utilizada para ordenar relações sociais, ilustrada com casos concretos do cotidiano (Rocha; Solano, 2021, p. 48).

Isto não significa que esta população esteja totalmente fascistizada, ou que tenha aderido por completo ao projeto de destruição, ou mesmo a visão de mundo através da conspiração. Entretanto, observe como a aderência parcial ao discurso bolsonarista necessita também de uma aderência parcial a esta gramática. O maniqueísmo de divisão de mundo entre o bem e o mal (nesse caso, entre batalhadores e bandidos) e os problemas de crises complexas sendo avaliados como decadência moral de alguns indivíduos. Soluções simples para problemas complexos, recuperação de valores de um passado perdido, quando o presente apresenta sinais claros de profunda decadência.

Novamente, a crise econômica, ou política, sendo causada por uma espécie de punição ou, pelo menos, uma consequência óbvia de uma perversão moral e sexual. A corrupção política se mistura à corrupção dos valores sociais que deveriam ser preservados. O público (o espaço do desconhecido das cidades e do Outro) é interpretado como perigoso por corromper o espaço privado das famílias:

Eles possuem valores e pagam impostos, em contraposição aos “bandidos”, que seriam pessoas corrompidas, de mau-caráter, que buscam facilidades na vida. Na percepção dos entrevistados, o espaço público estaria se tornando cada vez mais perigoso, especialmente para crianças e jovens, sensação relacionada ao aumento da violência e à sensação de insegurança, somando-se ainda a percepção de que o espaço público teria se tornado palco de práticas imorais, como troca de afetos entre homossexuais, sexualização precoce, protestos de rua em que haveria nudez, pornografia e desrespeito a símbolos religiosos. Além disso, há um entendimento compartilhado de que o feminismo degradaria as mulheres e de que o afeto entre casais homossexuais, tido como obsceno, não deveria ser demonstrado em público, principalmente na frente de crianças (Rocha; Solano, 2021, p. 49).

A aderência de diferentes grupos aglutinados politicamente à extrema-direita, que se traduz eleitoralmente no fenômeno do bolsonarismo, depende da aderência desses grupos à gramática constituída por ele, que enxerga o mundo pelas lentes da conspiração e de seus supostos valores concretos e defesa de um passado idealizado.

Dependendo da faixa etária, da faixa de renda ou de muitos outros fatores, as pautas prioritárias podem variar. Entretanto, costumam se destacar o ultraconservadorismo, anticomunismo, defesa de Estado mínimo, liberação de armas, fanatismo religioso, defesa do agronegócio e agenda econômica liberal.

Cada um desses grupos de extrema-direita possui pautas próprias, com diferentes prioridades e pautas específicas de cada grupo que, por vezes, podem ser conflitantes. Tudo depende de que tipo de passados e, conseqüentemente, quais significantes assumem o papel diabólico.

Apesar disso, a partir das eleições de 2018, esses grupos extremamente heterogêneos começaram a orbitar a figura do presidenciável Jair Bolsonaro, formando uma força política arrebatadora de pautas difusas e beligerantes, em um movimento que passamos a chamar genericamente de bolsonarismo. Portanto, o fenômeno do bolsonarismo, que surge como força política potente no país, é muito mais complexo do que o mero voto e apoio às ideias do ex-presidente.

Tal qual outros movimentos de gramática fascista ao longo da história, o bolsonarismo não possui uma agenda muito bem delimitada. Ele não é uma ideologia e nem mesmo possuirá um projeto político claro. O bolsonarismo é uma identidade política baseada na experiência sensorial e estética que tem no confronto

com inimigos, reais ou não, a base de seu discurso e da formação de identidade de seus adeptos.

Como identidade política, o bolsonarismo precisa da animação constante de militância com notícias de confrontos com inimigos políticos, perigos sempre à espreita e conspirações de toda ordem que precisam ser derrotadas. Nobre (2020) enfatiza que o governo Bolsonaro compôs com eficiência um cenário de inimigos que passava pelos petistas, comunistas, as universidades e muitos outros grupos que colocaram sempre seu governo como uma vítima acuada desses grandes poderes do “sistema”. Aqui, vale lembrar o primeiro capítulo desta tese e a gramática antisemita: o outro degenera porque é forte, e não porque é fraco.

É por isso que argumentamos que o bolsonarismo não possui projeto, mas gramática. Símbolos, linguagem e discursos ganham significados diferentes, na medida em que necessitam ser classificados sem nuances, sem zonas cinzentas, apenas inimigos e aliados, bom e mau, ou “guerra espiritual”. A complexidade dos problemas sociopolíticos e a abstração típica da modernidade são substituídos por inimigos da vez, bem delimitados e concretos.

Assim sendo, o bolsonarismo não pode ser delimitável em seu projeto de país como uma ideologia moderna. As pautas que regem o bolsonarismo podem variar dentro de cada subgrupo que compõe o movimento, assim como a formação de vínculos comunitários. O próprio discurso de projeto político pode variar não só ao longo do tempo, conforme a conjuntura política, mas também do discurso para a prática. Cada subgrupo que compõe o bolsonarismo possui vínculos com outros, mais ou menos fanatizados.

O que une toda esta rede complexa em torno de uma identidade política é justamente o ressentimento com a modernidade e os ideais iluministas, a laicidade, a igualdade de gênero, liberdade sexual, direitos reprodutivos, dentre muitos outros. Cada indivíduo bolsonarista enxerga de maneira diferente a sensação de perda e decadência moral causada pela modernidade. E também pode eleger diferentes inimigos conspiradores – que trouxeram a decadência ao mundo.

Em *Ponto-Final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia* (2020), Marcos Nobre argumenta que o governo Bolsonaro é diferente do que o Brasil estava familiarizado em termos de política, em que um governo faz sua coalizão com o Congresso, forjando um “presidencialismo de coalizão”. Para Nobre, o período Bolsonaro seria um “antigoverno”, visto que, ao invés de buscar estabilidade para

implementação das políticas almejadas por ele, o presidente fomenta a guerra e o caos de maneira proposital. Esta disfuncionalidade não seria fruto de uma incapacidade ou desorientação do presidente, mas um projeto de destruição da democracia nacional, demolindo e descredibilizando as instituições políticas e a Constituição de 1988.

Assim como no bolsonarismo, no pós-fascismo atual ao redor do mundo isso não é diferente. As redes sociais possuem um papel central na formação de identidade e de gramática de mundo conspiratória, binária e anti-moderna. Há movimentos cuja experiência sensorial e estética criam uma identidade de grupo por meio de comunidades virtuais. Assim, a mídiósfera extremista não produz apenas *fake news* diariamente. O que ela produz é uma realidade paralela cujo objetivo não é exatamente convencer as pessoas daqueles discursos, mas criar uma comunidade coesa que compartilha ressentimentos e medos em conjunto, e cuja ideia de destruição do inimigo diabólico produza uma energia política avassaladora sem que se precise construir um projeto político coeso.

Por isso, o próprio termo *fake news* atrapalha no entendimento desse processo. O que está em jogo quando se compartilha esse tipo de conteúdo não é se certos conteúdos, como “kit gay”, são verídicos ou não. O que interessa é que eles ajudam a forjar identidades e um mundo mais concreto, onde a complexidade dos processos históricos e das discussões políticas e sociais são substituídas pelo desejo de retorno a um passado construído como ideal.

Nesse sentido, também vale ressaltar que, assim como acontecia durante o fascismo histórico, a tecnologia possui um papel central extremamente positivo quando ela é vista como concreta na gramática fascista. Para o fascismo histórico, Postone (2021) argumenta que o capital abstrato e todos os valores modernos são rejeitados, enquanto a concretude da tecnologia, do chão de fábrica que fabrica trens e automóveis de luxo é valorizada. Quase um século depois, o bolsonarismo e o pós-fascismo mundial exaltam (e utilizam melhor do que qualquer outro espectro político) o poder da revolução informacional que veio com a popularização da internet do início do século XXI, ao mesmo tempo em que constrói discursos conspiracionistas sobre tudo aquilo que é inimigo desta concretude: comunismo, islamismo, ideologia de gênero e vários outros espantalhos retóricos.

Dunker (2019) argumenta que normalmente grupos de interesse sempre se formaram ao redor de algum objeto em comum, seja a Igreja, o exército, ou mesmo

certo partido, ou uma celebridade. Ao autor, não interessa discutir o fascismo clássico, mas é relativamente simples pensar que a estética e a própria experiência de estar em uma comunidade fascista bastam para que a adesão ao movimento seja natural. A grande questão, segundo Dunker, é que as novas mídias digitais criaram uma espécie de ecossistema próprio de funcionamento, que prescindem de um lugar bem consolidado de coesão:

Se as novas massas e coletivos digitais prescindem de ideais bem formados e imagens representativas, elas podem envolver traços de estilo, de apresentação ou de consumo ligados pelo contágio afetivo por efusão ou como defesa coletiva contra a angústia. Coletivos agrupados em torno de teorias da conspiração e grupos reunidos contra um inimigo em comum se tornaram tão frequentes como pequenas sociedades de gravitam em torno de uma personalidade famosa ou subcelebridade especificamente criada pela sua capacidade de reunir seguidores (Dunker, 2019, p. 121).

Já entrando em um contexto de Brasil, estes grupos formados pelas redes sociais, seja de forma orgânica ou sendo financiados, funcionam como uma grande massa, que se reconhece através de códigos binários de “nós contra eles” e “bem contra o mal”. Esta massa é o que Angela Alonso (2019) chama de “comunidade moral bolsonarista”. E ainda *“uma retórica fragmentada, aforística, virulenta, reinterativa de binarismos primitivos, que facilitam os julgamentos instantâneos. O conteúdo casou com as formas curtas da internet, em ritmo de banda larga”* (Alonso, 2019, p. 53, grifo nosso). Esta comunidade moral se constitui na gramática fascista. Pois são os integrantes dessa comunidade que são os possuidores da verdade e das virtudes. São eles que seriam a linha de frente contra a barbárie moderna daqueles grupos que degeneram a vida.

Ao mesmo tempo, os integrantes dessa comunidade se veem em Bolsonaro por ele se apresentar como um “homem comum”, muitas vezes em aparições com roupas toscas ou em situações de improvisações simuladas. Isto aproxima Bolsonaro daqueles pertencentes a esta comunidade moral. Se o líder se comporta desta maneira, fica claro que, para saber a verdade, para entender a gramática, não é necessário formação acadêmica ou acessar espaços de poder. É necessário apenas entender aquela linguagem, compartilhar daqueles sentimentos. Isto dá ao cidadão medíocre a sensação de ter um poder que os outros não têm. Ele sabe de coisas que

os outros não sabem, ele explica o mundo como os outros não explicam. Em meio à sua vida mediana, ele está na frente de batalha para combater o Mal absoluto.

Alonso, portanto, enxerga a coesão da comunidade moral bolsonarista através do manejo desse discurso binário de “nós contra eles”, que reforça o senso de pertencimento a uma comunidade de semelhantes. Rodrigo Nunes (2022), por sua vez, encontra a coesão a partir de matrizes discursivas, que formam espécies de “afinidades eletivas”:

As matrizes discursivas devem, portanto, ser consideradas como geradoras não apenas de enunciados, mas de estruturas afetivas (gostos e desgostos, ódios e amores, objetos de admiração ou repulsa; aquilo que Spinoza chamaria de *ingenia*), identificação e pertencimento, formas de autonarração e autoentendimento – todas as condições latentes para o que pode ou não vir a se desenvolver como subjetividade política mobilizada e plenamente consciente (Nunes, 2022, p. 27).

Observa-se que, em ambos os casos, não há a presunção de coerência política, ideológica ou social a priori. Não há projeto, nem mesmo estão claros o que os une. Novamente, há uma ideia clara do que seja este bolsonarismo, mas que dificilmente é definível, porque não é delimitável. Para Alonso, a coesão dessa comunidade moral seria dada em cima dos pilares nacionalismo beligerante, moralismo hierarquizador e antielitismo (Alonso, 2019). Para Nunes, as matrizes discursivas do bolsonarismo seriam o militarismo policial, o antiintelectualismo evangélico e o empreendedorismo monetarista.<sup>34</sup> Seja como for, são sentimentos, linguagens e corporeidades semelhantes que os une, não o discurso.

Como apontou Dunker (2019), infindáveis grupos de interesses distintos podem se conectar pelos mais variados motivos, a despeito de coerência lógica ou projetos atávicos. Muitos estudos de monitoramento de redes sociais foram feitos para entender a formação deste *cluster* fascista brasileiro, que chegam a conclusões parecidas.

Trazemos aqui um exemplo. Ribeiro (2018) investigou o antipetismo e conservadorismo na rede social *Facebook* ainda em 2018, antes de Bolsonaro virar

---

<sup>34</sup> Embora a coesão de uma comunidade moral e afinidades eletivas sejam conceitos que não são intercambiáveis, a comparação é válida porque os afetos e a linguagem não são hierarquicamente distintos, mas estão intrinsecamente conectados: “falar em ‘matrizes discursivas’ não implica qualquer prioridade fundamental da linguagem sobre a afetividade ou corporeidade; trata-se, antes, de pensar a dinâmica entre essas duas esferas como uma relação recíproca, circular” (Nunes, 2022, p. 27, grifo nosso).

presidente do Brasil, visualizando as redes de contato entre usuários e as páginas destas temáticas pelas interações entre elas. Ele enxergou quatro *clusters* muito visíveis: liberalismo econômico; patriotismo ufanista; exaltação à polícia e ao punitivismo; e de conservadores em termos morais. Entretanto, há tantas conexões entre esses quatro núcleos diferentes que eles funcionam como um só. Além disso, há grandes páginas que estão dentro de dois grupos ou mais grupos diferentes, que servem como porta de entrada de um indivíduo de um grupo para o outro. Assim, por exemplo, alguém que está em grupos de exaltação à polícia está necessariamente envolvido com o liberalismo econômico, ou um cristão conservador está na mesma comunidade de ultranacionalistas, por exemplo.

Ou seja, a *comunidade moral bolsonarista*, que é a comunidade que se autodenomina como “cidadãos de bem”, se molda através desses parâmetros. Não é necessário que haja coerência ou projeto de construção de país, mas que haja um inimigo e uma estética comum. O projeto é o enfrentamento a estes inimigos em si, que é conspirador, invisível e que quer enfraquecer a sociedade por dentro para dominá-la, que representa a abstração, os comunistas, a ideologia de gênero, o capital financeiro internacional, os muçulmanos, os yanomamis, os judeus e muitos outros. Cada um separado ou todos ao mesmo tempo. Não é necessário sequer a coerência entre estes inimigos: apenas a experiência de desmascará-los e torná-los concretos, culpados e diabólicos, é o suficiente para manter a coesão de grupo dos cidadãos de bem e a produção sua imensa energia política. Isto basta. Ou, no argumento de Nunes (2022):

Vale reforçar que, embora haja vários pontos de sobreposição entre essas matrizes discursivas, nem todo bolsonarista (e muito menos todo eleitor de Bolsonaro) subscreve a todas elas com a mesma identidade, ou em absoluto. Além de haver inconsistências entre elas, a rigor nenhuma chega a ser consistente consigo mesma. Isso, porém, acaba importando muito pouco, uma vez que o poder dá metanarrativas que articulam suas conexões repousa mais na associação do que na lógica, sua coerência dependendo muito menos de qualquer conteúdo efetivo do que um sentimento de pertencer a um mesmo lado em uma luta (Nunes, 2022, p. 38).

Ou seja, em outras palavras, Nunes corrobora que o movimento político bolsonarista não possui coerência ideológica, e nem é necessário que haja. Os binarismos primitivos ao qual Alonso (2019) se refere também fazem sentido na

construção teórica do primeiro capítulo, principalmente em relação à lógica simplificada do complô.

O que diferencia essas análises do fenômeno bolsonarista desta tese são duas questões principais. A primeira é a relação com o tempo, pela construção de passados concretos e idealizados que criaram não projetos, mas desejos de futuro. A segunda diferença é a ideia de uma construção de gramática bolsonarista. Há uma dissonância entre o conceito bolsonarista de liberdade, democracia, direitos humanos e diversos outros verbetes do entendimento comum e geral. E esta dissonância é produzida pelo binarismo simplificador da realidade e, principalmente, pela percepção de passagem de tempo. Havia um passado cíclico e ideal que foi perdido. Alguém o levou. E é este alguém que sopra os ventos do progresso, sob o qual se entulham as ruínas das verdadeiras civilizações.

Sabe-se, entretanto, que o fenômeno da nova direita de gramática fascista não é uma exclusividade brasileira. Ela vem crescendo em diferentes partes do mundo, com países de realidades econômicas e culturais muito distintas. Se, nesses três primeiros capítulos, foi construída a ideia de gramática fascista e como o bolsonarismo é moldado por ela no contexto cultural brasileiro, no próximo capítulo este arcabouço teórico será colocado em um diálogo com outras abordagens. Primeiramente, como se constrói essa mesma gramática fascista ao redor do mundo por outros governantes e líderes, mas mantendo a mesma estrutura. Depois, contrapondo este instrumental teórico com outros comumente utilizados para analisar o fenômeno do bolsonarismo.

## 5 Um Mundo do Outro

No livro *Guerra pela Eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista* (2021), Benjamin Teitelbaum faz um notório trabalho etnográfico sobre três das principais lideranças intelectuais da chamada “nova direita” no mundo: Steve Bannon, Alexander Dugin e Olavo de Carvalho. Neste trabalho, Teitelbaum destrincha um pouco da trajetória de vida e da formação de pensamento antimoderno desses três gurus, nos Estados Unidos, Rússia e Brasil, respectivamente, bem como sua influência política nas direitas em ascensão nesses e em outros países e os projetos políticos que defendem.

O que une os três gurus é o Tradicionalismo - com t maiúsculo. Uma doutrina político-filosófica anti-moderna criada por René Ghénon. Francês convertido em muçulmano e morto em 1951, Ghénon acreditava que um dia houvera uma religião única, unificada, a Tradição perene, que foi perdida ao longo do tempo e fragmentada entre as diversas religiões que ainda existem hoje em dia, como uma espécie de ancestralidade religiosa comum. O que os tradicionalistas aspiram é recuperar essa tradição. Recuperar “a verdade”, e estilos de vida transcendentais e atemporais. Tradicionalistas possuem um entendimento próprio de sociedade e de passagem de tempo.

Baseados no hinduísmo, definem a história da humanidade em quatro eras: idade do ouro, idade de prata, idade de bronze e a idade sombria. Nessa doutrina, há sempre uma ideia de pessimismo e fatalismo para se pensar no tempo, onde a degeneração da sociedade é a regra. Cada idade pertence a uma casta diferente de pessoas. A idade de ouro é a idade dos sacerdotes, a época gloriosa da humanidade, quando a sociedade é comandada pela Tradição, com valores ideais imateriais e transcendentais, a espiritualidade pura, politicamente uma espécie de teocracia; a era dos guerreiros, que seria de Estados militares, também buscam ideais imateriais, como a honra e a glória, mas de maneira terrena; já na idade dos comerciantes, os governos são das elites e da plutocracia, de valorização apenas das coisas materiais, em que o que rege a sociedade são apenas o dinheiro e as mercadorias; por último, a era das sombras é comandada pelo que chamam de escravos, que valorizam apenas o mais imediato possível: corpos e gratificações corporais, contendo as mais

baixas e tenebrosas organizações de poder já criadas pela humanidade: o comunismo e a democracia (Teitelbaum, 2021).

Para os tradicionalistas, o tempo é cíclico, e a degeneração acontece ao longo do tempo. A era de ouro leva à era de prata, que leva à era de bronze e, por último, à era dos escravos. A era dos escravos seria uma época de caos e ebulição social que levaria, sem dúvidas, ao fim das sociedades. O que surge depois disso é uma nova era de ouro. Para a maior parte dos tradicionalistas, nos tempos atuais, independente de quando e onde eles aparecem, estamos sempre na era das sombras.

O principal responsável por transformar o tradicionalismo em uma doutrina política de direita no Ocidente, ao invés da aproximação com sociedades tradicionais orientais na procura pela transcendência, foi o italiano Julius Évola, que começa a produzir sua vasta obra a partir da década de 1920 até sua morte, em 1974. Ele criaria um sistema de hierarquias que comandava o mundo e deveria ser protegido, e que colocava a espiritualidade no topo e o materialismo na base. Os mais brancos eram superiores aos semitas, africanos e outros não-arianos, a masculinidade estava acima da feminilidade, o Norte geográfico acima do Sul e até posturas corporais e olhares que observam mais o céu estavam acima daqueles que olham o chão (Teitelbaum, 2021). Évola é uma das principais referências de Olavo de Carvalho, grande guru da direita brasileira e do bolsonarismo de modo geral, de Steve Bannon, mentor da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, e também de Alexander Dugin, que veio ao Brasil pessoalmente por ocasião do V Encontro Nacional Evoliano do Brasil em 2014.

Évola, portanto, tinha uma doutrina muito clara sobre o que valorizava: a Antiguidade, a raça branca ou ariana, a masculinidade, o Hemisfério Norte, a adoração ao Sol e a rígida hierarquia social baseada nesses princípios. Entretanto, embora tivessem muitos pontos em comum, seus três discípulos não compartilhavam exatamente as mesmas traduções de hierarquia quando faziam leituras geopolíticas do mundo.

O russo Alexander Dugin acredita que as raízes de todo o mal do mundo estão no liberalismo dos Estados Unidos. Ele acredita que os Estados Unidos são o único Estado criado na modernidade. Todos os outros Estados, incluindo os europeus, têm valores, instituições e rituais ligados ao passado para se recuperar. A Rússia, por sua vez, tinha uma essência, ruínas para servir de pilar para a construção Tradicionalista após o comunismo. Para Dugin, o ideal é que o mundo não seja

governado por uma única força, como é pelos Estados Unidos, que traz seus valores modernos e universalizantes. Por isso, Dugin idolatra a teocracia iraniana, na mesma medida em que odeia o secularismo liberal, espalhada pelos norte-americanos.

O norte-americano Steve Bannon, por sua vez, acredita que os Estados Unidos possuem uma raiz vinculada à civilização judaico-cristã, tal qual a Rússia. Ele argumenta que, embora a modernidade tenha avançado nos Estados Unidos mais que em outros lugares, a verdadeira raiz ainda está nas classes médias e classes trabalhadoras norte-americanas. É que o processo que a Rússia passou contra o comunismo é o mesmo que os Estados Unidos contra o liberalismo: o da batalha do entre o espiritualismo e o materialismo. Para Bannon, Rússia e Estados Unidos, na essência de seus povos, podem liderar a grande mudança na política mundial para a direita.

Já o brasileiro Olavo de Carvalho enxergava o mundo dividido em três eixos: o eixo China-Rússia, baseado na geopolítica da violência e no comunismo; as finanças ocidentais, que comandava o mundo pensando apenas no lucro; e o Islã, que rumava em direção a uma teocracia própria, perseguindo os cristãos. Ainda assim, Olavo não nutria simpatia por nenhum desses eixos, que, para ele, estavam todos conectados em um grande sistema de massa moderno: os liberais financistas ocidentais estavam em um pacto financeiro com os socialistas orientais para destruir economicamente o povo no Ocidente, e estes socialistas orientais forneceriam armas para os islâmicos com o mesmo objetivo. No fim, a dominação global, baseada em um governo socialista mundial implantado pelas finanças ocidentais e os muçulmanos.

Assim, Olavo apoiava os cristãos ao redor de todo o planeta, Israel e o nacionalismo conservador americano, sobretudo nas áreas rurais. Teitelbaum cita Olavo quando este argumenta pela vitimização desses grupos vistos como tradicionalistas e, portanto, mais evoluídos e alvos prioritários dos inimigos modernos: *“Caso houvesse planos para a instauração de uma ditadura mundial cristã, judaica ou redneck, eu estaria entre os primeiros a denunciá-los, como denuncio os militaristas russo-chineses, os oligarcas ocidentais e os apóstolos do Califado Universal”* (Carvalho apud Teitelbaum, 2021, p. 165, grifo nosso).

Como se pode perceber, a ideia de uma civilização judaico-cristã é muito importante como resgate da tradição Ocidental tanto para Steve Bannon quanto para

Olavo de Carvalho. Para o brasileiro, Israel não só está ao lado dos cristãos nessa grande batalha pela tradição, como é eixo central da visão de mundo “olavista” que vai influenciar toda a extrema-direita brasileira ao longo dos últimos vinte anos. Esta ideia será discutida com maior ênfase no próximo capítulo.

Neste, mostramos como podemos ler essas novas extremas-direitas, ainda que haja uma enorme variedade de grupos políticos, que seus projetos sejam efêmeros e que se infiltrem em partidos e discursos políticos tradicionais (e não tradicionalistas!). Embora tenham projetos geopolíticos totalmente distintos, Bannon, Dugin e Carvalho dividem uma instrumental de leitura de mundo tradicionalista, mas, acima de tudo, uma gramática de mundo fascista e antisemita (ainda que não haja judeus, ou que, se há, isso seja visto primeiramente como uma característica “positiva”).

O Tradicionalismo possui uma imensa rejeição aos valores modernos. Todos eles dão ênfase à rejeição completa aos ideais de universalismo e têm como grande inimigo as finanças internacionais, ainda que sejam representados de maneiras bem diferentes. A batalha contra esses valores nada mais é do que a batalha contra a abstração. A prática política que se retira do campo do debate ideológico e atinge uma transcendência metafísica e sensorial, nos termos benjaminianos.

O poder abstrato e oculto que comanda o mundo, que está em todos os lugares, mas não pode ser visto em lugar nenhum, coloca ênfase na ideia de complô – que, se não for derrotado, trará as trevas. A ideia de um mundo explicado não por complexas relações sociais, mas por um sistema de trevas e luz, bem e mal. Nesse sentido, é a construção de mundo baseado no complô e o imaginário estético desse complô como o próprio diabo, em uma causalidade diabólica, trazendo a Era Sombria, dos escravos, desespirtualizada e carnal, que trará o fim dos tempos, na mesma medida em que valoriza o Sol, a claridade, a luz do dia.

O desejo Tradicionalista é pela destruição da ideia do *homo economicus* e o reencantamento do mundo, em termos weberianos, já que traz novamente a espiritualidade como regente mestre da vida cotidiana. Também enxerga o tempo invariavelmente como um ciclo, não como linear, rejeitando a ideia de progresso. Nesse sentido, se estamos sempre na era das trevas, o futuro e o passado novamente se encontrarão em uma era de ouro, em algum lugar do tempo. Mais uma vez, o passado de glória e um futuro brilhante vão se encontrar novamente, e estão separados por um presente decadente e sombrio.

A despeito do minucioso trabalho etnográfico, Teitelbaum esbarra na limitação teórica para avaliar este movimento, como no seguinte trecho:

Os Tradicionalistas aspiram a ser tudo que a modernidade não é - comungar com o que eles acreditam serem verdades e estilos de vida transcendentais e atemporais, em vez de buscar o “progresso”. Alguns Tradicionalistas trabalham seus valores em um sistema de pensamento que vai muito além da divisão política moderna de esquerda ou direita: alguns até dizem que esse sistema está além do fascismo. Conseqüentemente, esse sistema infundiu o pensamento de propagadores da direita anti-imigração, populistas e nacionalistas, e o fez de maneira estranha. É anticapitalista, por exemplo, e pode ser anticristão. Condena o Estado-nação como uma construção modernista e admira aspectos do Islã e do Oriente em geral. Isso tem cara de direita? (Teitelbaum, 2021, p. 20).

Se analisarmos o Tradicionalismo em suas características como descrito no livro, isto é, pelo fascismo enquanto gramática, tal qual construímos até aqui, percebemos que podemos, sim, chamar o Tradicionalismo de fascismo. Não enquanto projeto político ou discursos abertamente fascistas, mas de acordo com a maneira como se encara o mundo de hoje, com imensa aversão a todos os valores modernos, conspiracionismo, divisão do mundo binário entre bem e mal, etc.

Este não é o caminho teórico que Teitelbaum e a grande maioria dos estudiosos da nova direita do século XXI fazem. A leitura desses novos movimentos normalmente se define com base em sentimentos com relação à democracia liberal. Ou seja, em relação ao projeto político tornado público em si. Temas como migração, direitos de minorias, apreço pelas instituições e pelo jogo democrático. Entretanto, como vimos, nessas gramáticas que chamamos de “gramática fascista”, ou de “gramática antissemita”, o discurso pode ser facilmente trocado dependendo da conjuntura.

Em qualquer movimento de gramática fascista, pode haver sempre trocas de inimigos eleitos. E também há sempre uma vasta gama de subgrupos que pensam o mundo e possuem linguagens e códigos completamente diferentes que se unem em um mesmo movimento, como é o “bolsonarismo”, no caso brasileiro. Além disso, na prática, muitas vezes os discursos e a atuação política menos extremista são muito mais uma estratégia para o fortalecimento do movimento dentro da política tradicional e para evitar cair na ilegalidade do que exatamente por defesa de ideais modernos.

Por isso, o objetivo deste capítulo é entender melhor por que as classificações comumente dadas à extrema-direita contemporânea, chamadas de vulgarmente “nova direita”, são falhas nesse processo de análise de projeto político e discurso, e não de gramática de pensamento e imaginário de mundo. Também apresentamos uma alternativa na conceituação destas direitas: a ideia de pós-fascismo, proposta pelo historiador Enzo Traverso.

Ao fazermos isso, também conseguimos entender melhor as muitas diferenças na produção de discursos por movimentos fascistas clássicos e pós-fascistas, visto que são frutos de ambientes geopolíticos e sociais absolutamente diferentes, com a globalização, o avanço tecnológico e do capitalismo, e se manifestam entre dois momentos históricos distintos. Por fim, também tentaremos entender como o pós-fascismo brasileiro, apelidado vulgarmente de “bolsonarismo”, se insere dentro deste contexto de ascensão de novas direitas.

## 5.1

### Disputa Conceitual

Retornamos ao trabalho de Teitelbaum para um exemplo mais claro dessas limitações teóricas. Em certo momento do livro, o autor disserta sobre como a divisão política na Hungria se dava na disputa entre o que ele chama de extrema-direita e de direita radical, representados pelos líderes políticos Gabór Vona e o primeiro-ministro Viktor Órban, respectivamente. Por trás desses líderes, estavam também dois dos mais importantes colaboradores tradicionalistas, em lados opostos: Alexander Dugin e Steve Bannon. Essa divisão refletiria, segundo Teitelbaum, uma divisão ideológica muito própria entre esses dois pensadores e como eles entravam de maneiras diferentes dentro da política doméstica de cada país:

Cada um deles almejava uma composição diferente para a extrema direita na Europa. O ocidental Bannon voltava-se a causas e partidos mais moderados, enquanto Dugin mirava em alas muito mais radicais: atores políticos que não apenas se ressentiam do multiculturalismo e do feminismo, como também rejeitavam a democracia como um todo (Teitelbaum, 2019, p. 58).

Entretanto, mais adiante no livro, Teitelbaum tenta explicar que “*os conceitos essenciais do Tradicionalismo, segundo Bannon me disse, eram a rejeição à modernidade, a rejeição ao Iluminismo, a rejeição ao materialismo, juntamente com a compreensão de que ‘a cultura, a verdadeira cultura, é baseada na imanência e na transcendência’*” (Teitelbaum, 2019, p. 74, grifo nosso). E que: “*Tudo o que você acha bom é ruim. Toda mudança que você considera progresso é, na verdade, regressão. Toda aparência instância de justiça é, na verdade, opressão. Toda credencial desqualifica o credenciado*” (Teitelbaum, 2019, p. 75, grifo nosso).

O trecho acima mostra o quanto a doutrina Tradicionalista influencia a maneira como Bannon enxerga o mundo. Embora considerar causas e partidos “moderados” seja uma questão subjetiva, a perspectiva de ruptura completa com o sistema político e socioeconômico é claramente apresentada na leitura de mundo de Bannon que o próprio autor expõe. Nesse sentido, podemos entender que há uma óbvia limitação conceitual em separar a extrema-direita da chamada direita radical, na prática. Ou que, pelo menos em muitos casos, a separação entre extrema-direita e direita radical seja muito mais estratégica do que ideológica.

O objetivo de trazermos este trecho da obra nesse momento é expor como algumas delimitações podem abrir contradições ou fragilizar certos argumentos. Ao longo do livro, Teitelbaum utiliza ambos os termos direita-radical e extrema-direita e, em muitos casos, de forma intercambiável, mas também algumas outras definições, sobre as quais ele não se aprofunda (e que também não é o objetivo central do trabalho). *Guerra pela Eternidade* ganhou um subtítulo que não utiliza nenhuma dessas duas categorias: *o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*, mas elas ainda são evocadas algumas vezes ao longo do livro.

Há uma vasta gama de possíveis denominações diferentes para as chamadas “novas direitas”. Além desse, nomes como *alt-right*, *extreme-right*, neofascismo, neonazismo, direitas populistas, direitas antidemocráticas e muitos outros nomes são empregados para denominar este fenômeno. Propositadamente, este tópico traz um expressivo número de autores que utilizam os mais diversos termos para ajudar em seu recorte analítico. A intenção nesse momento é elaborar um panorama dessa literatura e as suas limitações, ao mesmo tempo que essas disputas classificatórias estão sendo ainda travadas para, posteriormente, dar a solução conceitual baseada na construção teórica que fizemos até aqui. Vamos a elas.

Quando Teitelbaum utiliza a diferenciação entre direita radical e extrema-direita, ele o faz baseado em uma classificação amplamente aceita na Academia, que é a divisão proposta com Cas Mudde (2021). Segundo essa definição, direita radical seria diferente de uma extrema-direita porque não apoiaria o fascismo e não seria abertamente racista e não gostariam de derrubar a democracia, a priori.

Uma autora que utiliza esta definição é Himmrich (2019), que também enxerga limitações nessa divisão. Apesar disso, ambas teriam discursos nativistas de que imigrantes poderiam “manchar a identidade nacional” e que desafiariam algumas instituições internacionais em alguns pontos. Em suma, não teriam uma atitude exatamente fascista, mas “populista” (Himmrich, 2019) – conceito também limitado, do qual falarei posteriormente.

Entretanto, a autora admite que a fronteira entre conceitos entre uma direita-radical, que “até se alia com setores da centro-direita”, e uma extrema-direita abertamente fascista não é muito bem delimitada. Ao comparar os partidos Fidesz, da Hungria, PiS, da Polônia, o FPÖ da Áustria e Lega Nord, da Itália, a autora admite que: *“Uma definição e classificação estáveis desses partidos é inerentemente difícil e torna-se ainda mais difícil porque os partidos adaptaram suas abordagens e aumentaram seu euroceticismo, seu uso de métodos populistas e sua autoidentificação”* (Himmrich, 2019, p.4, grifo nosso).

Na tentativa de classificar esse fenômeno tão vasto e complexo, Cas Mudde separa o que ele chama de “ultradireita” em dois: a extrema-direita e a direita radical. Embora as duas tenham posições muito semelhantes nos mais variados temas, como a propensão a discurso etnonacionalista, o que separaria esses dois grupos seria a visão que eles têm da democracia. Enquanto a extrema-direita seria abertamente neofascista e antidemocrática, sendo “antissistema”. A direita radical, portanto, não seria contra o sistema democrático em si ou contra as instituições de Estado.

O problema dessa classificação é que, como admite Mudde, muitas vezes esses dois lados se combinam e se complementam. Por exemplo, se a extrema-direita, que possui um discurso abertamente neonazista e está à margem do sistema político quer construir uma sociedade de seres humanos etnicamente puros dentro de uma mesma raça, a direita radical cunha o conceito de etnopluralismo, que consiste na ideia de que todas as etnias merecem forjar sua própria sociedade sem que precise fazer concessões a outras culturas ou nações.

Em um contexto europeu com grande quantidade de população imigrante árabe e negra, seria apenas uma tentativa um pouco menos abertamente racista de buscar uma pureza étnica nacional. Na prática, os valores democráticos dessa direita radical não seriam de pleno exercício de cidadania para todos, mas uma espécie de “ditadura da maioria”, como se algum governante verdadeiramente democrático pudesse dizer que minorias precisam se curvar à maioria ou desaparecer. O próprio Mudde admite que essa classificação deixa muitas brechas, e se pergunta:

O Tea Party foi um movimento populista radical de direita ou um movimento tradicional de direita que englobava coletivos e indivíduos populistas radicais de direita? O Partido Republicano dos EUA (ainda) é um partido convencional de direita liderado por uma extrema-direita, ou Trump já conseguiu transformar o partido à sua própria imagem? Onde termina o Partido Conservador Britânico e começa o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) ou o Partido Brexit? (MUDDE, 2019, p. 30).

Não é apenas Mudde que esbarra neste problema. Outros autores que desejam delimitar este novo fenômeno, muitas vezes denominado “*alt-right*”, ou *direita alternativa* (assim denominado por uma falta de melhor definição), entre democráticos e não democráticos, esbarram em zonas cinzentas muito pouco contornáveis.

Para além dos autores que utilizam a separação entre extrema-direita e direita radical, como os que vimos acima, populismo é uma definição relevante para muitos estudiosos do tema, sobretudo no campo das Relações Internacionais. Vamos aos exemplos. Nos estudos de segurança, Wojczewski (2019) enxerga em Trump um populista porque ele fomenta e instiga medos e perigos iminentes na sociedade; cria “bodes expiatórios” para todos os problemas de segurança, definindo soluções fáceis para problemas complexos e colocando “o povo” como grande vítima; e, por último, propaga um constante estado de emergência, com suspensão da normalidade política e social pela catástrofe que se avizinha. Ou seja, o autor argumenta que o populismo se explica principalmente pela sensação de insegurança, física ou existencial. Assim, não se pode chamar de populistas políticos dos mais diversos espectros da direita se não houver um discurso muito claro de elite dominante corrupta contra o povo. Cabe aqui uma atenção especial ao conceito de populismo.

## 5.2

### Populismo e Fascismo

Populismo é uma das palavras mais utilizadas para se definir a chamada nova direita. Também é razoavelmente comum em autores que utilizam populismo como sufixo ou prefixo de definições mais amplas para classificar o fenômeno de novas direitas, como um genérico “populismo de direita”, ou mesmo direita-radical-populista. Ou ainda, como no caso de Eatwell e Goodwin (2018), que rejeitam até mesmo chamar esses movimentos do termo genérico *alt-right* ou *far-right*, pois este estaria contaminado por narrativas acusatórias de esquerda por aproximarem esse movimento de fascistas. Para estes autores, seria um “nacional-populismo”, porque, mais importante que situar em espectro político ou definir como democrático ou não, o ponto central desses movimentos é ser uma resposta às contradições inerentes à democracia liberal.

Já na efervescência dessa nova direita na atualidade, Finchelstein (2019) propõe utilizar o termo populismo como uma continuação do fascismo, um fenômeno de massas global, transnacional, crítico ao liberalismo, mobilizados por líderes carismáticos, que falam em nome do povo contra uma suposta elite corrupta. Segundo o autor, a mobilização das massas através da estetização da política, transformando-a em um espetáculo, também é uma herança direta do fascismo.

Entretanto, ainda segundo o autor, uma diferença importante entre fascismo e populismo é que o fascismo pretende instaurar uma ditadura, enquanto o populismo quer instaurar uma espécie de democracia plebiscitária autoritária, baseada em mitos fundacionais de pureza e moral. Ou seja, a diferença mais marcante entre populismo e fascismo seria, novamente, o conceito de democracia. Aqui, o paralelo com a diferenciação de Mudde entre extrema-direita e direita radical é bastante claro, assim como as limitações dessa diferenciação.

Antes da consolidação dessa nova extrema-direita, Zizek (2006) afirmava que o problema do populismo é que:

[...] para um populista, a causa dos problemas, em última análise, nunca é o sistema como tal, mas o intruso que o corrompeu (manipuladores financeiros, não necessariamente capitalistas e assim por diante); não uma falha fatal inscrita na

estrutura como tal, mas um elemento que não desempenha seu papel dentro da estrutura adequadamente (Zizek, 2006, p. 555).

E este elemento é alguém que deliberadamente faz isso para obter algum tipo de vantagem, como no caso do judeu:

É também por isso que o fascismo definitivamente é um tipo de populismo. Sua figura do judeu é o ponto de equivalência da série de ameaças (heterogêneas, inconsistentes até) experimentadas pelos indivíduos; o judeu é simultaneamente muito intelectual, sujo, sexualmente voraz, muito trabalhador, muito explorador financeiro (Zizek, 2006, p. 556).

Assim, Zizek via o fascismo como uma espécie de populismo, enquanto Finchelstein vê o populismo como uma continuação do fascismo. O que a definição tradicional de populismo coloca como uma “elite corrupta que atrapalha o povo”, Zizek vê personificado na figura do judeu no nazismo. Tal qual o populismo, o problema não seria as finanças globais, ou estruturas complexas e inteligíveis, problemas como uma variedade enorme de fatores e sem solução fácil, mas apenas um grupo específico. Nesse caso, seguindo o raciocínio de Zizek, o judeu é a personificação de uma ameaça abstrata: *“No populismo propriamente dito, entretanto, esse caráter ‘abstrato’ é sempre complementado pela pseudoconcretude da figura que é eleita como o inimigo, o agente singular por trás de todas as ameaças ao povo”* (Zizek, 2006, p. 556, grifo nosso).

Vemos, assim, que essa abstração ao qual fala Zizek, quando argumenta sobre o populismo, é exatamente o que Postone argumenta acerca da raiz do fascismo enquanto uma revolta contra a abstração da modernidade.

Entretanto, pela sua grande abrangência e por não se diferenciar esquerda de direita, populismo se torna uma mera definição do fazer política, não um movimento ou uma ideologia. No artigo supracitado, Zizek também se incomoda com o termo populismo por motivos semelhantes aos que colocamos acima, mas ele o utiliza justamente para dar conta dessa estrutura conspirativa semelhante ao fascismo, mas que está histórica e socialmente muito distante do fascismo histórico. A preocupação de Zizek, também compartilhada por autores relevantes como Brown (2018), considera que os movimentos de hoje, como são muito diferentes do que entendemos como o fascismo histórico, não podem ser chamados de fascismo, ou mesmo de populismo:

Os velhos termos comumente usados para descrevê-lo – populismo, autoritarismo, fascismo – capturam inadequadamente a estranha mistura de belicosidade, desinibição e uma mistura antidemocrática de licenciosidade e apoio ao estatismo nas atuais formações políticas e sociais (Brown, 2018, p. 61).

Em seu trabalho, a autora argumenta que os movimentos de extrema-direita atuais são recobertos por uma retórica econômica liberal muito bem construída, diferentemente do que acontecia no fascismo histórico. Essa é uma pista para se entender como a gramática fascista produz discursos diferentes dependendo da época pela qual ela está inserida.

Os autores que vimos até aqui, como Finchelstein ou mesmo Mudde<sup>35</sup> enxergam uma relação, uma gênese fascista, mas que possuem o contexto histórico, discursos e o projetos de governo bastante diferentes. Mesmo Zizek, quando discute populismo antes mesmo do surgimento da nova direita, enxerga conexões de grupos específicos com essa gênese fascista, ainda que com agendas e em contextos totalmente distintos do fascismo histórico.

Podemos dizer que há uma clara aproximação dessa percepção de populismo com a construção teórica que fizemos até aqui. Se os problemas sociais são culpa de um pequeno grupo de elite, normalmente associado ao capital financeiro internacional, esta elite cumpriria o papel de bode expiatório da abstração da modernidade. Por que, então, não falamos de uma gramática populista ao invés de uma gramática fascista?

Voltando a Mudde, o autor, que separa a direita radical de extrema-direita, tenta definir de maneira sucinta o populismo da seguinte maneira:

[...] o populismo é a palavra da moda do século XXI, mas esse destaque se deve em parte à confusão conceitual que o envolve. Defino o populismo como uma (tênue) ideologia, segundo a qual a sociedade acaba por se separar em dois grupos homogêneos e antagônicos, que são o povo puro e a elite corrupta, e a partir da qual também se defende que a política deve ser uma expressão da “vontade geral” do povo (Mudde, 2019, p. 34).

---

<sup>35</sup> Mudde (2019) separa a extrema-direita do pós-Segunda Guerra em quatro períodos distintos, dentro dos quais só o primeiro leva fascismo no nome, que é o período de neofascismo, que ganha este nome apenas porque a referência dos símbolos e discursos do fascismo histórico é direta.

Essa confusão conceitual do qual Mudde fala provém de certas ambiguidades que o conceito pode trazer, por não ser exatamente uma ideologia fechada, e sim uma prática, ou um tipo de discurso político. Mudde não está sozinho nesta crítica em relação à confusão conceitual e ao excesso de abrangência do termo. Apresento agora algumas dessas visões: Sahd (2022), por exemplo, explica que há um desgaste no termo populismo por querer abranger diferentes discursos políticos, de todos os espectros da esquerda e da direita, e, portanto, várias realidades diferentes.<sup>36</sup>

Assim, na prática, utilizar o termo populismo para a definição de algum político específico pode gerar certas imprecisões. Para um exemplo disso, voltamos a Wojczewski, que define Donald Trump como populista. Em dado momento, o próprio autor argumenta também que:

[...] o populismo como um fenômeno ambíguo que pode ser tanto regressivo quanto emancipatório. Enquanto o populismo traz “o povo” de volta à equação política ao unir uma série de demandas sociais frustradas e apontar para uma desconexão entre “o povo” e a elite do poder, seu estilo político transgressor e a justaposição da sociedade em dois blocos antagônicos podem minar princípios democráticos e, quando combinados com sentimentos nativistas, geram uma política de insegurança dirigida contra (i)migrantes e outras minorias (Wojczewski, 2019, p. 24).

A grande questão do termo populismo, portanto, é que esta gramática simplificadora do mundo que estamos vendo até agora não parece pautar uma revolta contra a modernidade como conceito, mas contra a democracia liberal. A noção de populismo tira a ênfase na revolta contra a modernidade e passa a abordar uma questão menos profunda, que é a revolta contra as democracias liberais. Afinal,

---

<sup>36</sup> Alguns autores circunscrevem populismo a um momento histórico específico, o que acabaria com maiores problemas teóricos, mas inutilizaria, a priori, o termo nos dias de hoje. No Dicionário Crítico do Pensamento da Direita (1999), a definição de populismo assim se apresenta: “*Diversos são os movimentos ou regimes políticos caracterizados como populistas, assim como diversas são as suas lideranças. Tanto à direita quanto à esquerda, vários são aqueles que apontam a existência de correntes políticas definidas como sendo populista. Entretanto, se preferirmos tomar cuidado com a origem do conceito, deveremos restringir aquilo que é considerado populismo a poucos fenômenos. Grosso modo, tanto em sua matriz norte-americana quanto russa, no século XIX, populismo era entendido como um movimento de caráter radical e agrarista no sentido de que se opunha a processos de modernização capitalista e industrializante. O termo —populismo origina-se na defesa das tradições populares e em uma certa postura mítica diante do povo. Ser um populista é —ir ao povo, integrar-se. Se nos restringirmos, portanto, aos fenômenos americano e russo, aos outros movimentos assim entendidos dever-se-á dar uma nova definição*” (Martinho, 2017, p. 545, grifo nosso). Ainda que optemos por não utilizar a palavra populismo ao longo deste trabalho, entendemos que a delimitação rígida de classificações historiográficas no tempo e no espaço pode prejudicar a forja de um instrumental teórico relevante para a análise de fenômenos diferentes. Isto ficará mais claro quando falarmos de fascismo. Cf. NAPOLITANO; RIDENTI (Orgs.), 2017.

um governo comunista pode simplesmente se encaixar dentro deste conceito de populismo enquanto forma de organização de discurso para as massas, mas que não tem uma perspectiva regressista da História. Pelo contrário, há um projeto político muito bem estabelecido ideologicamente, que é aliada da ideia de progresso.

Da mesma forma, a gramática fascista tem a destruição como projeto básico de planejamento de futuro. Por outro lado, ainda que o discurso considerado populista seja quase sempre beligerante, não necessariamente a destruição das bases da modernidade está no cerne do discurso populista. Muitas vezes, este discurso conspiratório, que projeta uma concretude na resolução de problemas, está apenas contra a democracia liberal. Ou mesmo contra a adoção de políticas neoliberais pelo Estado.

Aliás, esta parece ser a maior fraqueza do conceito de populismo na análise de algum movimento político: sua utilização se tornou extremamente política. Assim, acaba por naturalizar a condução do Estado de democracias liberais por certas oligarquias políticas. Basicamente, qualquer partido, governante ou medida que esteja fora do programa liberal estabelecido pelo establishment político pode ser considerado populista.

Um autor que defende esta tese é Rancière (2014). Ele argumenta que essas oligarquias políticas pretendem transformar o Estado e as políticas públicas em tecnocracias baseadas em ciência fria, e supostamente exatas. Um exemplo disso é o discurso de adoção de políticas econômicas liberais, como a diminuição do aparato de proteção social e dos salários, como “escolhas técnicas”. Assim, todo discurso que vai de encontro a essas medidas impopulares é chamado de populismo:

Com esse termo, tenta-se classificar todas as formas de secessão em relação ao consenso dominante, quer se refiram à afirmação democrática, quer aos fanatismos raciais ou religiosos. E tenta-se dar ao conjunto assim constituído um único princípio: a ignorância dos atrasados, o apego ao passado, seja ele o das vantagens sociais, dos ideais revolucionários ou da religião dos antepassados. Populismo é o nome cômodo com que se dissimula a contradição entre legitimidade popular e científica, a dificuldade do governo da ciência para aceitar as manifestações da democracia e mesmo a forma mista do sistema representativo. Esse nome mascara e ao mesmo tempo revela a grande aspiração da oligarquia: governar sem povo, isto é, sem divisão do povo; governar sem política (Rancière, 2014, p. 101-102).

Assim, expomos de maneira sucinta as limitações do termo populismo, justificando a sua não utilização neste trabalho. Por isso, nossa construção de argumento foi a partir do fascismo enquanto gramática, para assim aplicar às direitas no século XXI. Quando o fizemos, no capítulo anterior, explicamos que a falta de uma ideologia consolidada fascista torna sua atuação política e seu discurso permanentemente mutável. Portanto, seria dificilmente delimitável, o que poderíamos fazer, no máximo, é definir uma espécie de “tipo ideal fascista”, que poderia ser orbitado, mas nunca tocado. Voltamos brevemente a este ponto.

O que seria este “tipo ideal” fascista? As respostas de Paxton (2007) e Eatwell e Goodwin (2018) vão ao encontro do que Mudde chamaria do termo guarda-chuva de “ultradireita”. Algumas características seriam o racismo, xenofobia, antissemitismo, antiglobalismo, antiintelectualismo, masculinismo, militarismo, ultranacionalismo, etc. No próximo tópico, iremos começar a entrar mais a fundo nessa temática, questionando um pouco essas categorias para diferir as novas direitas (ou, agora, pós-fascismos). Contudo, há ainda outra dimensão prática da delimitação de fascismo.

O próprio caráter errático e sempre em constante transformação, que é inerente ao discurso fascista, torna desafiador a delimitação de um mínimo fascista em um projeto político, mesmo se levado em conta apenas a conjuntura do início do século XX. Ao transportarmos o conceito de fascismo para a realidade do século XXI, com tecnologias, geopolítica, zonas de influência e estágio do avanço do capitalismo completamente diferentes, esta tarefa se torna ainda mais desafiadora. Por um outro lado, como já visto ao longo deste trabalho, a bibliografia consolidada sobre o fascismo é fundamental para o entendimento desses novos movimentos de extrema-direita.

Assim, a posteriori, não é surpresa que entre o início da década de 1920 e meados dos anos 1930, o fascismo italiano tenha mudado radicalmente de discursos de práticas, como de fato aconteceu. Sem coesão ideológica interna, essas mudanças foram resultado da conjuntura política e da própria disputa de poder dentro do movimento fascista, movidos por ressentimentos que mudavam de foco de maneira conjuntural. Um século depois, a possibilidade de se criar comunidades de afetos ao redor de um ideal estético ou de compartilhamento de ressentimentos e medos, assim como teorias da conspiração, se tornou muito mais fácil com o advento das novas mídias digitais.

Em resumo, a dificuldade de delimitação dessas novas direitas por causa de sua heterogeneidade, volatilidade de discursos e aparentes contradições ideológicas não podem ser um obstáculo para caracterizá-las como fascistas, justamente porque estas são características inerentes ao fascismo. Aqui, a gramática permanece a mesma, mas a possibilidade de organização social no pós-fascismo é outra, simplesmente porque encontrou uma outra condição tecnológica. Se o fascismo é uma política das massas, da *ralé comum*, as novas tecnologias forjaram massas digitais de maneira muito mais rápida. Dentro dessas massas anônimas existem grupos heterogêneos que se reconhecem e trabalham entre a composição homogeneizante que forma a coesão desse grupo, sempre em contraponto a outros grupos, e a singularidade de outros indivíduos.

### 5.3

#### **Pós-Fascismo**

A essa altura, já vimos que há uma vasta bibliografia consolidada para entendermos o fascismo como um movimento e uma gramática, não como uma ideologia. Entretanto, devemos ter cuidado para transportar integralmente o que entendemos por fascismo na origem do termo, no fascismo histórico, para a atualidade. Não apenas porque há uma outra noção do que é a modernidade, mas também porque o movimento fascista hoje, ao contrário da época de seu surgimento, já é bem conhecido historicamente. Com algumas poucas exceções de grupos abertamente fascistas ou nazistas, vistos pela imensa maioria da população como párias na sociedade, ninguém quer ser chamado de nazista. Ainda que haja subtextos e gramáticas nazistas, normalmente símbolos nazistas são rechaçados pelas extremas-direitas atuais.

Em resumo, o desafio conceitual posto ao longo deste capítulo é que a gramática política, o lugar de incômodo com relação ao iluminismo e o objetivo último da nova direita funcionam de maneira muito semelhante ao fascismo histórico. Contudo, ao mesmo tempo, as condições sociais do que representa a modernidade, assim como os “perigos iminentes” daqueles que ressentem dela, são outros. Além disso, dado que o fascismo histórico já é amplamente conhecido e rechaçado pela sociedade e que a própria natureza do fascismo torna difícil delimitá-lo, as lideranças da nova direita ao redor do mundo costumam facilmente

fugir das simbologias e de discursos que sejam facilmente enquadrados como fascismo.

As características do fascismo histórico fazem deste um fenômeno quase que indelimitável e, ao mesmo tempo, um movimento que carrega um significado político poderoso ao longo de todo o século XX, muitas vezes com significados que flutuam dependendo do contexto histórico. Não por acaso, a dificuldade de delimitar a nova direita é a mesma, mas com dois complicadores extras. O primeiro é que a história da nova direita ainda está sendo escrita, e possui uma bibliografia muito menos consolidada. A segunda, como já mencionamos, é a flutuação de significados de fascismo como um conceito a-histórico, que é aplicada a um fenômeno político atual, mutante e heterogêneo. O resultado disso é que a aproximação de líderes da nova direita com o fascismo enquanto definição pode parecer óbvia ou sem nenhum sentido, dependendo da ocasião.

Assim, o nosso desafio etimológico, na medida em que este é um fenômeno ainda não consolidado, é utilizar a referência conceitual do fascismo, que é a que melhor se aproxima da descrição da nova direita, ao mesmo tempo em que se deixe claro que são momentos e movimentos diferentes. Diversos autores tentam trabalhar com este paralelo. Vimos, por exemplo, que Finchelstein (2017), quando coloca esse movimento como populista, o coloca quase como um descendente direto do fascismo – a despeito de todos os problemas que o termo populismo traz.

Outro autor que tenta aproximar a nova direita do fascismo histórico, de maneira mais direta, é Connolly (2017), que cunhou a expressão para definir Donald Trump de “fascismo aspiracional”. Esta ideia vem de que líderes da nova direita como Trump, apesar de não serem fascistas de fato, perseguem voluntariamente um ideário fascista, como uma aspiração de poder de maneira estratégica. Como trabalhamos ao longo de todo o capítulo, a ideia de estratégia bem pensada para o fascismo não parece apropriada para a nova direita e nem mesmo para o fascismo histórico.

Assim, nos aproximamos do conceito do historiador Enzo Traverso (2019), o pós-fascismo, para descrever a atual conjuntura política neste século. Segundo o autor, o uso do termo não visa aproximar totalmente estes movimentos de um fascismo histórico porque, afinal, o fascismo histórico já aconteceu e está na memória de todo o mundo. As simbologias e os discursos que se referem diretamente ao fascismo são afastados pela própria ojeriza do grande público a isso.

Esse afastamento não é apenas tático. Grande parte dos líderes pós-fascistas, de fato, não estão olhando para o fascismo histórico como uma grande referência, mas apresentam uma gramática, um discurso, que os aproxima do fascismo.

Traverso argumenta, portanto, que líderes como Donald Trump não possuem características semelhantes ao fascismo porque possuem um projeto político fundamentado ideologicamente nele. Na verdade, o comportamento de Trump como pós-fascista é inconsciente e involuntário. Talvez ele nem conheça a história de Hitler ou Mussolini. Trump se coloca como um político anti-establishment, sua única plataforma de governo. Esse establishment assume uma amálgama que inclui os financistas de Wall Street, o Partido Democrata, a China, ativistas dos direitos humanos, imigrantes, muçulmanos. De diferentes maneiras e por um discurso difuso, os inimigos sempre são expostos e precisam ser enfrentados. Se os Estados Unidos estavam pior que no passado e as pessoas tinham perdido os empregos, não era por causa de problemas estruturais da economia inerentes ao avanço do capitalismo liberal ou qualquer outro problema estrutural do Estado, ou da economia, mas porque há um grupo por trás que está tramando para que isso aconteça. Nesse sentido, o que Trump chama de *establishment* cumpre a mesma função que os judeus cumpriram no discurso nazista: “*Na retórica de Trump, a palavra establishment reproduz e reformula o velho chavão antissemita da comunidade serena, harmoniosa e virtuosa enraizada na terra que se encontra ameaçada pela metrópole corrupta, cosmopolita, intelectual e anônima*” (Traverso, 2019, p. 38, grifo nosso).

Isso não significa, contudo, que a política trumpista seria uma espécie de cópia do fascismo histórico. O contexto que se dá essa dimensão conspirativa é diferente demais. Por exemplo, o fascismo no período entreguerras ascendeu em um contexto de Estados fortes e militarizados e de grandes embates ideológicos entre o capitalismo e comunismo, criando milícias uniformizadas e homogeneizadoras que pleiteavam a destruição do inimigo à luz de um Estado forte, a serviço da nação pura imaginada por eles. Trump, por sua vez, é fruto de um tempo de ideologias anêmicas, com poucas diferenças entre esquerdas e direitas quando chegam ao poder, sustentadas por uma brutal supremacia da doutrina liberal. Portanto, ao invés de indivíduos ávidos por se fundir em unidade formando uma falange armada, a base trumpista está em uma massa desorganizada de consumidores individualistas:

O problema se encontra precisamente no fato de que ele não traz um programa, o que o distingue do fascismo histórico. O fascismo foi capaz, dentro do contexto catastrófico do período entreguerras e a despeito de seu ecletismo ideológico, de propor uma alternativa totalizante àquilo que aparentava ser uma ordem liberal decadente. Isto é, o fascismo apresentou um projeto de sociedade, de uma nova civilização, uma «terceira via» em oposição tanto ao comunismo quanto ao liberalismo. Trump não promove nenhum modelo alternativo para a sociedade. Seu programa limita-se ao slogan “tornar a América [sic] grande outra vez” (Traverso, 2019, p. 35).

Na Europa, por exemplo, no lugar da espiral ascendente do antissemitismo da primeira metade do século XX que culminou em Auschwitz, o elemento degenerador da sociedade se torna o árabe. A islamofobia europeia do século XXI vê o árabe (nessa perspectiva, árabe e islâmicos são a mesma coisa, não como etnia e religião, mas como uma identificação de ameaça externa) como aquele que degenera. Não em uma perspectiva de fragilidade do árabe, como um povo menos evoluído, mas com um imaginário de força, para ocupar o lugar do europeu dentro da Europa. A islamofobia não mais aparece através do darwinismo social, mas da teoria da “grande substituição”. Nesse sentido, a islamofobia atual europeia tem a gramática antissemita que moldou o nazifascismo histórico (Traverso, 2019).

Essa interpretação de islâmicos como a nova ameaça degeneradora tem algumas implicações, como, por exemplo, uma postura ambígua de certa extrema-direita (pós-fascista) com relação às mulheres e à população LGBT. As discussões de papel de gênero e sexualidade tradicionais ainda são referências importantes para esta nova direita europeia, como também movimentos feministas e populações LGBT fora desta comunidade de identificação são vistos como perigosos e degeneradores. Entretanto, a visão das comunidades árabes como sendo extremamente homofóbicas, patriarcais e machistas levam alguns grupos de extrema-direita a incluir em seus discursos e quadros políticos pautas de empoderamento feminino e de inclusão de população LGBT, ainda que de maneira ambígua e errática (Traverso, 2019).

Em outras palavras, uma vez que o imigrante árabe-muçulmano (que, nessa concepção pós-fascista, é a mesma coisa) faz o papel deste Outro degenerador social de maneira tão pungente nessa gramática pós-fascista europeia, movimentos feministas e de sexualidades divergentes passam a ser considerados como partes

integrantes de uma civilização ocidental contra a ameaça islâmica. Se este fato for analisado no âmbito apenas no discurso político produzido, pode causar uma ilusão de ótica, levando a considerar estes grupos pós-fascistas mais democráticos e abertos. Entretanto, ao analisarmos enquanto gramática fascista, entendemos que ela continua presente. O que muda, portanto, é apenas onde são traçadas as fronteiras de quem está dentro e quem está fora daquele imaginário de sociedade idílica e perfeita que funcionava harmonicamente antes deste Outro, forte e degenerador, trazer a decadência.

Portanto, a islamofobia pode se somar ou substituir a imagem do outro ameaçador. No pós-fascismo europeu, a ideia do islã como ameaça é fundacional para a extrema-direita, que pode se somar ou substituir outros bodes expiatórios tradicionais, como era o caso do antissemitismo do fascismo clássico. Assim, a construção de diferentes memórias por diferentes grupos pós-fascistas em diferentes países também inclui a construção de concretudes diferentes.

Entretanto, como já falamos, os pós-fascismos atuais produzem discursos que têm pouco a ver com o fascismo histórico. Não há possibilidades conjunturais atualmente de, por exemplo, se criar milícias uniformizadas, tais quais os camisas negras de Mussolini, entre os apoiadores de Donald Trump, que sequer defendem uma superação do sistema econômico ou criação de um projeto claro de desconstrução da democracia liberal. Também não está no horizonte a criação de campos de extermínios de população árabe na Europa.

O fascismo histórico, com todas as suas fraturas e nuances, foi fruto de diversos acontecimentos próprios de seu tempo. Um tempo de embrutecimento das sociedades europeias pós-Primeira Guerra, da Crise de 1929 e da ameaça comunista. Não seria reproduzível, nem na atualidade e nem em nenhuma outra época, as mesmas condições.

O pós-fascismo, então, não está no mesmo campo semântico do fascismo. A compreensão do nascimento do fascismo enquanto movimento é circunscrita a um período de muitas peculiaridades e, a despeito da dificuldade de apreendê-lo em definições, está consolidado na política e na academia. O “pós”, nesse caso, não indica um vínculo direto e atávico da direita do século XXI com o fascismo clássico, pois, assim sendo, chamaríamos de neofascismo – como ainda existem, de maneira bastante periférica.

Hoje, as condições políticas e tecnológicas são outras, assim como a construção dos Estados-nação, a formação de classes sociais. Entretanto, as condições de criação do fascismo, destrutivo e suicidário, são inerentes à própria modernidade que se construiu no último século no Ocidente, independente das profundas mudanças sociais e tecnológicas. Sobre o pós-fascismo, Sakurai enfatiza que:

[...] aparentemente o conceito não envolve especificamente quadros categóricos politicamente relevantes, exceto o neoliberalismo. Isso é evidenciado pelas características apolíticas, pós-ideológicas e involuntárias do pós-fascismo e, portanto, torna-se difícil exibir sua relevância conceitual para a política. No entanto, isso pode até ser considerado como uma extensão de um posicionamento político específico da categoria do fascismo envolvendo a modernidade, ou seja, como uma extensão de sua trajetória. Não significa, portanto, um problema decorrente de dificuldades conceituais com o próprio conceito. Em vez disso, parece que é derivado da modernidade per se, na medida em que o pós-fascismo é o corolário da derrota de ambos os lados políticos na luta política de direita e esquerda no século XX e no início do século XXI (Sakurai, 2021, p. 7).

Assim, o conceito de pós-fascismo não se encaixa por sua precisão analítica ao dialogar com conceitos aparentemente melhor estabelecidos, como democracia. Retomando o termo que já utilizamos ao longo deste capítulo, o século XXI é marcado por um “vento” pós-fascista, que não é apreendido por uma ideologia coesa. Quando escreve sobre o pós-fascismo como uma forma de ideologia, Richard aponta que:

O tipo de ideologia habitada pelo pós-fascismo e pela extrema direita pode, a princípio, ser considerada uma antiideologia. Isto é, embora aqui descrito como um “ismo”, não há quase nada sobre ele que possa ser categorizado em qualquer conjunto coerente de crenças sócio-políticas. Assemelha-se mais ao tipo de ideologia de que Zizek fala, como um discurso que produz falsa consciência através de suas falsas ideias, mas sustenta qualquer estrutura social que pretenda estabilizar. Aqui, o pós-fascismo se assemelha a uma ideologia no sentido de que parece representar algo (como, digamos, liberalismo, conservadorismo etc.), mas opera de maneira diferente por meio de sua informalidade, ausência de definição e aparente falta de estrutura organizacional (Richard, 2022, p. 76-77).

Entender a nova direita com um fenômeno pós-fascista não é, portanto, entender o discurso dessas atuais lideranças como sendo inspiradas pelo fascismo histórico. Ao invés disso, é tentar capturar os sentimentos gestados como uma negação do mundo moderno de uma gramática fascista. A nova direita é pós-fascista não porque possui um projeto econômico semelhante ao fascismo histórico, mas porque pensa a organização social do Estado moderno como um problema. Observe como a aplicação do conceito de pós-fascismo para a definição desses novos movimentos de direita pelo mundo se aproxima da construção de uma gramática fascista, como esta tese fez até então.

Feita esta reflexão, nosso papel nesse momento é falar sobre o pós-fascismo contemporâneo no contexto brasileiro, que cresceu muito durante as primeiras décadas do século XXI, se tornou uma grande potência eleitoral e acabou sendo associado ao nome do líder político que conseguiu aglutinar toda esta energia pós-fascista em um mesmo movimento político: o ex-presidente Jair Bolsonaro.

## **5.4**

### **Política externa e Bolsonarismo**

No início deste capítulo, discutimos como a doutrina Tradicionalista constrói uma temporalidade cíclica muito específica rejeitando o presente, separando a humanidade em castas superiores e inferiores e, por fim, colocando as mazelas e a decadência inerente ao mundo moderno nas costas de grupos específicos, que precisam ser combatidos. Por isso, a despeito de seu discurso esotérico esbarrar no anticapitalismo e até, por vezes, no anti-cristianismo, os seguidores de Ghénon e Évola possuem uma gramática claramente fascista. Por outro lado, Bannon, Dugin e Carvalho, apesar de serem tradicionalistas, atuarem politicamente e terem pontos de contato uns com os outros, interpretam os inimigos que “comandam a modernidade” de maneiras radicalmente diferentes. Dependendo da perspectiva, os Estados Unidos podem ser o principal vetor da modernização do mundo ou a principal vítima das finanças internacionais. A Rússia pode estar em um eixo moderno comunista de conluio com o islamismo mundial ou guardar as bases da Tradição. Tudo isso muda a análise geopolítica de cada um desses gurus.

Na gramática fascista (ou no pós-fascismo), os eleitos como inimigos internos também mudam ao longo do tempo. De modo geral, o pós-fascismo europeu

substituiu o operário bolchevique no chão das fábricas pelo imigrante islâmico nas periferias das grandes cidades. A islamofobia, a xenofobia e o racismo estão presentes em maior ou menor grau no pós-fascismo europeu, provocando, novamente, discursos transitórios e erráticos, provocado pelo medo e pelo ressentimento por estes grupos:

Um dos pilares fundamentais do fascismo clássico foi o anticomunismo. (Mussolini definiu seu movimento como uma “revolução contra revolução”.) Não há nada comparável na imaginação pós-fascista, que não é assombrada por figuras jungerianas de milicianos com corpos metálicos esculpido nas trincheiras. Conhecem-se apenas corpos esculpido em academias esportivas. O comunismo e a esquerda já não são seus inimigos mortais e principais, e ela não transcende os limites de um conservadorismo radical. Na paisagem mental do pós-fascismo, o terrorista islâmico que substituiu o bolchevique não trabalha nas fábricas, mas sim se esconde nos subúrbios ocupados por imigrantes pós-coloniais. Por isso, numa perspectiva histórica, o pós-fascismo poderia ser visto como o resultado da derrota das revoluções do século XX: depois do colapso do comunismo e de os partidos social-democratas abraçarem a governabilidade neoliberal, a direita-radical está se tornando, em muitos países, a força mais influente de oposição ao “sistema”, mesmo que não assuma uma face subversiva (Traverso, 2021, p. 22).

O caso do pós-fascismo brasileiro é ainda mais complexo, pois não há grande quantidade de população estrangeira e islâmica. As ameaças degeneradoras da sociedade são quase sempre internas. Na geopolítica externa, o principal guru, Olavo de Carvalho, possui uma ideia muito particular do papel dos principais atores no cenário político mundial. O que parece perene é a defesa dos cristãos no mundo, da Civilização Judaico-Cristã como pilar da tradição do Ocidente e o Brasil como parte desta tradição. Na política doméstica ou na geopolítica global, todos aqueles que estão fora desta tradição são, portanto, inimigos. Conspiradores, fortes, degeneradores, culpados pelo presente e donos do tempo.

Portanto, se a gramática bolsonarista representa uma ruptura de visão de mundo com a tradição brasileira – não apenas política, mas identitária e civilizacional -, como compreender a política externa bolsonarista nesse contexto?

A primeira ideia é que a política externa deixou de ser um tema periférico e apartado de outras questões mais urgentes e se tornou central, como já observado por analistas de Relações Internacionais:

O discurso sobre política externa desempenhou um papel significativo na estrutura construída por este governo [Bolsonaro], diferentemente de outras experiências na história brasileira, onde a política externa era uma parte marginal do debate político. A prática e o discurso da política externa de Bolsonaro atuam na agenda autoritária conservadora geral, apoiando a produção de antagonismo social e a construção de uma identidade conservadora. O discurso civilizacional se concentra na ameaça e na defesa de uma civilização judaico-cristã ocidental (Herz, 2022, p. 5).

Se a gramática bolsonarista é simplificadora, construindo memórias e realidades de maneira maniqueísta, é isto que vai pautar toda ação ou discurso do governo. O combate aos inimigos internos é o mesmo combate aos inimigos externos. Pode-se dizer que, na prática, as relações exteriores passaram a ocupar um papel central no governo Bolsonaro como nunca antes ocupou. Entretanto, lendo o governo pela gramática bolsonarista, podemos colocar de outra maneira: não há diferenças entre política externa e política doméstica.

O bolsonarismo constrói um passado da civilização judaico-cristã que precisa enfrentar seus inimigos que, diabólicos, estão por toda a parte. Por exemplo, a agenda educacional de combate ao “*marxismo cultural*” está totalmente ligada à ideia de “comunismo internacional”. A fronteira nacional brasileira é pouco relevante nesse aspecto. Com a formação de uma comunidade imaginária de civilização judaico-cristã, os Outros são definidos não a partir da fronteira interna do Brasil, mas dessa nova comunidade. A ideia de política externa bolsonarista, portanto, é defender essas novas fronteiras dos “ataques”.

Nessa batalha espiritual, a própria ideia de ataque também é importante. A defesa das fronteiras da civilização judaico-cristã não é feita através das armas, em um combate direto. Este seria até desejado, visto que o auge dessa experiência estética é a guerra (Benjamin, 1985). Portanto, a questão é a manutenção das fronteiras morais. Quem está de fora da civilização judaico-cristã só é inimigo se buscar degenerar os valores da civilização Ocidental por dentro, se conspirar para criar um “Outro de dentro” que agirá nas sombras para trazer ainda mais decadência para a civilização. Trazer ainda mais *presente*. Nesse sentido, as relações exteriores se tornam importantes porque seriam linha de frente nesse combate que está sendo travado em todos os setores da sociedade. O Mal dentro do país está sempre

associado ao Mal de fora. Por isso, não há distinção entre política interna e política externa.

Uma outra característica da política externa bolsonarista é a negação do multilateralismo e dos órgãos multilaterais, principalmente do sistema das Nações Unidas, que é frontalmente diferente de toda construção de mundo do bolsonarismo, baseada no confronto e apagamento da ideia de sociedade:

O sistema das Nações Unidas, que é a pedra angular do multilateralismo, foi construído de forma gradual e progressiva, imaginando um futuro alternativo com mais paz, inclusão social, democracia, humanidade, liberdade, alimentos, educação e serviços de saúde. Em suma, mais direitos. [...] O retorno imperioso ao cenário político de uma visão baseada em hierarquias sociais definidas e a aspiração de reconstruir um passado idealizado contrastam de modo existencial com o ethos multilateral (Herz; Summa, 2024, p. 63).

Ou seja, as relações exteriores se tornam politicamente cada vez mais importantes para o bolsonarismo e, ao mesmo tempo, nega-se o multilateralismo e as pontes produzidas por este. Nega-se o próprio pragmatismo na defesa dos interesses nacionais construídos no presente. Entretanto, essa tentativa de ruptura encontra barreiras.

Lopes, Carvalho e Santos (2022) argumentam que as mudanças nas políticas externas no Brasil durante o governo Bolsonaro acabaram sendo freadas pelas próprias instituições brasileiras, em uma disputa doméstica. Nessa disputa entrariam o Supremo Tribunal Federal, Estados e Municípios, Senado e Câmara dos Deputados, Forças Armadas, a própria burocracia do Itamaraty, além de várias entidades da sociedade civil que entram em disputa com esses interesses civilizacionais do governo. Depois, ainda que o governo ganhe a queda de braço doméstica para mudanças consideráveis na política externa em um determinado assunto, também pode haver pressões internacionais para que não haja mudanças. O resultado disso, segundo os autores, é que a política externa de Bolsonaro é uma política que “mais late do que morde”.<sup>37</sup> Ou seja, que possui a retórica muito mais bélica e radical do que a prática das relações exteriores.

---

<sup>37</sup> Este é o título do artigo e título do artigo de Lopes, Carvalho e Santos (2022): "Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite" Brazil.", utilizando exatamente este argumento.

Entretanto, há uma diferenciação importante. A aliança com países islâmicos, Israel e Estados Unidos e com países de governos de extrema-direita no leste europeu, como Polônia e Hungria, valores anti-modernos, anti-LGBTQIA+ ou anti-aborto foram rupturas importantes com a tradição brasileira.

Por outro lado, o governo Bolsonaro também havia prometido grandes mudanças pautadas pela agenda “anticomunista” e “anti-globalista”. Entretanto, a agenda anticomunista esbarraria na importância da China para a balança comercial brasileira, em interesses econômicos internos. Também muito do antiglobalismo ficou apenas na retórica, O Brasil não saiu da Organização das Nações Unidas, como Bolsonaro havia prometido nas eleições de 2018. Na prática, o que aconteceu foi um isolamento e apequenamento do papel do Brasil no mundo, mas sem grandes mudanças estruturais nesse processo (Lopes; Carvalho; Santos, 2022).

Um sistema de freios institucionais domésticos e internacionais conseguiu fazer com que as mudanças prometidas para a política externa brasileira pelo bolsonarismo muitas vezes ficasse mais na retórica do que na prática. Porém, é necessário pontuar que houveram, sim, mudanças, principalmente no âmbito da agenda moral. Na gramática bolsonarista, a agenda moral não é uma espécie de cortina de fumaça para temas mais relevantes. Ela é, em si, o tema mais relevante de todos. A “agenda de costumes” é o que despolitiza a pólis, colocando em termos de Castro Rocha:

A pauta dos costumes é o instrumento próprio para a despolitização da pólis através da substituição do debate das questões estruturais pela imposição de um falso moralismo, cuja dicção maniqueísta favorece a produção contínua de narrativas polarizadoras e a identificação do novo inimigo da próxima semana (Rocha, 2022, p. 20).

Portanto, a política externa é um animador de militância da gramática bolsonarista. Ela funciona não apenas como política, mas como guerra cultural, inclusive com a produção de novos inimigos. Organizações internacionais, tratados ou acordos comerciais são burocráticos demais. Não possuem valor político, visto que não produzem uma experiência *estética* do confronto, não dialogam com o *self* bolsonarista. A pauta de costumes, o moralismo que seria inerente à civilização judaico-cristã, seria de fato o formador de identidade e o mobilizador político do bolsonarismo. Por isso, propomos aqui uma maneira alternativa de análise da

política externa no governo Bolsonaro, menos baseada em questões tradicionalmente caras às Relações Internacionais, e mais baseada na própria maneira como o bolsonarismo enxerga o mundo, de dentro para fora.

A partir desse ponto, começa uma nova fase da tese, analisando a maneira como o bolsonarismo interpreta alguns países, o *significado* desses países, a partir do referencial teórico de uma nova gramática, como desenvolvido até aqui. O objetivo passa a ser desvendar o papel que cada um desses Estados tem dentro de uma lógica de coesão de grupo e de construção de mundo para o bolsonarismo.

Importante perceber que todos os exemplos dados dizem respeito a Estados-Nação, que possuem sociedade civil e questões sociais contraditórias e complexas, o que é inerente a qualquer Estado-Nação. Esta investigação não centra em uma análise acadêmica do que esses países de fato são e a importância para o Brasil, mas o que significam para a construção de mundo a partir de uma linguagem bolsonarista.

No próximo capítulo, falaremos sobre a construção da ideia de civilização judaico-cristã dentro da gramática bolsonarista, em seus ritos, símbolos e significantes que moldam o pertencer ao grupo e ao tempo civilizacional. Para a construção desse imaginário civilizacional, dois países se mostraram centrais ao longo de todo o governo Bolsonaro: Estados Unidos e Israel. Nessa gramática, estes não são outros países com interesses próprios, sociedades complexas ou contraditórias. São os centros da comunidade imaginária civilizacional judaico-cristã da qual o Brasil faria parte, como periferia. Repare que, ao longo da análise, questões de caráter comercial ou diplomático serão periféricas. O que conta mais é a construção do significado desses países para o bolsonarismo, não apenas em sua comunidade imaginária, mas em seu tempo.

## 6 A Civilização Judaico-Cristã

Começamos o quarto capítulo mostrando como o Movimento Tradicionalista, no qual se inclui o pensamento de Olavo de Carvalho, percebe a modernidade como uma ameaça aos valores fundamentais de ordem e hierarquia que supostamente organizam a sociedade europeia e cristã em um passado idealizado pré-moderno. Segundo essa interpretação, a modernidade destrói a ideia de eternidade, com o esvaziamento do deísmo e a metafísica, constituindo uma subjetividade secular, que vai gerar uma sociedade hedonista e materialista. O que essa gramática anti-moderna faz, portanto, é criar novas possibilidades de passados idealizados que, ao mesmo tempo que reescrevem a história, criam novos horizontes de futuro e tentam trazer novamente a transcendência e o encantamento para a vida cotidiana. Importante notar, dessa maneira, que o recuo civilizatório almejado por essa gramática não está no âmbito tecnológico ou técnico, mas no âmbito cultural e espiritual.<sup>38</sup>

Dentro de uma perspectiva evoliana, própria da extrema-direita contemporânea, existe a ideia de que há diferenciação de castas civilizatórias entre as pessoas, que representam as diferentes eras da civilização (Teitelbaum, 2020). Isto não significa que podemos dizer que todo o pós-fascismo brasileiro tenha bases ideológicas inteiramente fincadas no Tradicionalismo. Até porque, como já argumentei no terceiro capítulo, projetos de extrema-direita não demandam fidelidade ou coerência ideológica, possuindo agendas heterogêneas e que mudam rapidamente ao longo do tempo. Contudo, se entendermos que a formação social e discursiva desse espectro político no país centraliza na figura de Olavo de Carvalho uma liderança intelectual e quase metafísica, podemos inferir que o pós-fascismo brasileiro organiza a sociedade e o passado com as lentes do tradicionalismo evoliano que inspirou o olavismo.<sup>39</sup> Isto ficará mais claro em nossa investigação ao longo deste e dos próximos capítulos.

---

<sup>38</sup> Esta é uma conclusão que Teitelbaum chega no livro *Guerra Pela Eternidade* (2020), discutido no capítulo anterior. Entretanto, pode-se ler o olavismo pelos termos de Postone, discutido no primeiro capítulo: o Tradicionalismo rejeita o abstrato, o capital abstrato, mas gosta do concreto: tecnologia, produção de bens, o chão de fábrica.

<sup>39</sup> O olavismo, inspirado no Tradicionalismo evoliano exposto no último capítulo, não explica a formação da civilização judaico-cristã, mas a formação de sua gramática.

Olhando para a sociedade e para a História pela lente olavista, as castas mais altas estariam relacionadas a passados mais longínquos, puros e transcendentais, enquanto as mais baixas, aos períodos mais recentes e aos valores modernos. Nesse sentido, todos aqueles grupos, enxergados como modernos, não são considerados apenas individualmente como inferiores, mas trazem coletivamente a degeneração à sociedade. Em outras palavras, aqueles que são classificados como degeneradores são a causa de todos os males do mundo no presente e da destruição do passado idílico imaginário. Assim, a luta contra essa degeneração não está no âmbito político, no projeto de futuro ou no debate de ideias, mas no que chamam de “batalha espiritual”. Isso significa que não há a possibilidade de diálogo possível, apenas de enfrentamento, luta e conquista.

Por outro lado, todos aqueles grupos considerados como partes resistentes dessa tradição originária europeia, cristã e ocidental, ainda que muito diferentes entre si, são vistos como uma comunidade imaginada própria para além das formações nacionais, nos termos de Benedict Anderson (2008). São grupos que se enxergam como uma unidade por serem guardiões de uma tradição originária, herdeiros de um passado reluzente e transcendental do Ocidente, guerreiros da resistência e vítimas da decadência moral e do materialismo inerente à modernidade. Este grupo se denomina civilização judaico-cristã.

O processo de formação de comunidade da civilização judaico-cristã constitui uma subjetividade onde a experiência sensorial de religiosidade ocupa espaço central, muito mais do que a religião propriamente dita. Em outras palavras, importa menos a coerência da doutrina religiosa na criação dessa comunidade do que a experiência estética e sensorial de espiritualidade.<sup>40</sup> Por isso, comunidade criada da ideia de civilização judaico-cristã convive relativamente bem com crenças diferentes dentro de um mesmo espectro enxergado como tradicional no Ocidente, podendo fazer parte grupos católicos, protestantes, judaicos e até outras denominações religiosas. O que interessa, nessa gramática, é que estas religiosidades estejam vinculadas a uma espécie de tradição religiosa originária do Ocidente que se perdeu ao longo do tempo. Ou seja, a formação do discurso de espiritualidade e transcendência, tão centrais na civilização judaico-cristã, tem

---

<sup>40</sup> Relembramos a ideia de que o fascismo é uma estética política que se transforma em uma experiência sensorial, discutida anteriormente através da contribuição de Walter Benjamin (1985).

menos a ver com a consolidação de doutrinas religiosas específicas do que com a gramática de enfrentamento contra a modernidade, a laicidade e o materialismo. Voltaremos a este tópico mais adiante neste capítulo.

Outro ponto relevante é a ideia de formação comunitária. Não necessariamente todos os integrantes da civilização judaico-cristã se reconhecem entre si. Por exemplo, é comum que evangélicos neopentecostais brasileiros (que possuem um perfil demográfico bem marcado de negros e pardos) se vejam como pertencentes a uma comunidade global homogênea com conservadores norte-americanos ou europeus. Entretanto, a extrema-direita norte-americana possui um componente racial sempre muito forte e associado ao nacionalismo branco e de rejeição a imigrantes latinos.<sup>41</sup> Assim, a imaginação da civilização judaico-cristã e as múltiplas conexões da extrema-direita transnacional não livra grupos periféricos, marginalizados ou racializados, de serem considerados castas inferiores dentro dessa construção de memória.

A civilização judaico-cristã está dentro da gramática pós-fascista com uma construção estética e de linguagem próprias. Nessa construção maniqueísta de bem contra o mal, de trevas contra a luz, a civilização judaico-cristã abarca todo o campo semântico positivo para a extrema-direita. Faz parte da civilização judaico-cristã o ultraconservadorismo, a branquitude, o liberalismo econômico e a liberdade, a família tradicional, a espiritualidade e a pureza. Em nossa leitura teórica, faz parte a concretude e o encantamento do mundo.<sup>42</sup> Por outro lado, os grandes inimigos que podem destruir a civilização judaico-cristã são pessoas e ideais que trazem a abstração própria da modernidade e o desencantamento. Tal qual o comunismo, os direitos humanos, feminismo, ONGs, ambientalistas, Movimentos Negro<sup>43</sup> ou LGBTQIA+ ou feminismo.

Nessa gramática simplificada de mundo, em que significantes complexos adquirem significados chapados, simples e absolutos, estão também os mais

---

<sup>41</sup> Descrito em Traverso, no livro *As Novas Faces do Fascismo* (2019), comentado no capítulo anterior.

<sup>42</sup> Reencantamento, como foi discutido no início deste trabalho, nos moldes weberianos. O desencantamento como uma espécie de criação de “analfabetismo de leitura de mundo”. O mundo encantado é aquele cujo tempo é cíclico, apreensível e previsível, e o mundo desencantado possui o tempo linear e a ideia de progresso. Faz parte do reencantamento a ideia de tempo em que o passado encontra o futuro. Em termos práticos, isto será importante na argumentação ao longo do capítulo.

<sup>43</sup> Na gramática bolsonarista, só há um movimento negro possível, que é atemporal e homogêneo. Isso também vale para feminismos ou ambientalismo. Lembre: qualquer complexificação ou nuance não faz parte dessa construção de linguagem.

diversos países. Importante ressaltar que qualquer Estado Nacional possui hegemonias em disputas, sociedade civil heterogêneas e complexas, produz memórias e esquecimentos contraditórios, que mudam ao longo do tempo. Ou seja, entidades e atores fundamentalmente modernos e abstratos. Entretanto, não é disso que falaremos a partir desse capítulo.

Nas mãos da extrema-direita, estes Estados (e suas sociedades) se tornam entes monolíticos e imutáveis, fundamentalmente vinculados ao bem ou ao mal,<sup>44</sup> amigos e inimigos, heróis da resistência contra a decadência moral da sociedade ou agentes do crepúsculo civilizacional.

Assim, no capítulo anterior, argumentamos que esses novos movimentos de direita não podem ser interpretados e classificados com base em seu discurso programático em si, que são pouco perenes, mas por esta gramática de interpretação de mundo. Uma solução conceitual é o conceito de pós-fascismo proposto por Enzo Traverso (2019).

Feita esta análise, este e os próximos capítulos serão dedicados inteiramente a desvendar os novos significados que certos Estados Nacionais adquirem nessa gramática de extrema-direita.<sup>45</sup> Significados estes que não precisam necessariamente dialogar com a realidade, ou mesmo com o significante que conhecemos destes países.

Portanto, é importante ressaltar que o alinhamento automático e submissão condescendente a um seletivo grupo de países e a hostilidade constante a outros não são apenas cortina de fumaça para encobrir outras pautas do governo, e nem mesmo uma mera condução “mais ideológica e menos pragmática” da política externa para animar a militância. Em vez disso, são a própria razão de ser da linguagem, da subjetividade e da formação comunitária do pós-fascismo.

Há, assim, um descolamento do resultado da política externa brasileira de fato, com todos os seus freios e contrapesos institucionais, burocráticos, políticos e econômicos, do desejo de projeto do bolsonarismo para a política externa. Por isso, a questão central é entender como estes atores internacionais adquirem significados

---

<sup>44</sup> A visão maniqueísta de mundo, onde a mudança, a linearidade e a ideia de progresso são vistos como diabólicos – como visto em Leon Poliakov em *A Causalidade Diabólica* (1991), no primeiro capítulo.

<sup>45</sup> A ideia de gramática de extrema-direita, como colocada no primeiro capítulo, vem da construção de Victor Klemperer no livro *A Linguagem do Terceiro Reich* (2009), de como o nazismo alemão mudou o próprio idioma alemão, o significado das palavras, simplificando a visão de mundo e a subjetividade através da linguagem.

distintos dentro dessa gramática, e não o resultado prático dessa política, com todos os seus filtros nessa ânsia de domínio bolsonarista. O foco, portanto, é entender o que *significam* certos Estados, e não a política externa de fato.

Este capítulo é dividido em três partes. A primeira fala sobre a construção comunitária da extrema-direita pós-fascista no Brasil, que se molda a partir da ideia civilização judaico-cristã. Esta análise é feita com base em toda a arcabouço teórico e categorias densamente construídas até aqui, e como esse pós-fascismo brasileiro se assume na forma de civilização judaico-cristã.

Na segunda parte, discorreremos sobre como países específicos se encaixam nesse imaginário de comunidade judaico-cristã Ocidental, mais especificamente Israel e Estados Unidos. Isto não significa que outros países não façam parte dessa comunidade. Este recorte se dá porque notadamente são os dois países mais presentes e importantes dentro desta construção de mundo. Terminamos o capítulo discutindo em que níveis se dá esse alinhamento automático com ambos os países, de maneira diferente de toda a liturgia e burocracia tradicional da diplomacia brasileira.

## 6.1

### **Construindo Muros**

Na manhã do dia 12 de maio de 2016, o plenário do Senado Federal autorizava a abertura do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em uma vitória política significativa para um Congresso Nacional bastante conservador. Os ventos da política brasileira já sopravam para o espectro político da direita na época. O governo Dilma caiu pouco tempo depois, dando lugar ao governo de Michel Temer, escancarando uma época de criminalização de todo campo de esquerda e progressista.

Muito longe de Brasília, nesse mesmo dia, um deputado federal dava um passo importante para consolidar uma candidatura de extrema-direita para as próximas eleições presidenciais que se avizinhavam em dois anos. Jair Bolsonaro estava em Israel, sendo filmado se batizando no Rio Jordão por Pastor Everaldo, presidente nacional do Partido Social Cristão (PSC).

Importante enfatizar que Bolsonaro sempre se disse católico, mesmo depois dessa conversão. A vinculação de seu nome com Israel não era sua conversão

exatamente à religião evangélica, que talvez seja a maior força política no Brasil ao longo dos últimos anos. Mais do que doutrinas religiosas, a imagem de Bolsonaro sendo batizado no Jordão era a associação do então deputado com a civilização judaico-cristã. Não importava qual religião realmente fosse, mas que estivesse fortemente vinculado a esta comunidade, a ponto de poder representar as pessoas que faziam parte dela. O tempo provou que ele conseguiu.

A ideia de Israel como uma espécie de lugar-sagrado da civilização judaico-cristã não foi criada e nem instrumentalizada apenas por Bolsonaro. Pouco tempo depois deste dia, já na votação na Câmara dos Deputados que selaria o fim prematuro do segundo governo Dilma, foi um colega de Jair, o deputado Ronaldo Fonseca, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS-DF), que justificaria seu voto a favor do impeachment da presidenta brasileira “*pela paz em Jerusalém*” (Barrucho, 2016, grifo nosso), em transmissão ao vivo para todo o país.

Nesse dia, Bolsonaro não falou sobre Israel. Ao invés disso, consolidou um discurso muito próprio do pós-fascismo e da ideia de defesa da civilização-judaico-cristã: a de desumanização completa do Outro e destruição da própria ideia de política, como um embate de ideias e exposição do contraditório. Sai a política e entra guerra total, na chave de entendimento da batalha espiritual. Bolsonaro exaltou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido como um dos maiores torturadores da Ditadura Militar brasileira – e também torturador da própria presidenta Dilma Rousseff, alvo daquele processo.

Em abril de 2017, já com o PT fora da presidência, Bolsonaro daria outro importante passo para se consolidar não só como liderança política, mas como candidato viável nas eleições presidenciais, ao conceder uma palestra no clube Hebraica, no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, proferiu inúmeros insultos racistas, sexistas e xenófobos, pautando por muitos dias o debate público e sendo alvo de vários processos judiciais. Não que isso fosse uma novidade para o ex-capitão do exército. Ele era uma espécie de pária no Congresso Nacional e famoso nacionalmente por proferir inúmeras ofensas a todas as minorias possíveis em programas de auditório na televisão, que era sempre convidado ao longo da década de 2010, em uma espécie de “*freak show*” por audiência.

Entretanto, a palestra na Hebraica foi um local seguro em que ele poderia transformar esses discursos em um projeto político de fato. Falando em um clube judaico, para um público majoritariamente de judeus e com a bandeira de Israel ao

fundo, foi o alibi perfeito para se livrar das acusações de fascista. A desumanização e a narrativa de enfrentamento e hostilidade para com grupos minoritários deram o tom da maior parte da palestra, adiantando o mote de sua campanha presidencial oficial no ano seguinte, que se sagraria vencedora.

A palestra, contudo, não aconteceu sem uma mobilização contrária da própria comunidade judaica. Na frente da Hebraica, um grande protesto, também de judeus, foi realizado contra a presença de Bolsonaro naquele espaço comunitário. Os ânimos foram se exaltando a ponto de a polícia presente no local ter que intervir para conter a hostilidade entre aqueles que estavam entrando e aqueles que estavam do lado de fora.<sup>46</sup>

Dentro do clube, sabendo do protesto, Bolsonaro xingou aqueles judeus que faziam protesto contra ele: *“Então o pessoal aí embaixo, que eu chamo de cérebro de ovo cozido. Não adianta botar embaixo da galinha que não sai pinto nenhum. Não sai nada desse pessoal. E daí vamos voltar para a xenofobia. Não podemos abrir nosso país para qualquer um.”* Uma mulher judia infiltrada começa a protestar, e ele continua: *“Essa minoria daqui (se referindo a pessoa retirada do salão) e lá embaixo: deixem de ser hipócritas. Mas nós somos a maioria, nós acreditamos em Deus. A cultura judaico-cristã está em nosso meio. Nós somos brasileiros.”*<sup>47</sup>

Importante perceber que, em nenhum momento, a plateia hesita em saudá-lo com entusiasmo, em ambas as falas. Há uma clara intenção de Bolsonaro em produzir um divórcio dentro da comunidade judaica. Entre aqueles judeus que merecem ser desconsiderados, esquecidos e até expulsos do país, e aqueles que fazem parte de uma cultura chamada de judaico-cristã, brasileiros crentes em Deus. Pela reação da plateia, sua tentativa havia sido muito bem sucedida. Judeus “de dentro” se converteram em maioria hegemônica. Não mais como pertencentes a uma comunidade judaica, mas a uma cultura judaico-cristã. Já os judeus “de fora”, de esquerda e progressistas, foram desconvertidos, não só em relação ao judaísmo, mas à sua brasilidade, ou mesmo à sua humanidade.

---

<sup>46</sup> Este é o mesmo evento que narro na introdução deste trabalho. É importante falar que eu estava presente na palestra do lado de fora, no protesto.

<sup>47</sup> Trechos retirados do livro *O não judeu judeu: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo*, de Michel Gherman (2022, p. ).

Não há mais espaço, como é de costume em todas as comunidades diaspóricas, de múltiplas e complexas identidades culturais. Há apenas divisão binária entre os que pertencem à civilização judaico-cristã e os inimigos. É importante entender a profunda cisão da comunidade judaica brasileira a partir desse evento, não por causa de sua relevância demográfica ou política, mas para entender o próprio bolsonarismo enquanto fenômeno político. Primeiro, porque o racha na comunidade judaica foi uma espécie de balão de ensaio para outros grupos de minoria e da própria sociedade brasileira, por um discurso que separava o país em dois, em um maniqueísmo inquisitório.

Em segundo lugar, porque ajuda a entender como o pós-fascismo brasileiro utiliza a gramática antissemita, mesmo que o discurso não seja diretamente contra judeus. Por último, pelo papel central que a imaginação de Israel exerce para a consolidação estética e sensorial do movimento de extrema-direita. Vamos por partes.

Ao longo dos primeiros capítulos, construímos a ideia de gramática antissemita: a construção do Outro de dentro, que vai degenerar a sociedade não porque é fraco, mas porque é forte, possui um poder oculto, conspiratório, que representa a modernidade e que escreve a história. A narrativa de Bolsonaro de desumanização do outro sempre é carregada por esta gramática. É o que chamamos de gramática antissemita (Traverso, 2019). O que Bolsonaro fala sobre os judeus que protestam na porta da Hebraica é exatamente o que está no mais antigo antissemitismo e é aplaudido pelos judeus do lado de dentro. São desumanizados porque resistem e, por isso, são uma ameaça. O mesmo processo acontece com outros grupos minoritários. Os negros são desumanizados. Mas não todos os negros, somente aqueles que representam a resistência: os quilombolas. Aos indígenas aldeados, promete “nem mais um centímetro de terra” (Gherman, 2022).

Nesse sentido, os negros, judeus, indígenas e qualquer outro grupo que resista a participar dessa grande comunidade de civilização judaico-cristã é uma ameaça que precisa ser extirpada. Porque são os outros de dentro, que subvertem os valores, que fazem o relógio do tempo andar em direção a uma modernidade abstrata e decadente. Não há diálogo possível, e nem mesmo política, mas um espaço de dissenso. É necessário isolar, esterilizar, neutralizar aqueles que podem subverter os valores. Ou, em suas próprias palavras: “*Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que*

*se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias*” (Bolsonaro apud AFP, 2018a, grifo nosso). Isto significa claramente que Bolsonaro considerava cristãos os judeus de dentro da Hebraica, assim como ele. Ou melhor, pertencentes à civilização judaico-cristã.

Essa ideia não veio do ex-capitão, mas de seu mentor, Olavo de Carvalho, muito tempo antes. Em uma coluna no jornal *O Globo* no ano de 2004, Carvalho defende o filme de Mel Gibson, *A Paixão de Cristo* (2004), das acusações de antissemitismo. Olavo termina a coluna com:

Meu recado aos judeus é simples: nenhum mal lhes virá pelo lado cristão. Os inimigos de Israel são hoje os inimigos da cristandade. Se vocês querem mesmo saber de onde vem o perigo, leiam o livro do rabino Marvin S. Antelman, *To Eliminate the Opiate* (Jerusalem, The Zionist Book Club, 2 vols.). Não precisam endossar o diagnóstico em detalhes. Mas verão que, em linhas gerais, ele está na pista certa — e essa pista passa a muitas léguas de Mel Gibson (Carvalho, 2004).

Olavo também diz para os judeus lerem o livro *To Eliminate The Opiate*, de Marvin Antelman, em uma palestra na Hebraica de São Paulo no mesmo ano de 2004 (Gherman, 2021). Não se pode afirmar o quanto este livro moldou a visão de mundo do guru do bolsonarismo, mas que, pelo menos, está em consonância com sua versão própria do Tradicionalismo evoliano e de sua teoria muitos anos antes da ascensão desse novo espectro político no país.

Antelman é discípulo ideológico e político de uma corrente de extrema-direita e fundamentalista religiosa judaica chamada kahanismo, proveniente de um rabino norte-americano chamado Meir Kahane.<sup>48</sup> Kahane rejeitava qualquer possibilidade de multiculturalismo e de coexistência pacífica entre grupos étnicos e culturais diferentes. Em 1968, fundou a Liga de Defesa Judaica para se defender de supostos ataques dos Panteras Negras contra a população judaica. Seus lemas eram “Poder Judaico”, em alusão irônica aos Panteras Negras, e “Nunca Mais!”, instrumentalizando a memória do Holocausto para igualar os militantes negros aos nazistas. Também dizia lutar contra a instauração de um governo comunista mundial.

---

<sup>48</sup> Cf. GHERMAN; MIZRAHI, 2022.

Já em sua carreira política em Israel, a partir dos anos 1970, Kahane passou a defender a expulsão de todos os árabes do território. Também chamou a Declaração de Independência de Israel, que concedia cidadania aos árabes que estavam dentro da fronteira de 1948, de “documento esquizofrênico”, justificando sua fala por uma interpretação racista e antiárabe da ideia de “povo escolhido”. Seu minúsculo partido foi banido da política israelense na década de 1990 por seu discurso racista no parlamento israelense. Já com o partido banido, um militante kahanista matou o primeiro-ministro Yitzhak Rabin, que assinara os Acordos de Oslo e acenava para a criação de um Estado Palestino, em 1995.

O livro de Antelman bebe desta fonte, apostando em uma tese extremamente conspiracionista. Seu argumento é que não existe mais um único povo judeu, mas dois povos: um que aceita a bíblia e um que não aceita. Ele defende que os judeus que não aceitam a bíblia estão juntos com *illuminatis*, o marxismo e outros grupos em uma grande conspiração global. Enquanto isso, aqueles que a aceitam, continuam a ser o povo escolhido. Reconhecer essa dinâmica do livro ajuda a amarrar o argumento.

A interpretação de Antelman sobre os judeus que não seguem a bíblia recai no mais clássico antisemitismo, na construção teórica do “outro de dentro”, que trabalhamos ao longo primeiro capítulo. A ideia do judeu conspirador, desenraizado, imoral, que está junto das finanças mundiais e do comunismo para a destruição e dominação mundial. Essa interpretação transforma este “outro de dentro” no responsável pela passagem do tempo, pois é ele quem traz a decadência ao mundo, é ele quem retira o mundo do passado idílico construído por essa extrema-direita.

Ao mesmo tempo, há a construção de um segundo tipo de judeu, idealizado, que passa a representar o passado mítico. Este é o judeu da civilização-judaico cristã. O episódio que narramos da “porta da Hebraica” é a vitória da consolidação dessas duas visões distintas dos judeus na mesma gramática de construção de mundo que chamamos de filossematismo-antisemita. A ideia de que um mesmo grupo étnico, religioso ou cultural está atravessado no meio pela fronteira binária que divide o bem e o mal, a luz e as trevas, o governo comunista-financeiro-islâmico mundial e a civilização judaico-cristã. Enquanto movimento político de massas, o bolsonarismo tem essa formação de discurso.

É necessário enfatizar que essa dinâmica não se aplica apenas aos judeus. Ela vai se espalhar para qualquer grupo dentro da sociedade. Um exemplo é que o mesmo Bolsonaro que desumaniza negros aquilombados chama o deputado federal negro Hélio Lopes de irmão. Hélio Lopes foi eleito em 2018 como o deputado mais votado do Rio de Janeiro, com 345 mil votos, pelo Partido Liberal (PL). Reconhecido por muito tempo como “Hélio Bolsonaro”, foi contra a criação de bancada Negra no Congresso, contra o movimento negro, contra políticas de reparação histórica e contra a esquerda, de modo geral.

Por não participar da gramática de resistência política e de identidade negra, Hélio é bem recebido dentro da “civilização judaico-cristã”. Isto não significa que ele não sofra racismo ou que não seja desumanizado, mas que, ao não impor resistência a este imaginário de comunidade, ele é tolerado dentro dela, sob restrições. O “negão de Bolsonaro”, como era sua propaganda em 2018, saberia bem o seu papel:

Quando se elegeu, o deputado ouviu de Bolsonaro: ‘Negão, lembra que você tem dois olhos, duas orelhas e só uma boca’. Lopes diz ter entendido a mensagem: ‘Escutar muito, observar ainda mais e falar só o necessário.’ Obedeceu ao pé da letra. O deputado se orgulha de jamais ter dado um único passo sem a anuência do ex-capitão (Oyama, 2020, p. 67).

Conhecido do grande público pelo recorde de votos em 2018 e pelo seu mandato sempre acompanhando Bolsonaro em todas as aparições públicas (sempre visualmente em segundo plano), quando utilizou seu próprio sobrenome na campanha e nas urnas, deixando de ser Hélio Bolsonaro e virando Hélio Lopes, recebeu menos da metade dos votos da primeira eleição.

Assim, Hélio se despe de uma subjetividade e de uma experiência vinculada à negritude para se vincular à civilização judaico-cristã. E quanto menos demonstrar uma identidade negra, mais aceito será. No fim, em que pese que o racismo continua definindo as relações cotidianas do negro e que a construção da civilização judaico-cristã seja idealmente branca, é a relação do negro com a negritude que vai definir o passaporte ou não para a civilização judaico-cristã.

Note que é o mesmo processo que acontece com os judeus “de dentro” da Hebraica, que são recebidos de braços abertos por bolsonarismo se sua judeidade apenas se transformar em identidade judaico-cristã. Os de fora sofrem o

antissemitismo clássico, baseado na ideia de conspiração. Hélio, estando dentro, se utiliza de todas as simbologias, vocabulários e visão de mundo dessa nova comunidade imaginada e, em que pese a questão racial, é parcialmente aceito. Os negros quilombolas, que resistem, sofrem do mais clássico discurso racista, de preguiça e desumanização.

Construídos estes muros em toda a sociedade, de quem está incluído e excluído da civilização judaico-cristã, que tipo de simbologias, vocabulários e imaginários agregam todo esse movimento político?

No próximo tópico, argumentaremos que o fenômeno do neopentecostalismo brasileiro forja discursos e imaginários de mundo que definem os “de dentro” e os “de fora” da civilização judaico-cristã no Brasil. Antes disso, é importante ressaltar que o processo de construção de ressentimentos e experiências estéticas que constituem a extrema-direita na modernidade foram explicados ao longo dos três primeiros capítulos, logicamente sem a presença de neopentecostais, que são um fenômeno muito mais recente.

O que argumentaremos, portanto, é sobre como o neopentecostalismo traduziu e codificou essa gramática política no Brasil, não só para seus fiéis, mas também para outros adeptos da extrema-direita brasileira, utilizando sentimentos e ressentimentos que já estavam eclodindo na sociedade ao longo do século XXI. Ou, em outras palavras, deu apenas novas cores ao que chamamos de “gramática antissemita”, como modo de organizar o mundo.

## 6.2

### A Batalha Espiritual

Há muitos estudos sobre o fenômeno social e político das igrejas evangélicas neopentecostais e sua relação com a ascensão da extrema-direita bolsonarista no Brasil. Neste capítulo, lembramos que a meteórica ascensão política de Jair Bolsonaro à presidência da República passa, entre muitos outros fatores, ao aceno que ele faz a este eleitorado desde 2016, pelo menos.

Antes de começarmos esta análise, cabe uma breve discussão conceitual. Paul Freston (1993) delimita neopentecostais como a “Terceira Onda” do protestantismo no Brasil. Estas ondas não são bem demarcadas no sentido de existir uma divisão

muito clara entre o término de uma e o início de outra, mas o neopentecostalismo se distingue das demais por uma tendência muito importante para a análise sociológica: o emprego de mídias de massa, novas teologias e o envolvimento muito forte com questões político-partidárias. Freston argumenta que, por ser muito mais popular que as ondas anteriores, igrejas evangélicas das primeiras ondas começaram a mimetizar algumas teologias, práticas religiosas e atuações políticas do neopentecostalismo. Assim, atualmente, a fronteira entre neopentecostalismo e outras correntes evangélicas é quase sempre muito porosa. O que argumentaremos ao longo deste tópico é que, com o passar do tempo, esse mimetismo não ficou restrito ao público evangélico na construção de uma visão de mundo.

Em que pese a grande heterogeneidade das vertentes teológicas e demográficas, há dois vieses muito importantes. Nas eleições de 2018, Bolsonaro foi melhor entre homens, brancos e de renda mais elevada, na esteira do discurso antipetista. Em paralelo a isto, também teve desempenho muito superior a Fernando Haddad (PT) entre o público que se declara evangélico.<sup>49</sup> A questão é que, demograficamente, a população evangélica é muito mais pobre, negra e feminina do que a média global da população brasileira (Mariano, 2014). Ou seja, há claramente um viés religioso importante dos evangélicos em direção ao bolsonarismo. Para esta pesquisa, importa menos destrinchar as graduações e nuances desse grande grupo do que entender as grandes tendências, os vetores de movimentos políticos que sopram em uma direção bem específica.

No primeiro capítulo explicamos como Weber constrói a ideia de desencantamento do mundo e uma nova maneira de enxergar o mundo, mas que esta não traz, em si, nenhum conforto material prático ou mesmo uma maneira alternativa de encontrar algum sentido na vida. Na argumentação de Weber, um desses vetores é justamente a religião, que se despoja da magia na prática cotidiana.

Mariano (2014) argumenta que “*Nas seções ascéticas do protestantismo, a riqueza, quando adquirida do trabalho cotidiano, metódico e racional, constituía, segundo Weber, um dos sintomas de comprovação do estado de graça do indivíduo, ou de sua eleição à vida eterna*” (Mariano, 2014, p. 185, grifo nosso). O autor o faz para contrastar a ética protestante puritana com a Teologia da Prosperidade, muito

---

<sup>49</sup> Cf. NICOLAU, 2020.

importante na formação das igrejas neopentecostais, que nada tem a ver na sua relação com o capitalismo.

A Teologia da Prosperidade, foi importada dos Estados Unidos para o Brasil ainda nos anos 1970 e se hegemonizou dentro das igrejas evangélicas de denominação neopentecostal. Mariano explica que essa teologia tem origem em seitas metafísicas pela ideia de que os cristãos têm, literalmente, poder. A ideia da recompensa pela fé inabalável, de que “é dando que se recebe”. Dessa maneira, ao invés de pedir ou suplicar a Deus, os cristãos devem decretar, exigir, determinar em nome de Jesus. Tomar posse da bênção.

Por isso, a Teologia da Prosperidade, que não tem nenhuma crítica ao capitalismo, não é oriunda da ética puritana. Em termos weberianos, é uma maneira de reencantar o mundo:

o fiel exercita dons espirituais e se concebe como templo e instrumento do Espírito Santo. Daí muitas de suas crenças e práticas rituais apresentarem fortes componentes mágicos. Uma religião densamente sacral, “mágica”, antiintelectualista e cada vez menos ascética (Mariano, 2014, p. 185).

Portanto, a lógica econômica neopentecostal é profundamente contra qualquer tipo de política que gere justiça social. É, por exemplo, fortemente contrária ao Bolsa Família e às cotas raciais. Porque, no primeiro caso, acomodaria o beneficiado e, no segundo, seria injusto com aqueles que não possuem direito ao sistema de cotas. A Teologia da Prosperidade encontrou um caminho livre para percorrer não apenas na precariedade do trabalho informal da economia brasileira dos anos 1980 e 1990, mas também na expansão do consumo individual dos anos 2000. Possuir e ascender são sinais e escolhas de Deus na vida, e é Deus quem escolhe os escolhidos (Almeida, 2019, p. 40).

Com uma teologia extremamente “mágica”, a guerra cósmica entre Deus e o diabo entra com tudo dentro das igrejas. Nas igrejas pentecostais, há o mundo dos espíritos, onde Deus e o diabo moram, e o mundo material, onde habitam homens e as coisas. No mundo material é travada a chamada guerra espiritual. Não por acaso, a expressão “guerra espiritual” é utilizada a todo momento por bolsonaristas para embates políticos, não apenas por aqueles evangélicos (Mariano, 2014).

Um exemplo clássico disso é uma declaração do pastor Silas Malafaia em culto pela vitória de Bolsonaro, três dias após a sua eleição em 2018:

Deus escolheu as coisas loucas, para confundir as sábias. Deus escolheu as coisas fracas, para confundir as fortes. Agora a coisa vai ser mais profunda: Deus escolheu as coisas vis, de pouco valor, as desprezíveis, que podem ser descartadas, as que não são, que ninguém dá importância, para confundir as que são, para que nenhuma carne se glorie diante dele. É por isso que Deus te escolheu [Jair Bolsonaro] (Malafaia, 2018 apud Tabu, 2019).

Na época, esta declaração foi motivo de piada fora da sociabilidade bolsonarista. Entretanto, ela faz parte de uma gramática muito bem estabelecida de entendimento do mundo. Não interessa se Bolsonaro é o mais virtuoso ou mais capacitado, e sim que ele havia sido escolhido por Deus. No mesmo culto, Bolsonaro diz: “*Tenho certeza que não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos*” (Bolsonaro apud Tabu, 2019). Nessa chave do reencantamento, da batalha espiritual, do mal contra o bem, apenas a vitória sobre as sombras importa. É necessário derrotar o complô.<sup>50</sup> Mais nada.

Da guerra espiritual, surgiu nos anos 1980 a chamada Teologia do Domínio. Nela, a guerra é feita contra demônios específicos, que são territoriais e hereditários. O nome advém do fato de que os demônios dominam de fato seres pertencentes a famílias ou grupos sociais de tais regiões, que precisam ser libertos. A total necessidade de libertação já se supõe como onipresença do mal, responsável por todas as enfermidades individuais e coletivas. O *inimigo* oprime, possui, escraviza suas vítimas. Mesmo que Deus seja visto como muito mais forte, o poder divino é limitado pelo livre-arbítrio do fiel que, em qualquer brecha dada, pode se render às artimanhas do diabo (Mariano, 2014).

Nessa interpretação, reencantamento do mundo pela visão binária entre bem e o mal, luzes e sombras, Deus e Diabo, emula a construção da ideia de conspiração de um “outro de Dentro”, que construímos ao longo do primeiro capítulo. Nos termos de Postone, o diabo assume o papel de tornar concreto o poder abstrato e a ininteligibilidade do mundo. A postura de um Outro que age conspirando nas sombras, sem ser visto, e que necessita de uma conjura divina para derrotá-lo em seu território, exatamente como mostra Poliakov (1991). Este outro representa,

---

<sup>50</sup> Complô no mesmo sentido do livro *O Complô no Poder* (2022), de Donatella Di Cesare, já trabalhado aqui.

então, o fim da vida cíclica e perfeita, em direção a um futuro sombrio e desencantado.

Este inimigo, enquanto o Diabo quase encarnado, em muitas ocasiões dentro da Igreja, se materializa nas religiões afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé. Entretanto, o diabo está na esquerda, no comunismo, no feminismo, no movimento LGBTQIA+ e em vários outros lugares.

Portanto, a gramática pentecostal brasileira não cria uma subjetividade de extrema-direita. Ela já estava sendo gestada há muito tempo, por exemplo, no pensamento de Olavo de Carvalho (que também não é evangélico). Este ganhou terreno ao longo das últimas décadas devido às novas dinâmicas intrínsecas à modernidade brasileira, às sucessivas crises políticas e econômicas no país, ao avanço do desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro e à precarização do mercado de trabalho. Na realidade, é esta subjetividade conspiratória e anti-moderna crescente no país que vai transformando as igrejas evangélicas ao longo do tempo, e não o contrário.

Assim, argumentamos que igrejas neopentecostais constituem uma porta de entrada de minorias para fazer parte de uma maioria. São compostas, majoritariamente, de mulheres e negros pobres, grupos mais marginalizados geográfica, econômica e politicamente. Pessoas que sofrem de toda sorte de racismo, preconceitos sociais, que veem na entrada na comunidade evangélica a porta de saída dessa subjetividade subalterna. Participantes da civilização judaico-cristã viram a luz, o poder divino, a conjura do bem<sup>51</sup> e, mais do que isso, se sentem pertencentes à hegemonia. Um desejo de hegemonia que mobiliza afetos e cria grande energia política, sem que haja ideologia, no sentido moderno da palavra, vinculada a esta mobilização.

Este é o mesmo processo que se passou com comunidade judaica quando uma parte dela se converte à civilização judaico-cristã, deixar se sentir uma minoria frágil e vulnerável, “filha” do Holocausto, para se tornar maioria. No geral, é pelo mesmo processo que se forma a comunidade moral bolsonarista, baseada na experiência sensorial e estética, como trouxemos anteriormente com Walter Benjamin.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> Novamente colocamos Leon Poliakov em diálogo com Weber: o diabo desencanta e desestabelece, “analfabeliza” da linguagem de entendimento do mundo.

<sup>52</sup> Cf. BENJAMIN, 1985.

Lembro que este messianismo político não é, em si, uma grande novidade na política brasileira. Na década de 1930, o Integralismo já tinha em seus discursos a ideia de uma nação degenerada e a reação contra essa degeneração, sempre baseada em um conspiracionismo paranoico. Esta construção de mundo também visava uma homogeneização nacional fundamentada em uma moralidade essencialmente cristã. Além disso, também tinha um discurso político messiânico, baseado no culto ao messias. Em seu autoexílio, Plínio Salgado foi chamado de profeta pelos seus seguidores, assumiu seus pecados e discursou falando sobre sacrifício para a purificação (Schargel, 2023).

Desse modo, o cristianismo brasileiro possui ligações com messianismo político desde muito antes da ascensão do evangelismo neopentecostal no poder. De maneira dialética, este caldo cultural cristão-messiânico já existente na sociedade brasileira entrou nas igrejas pentecostais e, com a ascensão política destas, o vocabulário desse extremismo político passou a ser moldado por elas, que passou a influenciar novamente outros grupos conservadores, principalmente cristãos.

Uma boa ilustração desse fato é o ato convocado na avenida Paulista em apoio a Jair Bolsonaro no dia 25 de fevereiro de 2024, algum tempo depois de sua saída do governo. O ato, patrocinado pelo pastor Silas Malafaia, teve discursos com um fervor religioso muito forte, sempre relacionado ao neopentecostalismo. Também discursaram nessa chave<sup>53</sup> o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), o senador Magno Malta (PL-ES), a ex-primeira-dama Michele Bolsonaro e o próprio Silas Malafaia.<sup>54</sup>

Ou seja, um evento político que unia fanatismo religioso e pregação da teologia neopentecostal.<sup>55</sup> Apesar disso, o público presente era composto de 43% de católicos, 29% de evangélicos e, de resto, outra ou nenhuma religião.<sup>56</sup> Entretanto, isto não quer dizer que o público de mais de 150 mil pessoas presentes nesse ato reflita demograficamente a população inteira que aderiu e continua

---

<sup>53</sup> O historiador João Cezar de Castro Rocha mostra como os mais variados discursos desse evento, que vão desde a dominação política direta à exaltação da figura bíblica do Rei David e o amor por Israel, têm como base teológica a Teologia do Domínio. Cf. DIP; LEVY; TERTO, 2024.

<sup>54</sup> NO ÁPICE [...], 2024.

<sup>55</sup> Michele Bolsonaro disse, por exemplo, que foi um erro separar política de religião, porque, segundo ela, “o mal dominou”. Cf. LEIA A ÍNTEGRA [...], 2024.

<sup>56</sup> TEODORO, 2024.

aderindo ao bolsonarismo. Entretanto, nos dá uma boa imagem de como se unifica os discursos e os símbolos desse movimento político: o neopentecostalismo tem o microfone e o palco, mas o público que aplaude sua gramática é muito mais variado.

Se o culto-ato da Avenida Paulista unia um discurso neopentecostal com um público predominantemente católico, outro símbolo central estava presente: a bandeira de Israel. Vendida aos montes pelos ambulantes por um preço mais caro que a bandeira do Brasil, seu azul-e-branco se misturava com as tradicionais camisas amarelas da seleção brasileira, e foi a companhia de Bolsonaro enquanto subia no trio elétrico. Não que fosse uma novidade.

No início deste capítulo, argumentamos que a viagem de Bolsonaro a Israel foi importante para aglutinar o público evangélico, assim como suas falas criminosas e beligerantes em um clube judaico, em frente a uma bandeira de Israel, em meados do ano de 2017. Mas não só evangélico. Uma entrevista com uma manifestante nesse dia daria um bom resumo do papel que o país ocupa nessa visão de mundo. Quando um repórter pergunta: “Por que vocês estão com a bandeira de Israel?”, ela responde “Porque somos cristãs, assim como Israel” (Businari, 2024).

### 6.3

#### Israel Imaginário

Normalmente, as análises da onipresença dos símbolos israelenses e judaicos nas manifestações da extrema-direita brasileira, como se fossem símbolos máximos unificadores da civilização-judaico cristã, atrelam a interpretação desses símbolos a interpretações bíblicas. Ou seja, a ideia de que o moderno Estado de Israel é a Terra de Israel descrita no Velho Testamento. Essa interpretação vem de uma escatologia cristã específica que se tornou dominante no neopentecostalismo brasileiro, chamada de dispensacionalismo.

O dispensacionalismo trabalha com uma natureza progressiva da revelação divina. Esta leitura entende que há uma natureza eterna da escolha de Israel por Deus, e que há uma progressiva aproximação do povo de Deus com ele com o passar do tempo. Por isso, o povo de Israel não precisa se converter para ser incluído em uma ideia de civilização judaico-cristã que vai formar uma comunidade religiosa e política (Bastos, 2023).

Fosse meramente a interpretação bíblica, a explicação do dispensacionalismo bastaria para explicar a aproximação com os símbolos judaicos e sionistas, e este debate caminharia para teologia. Entretanto, Israel também ocupa um papel central para fora da esfera neopentecostal. Grupos de extrema-direita de diferentes religiões abraçam Israel como um aliado quase sacralizado. Por exemplo, várias agências de segurança privada passaram a utilizar nomes vinculados à história do Estado de Israel e do sionismo, inclusive nomes extremamente seculares, como Haganá e Tel Aviv. Também Israel é visto, por setores ultraliberais e anarcocapitalistas, também ligados à extrema-direita, como a “start-up nation”,<sup>57</sup> uma espécie de oásis do liberalismo e na livre iniciativa, que faz florescer no deserto e traz fartura à sua população, em meio a uma região cercada de miséria.

Adotamos aqui o conceito de Israel Imaginário, de Gherman e Klein (2019). Neste conceito, a extrema-direita interpreta Israel não como a Israel bíblica ou mesmo o Estado moderno de Israel. Nessa interpretação, que vem do próprio estereótipo de judeus “de dentro” que foi mencionado aqui, como representação “do que há mais de dentro” da civilização judaico-cristã, há a ideia de que judeus “de dentro” são brancos e vítimas históricas, por excelência. Ou seja, que tiveram como algozes e que sofreram com a perseguição a todos aqueles bárbaros que estão “de fora”.

Israel Imaginário é o que conecta o passado com o futuro, formando um projeto e uma estética própria, que reforça vínculos comunitários da civilização judaico-cristã. O cristianismo, quando se propõe a ser ultraconservador, constrói a ideia de que Israel teria sido o lugar de onde teria surgido o Ocidente e seus valores, de onde nasceu o “cristianismo puro” e original, antes de ser corrompido. Ou seja, antes de ser corrompido por dentro, pelos que trouxeram o definhamento dos valores lá empregados. No termo Tradicionalista, a “Era de Ouro” da humanidade.

Nessa chave interpretativa, Israel tem um duplo lugar no tempo. É a “Terra de Israel” bíblica, construída idealmente por estes valores de extrema-direita. Um lugar com os valores ainda pouco corroídos pela modernidade e que deve servir como inspiração, um projeto de futuro. Ou seja, Israel Imaginário é o que conecta o passado reluzente, idealizado pela extrema-direita, com uma utopia de futuro para

---

<sup>57</sup> O livro *Start-up Nation*, de Dan Senor e Saul Singer, lançado em 2009, é um best-seller que conta como supostamente toda a riqueza enorme de Israel vem da livre iniciativa e das ótimas condições de empreendedorismo.

a civilização judaico-cristã. Um lugar onde a decadência trazida pelos inimigos, pelos “outros de dentro”, ainda não chegou, e que deveria ser o ponto de retorno de todo o Ocidente que faz parte da civilização judaico-cristã.

Gherman e Klein (2019) explicam que esse imaginário de projeto político ideal tem algumas chaves interpretativas. Primeiro, Israel seria um lugar profundamente armado. Exército forte, capaz de se defender de todos os seus vizinhos inimigos. A primeira e principal barreira do Ocidente contra os perigos que vem do Oriente. Assim sendo, também seria profundamente branco. O estereótipo que vem do judeu, principalmente no Brasil, como “o branco entre os brancos”, também próprio da ideia de estarem perto de um cristianismo originário e, ao mesmo tempo (e talvez por isso), sejam vistos com o estereótipo de ricos e capitalistas, mas em uma chave de entendimento positiva.

Assim, Israel Imaginário também é extremamente rico. Um lugar onde haveria uma grande riqueza material oriunda da livre iniciativa e do empreendedorismo, onde o Estado e as ideologias de esquerda não atrapalham a geração de riqueza na economia. Uma ilha de prosperidade em meio a vizinhos pobres árabes (socialistas, orientais e não-brancos, tudo interligado) (Gherman, Klein, 2019).

Dito isso, também se pode inferir que Israel Imaginário é profundamente heteronormativo e masculino. A ideia de um país armado, que tem valores, que é cravejado de honra, de potência. De concretude.

Assim sendo, o “imaginário” não vem como o oposto do real, mas baseado na ideia de “comunidade imaginária” de Benedict Anderson (2008). Em meio a uma extrema-direita muito heterogênea, Israel Imaginário surge como um dos grandes aglutinadores de estéticas e rituais, de passados idealizados que viram desejos de futuro, capaz de formar uma comunidade política que se movimenta enquanto uma unidade no Brasil.

Por isso, a ideia de que o governo Bolsonaro possuiu um alinhamento automático com Israel apenas como aceno ao público evangélico é incompleta. Assim como, tal qual argumentamos, não se pode atribuir apenas à leitura da bíblia a aproximação de grandes conglomerados neopentecostais com símbolos judaicos e sionistas. Israel é peça central em uma cosmovisão de mundo reencantado, binário e simplificado. O alinhamento com Israel é o que faz o Brasil ser Ocidente, hegemonia e parte da civilização-judaico-cristã. São por estes motivos que houve o

alinhamento automático com Israel e, mais ainda, com os símbolos sionistas, durante todo o governo Bolsonaro.

Israel, portanto, é uma espécie de representação máxima da civilização judaico-cristã, a representação desse passado construído puro e sagrado encontra o projeto de futuro para a extrema-direita. Projeto de futuro e de passado. É isto que significa Israel para o bolsonarismo. Entretanto, outro Estado divide com Israel o protagonismo dentro dessa construção civilizacional: os Estados Unidos.

## 6.4

### “Trump, I love you”

Em outubro de 2017, quando ainda era encarado apenas como um deputado federal folclórico, o ex-capitão do exército brasileiro Jair Bolsonaro foi filmado falando em evento no subúrbio de Miami, nos Estados Unidos. Na ocasião, com um telão projetando a bandeira norte-americana ao fundo, o ex-capitão do exército brasileiro prestou sua continência.<sup>58</sup>

Para uma leitura de mundo conservadora e nacionalista tradicional, o fato de um ex-militar brasileiro prestar continência à bandeira de outro país não seria razoável, ainda mais para alguém que busca ser presidente e representar os interesses nacionais. Por isso mesmo, a campanha de Fernando Haddad utilizou este vídeo no segundo turno das eleições de 2018, acusando Bolsonaro de não ser nacionalista. Mais uma vez, surtiu pouco efeito.

Tal qual Israel, os Estados Unidos possuem um papel central na formação da civilização judaico-cristã. Pode-se dizer também, utilizando as categorias já trabalhadas aqui, que os Estados Unidos possuem um significado central para a formação de identidade da civilização judaico-cristã muito diferente do significante tradicional – um Estado-Nação complexo e contraditório, de valores profundamente enraizados na modernidade. Entretanto, diferentemente de Israel, pelo tamanho e pela importância, as contradições internas não podem ser simplesmente ignoradas em busca de um novo significado para o país.

O pensamento de Olavo de Carvalho sobre o mundo, como detalhado no capítulo anterior<sup>59</sup>, coloca Israel e os *conservadores* norte-americanos,

---

<sup>58</sup> FELITTE, 2017.

<sup>59</sup> Como descrito em *Guerra Pela Eternidade* (2020), de Teitelbaum.

principalmente de cidades pequenas e de regiões rurais (os *rednecks*, como ele mesmo chama), como detentores da Tradição originária. Por isso, o que Olavo chama de “finanças internacionais” e o progressismo não fariam parte da construção dos Estados Unidos, mas são seu pior inimigo, que quer corroer a civilização por dentro. Nesse caso, há uma estruturação já bem clara do que é, na visão de Olavo, essencialmente americano e o que não é, dentro da própria visão de mundo. Ou seja, como no Brasil, os principais templos da civilização judaico-cristã também possuem “outros de dentro”, prontos para corroer todos os valores ocidentais.

Note que a estrutura de quem está dentro dos Estados Unidos “verdadeiro”, homogêneo e monolítico, é exatamente a mesma gramática com que se pensa o Brasil no movimento pós-fascista brasileiro. Há aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora, e os que estão fora são perigosos, degeneradores e principais agentes da História. Perigosos porque são fortes, e não fracos.

Nessa mesma lógica, aparece Ernesto Araújo,<sup>60</sup> primeiro chanceler do governo Bolsonaro indicado por Olavo de Carvalho. Aluno de Olavo, foi alçado ao cargo pelo seu artigo *Trump e o Ocidente*, publicado em 2017, que enxerga o presidente norte-americano como uma espécie de salvação do Ocidente e da civilização judaico-cristã. Nas palavras de Araújo:

As ameaças visíveis, Trump as encontra no “terrorismo islâmico radical” (dito assim com todas as letras), mas também – o que pode surpreender pelo prosaísmo neste contexto de luta existencial – na burocracia, essa força que “drena a vitalidade e a riqueza do povo”. Porém, Trump enxerga bem mais do que esses perigos, e neles enxerga mais do que uma simples questão de segurança ou de eficiência econômica. Para ele, o verdadeiro e enorme perigo é a perda da própria identidade ocidental, a perda do espírito, o desaparecimento dos “laços de cultura, fé e tradição que nos fazem quem somos”. As forças antiocidentais, “sejam externas ou internas”, se deixadas agir, “minarão nossa coragem, solaparão nosso espírito e enfraquecerão nossa vontade de defender a nós mesmos e nossas sociedades”. O problema, portanto, não está no terrorismo nem muito menos na diminuição da competitividade, mas sim, muito mais fundo, está no desaparecimento da vontade de ser quem se é, como coletividades identificadas com um destino histórico e uma cultura viva (Araújo, 2017, p. 328-329).

---

<sup>60</sup> Ernesto Araújo foi Ministro das Relações Exteriores até março de 2021, e foi sucedido por Carlos Alberto Franco França. Sua saída não se deu por desalinhamento ideológico, mas por questões pragmáticas de política externa, principalmente a saída de Donald Trump da presidência dos Estados Unidos. Por isso, sua gestão foi muito mais importante para entender como o pós-fascismo brasileiro pensa o Brasil no mundo do que a de seu sucessor. Cf. ORTIZ, 2021.

Assim, Araújo expõe as principais preocupações de sua gramática de leitura de mundo. As preocupações primordiais não são questões de segurança ou comerciais, por exemplo, mas a questão de *valores*. A ideia de que há um passado concreto que precisa ser resgatado e preservado, que essa concretude está ameaçada por forças antiocidentais dentro do próprio Ocidente. Trump, portanto, seria a salvação do Ocidente e seus valores. O alinhamento automático com os Estados Unidos durante a chancelaria de Ernesto Araújo era civilizacional porque Trump representa, pessoalmente, essa ideia de Ocidente. Mais do que o trumpismo, enquanto um movimento político, Araújo se mostra vinculado à figura individual do ex-presidente americano Donald Trump.

Esta construção de argumento, evidentemente, não foi criada por Araújo. Em 2011, Trump ainda estava muito longe de ser presidente dos Estados Unidos, mas chegou a se colocar como pré-candidato pelo Partido Republicano e desistiu da disputa ainda no início. Apesar de ainda ser tratado como um candidato caricato pela grande mídia, já tinha boa aceitação dos eleitores republicanos.<sup>61</sup> Olavo de Carvalho, que seria o guru do bolsonarismo anos mais tarde, já apontava Trump com essa característica diferente dos outros candidatos republicanos:<sup>62</sup>

A controvérsia dos documentos inacessíveis, incognoscíveis e intocáveis de Barack Hussein Obama, que a mídia conseguiu abafar na base das chacotas, da rotulação caluniosa e da intimidação direta, voltou ao primeiro plano graças ao pré-candidato republicano à presidência, Donald Trump. O bam-bam-bam dos imóveis, além de ter dinheiro suficiente para não se intimidar com o bilhão de dólares da campanha de Obama (a maior verba de propaganda eleitoral da História), ainda conta com um trunfo decisivo: ele tem todos os seus documentos em ordem e sabe exibí-los de modo a espremer o concorrente contra a parede mediante a pergunta irrespondível, hoje espalhada em cartazes por todo o território americano: “Where is the birth certificate”? (Carvalho, 2011).

Olavo embarcou em uma teoria da conspiração muito comum entre os conservadores norte-americanos durante toda a corrida eleitoral norte-americana de 2012, de que o presidente democrata Barack Hussein Obama (e Olavo fazia questão de colocar o nome do meio do ex-presidente, enfatizando origem árabe) não havia

---

<sup>61</sup> DONALD TRUMP DESISTE [...], 2011.

<sup>62</sup> CARVALHO, 2011.

nascido nos Estados Unidos. Portanto, não poderia concorrer à eleição. A lógica, novamente, de que há uma conspiração de interesses obscuros tentando derrubar os Estados Unidos enquanto nação:

Sem a menor sombra de dúvida, Obama foi colocado na presidência com a missão de destruir seu país, mas aqueles que o nomearam não o largaram desamparado na arena. Cercaram-o de todas as proteções necessárias para colocá-lo a salvo não só de críticas, mas até de perguntas. Obama pode fazer o que quiser, por mais obviamente desastroso e maligno que seja. [...] Quem quer que diante desse fenômeno, ainda imagine que a estrutura real do poder no mundo coincide com a hierarquia formal dos cargos públicos, com a ordem visível dos prestígios ou com as fronteiras geopolíticas convencionais, deve ser considerado um boboca incurável ou um espertalhão com agenda (Carvalho, 2011).

Observe como o guru do bolsonarismo se utiliza de toda a estrutura de conspiracionismo descrito neste trabalho anteriormente. O conspiracionismo aparece como uma chave de entendimento de um mundo cada vez menos inteligível. Di Cesare (2021) mostra que, como o mundo está mergulhado em catástrofes e caos difíceis de acompanhar, o poder é fundamental. Não existe um poder abstrato e capilarizado, mas um grupo que está por trás, nas sombras, agindo deliberadamente. Girardet (1987), mostra como a ficção do século XIX ajudou a construir o próprio imaginário do invisível, das sombras, do soturno dessa conspiração.

Para Olavo, Obama representa justamente esse poder oculto. Por ser oculto, não está na hierarquia formal da sociedade e da política. Ele cita, no mesmo artigo, que existe um *establishment* político protegendo o democrata, uma “formação acadêmica paga um saudita que apoia o terrorismo” e “participação do presidente em organizações políticas comunistas”. Um passado e uma atuação que, segundo ele, é tão obscuro que:

O muro de proteção erguido em torno de Obama não foi desmontado depois das eleições. Cresceu e tornou-se mais forte, a guarda-de-ferro mais agressiva, ao ponto de que praticamente nada do que o homem tem feito de maligno e fatal contra seu país chega jamais ao conhecimento do povo que o elegeu (Carvalho, 2011).

Assim, enquanto Obama representava a conspiração maligna e poderes obscuros, Trump era a força da conjura do bem, quase divina e iluminada. Tal qual Araújo anos mais tarde, Olavo vê na personalidade de Trump essa representação do “Bem”, salvador do Ocidente. Mas por que é tão necessária a centralização em uma figura específica, e não, por exemplo, no Partido Republicano?

Adorno (2020) observa a propaganda como central para o espectro político do que ele chama de direita radical e de extrema-direita. Ela existe, não em função de uma ideologia, que é pobre, difusa e errática, mas para manter as massas engajadas, o que ele chama de técnica de psicologia de massas. A unidade dessa matriz política, portanto, se faz no apelo à personalidade, fixada na autoridade. A máquina de propaganda que mantém a militância engajada é mantida pelo inconsciente:

As tendências inconscientes que alimentam a personalidade fixada na autoridade não são tornadas conscientes pela propaganda, pelo contrário, elas são ainda mais reprimidas no inconsciente, elas são artificialmente mantidas inconscientes. Recordo apenas a importância fundamental dos assim chamados símbolos, que são característicos de todos esses movimentos (Adorno, 2020, p. 67-68).

Ou seja, a fixação dessa personalidade autoritária, através da propaganda, é inconsciente, e a manifestação de seus símbolos são centrais para essa fixação. Aqui, voltamos ao primeiro capítulo, apresentando esta argumentação de Adorno, em diálogo com Sennet (1997) e Said (2013), quando discutimos o desejo e a construção do corpo Outro, e Postone (2021), quando discute a abstração. Nesse sentido, o Outro é exotismo, erotismo e pecado, ao passo que também é hierarquicamente inferior, menos viril. O Outro, que pode ser o judeu, o negro, a mulher ou qualquer grupo minoritário, é a abstração encarnada.

Nesse sentido, o Outro é, também, feminino. O feminino é a abstração. Há uma espécie de representação “anti-fálica” do Outro, onde o corpo do Eu será castrado. Existe o medo da castração do Eu pelo outro. Adorno dá um exemplo de como se forja a propaganda nazista, pela conspiração:

‘O quê? Mas isso toda criança sabe! E o senhor não sabe que na época o rabino Nusbaum queria que todos os alemães fossem castrados?’. Ou seja, esse tipo de história totalmente maluca e

fantástica. Eu acabei de inventar o exemplo, certamente, mas os argumentos são mais ou menos desse tipo (Adorno, 2020, p. 69).

Adorno cria um exemplo de rumor que mostra como atua a gramática de extrema-direita. O Outro é sempre representado por essa ordem anti-fálica, castradora, enquanto os alemães nazistas assumem o papel de vítimas dessa ordem que precisariam reagir. Na gramática fascista, o falo atua como elemento reprodutor de identidade no mundo, como elemento masculino concreto, dominante e reprodutivo – aqui, no sentido da ética de produção do concreto, tal qual escreve Postone.

Voltamos a Trump e à construção da civilização judaico-cristã por uma gramática pós-fascista. Trump representa, nessa ordem fálica anti-moderna, a representação do Eu concreto: masculino, conservador, bélico, poderoso, rico. O *self-made man* enfrentaria o sistema sozinho. Bilionário, pode enfrentar, não Obama, mas toda a campanha obscura por trás do democrata.

É por isso que, por exemplo, o suposto envolvimento criminoso de Donald Trump com uma atriz de filmes pornográficos quando era casado e a tentativa de comprar seu silêncio com dinheiro de campanha não atrapalhou a sua campanha à presidência.<sup>63</sup> Na realidade, apenas reforçou a imagem de conservador. Não era uma questão de hipocrisia conservadora. Porque, nessa gramática, conservador não adquire um significado puritano, mas de “homem do passado”, em uma ontologia do concreto.

É por este motivo que, nas palavras de Araújo, Trump é a salvação contra “*o desaparecimento da vontade de ser quem se é*” (Araújo, 2017). Também por este mesmo motivo, quando foi publicada a notícia que Jair Bolsonaro havia falado “*I love you*” para Donald Trump em viagem para os Estados Unidos no ano de 2019, era verossímil acreditar.<sup>64</sup> Trump, nesse sentido, não é um amigo ou um aliado programático, mas todo o desejo de ser da civilização judaico-cristã. A essência dos valores do Ocidente.

Também por isso, a gramática de mundo da extrema-direita brasileira enxerga de maneira maniqueísta os Estados Unidos. Os conservadores americanos seriam grandes guardiões da liberdade e mantenedores da ordem e dos valores ocidentais.

---

<sup>63</sup> AFP, 2018b.

<sup>64</sup> O DIA, 2019.

Por outro lado, também é reconhecido em movimentos sociais ou no Partido Democrata uma espécie de ordem “anti-ocidental”, que seria também anti-americana. Os Estados Unidos merecem continência dos brasileiros porque, segundo essa gramática de extrema-direita, é Trump e seus seguidores que são os Estados Unidos verdadeiros. Os “outros”, são os que chamamos de “outros de dentro” no primeiro capítulo: são *Shylock*.

## 6.5

### Diplomacia da Liberdade

Em que pese os freios políticos e institucionais para conter uma total ruptura do Itamaraty com a tradição de política externa brasileira, o alinhamento automático com Israel e Estados Unidos foi o principal movimento de política externa no governo Bolsonaro. Nesse alinhamento, a política externa não era apenas mais uma das muitas frentes de atuação de um governo, mas uma das principais formas de se forjar a identidade desses grupos.

Ou seja, a guerra cultural (ou batalha espiritual) que anima a militância bolsonarista na sociedade brasileira, que é a razão de ser de identidade e de prática política desses grupos e do governo, está indissociável da política externa praticada pelo governo Bolsonaro. Por exemplo, não dá para dissociar o apoio incondicional a Israel do esvaziamento da Fundação Palmares sob gestão de Sérgio Camargo durante o governo Bolsonaro, que promove políticas de valorização da cultura e da identidade negra no país.<sup>65</sup> São os dois lados dessa gramática: Israel significa o projeto de passado e de futuro, contra a degeneração do presente. A promoção da cultura negra, e qualquer outra voz dissonante dessa ideia de Ocidente, é a própria degeneração.

Assim sendo, a prática de política externa brasileira sob governo Bolsonaro se dá de maneira não institucional, pelo âmbito familiar. Para essa gramática de entendimento de mundo, os espaços institucionais e as regras que moldam essas relações formais não são importantes, e sim quem faz essas relações. O mais gabaritado para representar a diplomacia sempre é aquele que mais está dentro da chamada civilização judaico-cristã.

---

<sup>65</sup> NASCIMENTO, 2023.

Embasando teoricamente essa ideia, Wendy Brown analisa como o neoliberalismo molda a visão de sociedade desses atores que chamamos de extrema-direita. A autora argumenta que a construção da visão de mundo desses atores é perpassada por uma ideia presente em alguns dos expoentes pensadores do liberalismo, com bastante destaque para Hayek. Na visão de Hayek, noções como inclusão, civilidade ou bens públicos são uma superstição perigosa que poderia levar ao “totalitarismo” (Brown, 2018).

Há uma visão expandida de liberdade. Se, em Adam Smith, a troca é o motor principal da ordem e do desenvolvimento espontâneo da sociedade, em Hayek este motor vira a competição em si. A defesa da liberdade de mercado se transforma em um princípio ontológico de leitura do mundo. Toda a sociedade e todas as relações sociais são regidos pela lei de mercado e pela competição. A defesa de qualquer princípio fora dessa ontologia é um golpe perigoso contra este conceito estrito de liberdade (Brown, 2018, p. 65).

Por isso, ainda na visão de Hayek, não existe a sociedade enquanto conceito, mas sim um conjunto de indivíduos que precisam ter uma liberdade absoluta. Deve-se, portanto, privatizar tudo o que for público. A esfera privada e pessoal precisa tomar todo espaço do social e do público. Essa esfera pessoal e privada, portanto, vai fazer com que espaços democráticos e regras de boa convivência, como o secularismo ou o pluralismo, sejam substituídos por valores morais tradicionais. Por isso, não é contraditório a defesa desses valores morais de família cristã tão rígidos com o conceito de liberdade imposto por Hayek. Nas palavras de Brown:

A privatização econômica neoliberal é profundamente subversiva da democracia; ela gera desigualdade, exclusão, propriedade privada dos bens comuns, plutocracia e um imaginário democrático profundamente obscurecido. A segunda ordem de privatização que estamos considerando, no entanto, subverte a democracia com valores morais ou “familiares” antidemocráticos em vez de valores de capital antidemocráticos. Ela trava uma guerra familiar, e não de mercado, contra os princípios e as instituições democráticas. Ela posiciona a exclusão, o patriarcalismo, a tradição, o nepotismo e o cristianismo como desafios legítimos à inclusão, à autonomia, à igualdade de direitos, aos limites dos conflitos de interesse, ao secularismo e ao próprio princípio da igualdade (Brown, 2018, p. 66).

Para o objetivo deste trabalho, interessa pouco a relação entre teoria econômica liberal e conservadorismo político, que vem da construção do liberalismo de Adam Smith. Entretanto, é importante entender essa segunda ordem: a relação entre essa organização política liberal e os valores familiares, que é a chave de entendimento de Hayek. Como o social não existe e a democracia também não pode existir, o espaço público precisa ser tomado pelas famílias, os seus valores familiares: cristianismo, tradição, patriarcalismo. Portanto, nesse sentido, quem deve ocupar os espaços de poder e influência é sempre alguém que, não apenas seja alinhado com esses valores familiares, mas que seja da própria família.

Colocamos em diálogo com a construção teórica que fizemos anteriormente. A democracia, o secularismo ou o pluralismo são conceitos extremamente abstratos porque promovem a inclusão daqueles que possuem valores diferentes, que vão subverter a ordem estabelecida quando estiverem incluídos. Assim, aqueles que são incluídos posteriormente a uma ordem existente é que vão degradar a ordem estabelecida. São estes incluídos que trarão os valores modernos e submeter a Tradição e a família. Se puderem ser marcados por cor ou origem, serão vistos como “outros de dentro”, organizados nas sombras. Conspirarão para trazer a decadência e o caos ao presente, para a dominação mundial. Para isso, precisam acabar com as famílias ou subverter o conceito família, pois estas são as guardiãs dos valores tradicionais de um passado idílico que se perdeu.

Assim, este conceito de liberdade se torna central na ação política. Se o lema do integralismo, o movimento fascista brasileiro dos anos 1930, era “Deus, Pátria e Família”, o do bolsonarismo é “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. A palavra liberdade é acrescida ao lema fascista original quase um século depois porque se torna central na criação dessa ontologia de extrema-direita. A plena liberdade hayekiana vai trazer a prosperidade material. Não ao corpo social como um todo, mas ao conjunto de famílias que possuem os valores corretos que formam a civilização judaico-cristã, e que por isso possuem a graça divina. Qualquer política universalizante ou de promoção de igualdade, ou justiça social vai atrapalhar o pleno exercício dessa liberdade e essa prosperidade. Ou seja, novamente, se aproximando da Teologia da Prosperidade, como visto acima.

Também a despeito de interpretações econômicas e teológicas, essa pretensa liberdade é fruto do próprio tempo, do avanço dos meios informacionais e do próprio capitalismo. A estética do liso, que foi discutida com Han (2023) no terceiro

capítulo. A estética do liso, com uma centralidade narcísica consumível. Uma sociedade de uma estética consumível que dilapida o outro, que dilacera a possibilidade de outridade do outro, impossibilitando ranhuras, rasgos, pontas. Na realidade, talvez esta estética do liso tenha um papel mais importante na hegemonização de imaginações econômicas e teologias dominantes hoje do que discussões de natureza teórica, inerentes à religião ou à economia.

Por isso, todas as relações são sempre familiares. As relações diplomáticas não são relações entre chefes de Estado que representam um conjunto heterogêneo de pessoas pelo “interesse nacional”, em uma lógica profundamente abstrata, mas a aproximação de famílias que compartilham valores parecidos e fazem parte da mesma tradição ocidental judaico-cristã. As trocas acontecem, portanto, pelos seus interesses familiares.

Talvez o exemplo mais explícito disso tenha sido a tentativa de nomeação de Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro e deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL-SP), para embaixador do Brasil nos Estados Unidos, ainda em 2019. Antes mesmo de Jair Bolsonaro tentar nomear seu filho para o cargo, Eduardo já tinha um papel importante na prática das relações internacionais do governo, ao lado de Ernesto Araújo e de Filipe Martins, amigo de Eduardo e também seguidor de Olavo de Carvalho.<sup>66</sup>

Eduardo Bolsonaro não tinha nenhuma experiência para assumir a vaga de embaixador. Durante a polêmica pública sobre sua nomeação, ficou claro que seu trabalho nos Estados Unidos se limitou a um intercâmbio, fritando hambúrgueres. A defesa de seu nome para o cargo se deu pela possível proximidade com a família Trump, em uma relação muito além do institucional, principalmente com o genro e assessor de Trump, Jared Kushner.<sup>67</sup> Aliás, a ideia ganhou força justamente por Eduardo Bolsonaro ter sido elogiado informalmente por Donald Trump.<sup>68</sup> Jair Bolsonaro, em uma live no Facebook, defendeu a nomeação:

“Lógico que é filho meu, pretendo beneficiar meu filho, sim. Pretendo, está certo. Se puder dar 1 filé mignon ao meu filho, eu dou. Mas não tem nada a ver com filé mignon essa história aí. É realmente aprofundar um relacionamento com um país que é a

---

<sup>66</sup> BILENKY, 2020.

<sup>67</sup> SANCHES, 2021.

<sup>68</sup> SOARES, 2019.

maior potência econômica e militar do mundo” (Bolsonaro apud Freire, 2019)

Instaurada a polêmica, Eduardo Bolsonaro acabou desistindo de se tornar embaixador nos Estados Unidos. Entretanto, este episódio mostra como o bolsonarismo pensa a política externa e, conseqüentemente, a interna também. Não se pode ler o caso como meramente uma tentativa de corrupção via nepotismo, porque a própria ideia de nepotismo é estranha à gramática pós-fascista. A ideia de que é errada a suspensão do mérito em detrimento a vínculos familiares no exercício da função pública só existe se for levada em consideração que existe a coisa pública.

Como explicitado com Wendy Brown, esses princípios familiares antidemocráticos são o que regem e mantém a ordem no mundo, segundo esse pensamento. Aqui, pode-se colocar essa construção teórica de Brown em diálogo com a própria ideia de batalha espiritual, que foi destrinchada mais acima: não é necessário ter capacidade, pois Deus capacita. Se a família Bolsonaro representa essa tradição, se é ela que possui a unção, é ela que tem que tomar posse do espaço público. Não por ser mais capacitada, tal qual a Teologia da Prosperidade explicita, mas por tomar posse da bênção. Assim como a família Trump, ou a família Netanyahu.

Por isso, não há nenhum constrangimento por parte de Jair Bolsonaro em defender que seu filho seja embaixador, mesmo que sua única atividade profissional nos Estados Unidos tenha sido fritar hambúrguer. Ele é o mais capacitado por pertencer à família que precisa ocupar aquele espaço público, guardião dos valores. E, como não existem relações institucionais públicas e impessoais, apenas vínculos afetivos e familiares, também por ter relações pessoais com a família que estava na Casa Branca, igualmente de posse de bênção.

O mesmo processo aconteceu com a família Netanyahu em Israel. Jair não dizia considerar Benjamin Netanyahu um aliado, mas um “irmão”.<sup>69</sup> Eduardo Bolsonaro também se aproximou de Yair Netanyahu, filho do primeiro-ministro israelense, chegando a dar uma longa e amigável entrevista a este em um podcast.<sup>70</sup> Ao contrário de Eduardo, Yair não possui nenhum cargo ou influência política que justifique institucionalmente essa aproximação. É por este motivo que, a despeito

---

<sup>69</sup> KRESCH, 2019.

<sup>70</sup> NETANYAHU, 2020.

de considerar Israel e Estados Unidos como integrantes centrais da civilização judaico-cristã, a relação do governo Bolsonaro com estes países nunca foi de Estado, e nem mesmo de governo, mas familiares.

É por isso que, em inflexões históricas na tradição diplomática brasileira, Bolsonaro apoiou candidatos e eleições de outros países. Em abril de 2019, visitou Israel nas vésperas de uma eleição parlamentar difícil para o premier israelense, deixando ser usado como arma de campanha.<sup>71</sup> Em 2020, fez coro ao discurso que duvidava dos resultados das eleições norte-americanas e reconheceu a vitória do democrata Joe Biden apenas 38 dias após os resultados das eleições.<sup>72</sup>

As saídas de Trump e Netanyahu no poder em 2021 isolaram o Brasil no cenário internacional, de tal maneira que Ernesto Araújo foi obrigado a deixar o cargo no Itamaraty no início de 2021. Alguns meses antes, em uma formatura de novos diplomatas, Araújo fez um discurso famoso e revelador sobre o futuro desafiador que se avizinhava:

Alguns aspectos do chamado multilateralismo podem até ser bem-intencionados, mas jamais alcançarão seus objetivos declarados. Como não creem, os multilateralistas têm medo, têm vergonha de falar em liberdade. Nos discursos de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas deste ano, por exemplo, os Presidentes Bolsonaro e Trump foram praticamente os únicos a falar em liberdade. Naquela organização que teria sido, que foi fundada no princípio da liberdade, mas que a esqueceu. Sim, o Brasil hoje fala em liberdade através do mundo. Se isso faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária. [...] Talvez seja melhor ser esse pária, deixado ao relento do lado de fora, do que ser um conviva no banquete de cinismo interesseiro dos globalistas, dos corruptos e semicorruptos (Araújo, 2020, p.365).

Araújo contrapõe o multilateralismo com a liberdade porque o significado de liberdade para a extrema-direita é bastante contraditório à própria ideia de multilateralismo. A defesa de um multilateralismo pressupõe não apenas a colaboração de diferentes Estados para objetivos comuns, mas a existência e representação da sociedade civil. Portanto, o multilateralismo propõe um universalismo profundamente abstrato nessa gramática de entendimento do mundo, diametralmente oposta à liberdade. Porque a liberdade só pode ser garantida com a

---

<sup>71</sup> BRASIL, 2019.

<sup>72</sup> MAIS DE UM MÊS [...], 2020.

ausência do social ou da ideia de universal. A liberdade é a própria destruição do espaço social.

Chama a atenção que o ministro das Relações Exteriores do Brasil comemore a possibilidade do Brasil se tornar um pária internacional. O pária é aquele cuja existência se dá ao largo do convívio social, à margem da sociedade. Portanto, o pária está fora do espaço comum, das representações de universalidade, de empatia, inclusão ou igualdade. O pária não precisa encarar e respeitar aquele que é diferente. Não é necessário ao pária o exercício da alteridade. A mensagem que Araújo passa é que o único vínculo internacional possível é aquele pessoal e familiar, daqueles que dividem o poder do espaço público na civilização judaico-cristã. Assim se conquista a plena liberdade.

## 6.6

### Novos Significados

Nos capítulos anteriores, foi usada uma vasta literatura interdisciplinar para entender a construção da gramática e da identidade de extrema-direita ao longo do tempo. A ideia de que o mundo moderno é profundamente abstrato, caótico e ininteligível, com a passagem do tempo linear, rumo a um futuro desconhecido, é um grande problema para estes grupos. Por isso, é necessário criar uma gramática de inteligibilidade do mundo nova, que crie novos futuros e novos passados, que se encontrem em algum momento. É necessário que as categorias voltem a ser concretas. As identidades precisam voltar a ser concretas.

Essa gramática cria uma linguagem nova, como foi mostrado em Victor Klemperer (2020). Uma linguagem onde os próprios significados das palavras vão se tornando mais chapados e absolutos, com menos margens de interpretações, com menos possibilidades de figuras de linguagens. Assim, o estudo nas extremas-direitas também é o estudo de sua linguagem, de como significantes conhecidos e consolidados vão adquirindo novos significados que consigam dar conta dessa nova alfabetização na leitura de mundo.

O objetivo desse capítulo foi discutir como se deu a relação do governo Bolsonaro com os seus dois principais aliados no mundo ao longo de seu mandato: Israel e Estados Unidos. Em uma leitura tradicional de Relações Internacionais sobre a relação bilateral entre países, a melhor maneira de se entender como essas

relações se dão seria pela adoção de políticas práticas, visitas oficiais, aproximação institucional, tratados comerciais, declarações conjuntas ou diversas outras formas de relações com estes países. Contudo, como mostrado, essas relações têm muito pouca importância para o movimento político pós-fascista. As declarações de amor, as relações interpessoais familiares e as aproximações simbólicas unilaterais não são apenas uma espécie de cortina de fumaça para encobrir outros interesses. Eles são a própria razão de ser das relações internacionais, muito mais importante do que qualquer relação mais pragmática.

Obviamente, há muitos atores que atuam como sistema de freios a esse ímpeto do bolsonarismo, como a burocracia estatal, a institucionalidade brasileira ou mesmo interesses econômicos particulares. Por exemplo, uma promessa de campanha de Jair Bolsonaro foi a transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, como aceno ao público evangélico e ao governo israelense. Bolsonaro declinou da ideia para não entrar em conflito com setores importantes do agronegócio, pois isso prejudicaria relações com os países árabes, grandes compradores de produtos brasileiros, sobretudo o frango halal.<sup>73</sup>

Por isso, a intenção aqui não foi mostrar as realizações de como foram as relações do Brasil com Estados Unidos e Israel, na prática, durante o governo Bolsonaro. Mais importante que isso é entender como o bolsonarismo, sem amarras, enxerga as relações com estes países. Para isso, é necessário entender, dentro da construção dessa gramática bolsonarista, qual é o *significado* atribuído aos Estados Unidos e Israel. O que esses países (e essas palavras) significam de fato na construção de mundo, de projeto de futuro e na identidade desses grupos.

Para isso, foi necessário construir, primeiramente, a ideia de civilização judaico-cristão no Brasil enquanto movimento político e estético. Utilizando a construção teórica de gramática de extrema-direita e construção do Outro nos primeiros capítulos, argumentamos que esta linguagem pós-fascista brasileira passa muito por uma leitura de mundo evangélica neopentecostal. Isto não significa que o neopentecostalismo cria este movimento, mas, como defendemos, teve a sua construção teológica transformada para se adaptar a esta subjetividade pós-fascista que já vinha encontrando terreno fértil para se espalhar no país. Essa linguagem

---

<sup>73</sup> CORRÊA, 2018.

oriunda do movimento neopentecostal brasileiro molda o discurso bolsonarista como um todo.

Com base nessa argumentação, passamos a discutir como se constrói os novos significados de Israel e Estados Unidos. O conceito de Israel Imaginário que enxerga Israel não como um Estado moderno, mas como uma espécie de paraíso do imaginário de extrema-direita: homogêneo, branco, ultraconservador, bélico e heteronormativo. Uma espécie de representação absoluta da civilização judaico-cristã.

Assim, Israel adquire um significado descolado do real significante. Importante salientar que o fato de Israel adquirir outro significado nessa gramática não significa que a realidade do país não possa, por muitas vezes, se aproximar dessa idealização. O que interessa é entender que este significado venha de outra visão de mundo, de outra construção de realidade muito diferente das lentes de racionalidade modernas tradicionalmente utilizadas na Academia.

Depois de Israel, foi a vez de discutir os Estados Unidos por essa lente. A centralidade na figura de Donald Trump como personalidade autoritária também é feita por essa gramática de significação de mundo. A grande diferença para a análise dos dois países é que os Estados Unidos não podem ser vistos como uma nação homogênea, pelo seu tamanho e importância. Por isso, o Partido Democrata, ou qualquer movimento social ou político dentro do país, é considerado como um “outro de dentro”, conspirador e perigoso, que não representa os valores americanos. Assim, também há a construção de espécie de “Estados Unidos imaginário” como a terra da liberdade, com todos os valores positivos tal qual Israel, mas apenas para os seguidores de Trump, inerente à sua figura.

A construção dessas sociedades imaginárias na gramática da extrema-direita molda a condução de política externa do Brasil para com estes dois países de maneira central. A tentativa de aproximação e subserviência total a estas duas nações faz parte dessa gramática de entendimento de mundo. Possíveis recuos ou negociações desse alinhamento automático se fazem, não por convicção ideológica, mas por pressões políticas, econômicas e institucionais.

Por último, também discutimos a maneira como é feita essa aproximação. Com a falência da ideia abstrata de sociedade e do espaço público, o alinhamento é feito pelas relações pessoais e familiares. Não é apenas necessário se aliar aos Estados Unidos enquanto país, porque a própria noção de relações republicanas

entre Estados-Nação é estranha à construção de uma gramática de mundo de extrema-direita. Nessa lógica, se a civilização judaico-cristã é construída pelas relações pessoais entre famílias, o alinhamento automático deve ser com a família Trump. As relações diplomáticas precisam englobar, principalmente, a família dos mandatários e seus amigos próximos, em laços sociais de proximidade. O mesmo acontece com o alinhamento a Netanyahu em Israel. Não há a possibilidade de relações impessoais e institucionais porque essas simplesmente não existem nessa gramática.

Israel e Estados Unidos, portanto, são mais que aliados. Significam a construção de uma comunidade imaginada baseada na ideia de civilização judaico-cristã. A ontologia bolsonarista demanda os símbolos e significantes imaginados desses dois países. Entretanto, estão longe de ser a única possibilidade de criar fortes laços diplomáticos (e, necessariamente, familiares e afetivos) com outros Estados.

No próximo capítulo, discutiremos países que possuem o significado diametralmente oposto. Se Israel e Estados Unidos representam o passado idealizado, os valores da civilização judaico-cristã, de alguma maneira, o Bem, a conjura, China e Venezuela representam o oposto. São interpretados como conspiradores, responsáveis pela decadência do tempo presente e dos próprios valores. Se, neste capítulo, falamos sobre países que se aproximam do divino, o próximo será dos países que se aproximam do diabólico.

## 7 O Diabo é Vermelho

Voltamos ao segundo capítulo, mais precisamente quando argumentamos que o anticomunismo foi uma retórica muito importante para a formação de identidade de setores mais conservadores da sociedade brasileira desde os tempos da consolidação da nação brasileira, nos primeiros anos do século XX. O anticomunismo, que sempre vai atrelado à uma retórica de conspiração, não é exatamente uma novidade. Muito pelo contrário, ele foi central em momentos agudos da História política brasileira ao longo de todo o século XX:

Não seria exagero nenhum afirmar que se a história política recente do Brasil tem se caracterizado por uma constante e crescente presença das Forças Armadas na cena política, esta presença tem sido justificada, antecipadamente ou posteriormente, através da retórica anticomunista. Do golpe de 1937 ao golpe de 1964; da cassação do PCB em 1947 até a legalização dos partidos clandestinos em 1985; da Revolta de Jacarecanga até o Manifesto Silvío Frota de 1977; das críticas (e estímulo à neutralização) ao projeto de reforma agrária de 1963, às mesmas críticas e neutralização ao projeto de reforma agrária de 1985; da eleição de Getúlio em 1950 à eleição de Leonel Brizola, como governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 em suma, não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinquenta anos e que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada (Ferreira, 1986, p. 50-51).

Entretanto, a maneira como se faz a política mudou, a partir de uma retórica que não passa apenas pela conspiração, mas pelo próprio reencantamento, em termos cada vez mais metafísicos. O comunismo não é uma ideologia perversa, de pessoas perversas. Ele é a própria perversão, uma encarnação política do próprio diabo. Na primeira parte deste último capítulo, faremos uma digressão sobre a construção teórica deste trabalho para entendermos a construção do sentimento anticomunista do bolsonarismo. A partir de então, chegamos ao objeto de análise deste capítulo: como o anticomunismo (e o antipetismo e variações) molda, através de uma gramática antissemita, o imaginário de dois países vistos como inimigos: a China e a Venezuela.

O imaginário do diabo apareceu duas vezes nesta tese. No primeiro capítulo, com a leitura de Girardet (1987), Poliakov (1991) e Di Cesare (2021), argumentamos que a imagem do diabo no Ocidente vai representar a mudança, o tempo linear. O diabo vai representar a noite e o anonimato da cidade. É através do diabo que se explica o inexplicável, que se entende o ininteligível. A explicação do mundo pelas lentes da conspiração necessita da figura e da estética satânica. Os que se reúnem e tramam na sombra são os responsáveis pelas mazelas do mundo. Satanás não é apenas uma crença, é uma lente simplificada de leitura do mundo. Nesse contexto, associado ao diabo estão principalmente judeus, mas também jesuítas e maçons. Além disso, ao longo do século XIX, também se consolida a imagem do comunista como diabólico.

Já no capítulo cinco, o diabo aparece na construção da gramática bolsonarista através de uma leitura evangélica neopentecostal. A Teologia da Prosperidade faz com que o fiel tome posse da benção, que toma posse do poder divino, visto que Deus escolhe os escolhidos e capacita os incapacitados. É uma teologia extremamente mágica, onde Deus e o Diabo travam uma disputa cósmica no plano do mundo material. A partir da Teologia do Domínio, nos anos 1980, os demônios se tornam pessoais e hereditários. É necessário conquistar cada pessoa e cada território em nome de Deus. O diabo é onipresente, e o fiel precisa vigiar a todo instante para não cair em suas artimanhas. Nessa chave, o diabo pode assumir as mais diferentes formas do que se afasta dos princípios divinos. No Brasil do século XXI, principalmente as religiões de matriz africana. Não é por um acaso: são elas que representam uma resistência cultural interna da sociedade brasileira à memória construída de civilização judaico-cristã. Em outras palavras, representam a mudança.

Não é necessário muito esforço para entender que a construção deste Outro diabólico, como agente da mudança, é a mesma. A complexidade do mundo se transforma em uma batalha campal entre dois lados muito bem estabelecidos, entre o bem e o mal. Entretanto, mais importante do que isto é entender o que é ideia de passagem de tempo. Visto que a Teologia da Prosperidade faz o fiel se apossar individualmente da benção, a passagem do tempo também é individual. Nessa construção de mundo, da civilização judaico-cristã perfeita e atemporal, a decadência individual de cada um é causada pelo diabo. O futuro reluzente coletivo se faz pela prosperidade material de cada um individualmente. A conjura do bem é

um coletivo de indivíduos escolhidos por Deus para a prosperidade. Assim, a derrota do Mal absoluto precisa também seguir uma lógica à la Margaret Thatcher: não existe sociedade, o que existe é conjunto de indivíduos. O futuro reluzente se faz em cada um, e se prova com conquista material e financeira.

No início deste trabalho fizemos essa diferenciação a partir da construção do personagem Shylock em *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare. A escolha por um personagem judeu para mostrar essa desumanização se dá justamente pela ideia de que o judeu degenera por ser forte, e não por ser fraco. Alguém que age nas sombras para dominar o mundo e as finanças, que tem sua humanidade diferente. Muito diferente do caso dos negros, por exemplo, que degenerariam por serem menos evoluídos.

Como também já mencionado, Olavo de Carvalho coloca a China e o Islã como dois eixos de globalismo diferentes, o primeiro representando o comunismo econômico junto à Rússia e o segundo o Califado Global. Entretanto, o próprio Olavo faz diferenciações. Em entrevista para Teitelbaum para o livro *Guerra pela Eternidade* (2020), quando perguntado se temia mais o Islã ou a China, ele responde: “Eu acredito que a China seja mais perigosa. Porque eles não têm senso real de humanidade. Eles pensam que as pessoas são coisas. Acreditam que você pode substituir uma pessoa por outra. Eles não são boas pessoas” (Carvalho apud. Teitelbaum, 2020, p. 230).

A resposta de Olavo é esclarecedora por dois aspectos. Primeiro porque ao contrário do que faz com judeus, não separa entre bons e maus, pois são todos *naturalmente* maus. Depois, ao contrário do islã, eles não possuem um clamor religioso, ainda que queiram invadir o Ocidente com esta dominação. Segundo essa perspectiva, são materialistas a princípio e, portanto, representam o que há de mais decadente na humanidade. Mais do que isso: conspiram para levar esta decadência para os outros países. A dominação mundial chinesa é a degeneração *espiritual* da humanidade. É ela que carrega o mundo para as ruínas civilizacionais, que patrocina o esfacelamento da civilização judaico-cristã por dentro, não para impor uma outra doutrina espiritual, mas para impor a era das trevas. É por isso que, ao contrário do islã, que buscaria dominar pela religião, a China buscaria pela economia. Ou seja, através de uma dominação da própria alma, ainda mais moderna.

Voltamos também a Benjamin, quando traz sua percepção do quadro *Angelus Novus*, do Paul Klee. A ideia de que o passado são ruínas que se acumulam, e que

o tempo é o vento que sopra para longe o anjo da História, que olha com olhos vidrados para o passado, enquanto dá as costas para o futuro. Esta não é necessariamente uma percepção de tempo que vai se constituir como fascismo, mas que é essencial para entender o fascismo como gramática, principalmente com a percepção de conspiracionismo. Nenhum processo natural ou de mudanças complexas fazem a História, é necessário dar rosto e nome a este processo.

A construção teórica deste último capítulo passa por esta percepção de realidade do tempo. A gramática da extrema-direita brasileira constrói os seus inimigos a partir de quem molda o tempo, de quem tem a caneta que escreve a História na mão. Em outras palavras, os que possuem o significado de conspiração. Aqui já foram comentados alguns deles. A esquerda, de modo geral, movimentos negros e feminismos, pessoas trans, judeus de esquerda, terroristas islâmicos. Tudo o que está associado à conspiração, por mais contraditórios que sejam entre si, entra em um mesmo campo semântico de degeneração por dentro, do Outro de Dentro e, ao fim, do poder da escrita da História.

Também como já argumentado, a própria ideia de política externa como uma política específica é estranha à extrema-direita. Afinal, se a política se faz através do embate com os inimigos dominantes, e estes inimigos estão coordenados nacional e internacionalmente, não há embate interno que também não seja externo, e vice-versa. A ideia de que os inimigos de fora necessariamente precisam estar associados a inimigos internos é essencial para a construção da gramática fascista. Lembramos que Benjamin deixa claro que a estética fascista é a do confronto, cujo ápice é a guerra. Adorno diz que a animação fascista é a de destruição, do outro, mas também de si mesmo, do próprio mundo como ele é. Portanto, a guerra convencional e a destruição mútua não são exatamente um problema para o fascismo histórico, para o Tradicionalismo (lembro que, para o Tradicionalismo, a destruição total implica em um novo ciclo da humanidade, que começaria em uma Era de Ouro) ou mesmo para bolsonarismo. O medo que se tem é o da degeneração, da corrupção por dentro. É uma guerra, mas é uma guerra cultural. Uma batalha espiritual.

Dessa maneira, a leitura da política externa do governo Bolsonaro através de sua gramática implica em dois fatos. O primeiro é que um inimigo externo eleito precisa, necessariamente, estar associado a um ou mais inimigos internos. Porque o mesmo não é fruto de invasão física e guerra, mas de degeneração do espírito, da

corrupção da civilização judaico-cristã. O segundo é que estas associações entre inimigos internos e externos não *vão* degenerar, elas *já estão* degenerando. Os planos estão sempre em curso há muito tempo. O presente está sempre em crise porque ele já é a antessala do futuro. O futuro é sombrio porque começou a ser construído em algum momento do passado distante, quando pessoas estranhas à comunidade e ao território começaram a mudar as coisas com objetivo claro de dominação. Estas pessoas moldaram a realidade degenerada do presente, afastando essa comunidade de sua essência divina, de seus significados. O plano está em curso. E estas pessoas, conspiradores e degeneradores, construirão seu sonho distópico em um futuro breve, que está para chegar em pouco tempo se nada for feito de maneira urgente.

É a partir desta chave de entendimento que, neste capítulo, serão utilizados dois desses inimigos conspiradores. O primeiro é a China. A ideia é de que a China hoje representa o velho perigo vermelho do comunismo mundial. O problema não é exatamente o perigo de uma guerra franca contra o exército chinês, mas de como a China conspiraria para instaurar o comunismo no país por dentro, através de inimigos internos ao Brasil.

A despeito do discurso anticomunista não ser uma novidade de modo geral, há duas questões relevantes a se destacar na construção da conspiração chinesa. Primeiramente, o pânico comunista muda a partir do momento que o significado de comunismo muda com o passar do tempo. É óbvio que o pânico comunista nunca foi apenas referente ao perigo de uma ideologia política e econômica considerada perigosa e sempre foi associada a uma questão moral religiosa muito forte. A questão é que, em um contexto de construção de mundo pós-Guerra Fria e construção de uma gramática de entendimento do mundo baseada em reencantamento cristão, como argumentamos, o comunismo vira uma entidade quase que exclusivamente metafísica. O comunista não é apenas o conspirador imoral, mas o próprio demônio. Assim, quando a China assume o papel de propagador do comunismo mundial, não há possibilidades de se pensar em projetos econômicos (bons ou maus) a partir disso, porque o projeto é o próprio anticristo.

Depois, o principal acontecimento mundial durante o governo Bolsonaro, totalmente alheio aos seus embates internos: a pandemia de Covid-19, desde a propagação da doença até a questão das vacinas. A pandemia, que teve início na China, desencadeou uma série de ações que mudaram radicalmente os hábitos, o

funcionamento da economia e a maneira como se dão as mais banais relações humanas. Esse foi um cenário perfeito para a propagação de teorias da conspiração envolvendo a China e os planos de dominação mundial. Importante perceber que, como já mencionado, esse plano só daria resultado com a cumplicidade de atores internos.

O outro país relevante para entender a gramática bolsonarista é a Venezuela. O colapso da economia e da democracia venezuelana oferece à gramática bolsonarista um exemplo de futuro tenebroso para o Brasil que a China, em meio ao robusto crescimento econômico do último século, não pode oferecer. A ideia de que o Brasil pode “virar uma Venezuela” é muito mais do que imaginar uma crise econômica sem precedentes, ou mesmo ameaça aos valores democráticos, mas a construção do próprio inferno na Terra pelas mãos do comunismo.

A ameaça que a Venezuela traria ao Brasil não é mais de uma capacidade de dominação mundial atrelada à esquerda brasileira e à pandemia. A ideia é a infiltração da perversão moral na política nacional através do bolivarianismo. A União Soviética acabou há mais de três décadas e deu lugar a uma Rússia que em muitos momentos pode ser enxergada como uma aliada conservadora global e a China, por sua vez, não pode ser encarada propriamente como um exemplo ruim de comunismo, dado o fato de ter se tornado uma potência global. Por isso, o bolivarianismo, nessa gramática, funciona como uma forma de circunscrever os possíveis horrores do comunismo à Cuba e, principalmente, à Venezuela. São as mazelas desses países que representam o futuro do Brasil dominado pelo comunismo.

De impactos diretos para a tomada de poder no Brasil, a construção da conspiração bolivarianista é feita através do chamado “Foro de São Paulo”, em uma união das esquerdas da América Latina, e pela infiltração de “agentes bolivarianos” diretos da Venezuela que chegariam ao território nacional por Roraima, como imigrantes.

Como ficará claro ao longo do capítulo, a diferença de leitura de China e Venezuela cria dois diferentes diagnósticos na relação desses países com o comunismo. A China é um lugar muito distante, muito diferente e uma potência mundial. A Venezuela é um vizinho próximo em profunda crise. Portanto, a leitura é que a China é o comunismo, que a população da China, como disse Olavo de Carvalho, “não tem senso de humanidade”. Eles se tornam uma potência, portanto,

para submeter o mundo ao seu poder, enquanto conjunto, enquanto sociedade. Diferentemente disso, a Venezuela é *vítima* do comunismo. O cidadão comum venezuelano está submetido ao regime demoníaco e tenta sobreviver. Em uma leitura de causalidade diabólica, o demônio se apossou da Venezuela, a China é o próprio demônio.

Em resumo, a análise desses países é sustentada pela construção teórica sobre conspiração que fizemos até aqui, na ideia de que necessariamente existe um Mal que quer se espalhar pelo mundo e que, para isso, atores internos precisam estar em conluio com atores externos para degenerar a sociedade por dentro, debaixo dos olhos de todos. Só é possível existir uma conspiração mundial para acabar com o Brasil em seus valores judaico-cristão se esta conspiração contar com atores internos que façam o papel de dominação cultural e política por dentro.

## **7.1 Um Tigre na Sala**

A Revolução Chinesa foi implementada em 1949, e fez com que o Brasil cortasse relações diplomáticas com o país. Estas relações foram reestabelecidas em 1974, ainda em um contexto de Guerra Fria e com o Brasil sob Ditadura Militar. O governo militar brasileiro, inclusive, assinou diversos acordos de cooperação com o governo comunista chinês logo após as relações estabelecidas. Esses acordos diziam respeito ao uso pacífico de energia nuclear (1978), ao transporte marítimo (1979) ou se concentravam na área de ciência e tecnologia (1982). O mais importante deles foi a assinatura do primeiro acordo comercial bilateral China-Brasil, em 1979 (Vadell; Spellmann, 2024).

Já em 1993, o Brasil inaugura uma nova fase com o país asiático com o estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China (Bessimo; Neto, 2024). Desde então, os laços diplomáticos e comerciais entre os dois países vêm se intensificando ano após ano, principalmente após a crise econômica global de 2008. Desde 2009, a China se tornou o mais importante parceiro comercial brasileiro, e esta dependência do Brasil em relação à China só aumentou desde então, inclusive sob o governo Bolsonaro. Dentre as aproximações políticas e econômicas, destaca-se também o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), grupo de países em desenvolvimento, em franca expansão na primeira década do século XXI, a

consolidação do BRICS na Conferência de Durban em 2013 e a criação do banco de desenvolvimento dos BRICS em 2015 (Vadell; Spellmann, 2024).

Em março de 2018, ainda em pré-campanha eleitoral, Bolsonaro visitou a ilha de Taiwan, província considerada rebelde pela China. Na viagem, deixou claro a sua intenção de romper com regimes que considerava comunista ou simpáticos ao comunismo. A viagem foi recebida como uma provocação pelo Partido Comunista Chinês. Os inúmeros ataques à China durante a campanha presidencial se deram em caráter exclusivamente ideológico, para ganhar votos, não havia nenhuma real preocupação com um possível comportamento predatório do país em economias mais frágeis como a brasileira (Carletti; Bueno, 2024).

Bolsonaro afirmou em campanha que a China não estava comprando do Brasil, e sim comprando o Brasil. Uma vez empossado presidente, foi obrigado a moderar o discurso anti-China pela extrema dependência brasileira do mercado consumidor chinês. Ainda em maio de 2019, poucos meses depois da posse, o vice-presidente Hamilton Mourão visitou a China para desfazer a má impressão.<sup>74</sup> A visita resultou na recriação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), instrumento bilateral que facilita a entrada de empresas brasileiras no mercado chinês e estava paralisado desde 2015 (Carletti; Bueno, 2024).

Em outubro de 2019, o próprio Jair Bolsonaro visitou a China, e disse estar “próximo de 100% afinado” com o país. Disse, ainda, que o Brasil é um “mar de oportunidades”, e que quer compartilhar isso com a China (Lindner, 2019). Em novembro, menos de um mês depois da visita de Bolsonaro à China, Xi Jinping veio ao Brasil para a 11ª Cúpula dos BRICS e enfatizou a vontade chinesa de fortalecer laços com o país. Em clima amistoso, os países assinaram nove atos de cooperação, como um plano de ação para a agricultura, um tratado sobre transferência de condenados pela Justiça e dois protocolos sanitários para exportação de pera chinesa ao Brasil e de melão brasileiro à China.<sup>75</sup>

O clima hostil na campanha eleitoral havia se transformado em uma relação mais próxima e pragmática no primeiro ano de governo Bolsonaro. Alguns integrantes do bolsonarismo mais fanatizados ainda mantinham a retórica anti-

---

<sup>74</sup> ROSSI; MOTA, 2019.

<sup>75</sup> AGÊNCIA ANSA, 2019.

China em alta, como o chanceler Ernesto Araújo (Carletti; Bueno, 2024). Entretanto, como veremos mais adiante, esse comportamento mais pragmático perde a força com a chegada na pandemia de Covid-19 ao Brasil.

Em 2019, ano em que Bolsonaro entrou no poder, as exportações para a China representavam 28,7% do total para o Brasil, enquanto as importações chinesas 19,4%. Em 2021, em plena pandemia e com o discurso conspiratório anti-China, as exportações para a China explodiram de US\$63 bilhões para US\$87 bilhões, saltando para 31,3% do total exportado pelo Brasil. As importações também subiram de US\$36 bilhões para US\$47 bilhões, o que representa um salto de 19,4% para 21,7% de participação total (Carletti; Bueno, 2024). Este incremento na balança comercial brasileira com a China vem principalmente do aumento substancial da exportação de minério de ferro, soja e petróleo cru. Uma tendência que tem a ver menos com a simpatia em relação ao mercado chinês e mais a ver com a tendência de longo prazo de desindustrialização e de reprimarização da economia brasileira, fornecendo cada vez mais insumos básicos para o mercado global (Vadell; Spellmann, 2024).

Há claramente um descompasso entre as relações econômicas dos dois países e as relações diplomáticas, sobretudo no âmbito do poder executivo federal. Por um lado, a retórica sinofóbica de Bolsonaro e de seu governo a partir da pandemia de Covid-19 acontece em um movimento inédito na diplomacia brasileira, que não foi visto nem nos governos militares no auge da Guerra Fria, após a retomada das relações diplomáticas entre os dois países. Por outro, as relações comerciais entre os dois países não parecem ter sofrido muitos abalos durante essa passagem histórica.

Bessimo e Neto (2024) argumentam que, mesmo que seja óbvio que o bolsonarismo não goste da China de um modo geral, e deixe claro em muitos momentos, a relação entre Brasil e China não é necessariamente uma relação de governos. Há muitas empresas privadas e entidades da sociedade civil que fortalecem laços comerciais e culturais, a despeito das vontades do governo Bolsonaro. Além disso, há um grande *lobby* de setores da economia brasileira, principalmente agroexportador, que dependem do mercado chinês ao mesmo tempo que são base de sustentação política do bolsonarismo, como é o caso do agronegócio.

Um exemplo disso é que, apesar dos sucessivos ataques conspiracionistas anti-China de bolsonaristas mais radicais já estarem explodindo em um cenário de pandemia, o Ministério da Agricultura chefiado, pela ministra Teresa Cristina (DEM-MS), fez questão de manter uma relação muito próxima e amistosa com os chineses. Um exemplo disso foi a criação do Núcleo China em 2020, departamento estratégico criado pelo ministério visando facilitar as relações do agronegócio brasileiro com o país asiático (Carletti; Bueno, 2024).

Essa dependência brasileira em relação ao mercado chinês não é recíproca. O Brasil não figura entre os principais parceiros comerciais da China. Isto significa que há uma grande assimetria de poder na relação entre os dois países, tendo o país asiático muito mais ferramentas de influenciar negativamente a economia brasileira do que o contrário. Apesar da intensa retórica anti-China do governo Bolsonaro, sobretudo durante a pandemia, o governo chinês sempre tendeu a ter uma postura bastante pragmática, sem escalar atritos e trocas de acusações de parte a parte.

Aliás, como já apresentado, a retórica e a performance são, para a extrema-direita de modo geral, mais importantes do que as efetivas relações comerciais e as movimentações da diplomacia. Não são cortinas de fumaça ou maneiras de agradar o eleitorado, mas um movimento político que se constrói pela estética e pela experiência sensorial. São a própria razão de existir do movimento e da formação das identidades a partir dele. Portanto, não importa muito se interesses econômicos e freios institucionais não acompanham a sinofobia e o anticomunismo da extrema-direita mais radicalizada no Brasil. O discurso anticomunista vira o discurso anti-China de conspiração forjando uma gramática de extrema-direita e letrando aqueles que ouvem atentamente as palavras que formam as teorias da conspiração oriundas desses discursos.

Outra questão relevante é que, se a construção do inimigo da gramática bolsonarista se faz através da degeneração interna, não são os produtos que o Brasil exporta para a China ou mesmo o que acontece dentro do território chinês, no outro lado do mundo, que são os problemas de fato, ainda que moralmente reprováveis no imaginário pós-fascista brasileiro. O grande problema é a maneira como a China degeneraria a sociedade brasileira, como o país asiático faria para corromper a moral e a economia do Brasil para a implementação de algum plano de dominação global.

Para a gramática bolsonarista, a construção da China como inimigo depende de dois fatores. Primeiramente, a ideia de que há a tentativa não de uma guerra direta, mas de degeneração do Ocidente e da civilização judaico-cristã. Como visto, Olavo de Carvalho colocava a China como parte fundamental do eixo econômico do globalismo, que através da Revolução Comunista visa corromper todo o Ocidente para dominá-lo. Também, na ideia de conspiração, existe a noção de que há inimigos internos, Outros de dentro, prontos para degenerar a sociedade brasileira em nome dessa finalidade maligna. Por último, a ideia de controle da própria História a partir de uma narrativa conspiracionista, em que o futuro obscuro que aguarda a humanidade estivesse sendo escrito hoje.

Ao longo do governo Bolsonaro, um evento totalmente atípico ofereceu todos os melhores insumos para que teorias de conspiração anti-China pudessem acontecer: a epidemia de Covid-19, que parou o Brasil a partir do início de 2020. Esta nova realidade forneceu todos os insumos ideológicos para que o pragmatismo dos discursos experimentado no primeiro ano do governo Bolsonaro perdesse para o discurso conspiracionista.

## **7.2** **“Chegou o Comunavirus”**

A sinofobia não é exatamente uma novidade no Ocidente, principalmente nos Estados Unidos, de onde vem muito da inspiração para a visão de mundo bolsonarista. Já no final do século XIX, a ideia de “perigo Amarelo” sintetizava o medo do Ocidente em relação às nações do extremo-orient. O medo era de que esses países assumissem a liderança do mundo e impusessem a todos um estilo de vida muito diferente do que o Ocidente estava acostumado. O “perigo amarelo” se ancora nas populações asiáticas diaspóricas presentes em países ocidentais, que são tratados como “Outros” absolutos, invasores (Quinan; Araújo, 2021).

A brutal ascensão do poder político e econômico chinês ao longo do século XX transformou esse perigo amarelo em sinofobia. Esta sinofobia possui dois elementos aparentemente contraditórios. Primeiro, a China é tida como um país exótico, um Outro, visto como inferior ao Ocidente. Ao mesmo tempo, seu aumento de poderio em todas as frentes possíveis poderia suplantará o próprio Ocidente (Urbano; Araújo; Melo, 2020).

O que o bolsonarismo faz de maneira muito eficiente a partir da pandemia de Covid-19 é misturar duas identidades “anti”: a sinofobia e o anticomunismo. O perigo amarelo e o perigo vermelho se confundem na formação de uma conspiração para dominação mundial. Essa gramática de construção de mundo enxerga o chinês como bestial, que come animais silvestres e não possui hábitos de higiene. O comunista, que é imoral e depravado, também é contra os valores do Ocidente. A retórica anti-China durante a pandemia deu ao bolsonarismo uma “raça ruim”<sup>76</sup>. O comunismo, o globalismo e a própria conspiração seriam inerentes ao próprio povo chinês. Etnia e ideologia se misturam porque, para a gramática binária de extrema-direita, pertencem ao mesmo campo semântico de inimigo.

Dessa maneira, a pandemia de Covid-19 é o cenário perfeito para emergir esse tipo de discurso:

Desde a Gripe Espanhola, uma epidemia virótica não registrava um número de casos tão elevado, e desde a Grande Depressão, a economia mundial não passava por uma recessão tão grande. Isso acarretou mudanças no cotidiano global: procedimentos de quarentena foram estabelecidos e a circulação de pessoas se tornou limitada. O pânico se instaurou nas mídias por conta das explicações escassas sobre a origem do vírus e a possibilidade de cura, levando a uma onda de desinformação generalizada. Por conta dessa grande ansiedade e dos impactos causados por uma situação cujas explicações ainda são insatisfatórias, os indivíduos se sentem sem controle sobre o futuro e reagem de forma a tentar a recuperar a agência que lhes foi tomada. O discurso popular se orienta para a elaboração de teorias da conspiração, criando narrativas que oferecem um universo de primeiras respostas sobre as incertezas institucionalizadas (Quinan; Araújo; Albuquerque, 2021).

Assim, a ideia de uma conspiração chinesa e globalista para a instauração de um comunismo global ganhou força. Apesar da importância da China para a economia brasileira e do poderio militar, político e econômico do país, os ataques ao governo chinês, ao povo chinês e ao suposto comunismo internacional se confundiam porque eram enxergados como a mesma coisa.

Internamente, o governo Bolsonaro tratava o vírus como um plano do governo chinês. No dia 22 de abril de 2020, o então chanceler Ernesto Araújo publicou um artigo intitulado *Chegou o Comunavirus*, onde se referia à propagação do vírus

---

<sup>76</sup> No discurso da Hebraica de 2017, Bolsonaro cita como “raças boas” o Japão, a Alemanha e a Itália.

como um plano do globalismo para a elite secreta mundial acabar com as fronteiras e instaurar um governo mundial. Olavo de Carvalho fez também inúmeros ataques à China, chegando a dizer que o vírus era um plano *diabólico* do governo chinês (Quinan; Araújo; Albuquerque, 2021).

Da mesma maneira, o então ministro da educação Abraham Weintraub publicou um texto sinofóbico como se fosse o Cebolinha, personagem da Turma da Mônica, que troca a letra R por L em todas as palavras, em uma referência óbvia e estereotipada da maneira com que chineses fariam português: “Geopoliticamente, quem podeLá saiL foLtalecido, em teLmos Lelativos, dessa cLise mundial? PodeLia seL o Cebolinha?” (Weintraub publica [...], 2020).

No Brasil, a extrema-direita repetiu o presidente Donald Trump nos Estados Unidos, e começou a chamar o Covid-19 de “vírus chinês”, insistindo na ideia de que o vírus foi criado em laboratório para minar as economias ocidentais e fortalecer a China. O próprio Eduardo Bolsonaro, nome central dentro da política externa brasileira no período, fez uso explícito dessa narrativa (Kalil et al, 2021).

Kalil et al. (2021) fizeram um estudo das narrativas do governo Bolsonaro sobre a pandemia entre março e novembro de 2020, incluindo declarações públicas, entrevistas, posts em redes sociais e pronunciamentos oficiais. A conclusão do estudo é que a questão da pandemia sempre foi tratada como uma guerra, mas não exatamente contra o vírus. A estratégia do debate público sobre a pandemia passa pelos seguintes elementos:

(1) uma reaproximação entre o Brasil e os EUA de Trump, estabelecendo-os como aliados contra ‘inimigos comuns’ externos (China); (2) equiparando a China à corrupção política e moral com base em uma narrativa de que o Partido Comunista Chinês criou o vírus para minar os líderes conservadores, suplantando as liberdades individuais ocidentais e implementando um regime global autoritário; e (3) mirando a mídia que se opõe a governadores e prefeitos como ‘inimigos internos’, retratando-os como autoritários por adotarem medidas de distanciamento social (Kalil et al., 2021, p. 8).

Ou seja, a retórica em relação à pandemia fortaleceu vários pontos caros à gramática bolsonarista como argumentamos até aqui. Dentre os quais, o fortalecimento da relação atávica com os Estados Unidos, sustentado pela ideia de uma comunidade transfronteiriça de civilização judaico-cristã contra civilizações concorrentes, e de risco de degeneração através de inimigos internos. Nesse sentido,

o surgimento da China como inimigo tem esse duplo papel, de fortalecer as relações positivas, por inimigos em comum cultural e etnicamente “diferente”, e negativas, por associação direta desse inimigo com possíveis inimigos internos.

Dessa maneira, o próprio vírus vira um problema secundário, apenas uma parte de um plano muito maior de conspiração. Não somente com referência ao suposto favorecimento da China com o vírus, mas o transformando em um mal menor do que as medidas para contê-lo:

Essa estratégia é formada por narrativas que não visam apenas os "inimigos" de Bolsonaro. Elas também propagam a ideia de que esses "inimigos" — a mídia, a oposição política, a China, a OMS — estão tentando minar a economia brasileira por meio da disseminação de um vírus e, em seguida, causando reações exageradas para dificultar a atividade econômica. As narrativas ajudam a reforçar a noção de que a verdadeira emergência não é a pandemia, mas as ações instadas pela OMS e as consequências econômicas negativas dessas ações (Kalil et al, 2021, p.8).

Na realidade, o próprio presidente se referiu explicitamente a isso. Após criticar o isolamento social como medida de proteção, lançou uma campanha intitulada “O Brasil Não Pode Parar”, e afirmou: *“as consequências, depois dessas medidas equivocadas, vão ser muito mais danosas do que o próprio vírus”* (“Não Sou Coveiro” [...], 2022, grifo nosso).

Cabe aqui uma digressão. No capítulo 3, foi tratada a dimensão pornográfica inerente à gramática bolsonarista e de como esta se atrela à ideia de conspiração. Como argumentamos, o bolsonarismo, como qualquer gramática de extrema-direita, não lida bem com o obscuro, com o não-revelado, com o mistério. A estetização da política se faz com holofotes, para a revelação da verdade absoluta (Han, 2023). Um culto ao explícito, ao escatológico. Nada pode estar escondido, nada pode ser interpretável.

A pandemia gerou imagens profundamente pornográficas. Covas comuns abertas, hospitais de campanha em situação de caos, ruas e praças totalmente vazias, tal qual um cenário de filme distópico. A estética da pandemia é uma estética de revelação absoluta. Isto não significa que há um gozo com a tragédia em si, mas com a imagem produzida pela tragédia, que desnudou a grande verdade, que abriu os olhos do mundo para a realidade que os outros não queriam enxergar.

A dimensão pornográfica também é profundamente fálica. O impulso de Jair Bolsonaro se dizer “*imbrochável*” vem do mesmo lugar de, em um pronunciamento em rede nacional, dizer que “*Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria ou teria*” (“Não Sou Coveiro” [...], 2022, grifo nosso). Nesse sentido, a ideia de que morreriam apenas os mais fracos, idosos e pessoas com comorbidades é central na diminuição da gravidade do vírus. Como explica Han (2023, p. 40), a negatividade do outro é totalmente anulada, aniquilada com a outridade do outro. Não cabe o luto, mas enterrar esta negatividade. Ou, em uma gramática mais simples e direta, “Eu não sou coveiro, tá certo?”.<sup>77</sup>

Dessa maneira, um capítulo central na história do bolsonarismo durante a pandemia foi a vacina, e a protagonista dessa história foi a vacina Sinovac/Coronovac, desenvolvida em parceria com o Instituto Butantã e o Estado de São Paulo. Esta foi a primeira vacina distribuída no Brasil. O fato de ser produzida por um laboratório chinês em parceria com o ex-aliado e desafeto João Dória, governador de São Paulo, foi a narrativa perfeita para a produção de inimigos internos aliados aos externos. A Coronovac começou a ser chamada por bolsonaristas de “vachina” e “vacina do Dória”. Ao longo de todo 2020, o governo federal deixou claro que não apoiaria a produção e a distribuição da vacina, com discursos que desestimulavam a vacinação (Kalil et al., 2021):

A da China nós não compraremos, é decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população. Esse é o pensamento nosso. Tenho certeza que outras vacinas que estão em estudo poderão ser comprovadas cientificamente, não sei quando, pode durar anos. A China, lamentavelmente, já existe um descrédito muito grande por parte da população, até porque, como muitos dizem, esse vírus teria nascido por lá (Bolsonaro apud G1, 2020).

Se a Coronovac foi o principal alvo dos discursos anticiência do governo federal, o discurso de desconfiança pelas vacinas esteve presente em todas as demais campanhas, abarcando as mais variadas teorias da conspiração. A ideia de que as vacinas alteram o DNA humano, de que as vacinas transformam pessoas em híbridos com animais, que causariam as mais variedades de sequelas como autismo,

---

<sup>77</sup> Resposta de Jair Bolsonaro quando perguntado sobre o número de mortos na pandemia, em maio de 2020. Cf. GOMES, 2020.

câncer, HIV, demência ou “homossexualismo” – recolocando a homossexualidade como uma condição médico-patológica (Kalil et al., 2021).

Obviamente, o movimento antivacina não foi inventado pela extrema-direita do século XXI. Entretanto, é bastante clara a aderência do discurso antivacina na extrema-direita. Judensnaider e Forato (2024) argumentam que essa aderência se dá pelo boicote às instituições internacionais e o desenvolvimento sustentável; a deslegitimação das fontes de autoridade tradicionais na mídia e na ciência; apologia dos direitos individuais em detrimento de direitos coletivos; e combate às políticas e *Welfare State*. Assim, o movimento antivacina se torna um poderoso instrumento na difusão não apenas do negacionismo científico, mas da própria credibilidade de organizações multilaterais. Com essa aderência, o movimento antivacina acaba servindo de trampolim para outras agendas conservadoras.

Isto porque a vacina, primeiramente, é uma construção de imunidade coletiva, onde o que vale não é a lei do mais forte, mas o direito de todos. A vacinação em massa é o triunfo da *igualdade*. Depois, porque essa coletividade não pode respeitar fronteiras nacionais, visto que a doença também não respeita. Também a distribuição depende de organizações internacionais, grandes grupos farmacêuticos transnacionais. Em resumo, um prato cheio para toda a sorte de conspiração que envolva *globalistas*.

Todas as teorias da conspiração envolvendo possíveis sequelas da vacina vem da ideia de dominação dos corpos das pessoas pelo Mal. Fazer com que o Mal entre no corpo da pessoa e se aposses desse corpo. Da alteração do DNA ao HIV, passando pela homossexualidade, é a corrupção da sacralidade do corpo pelo que é ininteligível, obscuro e abstrato. A vacina, portanto, está na gramática da causalidade diabólica e no reencantamento do mundo proposto pela Teologia da Prosperidade neopentecostal. A vacina toma a forma do diabo. Uma vez que a vacina invade o corpo, ela é a mudança para um futuro sombrio.

Deixamos para o final deste tópico uma teoria da conspiração criativa e particularmente relevadora sobre as vacinas de Covid-19 e a relação com a China, e bastante difundida no Brasil: a ideia de que a vacina tem um “chip” de monitoramento. Nos Estados Unidos, o chip seria culpa do bilionário americano Bill Gates,<sup>78</sup> que representa uma suposta conspiração mundial globalista pelo lado

---

<sup>78</sup> SENNA, 2020.

das grandes finanças internacionais que supostamente se aliaram à esquerda para dominar o mundo.

Já no Brasil, há registros de muitos pastores missionários evangélicos convencendo população indígena no Norte do Brasil a não se vacinar porque a vacina teria um chip que seria a “marca da besta” (Mayume, 2021). Essa ideia foi amplamente difundida em canais de comunicação evangélicos.<sup>79</sup> Este “chip da besta” implementado através da vacina, seria o prenúncio de um futuro próximo de decadência, um passado para a implementação da “nova ordem mundial” e da “chegada do anticristo” (Negacionismo [...], 2021).

A degeneração, nesse caso, acontece em seu maior estágio. Em nível pessoal, biológico. O *globalismo* invade a epiderme e se apossa do corpo do indivíduo vacinado, porque ele é o próprio diabo. Assim, esta alteração do corpo representa o futuro, a mudança. Quem se apossa do corpo dos outros por meio de um chip e tem a caneta que escreve a História na mão.

O chinês é visto como uma ameaça porque ele é intrinsecamente diferente, ao mesmo tempo, é enxergado como bestial e sem higiene e forte e poderoso. Assim, a “vachina” é a vitória máxima dessa natureza diferente, é a vitória sobre o corpo da civilização judaico-cristã em sua mais profunda identidade. O auge absoluto distopia da conspiração, que só é conseguida com os inimigos internos. Todos os que são a favor da vacina se tornam comunistas e, portanto, petistas, “Outros de dentro”, conspiradores.

### 7.3

#### Virar a Venezuela

Nicolás Maduro tomou posse para um novo mandato no dia 10 de janeiro de 2019, em uma eleição marcada por várias denúncias de fraudes, bastante contestada pela comunidade internacional. O Brasil, junto com o chamado Grupo de Lima e a Organização dos Estados Americanos (OEA) assumiu a posição de que o mandato de Maduro era ilegítimo e que a Assembleia Nacional Constituinte deveria assumir o controle até a realização de novas eleições. Dessa maneira, em conjunto com vários outros países, o Brasil reconheceu o presidente da Assembleia, Juan Guaidó,

---

<sup>79</sup> POR QUE OS EVANGÉLICOS [...], 2021.

como presidente interino da Venezuela.<sup>80</sup> Recém-presidente, ainda em janeiro de 2019, Bolsonaro declarou:

O Brasil, via Itamaraty, acabou de emitir uma nota reconhecendo Juan Guaidó como presidente da Venezuela. E o Brasil, juntamente com os demais países do Grupo de Lima, que estão reconhecendo um a um este fato, daremos todo o apoio político necessário para que este processo siga seu destino (Bolsonaro apud G1, 2019).

Guaidó nunca se consolidou de fato como presidente da Venezuela, o que fez com que o Brasil tivesse relações cortadas com Nicolás Maduro durante todo o mandato de Bolsonaro. A ruptura completa com o governo venezuelano logo no início do governo representou uma abrupta mudança de relação com o país vizinho, que resultou, inclusive, em prejuízos econômicos.

Um relatório chefiado pelo economista Pedro Silva Barros, ex-diretor de Assuntos Econômicos da União de Nações Sul-americanas (Unasul), e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revelou que o Brasil teve grande prejuízo financeiro com esta ruptura. Entre outras questões, o texto cita o empréstimo de US\$800 milhões tomado da Venezuela pelo Brasil via BNDES, que teve o pagamento inviabilizado. Além disso, a energia elétrica fornecida diretamente para Roraima, que sofreu um corte em março de 2019, pouco tempo depois do reconhecimento de Guaidó presidente. O estado, em meio a apagões, passou a gastar cerca de US\$275 milhões/ano para produzir energia em termelétricas a diesel, mais caras e mais poluentes. Antes, Roraima gastava US\$50 milhões/ano para importar energia venezuelana. O único ponto positivo que o relatório apontou foi o aumento de comércio na fronteira entre os dois países, efeito indireto e não-planejado das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos ao país.<sup>81</sup>

Ao contrário da China, parceiro comercial estratégico e crucial para a economia brasileira, a Venezuela é um país empobrecido por muitos anos de uma grave crise econômica e política que assola o país. Embora o rompimento das relações diplomáticas não tenha grandes efeitos para a balança comercial brasileira, o país é central para qualquer discurso de extrema-direita desde sempre. A sombra

---

<sup>80</sup> VALENTE, 2019.

<sup>81</sup> FIGUEIREDO, 2021.

que o Brasil poderia “virar uma Venezuela” é muito mais antiga que o bolsonarismo e sempre caminhou junto com o antipetismo. Essa tendência pode ser identificada, por exemplo, nas eleições de 2002, quando o candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), José Serra, fez comparações da política venezuelana com o que seria o Brasil caso Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), virasse presidente do Brasil. A crítica já continha uma suposta radicalização política pela esquerda de Lula. Na época, a Venezuela já enfrentava uma grande crise política com greve geral e tentativa de deposição do ex-presidente Hugo Chaves (Chagas; Modesto; Magalhães, 2019).

Embora os governos petistas não tenham enfrentado nem a crise humanitária, nem a escalada autoritária venezuelana ao longo do século XXI, a ligação do petismo com uma espécie de “pânico venezuelano” escalou enormemente no discurso da direita com a ajuda de um novo nome. Em 1999, com a promulgação de uma nova constituição, o presidente venezuelano Hugo Chávez declarou seu país como uma “República Bolivariana”. O termo bolivarianismo começou a ser adotado por outros governos como o de Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Corrêa, no Equador. Desde então, convencionou-se chamar governos de esquerda que questionam o neoliberalismo e o Consenso de Washington de “bolivarianos” (Messenberg, 2017).

Embora os governos petistas nunca tenham assumido tal termo, o bolivarianismo começou a ganhar um outro significado para o pós-fascismo brasileiro, envolvendo uma grande conspiração que mistura significantes com origens muito distintas em um mesmo significado de dominação conspiracionista. Bolivarianismo se mistura com comunismo, petismo, esquerda, globalismo em uma mesma amálgama de significados de degeneração moral e econômica e dominação.

Ainda em 2017, Messenberg produziu um estudo sobre a cosmovisão dos maiores influenciadores da direita brasileira, em momento de ebulição política e muito descontentamento com o governo Dilma Rousseff ao longo do ano de 2015.

Entre grupos e pessoas pesquisadas, está aquele que seria o futuro presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, o guru Olavo de Carvalho, e muitos nomes que apareceriam como apoiadores ferrenhos do bolsonarismo, como Bia Kicis (e seu blog Revoltados Online), o Movimento Brasil Livre (MBL), junto com seu líder Kim Kataguiri, Rodrigo Constantino, Felipe Moura Brasil, entre outros. A primeira conclusão do estudo é que as manifestações contra o governo Dilma, forjadas pelo

antipetismo, criaram ou deram visibilidade a muitos influenciadores que balizaram ideologicamente o bolsonarismo. A autora resume os resultados da ampla análise do significado de bolivarianismo e de “virar uma Venezuela” nesses discursos da seguinte forma:

Embora os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff nunca tenham aderido formalmente a posicionamentos análogos, foram frequentes as acusações de que estariam “transformando o Brasil numa Venezuela”, por parte dos políticos da oposição e de setores da mídia e da opinião pública. Para os formadores de opinião da extrema direita aqui analisados, há notória articulação entre a ideia de bolivarianismo e o comunismo, principalmente, por intermédio de uma organização denominada Foro de São Paulo. O Foro de São Paulo assume – particularmente nos discursos de Olavo de Carvalho, Beatriz Kicis, Marcelo Reis e Bolsonaro – a hipérbole retórica da “personificação do Mal”, a qual se aproxima de forma característica aos delírios de perseguição (Messenberg, 2017, p. 636).

A obra analisada para balizar a análise de “personificação do Mal” é *Mitos e Mitologias Políticas* (1987), de Raoul Girardet, a mesma que utilizamos no primeiro capítulo para não apenas falar d’*O Mercador de Veneza*, mas que atravessa esta tese em torno do entendimento da ideia de conspiração. Nesse caso, é importante perceber mais um significante importante no glossário de inimigos da extrema-direita: o Foro de São Paulo.

O Foro de São Paulo foi criado em 1990 na cidade de São Paulo e reunia diversos partidos políticos e organizações de esquerda latino-americanas visando rearticular discursos em meio ao fim da Guerra Fria e governos que adotavam grandes pacotes de austeridade fiscal e crises inflacionárias, através de um alinhamento partidário. Ao longo do tempo, o significado do Foro de São Paulo foi um prato cheio para a criação de um discurso de uma pretensa conspiração globalista-comunista.<sup>82</sup>

Em dezembro de 2018, o presidente da Comissão de Relações Exteriores na Câmara dos Deputados, Eduardo Bolsonaro, propôs a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Foro de São Paulo. Já em 2021, Ernesto Araújo fala sobre a realização de uma edição do Foro em Caracas, na Venezuela: “Em um momento no qual começa a deslanchar um processo regional

---

<sup>82</sup> GONÇALVES, 2019.

de integração baseado na promoção e difusão da liberdade e da abertura econômica, o encontro iminente do Foro na Venezuela comprova sua intenção de obstar-se ao projeto de uma América do Sul aberta, integrada e democrática”.<sup>83</sup>

Assim, o Foro de São Paulo, a esquerda brasileira (comandada pelo petismo) e a Venezuela possuem uma relação bastante próxima de significantes para essa narrativa conspiracionista. A maneira como se articula esses elementos é descrita de forma bem didática por Olavo de Carvalho. Em uma entrevista para o jornal *A Tarde* em 2015, ele afirma:

Acho até engraçado quando ouço advertir que “o Brasil pode virar uma Venezuela”. O Brasil “fez” a Venezuela. No discurso do décimo quinto aniversário do Foro de São Paulo, o senhor Lula confessou isso abertamente. O regime Hugo Chávez foi concebido no Brasil e criado através do Foro de São Paulo. Em segundo lugar, até muito recentemente, a Venezuela estava muito melhor que o Brasil, pois lá havia uma oposição atuante e combativa, enquanto o nosso povo, aceitava com passividade bovina e silêncio de pedra toda imposição do esquerdismo dominante (Carvalho, 2015).

De alguma maneira, o significado de Venezuela é um quadro do que seria o socialismo para o próprio Brasil. Se Israel representa um projeto de passado e de futuro brilhante e divino nessa gramática de mundo, Venezuela é o futuro palpável, que chegará logo. O resultado de toda degradação moral e econômica para a dominação maligna planejada pela esquerda. A desgraça do povo venezuelano é a prova pornográfica da conspiração.

#### **7.4 Mensageiros do Futuro**

Nessa construção do imaginário sobre a Venezuela, um fator importante é a questão dos refugiados. A profunda crise econômica e humanitária do país fez com que milhões de venezuelanos imigrassem ao longo dos últimos anos para outros países. O Brasil, que possui fronteira terrestre com o país no estado de Roraima, é um desses destinos procurados por venezuelanos que buscam uma vida nova. Para não pressionar a já precária infraestrutura do Estado de Roraima, foi criada em 2018 a Força Tarefa Logística Humanitária - FTLogHum, mais conhecida por “Operação

---

<sup>83</sup> Idem

Acolhida”, organizada em torno de três pilares: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização de venezuelanos para outras cidades do Brasil.

Desde o seu início, no governo Michel Temer, a Operação Acolhida é altamente militarizada, seguindo uma lógica de securitização dos problemas humanitários. O governo Bolsonaro não encerrou as atividades da operação. A Lei de Imigração, sancionada em maio de 2017, serviu como freio institucional para atuações arbitrárias contra os imigrantes venezuelanos.

A lei substituiu o Estatuto do Estrangeiro, datado ainda do período da ditadura militar, não mais considerando o imigrante como uma ameaça à segurança nacional, e com inclinação ao maior respeito aos direitos humanos. Ainda antes de assumir a presidência, Bolsonaro criticou a Lei de Imigração: “Nós somos humanos, queremos respeitar os direitos humanos, mas ninguém quer botar certo tipo de gente para dentro de casa.” (Maia, 2018). Segundo Juliana Foguel Castelo Branco (2024) o discurso sobre imigrantes e fronteiras bem demarcadas de Bolsonaro é central para a sua lógica de mundo:

A perda do controle fronteiriço retrocede e enfraquece a percepção do próprio Estado enquanto um agente regulador, de manutenção da ordem, da segurança e estabilidade nacional. A segurança é voltada para o Estado e sua gestão territorial. Para a condução da política migratória, dentro desta lógica, é preciso estabelecer as fronteiras enquanto espaços da produção, demarcação e reprodução das vulnerabilidades. [...] A soberania nacional é demarcada, desta forma, enquanto locais de controle e de aprisionamento dos “outros” de forma a salvaguardar e proteger tanto o “eu” quanto o “nós” (Branco, 2024, p. 89).

Entretanto, o governo conseguiu instituir alguns regramentos que corroboram o medo do Outro baseado na lógica da conspiração e do medo da degeneração do Outro. Destaca-se aqui a Portaria 666, de 25 de julho, que permite a deportação sumária de pessoas perigosas e enquadradas na lei de terrorismo. Em maio de 2020, amparado por questões sanitárias por conta da pandemia de Covid-19, o governo federal determinou o fechamento das fronteiras terrestres com a Venezuela, alegando a incapacidade do Estado de ofertar tratamento para estrangeiros via Sistema Único de Saúde (SUS). A medida foi classificada como discriminatória por citar nominalmente cidadãos de uma nacionalidade específica, além de ter sido substituída por outra, que instituiu o fechamento temporário de todas as fronteiras terrestres (Branco, 2024).

Entre 2019 e 2020, aumentou em 9700% o número de estrangeiros deportados do território brasileiro. Ou seja, de 8 para 744 pessoas no total. Desses, a maior parte era de bolivianos que entravam no país procurando tratamento médico, seguido de venezuelanos ainda em Pacaraimo (RR), na fronteira terrestre com a Venezuela.<sup>84</sup>

Branco (2024) mostra que o governo Bolsonaro demonstrou uma postura aparentemente contraditória em relação aos imigrantes venezuelanos. Por um lado, aumentou o temor sobre possíveis terroristas infiltrados em território brasileiro, que “trariam a revolução bolivariana” para dentro do país. Por outro, utilizou a imagem dos venezuelanos pobres chegando no Brasil como propaganda negativa sobre o que o comunismo causaria na vida das pessoas.

Em matéria intitulada *O Socialismo Exclui, o Brasil acolhe*<sup>85</sup>, no site oficial do governo, o ministro da Casa Civil durante o governo Bolsonaro Onyx Lorenzoni, responsável pela Operação Acolhida, declara:

Muito se questiona a conveniência de se denunciar o estatismo e o autoritarismo do socialismo venezuelano quando se fala nessa crise de refugiados. A resposta para isso é muito simples: enquanto a miséria e o terror governarem a Venezuela, haverá venezuelanos fugindo e o Brasil terá de mobilizar esforços e recursos para tratar do problema. O êxodo de uma nação outrora rica e todos os esforços da Operação só vieram a existir por causa da ideologia que governa a Venezuela desde Hugo Chávez. Falar a verdade é a melhor forma de fechar a fábrica de refugiados do socialismo venezuelano (Lorenzoni apud Casa Civil, 2020).

A lógica militarizada da Operação Acolhida cria esse contraste. O socialismo exclui, cria miséria, qualquer lugar inviável para se viver. Destroí famílias, comunidades, países, civilizações. Por outro lado, quem acolhe é o exército brasileiro, que tem uma conotação positiva desde o princípio. Ele vai remediar os males do socialismo. O exército como linha de frente constrói *esteticamente* a noção de que o que há é uma batalha. E se a operação é de acolhida a imigrantes, é uma batalha civilizacional.

O exército, nesse caso, possui uma dupla representação positiva. Primeiro, a resistência ao futuro catastrófico que se avizinha, quando o “comunista” governador

---

<sup>84</sup> PRAZERES, 2020.

<sup>85</sup> CASA CIVIL, 2020.

João Dória aceita as vacinas feitas na China e o Foro de São Paulo se reúne para a tomada de poder. A barreira que impede, que segura a mão da caneta que escreve o futuro. Por outro, protege a fronteira daqueles que poderiam profaná-la. Em um complô global que quer as fronteiras nacionais sejam apagadas, é o exército que comanda quem entra e quem sai. É ele que faz valer a integridade do território brasileiro. Durante a Operação Acolhida, o exército faz essa dupla função, de guardião do *espaço*, mas também do *tempo*.

Já a Venezuela representa justamente este futuro sombrio em que o Brasil chegará, como uma maquete do futuro, do medo da abstração instaurado pelo anticomunismo, que reflete um medo que existe desde o início da modernidade, de um Outro degenerador, que vai conspirar contra os valores daquela sociedade. Os venezuelanos, por sua vez, podem possuir esse duplo papel. Primeiro, vítimas do comunismo, que revelam o lugar onde a conspiração já atingiu o objetivo de dominação. Servem como uma lição de que é necessário se fazer de tudo contra os inimigos internos, antes que seja tarde demais, como mensageiros do futuro.

Por outro, podem ser agentes bolivarianos infiltrados, que entram nas fronteiras brasileiras para parasitar os recursos do país e degenerar econômica e moralmente a sociedade, não apenas para dominar esta sociedade, mas para extinguir as fronteiras estabelecidas. Invadem o território brasileiro trazendo substâncias estranhas que podem mudar o DNA nacional, assim como a vacina chinesa invade o braço de cada brasileiro vacinado. Seriam agentes do futuro.

A China, ao contrário, não possui um governo comunista que explora o seu povo. Não há nem condições concretas para interpretar isso, visto o crescimento econômico e o poderio chinês em todos os aspectos. Para a gramática da extrema-direita, a China, por inteira, é este agente de mudança no mundo. O significado da China mistura os sentimentos de sinofobia e de anticomunismo, como o próprio Olavo de Carvalho admite, em citação que apresentamos no início do capítulo: “*eles não são boas pessoas*”. O imaginário do bestialismo, da falta de higiene e de ausência de individualidade encaixam perfeitamente na ideia construída de conspiração comunista, de degeneração moral, destruição da civilização judaico-cristã e supressão das fronteiras.

## 7.5 Sobre Fronteiras

O longo caminho percorrido até esse ponto mostra a formação da extrema-direita bolsonarista através da análise de sua gramática simplificada e maniqueísta de mundo e, nesse contexto, também a formação de sua identidade, como civilização judaico-cristã, e a construção do Outro, como antagonismo absoluto do si. Neste capítulo, foram apresentados dois dos países cujo antagonismo é mais explícito: China e Venezuela. Embora, como argumentado, haja uma diferença relevante entre a construção do significado de cada um deles no glossário de inimigos do bolsonarismo.

À primeira vista, pode-se entender que a diferença entre ambos é que não se enxerga na China uma diferenciação entre povo, Estado e governo, enquanto na Venezuela esta é bem melhor demarcada na construção do inimigo. Entretanto, a própria noção de Estado-Nação é borrada para o bolsonarismo, apesar do sequestro dos símbolos nacionais, como bandeira, camisa da seleção brasileira de futebol ou o hino nacional.

Lembramos aqui o movimento teórico que fizemos entre os capítulos dois e três. O Brasil se construiu como nação a partir, não da ideia de um passado glorioso, mas da produção de esquecimentos sobre este passado, nas ideias de democracia racial e de país do futuro. Uma construção de nação com bases conservadoras e excludentes, que não incluem populações que foram sempre marginalizadas no processo de construção da sociedade brasileira. A partir do questionamento desses imaginários fundacionais brasileiros, o Brasil passou a disputar passados, memórias, heróis e narrativas nacionais.

Em um ambiente de profunda desigualdade e violência, movimentos de direita passaram a reivindicar uma memória positiva. Uma memória hegemonicamente cristã, branca, conservadora e patriarcal, que não necessariamente excluiria grupos subalternizados, mas que os incluíam de maneira desigual, desde que não reivindicassem memórias próprias. Um retorno à *Redenção de Cam*. Por outro lado, a falência do Brasil-Nação, a supremacia da globalização e do liberalismo ao fim da Guerra Fria, o advento da internet e da revolução técnico-científica-informacional diluíram as fronteiras nacionais.

Este contexto forjou uma nova comunidade imaginária transnacional, manufaturando uma memória nova, a da civilização judaico-cristã. A lógica de fronteira nacional passa a ser desafiada. As fronteiras da nação precisam se manter firmes, perenes. Os imigrantes precisam ser tratados por uma lógica securitária. É necessário que os militares sejam fortes e guardem as fronteiras.

Entretanto, os principais perigos são aqueles que não estão para fora das fronteiras, mas dentro do país. Aqueles grupos que possuem trânsito livre, que não expõem a ameaça no rosto, mas que podem destruir por dentro as bases da civilização.

As fronteiras nacionais passam a funcionar com holofotes. Não é necessário apenas de grandes muros, mas de algo que desnude o outro em toda subjetividade. A gramática dualista mostrará se este Outro é bem-vindo ou não.

O caso venezuelano mostra isso. O discurso é que o povo venezuelano que sofre com o comunismo pode ser bem recebido. Entretanto, deve-se ter cuidado com o bolivariano conspirador. Há algo inerente a ele que não pode ser aceito de nenhuma maneira. A natureza dele é a de tentativa de dominação, de degeneração e ganância, de conspiração. Não está no rosto de cada um quem são vítimas e os perpetradores da conspiração, quem são os residentes do futuro apocalíptico e quem são os agentes desse futuro. É necessário entender rápido quem é e quem não é.

Não apenas venezuelanos bolivarianos não devem entrar. Mas também brasileiros que são gays, pessoas trans, cientistas, progressistas, feministas, sindicalistas, ambientalistas, negros que não abrem mão de sua negritude, indígenas que não abrem mão de sua “indigenidade”. É necessária uma fronteira para quem já está dentro, para quem sempre esteve dentro. Levantar um muro por dentro, em quem se constrói como um Outro já para o lado de dentro da fronteira. Uma fronteira que rasga o espaço, todos os espaços.

A ânsia de demarcar essa fronteira é infinita. A tentativa de apreender a abstração moderna em grupos concretos nunca é satisfeita. Há sempre alguém mais para isolar, inviabilizar, destruir. Até que se enxergue que os próprios valores modernos abstratos estão dentro das famílias e dentro de cada pessoa que vive na complexidade do mundo moderno, com questões e identidades inerentemente modernas. No fim, é necessário passar uma fronteira no tempo. Rasgar o tempo presente degenerado e impedir a entrada de um futuro sombrio. Tornar o tempo cíclico novamente. Iluminar o presente a ponto de resolver toda contradição,

subjetividade e abstração, e então traçar uma fronteira delimitando o que pode existir e o que não pode.

Em um mundo desencantado, onde o tempo passa e as coisas mudam e nenhuma pessoa pertence inerentemente a um lugar, o mais insuportável para a extrema-direita é entender que aquele Outro, que é visto como o agente causador de toda mudança, é tão humano quanto o Eu.

Quando Shakespeare constrói o banqueiro Shylock, tratado como alguém sem nenhuma virtude pelos cristãos que o cercam, ele o faz como um homem sofrido de sua viuvez e de sua terra originária. A vingança de Shylock e sua argumentação impecável é contra a hipocrisia dos cristãos que possuem escravos desde sempre e ao mesmo tempo o acusam de inumano. Ele está farto de ser ofendido por sua identidade e obrigado a morar em guetos. Sua irredutibilidade, na verdade, é demasiadamente humana. É uma vingança contra as injustiças do mundo, contra a humanidade, contra o universo. Em sua fala mais célebre na peça, Shylock diz:

Eu sou um judeu. Judeu não tem olhos? Judeu não tem mãos, órgãos, dimensões, sentidos, impulsos, sentimentos? Não se alimenta também de comida, não se machuca com as mesmas armas, não está sujeito às mesmas doenças, não se cura pelos mesmos métodos, não passa frio e não sente calor com o mesmo verão e o mesmo inverno que um cristão? Se vocês nos furam, não sangramos? Se nos fazem cócegas, não rimos? Se nos envenenam, não morremos? E, se vocês nos fazem mal, não devemos nos vingar? Se somos como vocês em todo o resto, vamos ser como vocês nisso. Se um judeu faz mal a um cristão, isso é recebido com humildade? Não, isso pede vingança. Se um cristão faz mal a um judeu, pelo exemplo cristão, qual deve ser a clemência? Ora, vingança. A baixeza que vocês me ensinam eu vou executar e, se não houver impedimentos, o aluno vai superar seus mestres (Shakespeare, 1999, p. 58-59).

No fim, Shylock é vilão justamente por ser visto como um Outro de dentro. Esses Outros possuem uma outra cultura ou outra visão de mundo, outros valores que talvez sejam incompreensíveis e imorais e que podem degenerar a sociedade. Ao mesmo tempo, são tão igualmente humanos que fazem questionar as próprias ideias de pertencimento e identidades. Antes deles chegarem, existia a ideia de que todos tinham o seu lugar demarcado na sociedade. Tudo parecia ser sempre correto e igual. Depois, as coisas começaram a mudar para nunca mais voltarem a ser como eram. Estes outros sopraram os ventos do progresso para sempre e não há mais como voltar atrás. São, portanto, os donos do tempo.



## 8 Conclusão

Começo esta conclusão voltando à discussão do segundo capítulo, a partir de Walter Benjamin. Tal qual a descrição de Benjamin do quadro *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee, que olha para o passado como um acúmulo de ruínas enquanto é impelido para o futuro por uma tempestade irresistível, esta tese tentou navegar por uma paisagem de memórias em disputa e histórias fragmentadas. A gramática bolsonarista, assim como esse anjo da história, lançou seu olhar para o tempo como o acúmulo de ruínas, tentando reordenar os escombros de um passado perdido, ao mesmo tempo em que foi propulsionada por forças modernas que ela própria buscou negar.

Foi através do tensionamento entre a construção de memórias e identidades idealizadas em um passado perdido e os dilemas de um mundo desencantado que se estruturou esta tese. Partindo da ideia do presente e do progresso como ruínas e da fragmentação da narrativa nacional no Brasil contemporâneo, percorri os caminhos de construção de memória e da identidade de extrema-direita, para tentar explicar algo fundamentalmente moderno: a construção da política externa nos moldes bolsonaristas em um mundo extremamente globalizado e de trocas de informações e mercadorias quase que de maneira instantânea.

O que se segue é uma reflexão sobre os fragmentos reunidos ao longo deste percurso, uma tentativa de dar forma a este sentimento. Isto acontece através da gramática bolsonarista, uma linguagem bélica, fálica, simples, ausente de nuances e que enxerga o presente e o futuro como, justamente, uma pilha de escombros.

É necessário deixar claro a centralidade dos estudos judaicos nesta análise de uma maneira bastante diferente do habitual. A construção do “Outro de Dentro”, em sua identidade e construção de temporalidade da gramática fascista, só foi possível graças ao estudo do antissemitismo de autores que li ao longo dos anos e recuperei nesta tese, como, por exemplo, Bauman e a ideia de judeus como “ervas daninhas” a serem eliminadas da sociedade, ou Postone, que interpreta o antissemitismo como uma revolta contra a abstração.

Se o judeu é o estrangeiro sem origem conhecida, se não há maneiras de separar uma “natureza judaica” de uma natureza do “eu”, é porque há algo que está

obscuro por detrás desse judeu que não se pode ver, há algo nele de invisível e poderoso que faz a História andar da maneira que anda.

O exercício de se pensar na gramática bolsonarista começa, portanto, com uma desontologização radical do termo antissemitismo. Ou seja, absorvo a análise já consolidada de estudos sobre antissemitismo e, a partir disso, posso aplicá-la aos mais diversos grupos quem nada têm a ver com judeus. Começo a ler o sentimento anticomunista ou antipetista, por exemplo, na mesma estrutura de pensamento moldada pelo antissemitismo. É por causa desta desontologização que se pode despir a identidade “anti” de seu objeto odiado. Os motivos de perseguição a qualquer minoria devem ser analisados através do perpetrador, e não de suas vítimas. Em outras palavras, a análise do antissemitismo é feita a partir do que o antissemita define como judeu, e não como o judeu é de fato. Ou seja, somente a partir do significado de judeu para o antissemita que posso analisar o antissemitismo.

Se é assim, pode-se aplicar a estrutura da gramática antissemita a outros grupos. Dizer que negros quilombolas sofrem um preconceito com uma estrutura do antissemitismo não significa que eles são judeus aos olhos do perpetrador. Significa que a estrutura que os transforma em Outros conspiradores e degeneradores “fortes” é a mesma estrutura que o antissemita mais clássico enxerga no judeu.

É necessário lembrar que o termo antissemitismo surgiu como categoria de campo ainda no século XIX. Ou seja, os primeiros antissemitas se chamavam de antissemitas justamente porque consideravam o “espírito judaico” como inferior ao alemão. Isso se dava porque a língua e a cultura judaica, se misturadas, rebaixariam a alma e o espírito alemão.<sup>86</sup> Não há, portanto, uma identidade étnica ou nacional semita. O sentimento anti-judaico que se traduz no termo antissemitismo é acusatório contra aqueles que, por mais que estivessem ali por muitas gerações, havia algo intrínseco a eles que nunca os fariam iguais.

No quarto capítulo, mostro como Traverso percebe que o sentimento anti-árabe contemporâneo na Europa pode ser traduzido como antissemitismo. Isto não

---

<sup>86</sup> ANTISEMITISM. In: **Holocaust Encyclopedia**. Washington: United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/antisemitism>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

acontece por causa de uma explicação etimológica rasa que buscaria na palavra “semita”, que denomina grupo linguístico de grupos do Oriente Médio, a explicação para este antissemitismo. Seria antissemitismo porque o árabe é visto como grupo degenerador da sociedade, tal qual os judeus. Justamente porque os árabes teriam algo inerente a eles que impossibilitaria a sua completa integração à sociedade europeia, além disso, segundo essa interpretação, eles rebaixariam ou dominariam aquela cultura.

Outro exemplo que trago novamente é o do rabino Marvin Antelman, que inaugurou um discurso conspiratório que inspirou movimentos de extrema-direita judaicos a partir do final dos anos 1960 e o próprio guru do bolsonarismo, Olavo de Carvalho. No capítulo 5, explico como Antelman traça uma linha entre os judeus laicos e os tradicionalistas: os primeiros representam a modernidade e são vistos como degeneradores da cultura Ocidental e do próprio judaísmo, enquanto os últimos são os guardiões da Tradição. Ou seja, não é contraditório dizer que a gramática de explicação de mundo do rabino Antelman seja essencialmente antissemita com judeus. Portanto, a análise deste personagem precisa ser feita pela estrutura conspiracionista que molda o seu discurso. É necessário despirmo Antelman de uma ontologia que se imagina previamente como judaica e entender o *significado* que o judeu tem para ele.

Assim, um pilar fundamental na construção desta tese foi tentar dissecar o sentimento antissemita. Isto é, compreender como o antissemita constrói a sua identidade, como enxerga o mundo, como forja a sua memória e sua temporalidade. Não é por acaso que o judeu que aparece na tese é, justamente, um judeu fictício construído a partir de uma narrativa antissemita. Shylock não existe, mas ele é importante por causa disso. Ele não ensina nada sobre o judaísmo em si, mas sobre quem escreveu o personagem. Portanto, Shylock pode estar em vários lugares. Ele significa o medo da modernidade, do tempo linear e da mudança.

Para a análise da gramática bolsonarista, Shylock pode ser o petismo, o capital internacionalizado, a China, o feminismo. Ele pode ser os árabes que vivem como minorias fora dos países árabes ou os negros que não se despem de sua negritude. Qualquer pessoa ou grupo que represente uma mudança, que desorganize a tradição, o pretense equilíbrio da vida, onde cada um saberia o seu lugar. Em resumo, esta tese está profundamente ligada aos temas judaicos centrais, ainda que não trate de judeus especificamente.

O primeiro capítulo iniciou esta discussão ao abordar o processo de formação do Outro na modernidade, o desencantamento do mundo e a constituição de identidades. Grosso modo, o desencantamento do mundo descrito por Max Weber foi entendido como um processo que gerou uma espécie de “desletramento” simbólico, retirando a inteligibilidade e a coerência da experiência humana encantada, onde a manifestação do divino estava no cotidiano. Dessa maneira, a compreensão do mundo, antes embasada em mitos e narrativas transcendentais, foi substituída por uma racionalidade abstrata que fragmentou as relações entre pessoas, lugares e tempos. Questionou a tradição. Essa fragmentação teve impactos profundos na formação da identidade de si.

O Outro não apenas delimita a identidade do Eu, mas também absorve a ideia de mudança e ruptura. A impressão é de que tudo era igual até a chegada desse Outro, principalmente um Outro que não é facilmente distinguível em sua epiderme ou em sua origem, que faz questionar a própria identidade. Um Outro tão parecido que é capaz de mudar o Eu. Na modernidade, o Outro de dentro foi frequentemente associado à abstração e às transformações que desafiaram a continuidade da tradição. Como trouxe a partir da comédia shakespeariana *O Mercador de Veneza*, é este Outro que vai degenerar por dentro aquela sociedade.

Essa construção de identidade ganhou ainda mais complexidade à medida que o fascismo emergiu como uma revolta contra os valores modernos, contra o progresso, o internacionalismo e a passagem do tempo como uma ideia de avanço. O fascismo, nesse contexto, não foi apenas uma ideologia política, mas uma tentativa de restaurar a inteligibilidade do mundo por meio de um conspiracionismo que devolveu à história uma concretude aparente. Este primeiro capítulo, portanto, estabeleceu a base teórica para compreender a gramática bolsonarista, uma construção simbólica que guiou não apenas o discurso, mas também a prática política. Tal gramática foi um referencial analítico que permeou toda a tese, permitindo explorar as dinâmicas entre modernidade, tradição e a constituição de memórias coletivas.

O segundo capítulo contrastou os conceitos de tempo e memória na gramática fascista com a construção do Brasil enquanto sociedade e nação. Na gramática fascista, o tempo foi uma linha degenerativa que partiu de um passado idealizado, perdido pela ação de um Outro degenerador dos valores, que representa aqueles que trouxeram o tempo como linear e a ideia de progresso. O Outro é visto como o

responsável pelas ruínas do passado que se acumulam, pelos ventos do progresso que não param de soprar. Por outro lado, a narrativa de Brasil-Nação foi estruturada em torno de um ideal de futuro. A nação como ponto de chegada, e não como ponto de partida. Desde o mito do “País do Futuro”, até a ideia de democracia racial, o Brasil foi representado como um projeto em construção, cujo passado era algo a ser superado, e não restaurado.

Entretanto, observaram-se influências do fascismo na formação nacional conservadora brasileira, especialmente durante a Era Vargas. Nos anos 1930, identificou-se a adoção de elementos fascistas como a exaltação do trabalho e do Estado forte, e principalmente o anticomunismo como uma gramática de conspiração, mas as gramáticas temporais permaneceram distintas. Enquanto o fascismo europeu mirou a restauração de um passado ideal, a narrativa brasileira promoveu um rompimento com o passado colonial e escravista, buscando legitimação em uma utopia futura.

Esse antagonismo entre construções de memórias, do fascismo histórico e da construção do nacionalismo brasileiro hegemônico (ainda que conservador e violento), vai ser diluído ao longo do século XXI com a falência da ideia de Brasil como país do futuro. A gramática bolsonarista desafiou o Brasil-Nação ao ressignificar o passado nacional, importando uma ideia de civilização ocidental judaico-cristã que não reconhece as especificidades da história brasileira.

No terceiro capítulo, a tese avançou para explorar as transformações que levaram ao surgimento de uma gramática fascista adaptada ao contexto brasileiro. Três processos históricos foram centrais para essa análise: o avanço do neoliberalismo globalizante nos anos 1990, a crise do projeto nacional-desenvolvimentista e a internacionalização dos meios técnico-científicos informacionais, criando redes comunitárias virtuais muito sólidas, nacionais e internacionais.

A partir da falência do Brasil-Nação como projeto compartilhado, duas memórias concorrentes emergiram. De um lado, uma memória que reconheceu o passado escravista e racista do país, promovendo subjetividades alinhadas às políticas de reparação e ao reconhecimento do racismo e da violência a grupos marginalizados desde sempre. De outro, uma construção de memória que buscou recuperar um suposto passado ideal, inserindo o Brasil no âmbito de uma civilização ocidental judaico-cristã. Essa memória alternativa foi

fundamentalmente branca, patriarcal e ultraconservadora, evocando uma Era de Ouro perdida pela ação de agentes modernos e degeneradores.

Nesse contexto, o conspiracionismo desempenhou um papel central. Ele não apenas reintroduziu inteligibilidade ao mundo moderno, mas também legitimou uma visão de história linear e maniqueísta. Assim, a gramática bolsonarista emergiu como uma linguagem que conectou memórias, reestruturou narrativas e criou uma comunidade imaginada de “letrados” nessa nova linguagem, que compartilharam de uma mesma cosmovisão, falavam um mesmo vocabulário.

O quarto capítulo dialogou com a literatura acadêmica sobre as novas direitas, comparando a gramática bolsonarista com outros fenômenos fascistas contemporâneos, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Embora os inimigos e agendas variassem entre esses contextos, o método de construção de mundo foi semelhante. A gramática bolsonarista compartilhou com outras gramáticas fascistas uma forma de letramento que transformou eventos históricos em narrativas conspiratórias, simplificando a realidade e delineando o mundo em termos binários: “nós contra eles”. Este capítulo também introduziu como essa gramática foi aplicada à política externa do governo Bolsonaro. A tese argumentou que a retórica e os significados atribuídos a outros países foram parte central da política bolsonarista, mais importantes do que as práticas diplomáticas convencionais.

A segunda parte da tese utilizou o instrumental teórico desenvolvido para analisar a política externa do governo Bolsonaro a partir de 2019. Aqui, o foco não esteve em acordos ou parcerias pragmáticas, mas na construção simbólica de alguns Estados Nacionais dentro da gramática bolsonarista. Dois aspectos são centrais nessa leitura. O primeiro é a centralidade da retórica. Declarações polêmicas e provocativas não foram apenas cortinas de fumaça, mas elementos centrais para mobilizar a base e promover o letramento bolsonarista. O discurso de enfrentamento aos inimigos é, de fato, mais importante do que questões comerciais ou diplomáticas práticas. Estes objetos de análise estão muito mais ligados ao presente, que é totalmente esvaziado na gramática bolsonarista. São pequenos demais diante da grandiosidade da batalha civilizacional, que liga o passado divino do futuro glorioso

O quinto capítulo explorou a construção da comunidade imaginária do bolsonarismo, que extrapolou as fronteiras da nação brasileira e abrangeu os Estados Unidos e Israel. Essa comunidade foi baseada na ideia de uma civilização

judaico-cristã branca, economicamente ultraliberal, masculina, armada e ultraconservadora. Exemplos como o evento da Hebraica ilustraram como essa comunidade distinguiu os “de dentro” dos “de fora”, criando um senso de pertencimento atávico, além de reforçar estéticas e valores compartilhados. Estes países são vistos, segundo uma construção de memória metafísica, como pertencentes ao mesmo passado glorioso e transcendental que o Brasil.

Ao longo deste capítulo, também discorro sobre a construção da gramática bolsonarista pela chave do neopentecostalismo. Não que as igrejas evangélicas neopentecostais tenham criado esta maneira de se pensar e nem essa gramática de mundo, mas que seus símbolos, rituais e linguagens foram apropriados de modo bastante decisivo para forjar a gramática de extrema-direita no país. Nesse sentido, Estados Unidos, e principalmente Israel, assumiram papéis centrais, não apenas na formação de identidade e de significados ligados a este passado divino e a-histórico, mas como imaginário de um projeto de país para o Brasil.

O capítulo final, por sua vez, abordou os países que representaram a antítese da civilização judaico-cristã. Se esta civilização é a conjura do bem e divina, é necessário que haja a conspiração maligna, associada ao próprio diabo. Para isto, primeiramente falo sobre como o pensamento anticomunista foi importante na formação de identidade do exército brasileiro e de setores mais conservadores da sociedade, desde a consolidação da nação no início do século XX, e de como este anticomunismo já traz o conspiracionismo para a formação de identidade nacional desde sempre.

Sendo assim, foram escolhidos dois países para esta análise: a China e a Venezuela. A China foi apresentada como o ícone do comunismo global, frequentemente associada à pandemia de Covid-19. O país, considerado uma grande potência mundial, cultural e etnicamente muito diferente, começa a representar a ameaça do globalismo comunista mundial. O grande agente que vai financiar e estruturar os planos de dominação. Principalmente durante a pandemia, a China assumiu o papel desse agente conspirador que estava acelerando o processo de chegada de um futuro tenebroso.

Enquanto isso, a Venezuela, país vizinho em profunda crise econômica e humanitária, é vista como vítima. A população venezuelana é vítima do comunismo, sofre com os planos conspiradores de dominação mundial. Nesse sentido, se Israel é a utopia divina do futuro glorioso e atemporal, a Venezuela é

uma espécie de previsão para o futuro próximo, que já está em curso, como mensageiros do apocalipse comunista que se avizinha na próxima semana, trazido pelo Foro de São Paulo, o petismo e a esquerda, de modo geral. Ambos serviram como exemplos fundamentais para mobilizar a militância bolsonarista e reforçar a narrativa do globalismo como inimigo universal.

A construção da política externa brasileira a partir da gramática bolsonarista desafia a lógica fundamental das Relações Internacionais, que é a busca dos Estados por segurança perante a anarquia do sistema internacional. Como mostrado ao longo de toda a tese, a gramática bolsonarista não quer preservar o Estado, e nem mesmo destruir uma parte para construir outra, mais ligada a um projeto ideologicamente conservador. A ideia é construir uma outra ideia de Estado, ligado não ao presente, mas ao passado glorioso e ao futuro divino. A volta da Era dos Guerreiros e dos sacerdotes, a exaltação da lei do mais forte.

A obra fundacional *Leviatã* (1651), de Thomas Hobbes, possui uma leitura pessimista da humanidade. O ser humano seria mau por natureza. Nessa leitura, o contrato social seria firmado para escapar do estado de natureza e da guerra de “todos contra todos”. Os homens abririam mão de algumas de suas liberdades para uma autoridade central em nome da segurança. Hobbes defende que o soberano precisa ter poder absoluto para impor as leis. A religião e a política deveriam estar subordinadas a ele. É uma visão materialista da política e do poder:

Portanto, tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultura da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta (Hobbes, 2003, p. 170).

Na bíblia, Leviatã é um monstro marinho indomável e perigoso, que só pode ser derrotado por Deus. Hobbes utiliza a metáfora do monstro Leviatã como o próprio Estado, representado por um soberano. Este grande monstro poderoso teria

seu corpo composto pelos cidadãos. O pessimismo hobbesiano em relação à natureza humana, apesar da metáfora mitológica, é profundamente desencantado. Totalmente associado à vida terrena em suas questões mais práticas, ao presente. A grandeza do monstro é feita pelas pessoas, para retirar o homem da miséria que seria a falta deste controle.

Desencantado, ausente de qualquer aparição mística, o Leviatã de Hobbes é uma criatura do hoje, e apenas do hoje. Ele não existe no passado, e o futuro sequer existe. Ele é uma ficção do presente, tão incerto que é inútil tentar prevê-lo:

Só o presente tem existência na natureza; as coisas passadas têm existência apenas na memória, mas as coisas que estão para vir não têm existência alguma, sendo o futuro apenas uma ficção do espírito, aplicando as conseqüências das ações passadas às ações que são presentes, o que é feito com muita certeza por aquele que tem mais experiência, mas não com a certeza suficiente (Hobbes, 2003, p. 44).

O mundo desencantado de Hobbes é o mundo do iluminismo e, portanto, da modernidade e do presente. É o objeto da disciplina das Relações Internacionais, os Estados, as pessoas e o presente. Ou mesmo o passado como uma forma de se criar um presente novo. A ideia de um presente descartável, um presente como sala de espera, onde as questões mundanas e o próprio Eu ou as dores do Outro são pequenas demais diante da onipotência do futuro que reserva o Bem ou o Mal absolutos, é estranha ao campo.

Comecei esta tese com uma citação do livro *A Caixa Preta*, de Amos Oz, que me fez refletir na importância da passagem do tempo para a construção do mundo do fanático. Terminarei como comecei. Se na primeira página desta tese trouxe anotações que o personagem Alex (o sionista laico e austero) faz de Michel (o fanático religioso), finalizo essa tese com uma fala do próprio Michel em conversa com seu enteado:

Porque entendi, Boaz, que a vida não foi feita para nos divertirmos, mas para contribuir com algo nosso para o próximo, e também para a nação. E por quê? Porque dar nos confere uma estatura, mesmo que a gente tenha apenas um metro e sessenta e quatro, e uma elevação de espírito, mesmo que a gente não passe de um monte de trapos. A árvore da vida é para aqueles que a mantêm. Se você, como me escreveu, vive apenas para aproveitar a vida, então você é um inseto, não uma pessoa, mesmo que você seja grande e bonito como o monte Branco. É preferível você

passar a vida inteira sendo um fio de cabelo ou uma unha do povo de Israel em vez de ser um inseto infeliz (Oz, 1995, p. 169).

O apagamento do Eu. O presente como sala de espera do futuro.

## 9

## Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

\_\_\_\_\_. **Aspetos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Leya, 2020.

AFP. Em encontro na Paraíba, três meses antes da palestra da Hebraica. Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias. **IstoÉ**, 24 set. 2018a. Disponível em: <<https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Advogado de Trump reconhece ter pago US\$ 130 mil a atriz pornô que revelou suposto caso. **UOL**, Washington, 14 fev. 2018b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/02/14/advogado-de-trump-diz-que-pagou-us-130000-a-atriz-porno-ligada-ao-presidente.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

AGÊNCIA ANSA. Em tom amistoso, Bolsonaro assina 9 atos com a China. **Época Negócios**, 13 nov. 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/11/em-tom-amistoso-bolsonaro-assina-9-atos-com-china.html>>. Acesso em: 05 mai. 2024.

ALMEIDA, Ronaldo de. "Deus acima de todos." In: ABRANCHES, S.; ALMEIDA, R.; ALONSO, A. et al. **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 35-51.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, S.; ALMEIDA, R.; ALONSO, A. et al. **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 35-51.

ANDERSON, Benedict. **Comunidade Imaginada: Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTISEMITISM. In: Holocaust Encyclopedia. Washington: United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/antisemitism>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ANTELMAN, Marvin. **To Eliminate de Opiate**. Zionist Book Club, Jerusalem, 1974.

ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. In. **Cadernos de Política Exterior**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. — v. 3, n. 6 (dez. 2017). [Brasília] : FUNAG, 2015, p. 323-357.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Leya, 2017.

BARRUCHO, Luís. “Falei para chamar atenção”, diz deputado ao justificar o voto pela “paz em Jerusalém”. **BBC News Brasil**, Londres, 20 abr. 2016. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160420\\_entrevista\\_ronaldo\\_fonseca\\_paz\\_jerusalem\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160420_entrevista_ronaldo_fonseca_paz_jerusalem_lgb)>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BASTOS, Bianca. O processo de patrimonialização do judaísmo imaginário: o caso do Memorial do Holocausto no Rio de Janeiro. **Dissertação** (Mestrado em História Social da Cultura) - PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2023, 149p. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/projetosEspeciais/ETDs/consultas/conteudo.php?strSecao=resultado&nrSeq=62629&idi=1%20class=>>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. São Paulo: Zahar, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BESSIMO, T. P. B., NETO, O. Amorim. The Brazilian Extreme-Right and China. **Journal of Politics in Latin America**, vol. 16(3), 2024, p. 325–352. Disponível em: <<https://doaj.org/article/29efe72745d24052a9fa74c9343a60c7>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.  
Bianchi, Alvaro. "Fascismos: Ideologia e história." **Novos estudos CEBRAP** 43, no. 1 (2024): 45-6

BILENKY, Thais. A viagem do vagão. **Piauí**, ed. 162, mar. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/viagem-do-vagao/>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BOMENY, Helena MB. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o estado novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 137-166.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

BRANCO, Juliana Foguel Castelo. "A “crise” venezuelana e as políticas de Jair Bolsonaro: Entre discursos ideológicos e a agenda securitária." **Migrações e cidades nas Américas: deba-tes históricos e contemporâneos**. P. 78-99, Edupe, 2024.

BRASIL, S. Bolsonaro visita Israel às vésperas da tentativa de reeleição de Netanyahu,

diz Tel Aviv. **Sputnik Brasil**, 28 fev. 2019. Disponível em: <<https://noticiabrasil.net.br/20190228/bolsonaro-visita-israel-13406877.html>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. [Brasília]: **Câmara dos Deputados**, [2022]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/gp-membros.asp?g=117>> . Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL, Felipe Moura. O terrorismo de Dilma Rousseff e a insanidade brasileira. **Veja**, 5 jun. 2024. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/o-terrorismo-de-dilma-rousseff-e-a-insanidade-brasileira>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BROCOS, Modesto. **A Redenção de Cam**. 1895. Óleo sobre tela. 199 x 166. Museu de Belas Artes. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg#/media/File:Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg/2>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BROWN, Wendy. Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty- First Century "Democracies". **Authoritarianism: Three Inquiries in Critical Theory**, Chicago: University of Chicago Press, 2018, p. 60-79. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/critical-times/article/1/1/60/139328/Neoliberalism-s-Frankenstein-Authoritarian-Freedom>>. Acesso em: 10 out. 2024.

BUSINARI, Maurício. Israel é um país cristão? Como Jesus e o Velho Testamento explicam confusão. **UOL**, 27 fev. 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/02/27/israel-biblica-e-historica-confusao-induz-evangelicos-a-erro-de-julgamento.htm>>. Acesso em: 25 set. 2024.

CAPELATO, Maria Helena. Mídia e Populismo/Populismo e Mídia. **Revista Contracampo**, v.28, n.3, ed. dez-- mar, 2013, p. 52-- 72. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17508/11134>>. Acesso em: 26 set. 2024.

CARLETTI, Anna; BUENO, Maria Clara. As Relações Sino-Brasileiras Sob O Governo Bolsonaro (2019-22). In: SPELLMANN; Samuel; SILVEIRA, Alan. **Diálogos com a China: a economia do gigante asiático em discussão**. INATEC, 2024.

CARVALHO, O. de. Recado aos judeus. **O Globo**, 20 mar. 2004. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/recado-aos-judeus/>>. Acesso em: 25 set. 2024.

\_\_\_\_\_. O homem invisível. **Diário do Comércio**, 19 abr. 2011. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/o-homem-invisivel/>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Os Donos do Mundo. **Diário do Comércio**. 21 fev. 2011. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/os-donos-do-mundo/>>. Acesso em

16 set. 2024.

\_\_\_\_\_. Eurasianismo e genocídio. **Folha de São Paulo**, 19 jun. 2014. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/eurasianismo-e-genocidio/>>. Acesso em: 16 set. 2024.

\_\_\_\_\_. Um cadáver no poder (1). **Diário do Comércio**, 15 jan. 2015. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/um-cadaver-no-poder-i/>>. Acesso em: 26 set. 2024.

CASA CIVIL. O Socialismo exclui, o Brasil acolhe. **Gov.br**, 16 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/janeiro/o-socialismo-exclui-o-brasil-acolhe>>. Acesso em: 15 out. 2024.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michelle; MAGALHÃES, Dandara. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. **Esferas**, (14), 1-17, 2019. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/10374>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

CHOR MAIO, Marcos. O Projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 1940 e 1950. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 14, n. 41, out 1999, p.141-158. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbsoc/a/QZnghFsznmKFLtHyMWpnwHk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

COM BOLSONARO ALINHADO ideologicamente a Israel, Brasil vota pela primeira vez contra palestinos na ONU. **Revista Fórum**, 22 mar. 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/global/2019/3/22/com-bolsonaro-alinhado-ideologicamente-israel-brasil-vota-pela-primeira-vez-contra-palestinos-na-onu-54163.html>>. Acesso em: 18 set. 2024.

CONNOLLY, William E. **Aspirational fascism: The struggle for multifaceted democracy under Trumpism**. U of Minnesota Press, 2017.

CORRÊA, Alessandra. Governo Bolsonaro: o que faz do plano de mudar a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém algo tão polêmico. **BBC News Brasil**, Winston-Salem, 8 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46083386>>. Acesso em: 18 set. 2024.

DE ALMEIDA, Ronaldo. "Deus acima de todos." [God above All]. In: ABRANCHES, Sérgio; et.al. **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 35-51.

DI CESARE, Donatella. **O complô no poder**. São Paulo: Editora Âyiné, 2022.

DIP, Andrea; LEVY, Clarissa; TERTO, Ricardo. Entrevista: Teologia do Domínio é mais perigosa para a democracia que bolsonarismo, diz historiador. **Pública**, 10 mar. 2024. Disponível em:

<<https://apublica.org/2024/03/teologia-do-dominio-e-mais-perigosa-para-democracia-que-bolsonarismo-diz-historiador/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** 12 (23), 2007, p.100-122. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 set. 2024.

DONALD TRUMP DESISTE de concorrer à presidência dos Estados Unidos. **UOL**, 16 mai. 2011. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/05/16/donald-trump-desiste-de-concorrer-a-presidencia-dos-estados-unidos.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. "Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático." In: ABRANCHES, S.; ALMEIDA, R.; ALONSO, A. et al. **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 116-135.

EATWELL, Roger.; GOODWIN, M., **National populism: The revolt against liberal democracy**. London: Penguin UK, 2018.

\_\_\_\_\_. On defining the 'Fascist Minimum': The centrality of ideology, **Journal of Political Ideologies**, 1:3, 1996, p. 303-319. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13569319608420743>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas** [1952]. Salvador: EDUFBA, 2018.

FELITTE, Almir. Bolsonaro bate continência à bandeira dos EUA em sinal de subserviência. **Pragmatismo Político**, 19 out. 2017. Disponível em:

<<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/10/bolsonaro-bate-continencia-a-bandeira-dos-eua-subserviencia.html>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os Novos Bárbaros: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

FIGUEIREDO, Janaina. Rompimento total com a Venezuela trouxe prejuízos econômicos e diplomáticos ao Brasil, diz estudo. **O Globo**, 27 nov. 2021.

Disponível em: <[https://oglobo.globo.com/mundo/rompimento-total-com-venezuela-trouxe-prejuizos-economicos-diplomaticos-ao-brasil-diz-estudo-25294958?utm\\_source=Twitter&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=O%20Globo](https://oglobo.globo.com/mundo/rompimento-total-com-venezuela-trouxe-prejuizos-economicos-diplomaticos-ao-brasil-diz-estudo-25294958?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo)>. Acesso em: 17 out. 2024.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Editora Almedina, 2019.

FORO DE TERESINA #244. Fernando de Barros e Silva, José Roberto de Toledo e Thais Bilenky. [s.l.]: **Revista Piauí**, 17 mar. 2023. Podcast. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/foro-de-teresina-244-direita-devolver/>>. Acesso em: 17 out. 2024.

FREIRE, Sabrina. ““Pretendo beneficiar meu filho, sim””, diz Bolsonaro sobre indicação à embaixada nos EUA. **Poder 360**, 18 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/pretendo-beneficiar-meu-filho-sim-diz-bolsonaro-sobre-indicacao-a-embaixada-nos-eua/>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FREITAS, Hyndara. Bolsonaro dá medalha de “imorrível, imbrochável e incomível” a Milei. **O Globo**, Balneário Camburiú, 07 jul. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/07/07/bolsonaro-da-medalha-de-imorrivel-imbrochavel-e-incomivel-a-milei.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FRESTON, Paul. Brother votes for brother: the new politics of Protestantism in Brazil. In. GARRARD, Virginia; STOLL, David. (ed.). **Rethinking Protestantism in Latin America**. Philadelphia : Temple University Press, 1993, p. 66-110.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global Editora, 2019.

G1. Bolsonaro reconhece Juan Guaidó como presidente da Venezuela. **G1**, Brasília, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/23/brasil-diz-que-reconhece-juan-guaido-como-presidente-da-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 1 out. 2024.

G1. OMS reage a críticas de Bolsonaro à origem chinesa de vacina: ‘Escolhemos a ciência’. **O Globo**, Genebra, 23 out. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/oms-reage-criticas-de-bolsonaro-origem-chinesa-de-vacina-escolhemos-ciencia-24708744>>. Acesso em: 5 nov. 2024.

GHERMAN, M.; KLEIN, M. Entre “conversos” e “desconversos”: O caso da influência da Nova Direita Brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro. **Estudios Sociales Del Estado**, 5(9), 2019, p. 101–123. Disponível em: <<https://www.estudiossocialesdelestado.org/index.php/ese/article/view/173>>. Acesso em: 15 set. 2024.

GHERMAN, Michel; MIZRAHI, Gabriel. Meir Kahane e Kahanismo. In: TEIXEIRA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl; MAYNARD, Dilton Santos Cândido. (Org.). **Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas**. 2ed. Recife: Edupe, 2022, v. 2, p. 158-161.

\_\_\_\_\_. As caixas-pretas de Amós Oz. **Novos estudos CEBRAP** 40, 2022, p. 497-514. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/sXp6WTwXF6Y5jHMb7GP5rpM/>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

GHERMAN, Michel. **O não judeu judeu**: a tentativa de colonização do

judaísmo pelo bolsonarismo. São Paulo: Fósforo, 2022.

GIRARDET, Raul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o estado novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 53-72.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Revista Estudos Históricos** 2, no. 4, 1989, p.244-280. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2287>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

GOMES, Pedro Henrique. ‘Não sou coveiro, tá?’, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. **G1**, Brasília, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

GONÇALVES, Marina. Foro de São Paulo faz encontro em Caracas sob ataque de integrantes do governo Bolsonaro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jul. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/foro-de-sao-paulo-faz-encontro-em-caracas-sob-ataque-de-integrantes-do-governo-bolsonaro-23821391>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira." **Revista ciências sociais hoje** 2.1, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap** 61, no. 3, 2001, p. 147-162. Disponível em: <[https://arquivo.ibccrim.org.br/docs/humano\\_2014/guimaraes.pdf](https://arquivo.ibccrim.org.br/docs/humano_2014/guimaraes.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GUIMARÃES, F. de Sá, MOREIRA, D. Cordeiro; SILVA, I. Dutra de Oliveira e; MELLO, A. C. Raposo de. Conspiracy Theories and Foreign Policy Narratives: Globalism in Jair Bolsonaro’s Foreign Policy. **Latin American Perspectives**, 50(1), 2023, p.272-289. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/e8127f19-6e53-44bd-9c13-da82628581d0/conspiracy-theories-and-f...>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

HAN, Byung-Chul Han. **A Salvação do Belo**. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019.

\_\_\_\_\_. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

HERMANN, Jacqueline. As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristãos-novos e sebastianismo no Brasil colonial. **Temas Setecentistas**, 5.2017, 2005, p.339-354. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/25327578/As\\_metamorfozes\\_da\\_espera\\_messianismo\\_judaico\\_crist%C3%A3os\\_novos\\_e\\_sebastianismo\\_no\\_Brasil\\_colonial](https://www.academia.edu/25327578/As_metamorfozes_da_espera_messianismo_judaico_crist%C3%A3os_novos_e_sebastianismo_no_Brasil_colonial)>. Acesso em: 10 abr. 2024.

HERZ, Monica. A conservative foreign policy for Brazil. **Latin American Policy** 13, no. 2, 2022, p.376-388. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/lamp.12271>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

HERZ, Monica.; SUMMA, Giancarlo. A Nova Cruzada. In: SUMMA, Giancarlo; HERZ, Monica.; **Multilateralismo na Mira: direita radical no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Hucitec Editora, 2024, p. 27-70.

HIMMIRICH, Julia. **The Foreign Policy of the Radical Right: Targeting the EU's Multilateralism**. Dahrendorf Forum IV, Working Paper No. 14, 2019, p. 1-27. Disponível em: <[https://www.academia.edu/41262889/The\\_Foreign\\_Policy\\_of\\_the\\_Radical\\_Right\\_Targeting\\_the\\_EU\\_s\\_Multilateralism](https://www.academia.edu/41262889/The_Foreign_Policy_of_the_Radical_Right_Targeting_the_EU_s_Multilateralism)>. Acesso em: 18 out. 2024.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IANNI, Octavio. O declínio do Brasil-nação. **Estudos avançados** 14, p. 51-58, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/MFmmcWDNjzYGryTdrPHhb8C/>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

IVO, Isnara Pereira; DE JESUS, José Robson Gomes. Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla. **Dimensões** 43, 2019, p. 28-62. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/28316>>. Acesso em: 4 abr. 2024.

JUDENSNAIDER, Ivy; FORATO, Thaís Cyrino de Mello. A sinergia entre a agenda política de extrema direita e o negacionismo vacinal: rastreando a convergência entre as duas pautas. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 46, e 69745, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/69745/751375158200>>. Acesso em: 30 set. 2024.

KALIL, I.; SILVEIRA, S. C.; PINHEIRO, W.; KALIL, Á.; PEREIRA, J. V.; AZARIAS, W.; AMPARO, A. B. Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19. **Global Discourse**, 11(3), 2021, p. 409-425. Disponível em: <<https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/gd/11/3/article-p409.xml>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

KRESCH, Daniela. Em hebraico, Bolsonaro diz que ama Israel ao visitar “irmão” Netanyahu. **Folha de São Paulo**, 31 mar. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/durante-visita-bolsonaro-promete-fortalecer-parceria-com-israel.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

KINVALL, Catarina; SVENSSON, Ted. Exploring the populist ‘mind’: Anxiety, fantasy, and everyday populism. **The British Journal of Politics and International Relations** 24, no. 3, 2022, p. 526-542. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/13691481221075925>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

KLEE, Paul. *Angelus Novus*. 1920. Transferência de óleo e aquarela sobre papel, 318 x 242 mm. The Israel Museum. Disponível em: <<https://www.imj.org.il/en/collections/199799-0>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

KLEIN, M.; GHERMAN, M. From beacon to siren: the transformation of Brazil from racial utopia to racist/antisemitic dystopia. **Revista Videre**, 13(28), 2021, p.65-88. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/15413>>. Acesso em: 2 set. 2024.

KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2020.

\_\_\_\_\_. **A linguagem do Terceiro Reich: LTI - Lingua Tertii Imperii**. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEIA a íntegra do discurso de Michelle na Avenida Paulista. **Poder 360**, 25 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

LEMOS, Ronaldo. Diante da realidade, seis ficções epistemológicas. In: ABRANCHES, S.; ALMEIDA, R.; ALONSO, A. et al. **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**, 2019, p. 158-170.

LINDNER, Julia. Bolsonaro se diz quase afinado com a China. **O Estado de São Paulo**, n. 46029, 26/10/2019. Economia, p. B8. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566586/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 5 nov. 2024.

LOPES, Dawisson Belém, Thales Carvalho, and Vinicius Santos. "Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite" Brazil." **Global Studies Quarterly** 2, no. 4, 2022.

LÖWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

MAIA, Gustavo. Bolsonaro critica Lei de Migração e fala em barrar “certo tipo de gente”. **UOL**, Brasília, 12 dez. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 7 nov. 2024.

MAIA. Mateus. Bolsonaro repudia ataque a Israel e associa Hamas a Lula.

**Poder 360**, 07 out. 2016. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/bolsonaro-repudia-ataque-a-israel-e-associa-amas-a-lula/>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista brasileira de ciências sociais** 14, p. 141- 158, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QZnghFsznmKFLtHyMWpnwHk/?lang=pt>>. Acesso em: 1 set. 2024.

MAIS DE UM MÊS após eleição, Bolsonaro reconhece vitória de Biden nos EUA. **UOL**, São Paulo, 15 dez. 2020. [15/12/2020]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/12/15/mais-de-um-mes-apos-eleicao-bolsonaro-reconhece-vitoria-de-biden-nos-eua.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MAMDANI, Mahmood. **Neither Settler nor Native**. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARINE LE PEN, o rosto 'simpático' da extrema-direita na França. **AFP**, 10/04/2022. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/04/10/interna\\_internacional,1359058/marine-le-pen-o-rostosimpatico-da-extrema-direita-na-franca.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/04/10/interna_internacional,1359058/marine-le-pen-o-rostosimpatico-da-extrema-direita-na-franca.shtml)>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

MARTINS, Alessandra Affortunati. Fascismo: passado no presente. **Revista Cult**, UOL, 30 mai. 2022. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/fascismo-passado-no-presente/>>. Acesso em: 18 mai. 2023.

MAYUME, Thaís. Pastores evangélicos estão influenciando indígenas a não tomarem vacina contra a Covid-19, diz liderança Kokama. **UOL**, 29 jan. 2021. Disponível em: <[https://cultura.uol.com.br/noticias/16111\\_pastores-evangelicos-estao-influenciado-indigenas-a-nao-tomarem-vacina-contraa-covid-19-conta-lideranca.html?s=08](https://cultura.uol.com.br/noticias/16111_pastores-evangelicos-estao-influenciado-indigenas-a-nao-tomarem-vacina-contraa-covid-19-conta-lideranca.html?s=08)>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEMÓRIA GLOBO. Atentado no Riocentro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 out. 2021. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/atentado-no-riocentro/noticia/atentado-no-riocentro.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2024.

MENDES, Ingrid. Deus, Pátria e Família: Reflexões sobre anticomunismo e extrema direita no Brasil. In: GHERMAN, Michel, VITAL; Christina: **Decodificando a Extrema-Direita: Agendas de pesquisa em história política**.

Rio de Janeiro: Editora Alpheratz, 2024, p. 57-66.

MENDES, Lorraine. Meu avô não foi qualquer um: Sankofa em Redenção de Cam. **Faces de Clio** 7, no. 13, 2021. Disponível: <<https://periodicos.ufff.br/index.php/facesdeclio/article/view/32331>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Soc. estado**. 32 (03), Sep-Dec 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/KP5Fw74VrvfByjxRpHfKbRS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

MEZZARROBA, Orides. Produção Discente: Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 13, n. 24, 1992, p. 92–101. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16143>>. Acesso em: 3 mai. 2024.

MITZEN, Jennifer. Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma. **European journal of international relations** 12, no. 3 p. 341-370, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MUDDE, Cas. **La ultraderecha hoy**. Barcelona: Paidós, 2021.  
NASCIMENTO, Rafael. Fundação Palmares foi encontrada “devastada fisicamente e moralmente”, diz novo presidente. **G1**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/19/fundacao-palmares-foi-encontrada-devastada-fisicamente-e-moralmente-diz-novo-presidente.ghtml>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

“NÃO SOU COVEIRO”: Relembre frases de Bolsonaro sobre momentos difíceis dos brasileiros. **UOL**, 30 mai. 2022. Disponível em: <[https://cultura.uol.com.br/noticias/49399\\_ nao-sou-coveiro-relembre-frases-de-bolsonaro-sobre-momentos-dificeis-dos-brasileiros.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/49399_ nao-sou-coveiro-relembre-frases-de-bolsonaro-sobre-momentos-dificeis-dos-brasileiros.html)>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NAPOLITANO, Marcos; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **Dicionário crítico das direitas**. São Paulo: Contexto, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Evando Batista. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. **Gragoatá**, 20.39, 2015, p. 376-391. Disponível em: <<https://periodicos.ufff.br/gragoata/article/view/33354>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

NEGACIONISMO e Teorias Conspiratórias predominam nas críticas ao ‘passaporte da vacina’ em WhatsApp e Telegram. **Aos Fatos**, 17 set. 2021. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/negacionismo-e-teorias-conspiratorias-predominam-nas-criticas-ao-passaporte-da-vacina-em-whatsapp-e-telegram/>> Acesso em: 10 nov. 2024.

NETANYAHU, Yair. Entrevista com Eduardo Bolsonaro. YouTube. 1 nov. 2020, 55min08s. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=T\\_yiPLv-fs&ab\\_channel=YairNetanyahu%D7%99%D7%90%D7%99%D7%A8%D7%A0%D7%99%D7%94%D7%95](https://www.youtube.com/watch?v=T_yiPLv-fs&ab_channel=YairNetanyahu%D7%99%D7%90%D7%99%D7%A8%D7%A0%D7%99%D7%94%D7%95)>. Acesso em: 23 jul. 2024.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NO ÁPICE, ato de Bolsonaro na Paulista teve 185 mil pessoas, diz levantamento de pesquisadores da USP. **G1**, São Paulo, 25 fev. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/02/25/levantamento-publico-manifestacao-bolsonaro-paulista.ghtml>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.

NUNES, Rodrigo. "Do transe à vertigem." In: NUNES, Rodrigo. **Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubuntu, 2022.

O DIA. Bolsonaro diz “I love you” para Trump, que desdenha: “Bom te ver de novo”. **ISTOÉ**, 25 set. 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-i-love-you-para-trump-que-desdenha-bom-te-ver-de-novo/>>. Acesso em: 6 jun. 2022.

OLIVEIRA, Felipe Antunes de. The rise of the Latin American far-right explained: dependency theory meets uneven and combined development. **Globalizations**, 16:7, 2019, p. 1145-1164. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14747731.2019.1567977>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ORTIZ, Délis. Ernesto Araújo pede demissão do Ministério das Relações Exteriores. **G1/TV Globo**, Brasília, 23 mar. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/29/ernesto-araujo-ministro-das-relacoes-exteriores-pede-demissao.ghtml>>. Acesso em: 8 jul. 2024.

OYAMA, Thaís. **Tormenta: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

OZ, Amós. **A caixa-preta**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PACHECO, Gabriela Santi; GONÇALVES, Leandro Pereira. Fascismo e modernismo: a atuação de Plínio Salgado na década de 1920. **Cadernos de Pesquisa do CHIS** 35, no. 1, 2022, p. 57-81. Disponível em:

<<https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/65633>>. Acesso em: 4 abr. 2024.

PALONEN, Kari. **Quentin Skinner: history, politics, rhetoric**. Cambridge: Polity Press, 2003.

PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

POLIAKOV, Léon. **A causalidade diabólica I**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos** 2, no. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

POR QUE OS EVANGÉLICOS resistem à vacina contra a Covid-19? **Veja**, 18 jun. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/por-que-os-evangelicos-resistem-a-vacina-contra-a-covid-19>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PORTAL DO STF. 2ª Turma reconhece parcialidade de ex-juiz Sérgio Moro na condenação de Lula no caso Triplex. **Boletim do MPMO**, abr. 2021. Disponível em: <<https://www.mpmo.mp.br/boletimdompmo/2021/04-abr/cao/criminal/noticias/2-turma-reconhece-parcialidade-ex-juiz-sergio-moro-condenacao-lula-triplex.html>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

POSTONE, Moishe. **Antissemitismo e Nacional-Socialismo: escritos sobre a questão judaica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

\_\_\_\_\_. Necessity, labor, and time: A reinterpretation of the Marxian critique of capitalism. **Social Research**, 1978, p. 739-788. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40970352?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRAZERES, Leandro. Deportação de estrangeiros pela Polícia Federal dispara durante a pandemia. **O Globo**, Brasília, 06 set. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/deportacao-de-estrangeiros-pela-policia-federal-dispara-durante-pandemia-24626208>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

QUINAN, R.; Araujo, M., & DE ALBUQUERQUE, A. A Culpa é da China! : O discurso sino-conspiratório no governo Bolsonaro em tempos de COVID-19. **Revista Eco-Pós**, 24(2), 2021, p. 151-174. Disponível em: <[https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/27698](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27698)>. Acesso em: 13 nov. 2024.

RANCIÈRE, Jacques. **Ódio à democracia**. Tradução de Elisabeth Antebi e João Elviro Maia. São Paulo: Boitempo, 2014.

REISS, Regina Weinfield. Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30). **Revista de Administração de Empresas** 14 (6), 1976, p. 24-126.

RICHARDS, Benjamin. Postfascist styles of organisation. **PhD diss.**, University of York, 2022, 257p.

ROCHA, Camila, SOLANO, Esther. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In. AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 1ª ed., 2021, p. 21-34.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROSSI, Amanda; MOTA, Camilla Veras. Por que a visita de Mourão à China é considerada decisiva para as relações entre os dois países. **BBC News Brasil**, São Paulo, 18 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48318410>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SAHD, Fabio Bacila. (Neo) fascismo, (pós) fascismo ou (neo) populismo? Um balanço bibliográfico possível de uma calorosa disputa classificatória. **Intellectus** 21, no. 2, 2022, p. 94-120. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/67494/44538>>. Acesso em: 2 set. 2024.

SAKURAI, Takamichi. Aspirational fascism versus postfascism: a conceptual history of a far-right politics, **History of European Ideas**. 2021, p. 1-10. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/SAKAFV>>. Acesso em: 2 set. 2024.

SANCHES, Mariana. O que muda para o Brasil sem Trump na Casa Branca? **BBC News Brasil**, Washington, 19 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55716869>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

SCHARGEL, Sergio. O imaginário anticomunista de Plínio Salgado no Manifesto de maio: um fantasma sempre em ronda. **Revista Sul-Americana de Ciência Política** 9, no. 1, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/24930>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SENNÁ, Victor. Para republicanos, Gates vai usar vacina da covid para implantar chips. **Exame**, 25 mai. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/para-republicanos-gates-vai-usar-vacina-da-covid-19-para-implantar-chips/>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SENRA, Ricardo. Imbrochável? 'Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico

da masculinidade frágil', diz psicanalista. **BBC News Brasil**, Londres, 7 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SHAKESPEARE, William. **O Mercador de Veneza**: Peça em cinco atos. Lacerda, 1999.

SOARES, Jussara. Indicação de Eduardo para embaixador nos EUA era defendida desde o governo de transição. **O Globo**, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/indicacao-de-eduardo-para- embaixador-nos-eua-era-defendida-desde-governo-de-transicao- 23802675>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: A política do " nós" e " eles". Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

STERNHELL, Zeev. How to Think about Fascism and its Ideology. **Constellations: An International Journal of Critical & Democratic Theory** 15, no. 3, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8675.2008.00504.x>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

TABU, Quebrando o. Malafaia - “Deus escolheu as coisas loucas, escolheu as coisas fracas” [...]. 19 set. 2019. X: @QuebrandoOTabu. Disponível em: <https://x.com/QuebrandoOTabu/status/1174840936838389761?lang=en>>. Acesso em: 17 ago. 204.

TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela Eternidade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TEODORO, Plinio. Pesquisa revela ampla maioria de católicos em ato convocado por Malafaia na Paulista. **Revista Fórum**, 27 fev. 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2024/2/27/pesquisa-revela-ampla-maioria-de-catolicos-em-ato-convocado-por-malafaia-na-paulista-154733.html>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

TRAVERSO, Enzo. **As Novas Faces do Fascismo**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

URBANO, Krystal Cortez Luz; ARAUJO, Mayara Soares Lopes Pinto de; MELO, Maria Elizabeth Pinto. Orientalismo em tempos de pandemia: discursos sobre a China no jornalismo brasileiro. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v.8, n.1, p.106-122, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/15231>>. Acesso em: 2 out. 2024.

VADELL, Javier; Spellmann, Samuel. Mudanças qualitativas nas relações bilaterais China-Brasil. In: SPELLMANN, Samuel; SILVEIRA, Alan. **Diálogos com a China: a economia do gigante asiático em discussão**. INATEC, 2024.

VALENTE, Jonas. Brasil reconhece Guaidó como presidente interino da Venezuela.

**Agência Brasil**, Brasília, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/brasil-reconhece-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela>>. Acesso em: 1 out. 2024.

VILLANE SANTOS, Luis. Cláudio **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. LCVG Santos. Editora UNESP, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEINTRAUB PUBLICA insinuações contra a China, depois apaga; embaixada cobra retratação. **G1**, Brasília, 06 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/06/weintraub-publica-post-com-insinuacoes-contr-a-china-depois-apaga-embaixada-repudia.ghtml>>. Acesso em: 3 out. 2024.

WOJCZEWSKI, Thorsten. ‘Enemies of the People’: Populism and the Politics of (In) security. **European Journal of International Security** 5, no. 1, 2020, p. 5-24. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/european-journal-of-international-security/article/enemies-of-the-people-populism-and-the-politics-of-insecurity/8FC9B2D3AB39DE0CA07E112BE64A9B28>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

YOUNG, Robert J. **Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ŽIŽEK, Slavoj. **Contra a tentação populista**. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 32, n.3, 2006, p.551-574. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/IEKATP>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZWEIG, Stefan; GALLOTTI, Odilon. **Brasil: País do Futuro**. São Paulo: Editora Guanabara, 1941.